



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

SISTEMA UNIVERSAL DE FOGUETES DE ARTILHARIA
PARA SATURACAO DE AREA





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

PARTE ESPECIAL	Pág.
MENSAGEM DE NATAL — <i>Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque</i> . . .	4/5
ECEME — CONCURSO DE REDAÇÃO — <i>TC José Batista de Queiroz, Cel Du-</i> <i>tevir Pereira do Nascimento, TC Hiram de Freitas-Câmara</i>	155/157
POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA	
REGIMES POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS — <i>Prof Jorge Boaventura de Sou-</i> <i>za e Silva</i>	13
O CARIBE EM RITMO DE GUERRA FRIA — <i>Prof Therezinha de Castro</i>	35
ATLÂNTICO SUL — <i>Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	57
DOCTRINA, ORGANIZAÇÃO, TÉCNICA E TÁTICAS MILITARES	
O SISTEMA DE SATURAÇÃO ASTROS — <i>Cel Kleber F. de Oliveira</i>	7
O OFICIAL R/2 — FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NOS CORPOS DE TROPA — <i>Maj Cav Cláudio Zanini Louzada</i>	91
NOVOS BLINDADOS BRADLEY DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO — <i>TC Virgílio Muxfeldt</i>	117
A DOCTRINA NA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉR- CITO — <i>TC Roberto Jugurtha Camara Senna</i>	151
HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, MORAL E CIVISMO	
OS PORTUGUESES, PIONEIROS DOS MARES — <i>Prof Eurípides Cardoso de</i> <i>Menezes</i>	79
A EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA E O CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME — 3ª PARTE — <i>Cel Octávio Tosta</i>	125
ECONOMIA, FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO	
A POLÍTICA DA DÍVIDA INTERNACIONAL — <i>Martin Feldstein</i>	69
BNH FISCALIZA CONSTRUÇÃO PARA MELHOR QUALIDADE — <i>Informe</i> <i>Especial</i>	159
DIREITO, LEGISLAÇÃO, REGULAMENTOS	
A REABILITAÇÃO NO DIREITO PENAL MILITAR — <i>1º Sgt Inácio Elias</i> <i>Pereira</i>	75
INFORMAÇÕES	165
LIVROS	169
REGISTROS	171

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores: Pinheiro Torres, Bernardino Assunção, Ezequiel de Carvalho e J. de Sousa Reis

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bernardino Kluge, Ezequiel de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (redatores), Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Faria Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Eulálio Figueiredo, Taboria, Amaro Vilela Nova, Marcos da Cunha.

(Fac-simile da portada do N.º 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUNCIANTES:

CAEEB	2ª Capa
HASPA	3ª Capa
A DEFESA NACIONAL	4ª Capa
HAEGLER S.A.	6
CPRM	34
MENDES JUNIOR	55

EMBRAER	164
ABECIPE	88/89
CAIXA ECONÔMICA	90
TRANSBRASIL	116
EDITORIAL MONCH	158
ROYAL FLEISCHMANN ...	56
SOUZA CRUZ	168
BIBLIX	174/175



NOSSA CAPA



A AVIBRAS INDÚSTRIA AEROSPAÇIAL S.A. desenvolveu nos últimos dois anos, valendo-se de sua experiência prévia no campo de foguetes, um sistema de foguetes de artilharia para saturação de área designado, internacionalmente, pela sigla ASTROS (Artillery Saturation Rocket System).

Sua principal vantagem, é a flexibilidade de sua concepção, que reúne em um único equipamento características de apoio geral e de apoio profundo. Junto a esta característica, é servido por um método de direção de tiro de comprovada eficiência.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Diretor-Secretário:	Cel Aldilio Sarmento Xavier
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Sady Nunes
Diretor-Tesoureiro:	Major Walter Soares Vieira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires
	Cel R/1 Asdrubal Esteves
	Cel Amaury Friese Cardoso
	Ten Cel Lino Palha de Castro
Conselho Fiscal:	Ten Cel José Pordeus Maia
	Maj Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma
Redator-Executivo:	Cel Aldilio Sarmento Xavier
Redator-Assistente:	José Lívio Dantas
Redatores:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis
	Cel Edson Alves Mey
	Cel Prof Celso José Pires
	Cel Agenor Francisco Homem de Carvalho
	Cel R/1 Asdrubal Esteves
	CF José Correia de Sá e Benevides
	Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas
	Ten Cel José Galaor Ribeiro
	Maj Hiram de Freitas Câmara
	Des Antonio de Arruda
Revisão:	Prof José Alberto de Assumpção
Publicidade:	Renaldo di Stasio
Expedição:	Floriano Serpa
	Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 2.000,00

Exterior: US\$ 50,00

Número avulso — Cr\$ 400,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



MENSAGEM DE NATAL

Na data em que a humanidade festeja o Natal do Cristo, tenho a satisfação de me dirigir aos meus camaradas, como Ministro do Exército, tanto para me rejubilar pela data maior da cristandade quanto para exprimir a todos e a cada um o meu reconhecimento pela perfeita comunhão cívica com que temos cumprido o nosso dever para com a Nação.

O Brasil não é litígio, é sobretudo a concórdia. Em nossas almas, só deve haver um desejo: o de ver a Pátria engrandecida, para que a leguemos mais forte e mais desenvolvida às novas gerações brasileiras.

As circunstâncias que conduziram as Forças Armadas a uma participação objetiva no processo político nacional, desde 1964, já se acham perfeitamente superadas. Entretanto, cumpre acentuar que o espírito cívico que nos levou a essa participação é o mesmo com que, em 1889, fizemos a República.

O Exército — como as demais Forças Singulares do Brasil — é essencialmente povo. Povo brasileiro. Povo genuíno. Povo que resolveu seus conflitos de classe e de raça, por uma mobilidade vertical bem sucedida, e que não interroga sobre o berço de ninguém, para lhe confiar as missões mais destacadas.

Desse exército sempre nos orgulhamos. E dele se orgulharão os que vierem depois de nós, com o mesmo espírito de coesão brasileira, de harmonia social, de solidariedade humana.

Poucos sabem o que fez o Exército, durante todo este ano, nas duas frentes em que as calamidades da natureza nos bateram à porta: no Nordeste, com a seca; no Sul, com as enchentes. A imediata mobilização de todos nós, no sentido de amparar nossos irmãos, eu a sinto agora, com o desvanecimento, com os testemunhos de reconhecimento e gratidão de nossos patrícios, nas mensagens que recebi e que continuo a receber, nas provas de apreço, com que foram distinguidos muitos de nossos companheiros — dos mais humildes aos mais graduados.

A missão do Exército, na assistência às frentes de trabalho no Nordeste, é a maior que, no curso de nossa história, tivemos a oportunidade de prestar. Nada mais fizemos do que cumprir nosso dever fundamental. Nossa força existe para servir à Nação, tanto na paz quanto na guerra. Sobre tudo na paz, porque é de paz a vocação do Brasil, neste mundo em crise.

Eu gostaria que meus companheiros se inteirassem de tudo quanto realizamos nesse setor. Para que se orgulhem ainda mais de serem soldados do Brasil. Somos a Nação vigilante. Mas somos também a Nação operosa, que se desincumbe das mais belas missões de paz — abrindo estradas, construindo pontes, acudindo aos necessitados, zelando pela ordem, publicando livros, mantendo escolas, dando aos que chegam o mesmo espírito de dedicação à Pátria com o qual construímos esta Nação.

Em breve, plenamente normalizada a vida democrática brasileira, nossa missão será a mesma, a serviço do Brasil. Se o país atravessa ainda uma conjuntura difícil, saibamos reconhecer que estamos lutando sob o signo da paz, com a certeza de que somos também o reflexo da conjuntura que sacode o mundo.

A abertura política, com o qual se completa o processo iniciado com a Revolução de 1964, corresponde ao anseio da Nação, fielmente interpretado pelo Presidente da República, sob a garantia das Forças Armadas.

A história de um povo não é um conjunto de fases felizes. É uma luta contínua, com este ideal a alcançar: o progresso do país. A felicidade geral é o resultado de um combate incessante, que implica no concurso de todas as gerações que se sucedem.

Neste dia de Natal, assim como celebramos a glória de Deus nas alturas, estamos também celebrando a paz aos homens de boa vontade, para que o Brasil continue a engrandecer-se, com o nosso trabalho, o nosso esforço e a nossa dedicação, sob o signo da liberdade e da fidelidade às mais puras tradições nacionais.

Brasília, DF, em 25 de dezembro de 1983

Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque
Ministro do Exército

nais. Exemplos típicos seriam, para a primeira opção, MLRS americano e, para a segunda, o sistema LARS-110 da República Federal da Alemanha.

A distinção entre as missões atribuídas aos dois tipos especificados levou a classificar os primeiros como "Armas de Apoio Profundo" (Battlefield Support Weapons) e os segundos como "Sistemas de Apoio Geral" (General Support Systems). Em outras palavras, os foguetes de alcance mínimo de 30 km se constituem como um intermediário entre um "sistema tático" e um "sistema estratégico" — onde se situam, com nitidez, os mísseis de alcances superiores a 800 km, em geral sempre portadores de ogivas nucleares.

O SISTEMA ASTROS

A AVIBRAS INDÚSTRIA AEROSPACIAL S.A. desenvolveu nos últimos dois anos, valendo-se de sua experiência prévia no campo de foguetes, um sistema de foguetes de artilharia para saturação de área designado, internacionalmente, pela sigla ASTROS (Artillery Saturation Rocket System).

Sua principal vantagem, é a flexibilidade de sua concepção, que reúne em um único equipamento características de apoio geral e de apoio profundo. Junto a esta característica, é servido por um método de direção de tiro de comprovada eficiência.

OS VEÍCULOS DO SISTEMA ASTROS

O sistema emprega uma mesma plataforma básica para os veículos

lançadores, para a diretora de tiro, e para os veículos remuniçadores.

Devido à indisponibilidade no mercado nacional de um veículo com as características desejadas para atender à demanda do mercado, e o desinteresse das empresas existentes pelo desenvolvimento de um veículo novo, a AVIBRAS criou uma subsidiária, denominada TECTRAN, para resolver o problema, onde os chassis são complementados para a produção em linha industrial dos três modelos acima citados. A cabine é modelo único e as principais características dos veículos atualmente em montagem são as seguintes:

- capacidade de carga útil de 9 tons em qualquer terreno;
- motor de 280 HP;
- tração 6x6;
- velocidade máxima (estrada): 90 km/hora;
- velocidade máxima (fora-de-estrada): 36 km/hora;
- guarnição: 4 homens.

Sobre este veículo básico é montado um super-chassis, que por sua vez recebe um dos três complementos: a plataforma de tiro, a diretora tipo FIELDGUARD, ou o comportamento de carga da remuniçadora/guindaste de remuniçamento.

Todos os veículos do sistema são transportáveis em aeronaves Hércules C-130, ou qualquer outra de dimensões internas superiores às do Hércules.

O Lançador-Múltiplo Astros:

O lançador é constituído de um chassis básico mais a plataforma

de tiro. Esta é formada por uma estrutura mecânica com comandos hidráulicos para dar à plataforma movimentos em direção e em elevação do berço de foguetes. O berço é uma caixa onde podem ser colocados quatro containers; estes containers podem ter três tipos de foguetes:

- calibre 127 mm (SS-30), com 08 foguetes por container;
- calibre 180 mm (SS-40), com 04 foguetes por container;
- calibre 300 mm (SS-60), com 01 foguete por container.

Conseqüentemente, a capacidade de rajada de um veículo lançador será de $4 \times 8 = 32$ foguetes de 127 mm, $4 \times 4 = 16$ foguetes de 180 mm, ou $4 \times 1 = 4$ foguetes de 300 mm.

A Direção de Tiro

A direção de tiro dos lançadores é feita por um equipamento tipo FIELDGUARD com um radar de nova geração de maior alcance do que o empregado no sistema LARS-110 (Alemanha Ocidental).

O observador terrestre ou aéreo são dispensados, com óbvias vantagens. A seqüência de operações já foi abordada no nº 699 da Defesa Nacional (jan/fev/1982) e, em resumo, é a seguinte: um lançador base (seria a peça diretriz da bateria de tubo) executa alguns tiros de ensaio (chamado "pilotos") em número mínimo de 02; caso se deseje a precisão máxima na eficácia, até 5 tiros pilotos poderão ser dados. O radar da diretora determina a trajetória dos tiros pilotos até





cerca de 2/3 a 3/4 de sua extensão e extrapola o restante, determinando o ponto fictício médio dos impactos (pois os foguetes pilotos se autodestroem para não alertar o inimigo, após 3/4 da trajetória). O computador da Diretora compara, então, o ponto fictício médio dos tiros pilotos com o ponto que deveria ter sido atingido em condições ideais da tabela de tiro. Esta é a comparação da trajetória do momento, afetada pelas condições atmosféricas, variações do foguete, etc, com a trajetória de tabela, da qual resultam correções em direção e alcance, que são rapidamente transmitidas a todas as peças da bateria para o tiro de eficácia, por processamento de dados, considerando as coordenadas do centro da área de alvos. Este tempo é extre-

mamente curto (máximo de um minuto) e a Diretora pode com o resultado obtido bater vários alvos simultaneamente (dividindo a Bateria em Seções, por exemplo) ou "moldar" os elementos de tiro dos diversos lançadores à forma do alvo. A Diretora de Tiro tem capacidade de dirigir o fogo de até 8 lançadores em alcances até 60 km, os quais seriam inacessíveis a observador terrestre e mesmo ao observador aéreo.

O Remuniciamento

A viatura remuniciadora transporta 8 "containers" de qualquer tipo, em duas camadas de 4. Tem um guindaste para transferir, um a um, os "containers" do compartimento de carga para a plataforma

de tiro do lançador, ficando as duas viaturas lado a lado. Os próprios operadores da remuniadora, auxiliados pelos 4 homens da peça, são suficientes para o trabalho.

Os foguetes de 180 mm e 300 mm são sempre remunicados com os guindastes, pelo grande peso dos containers. Os foguetes de 127 mm podem, em emergência, ser carregados manualmente.

Os "Containers"

Os foguetes são colocados nos "containers" (dotados de proteção contra umidade, poeira, etc.), na fábrica, e neles permanecem até o instante do tiro.

Os Foguetes

Todos os foguetes do Sistema ASTROS utilizam como propelente o composite, um combustível sólido de excelentes propriedades mecânicas, programa de queima com liberação de energia consideravelmente melhor do que a base dupla, e maior vida em estoque.

A família de foguetes do Sistema cobre com apreciável recobrimento todos os alcances entre 9 e 60 km.

Os foguetes de 127 mm são portadores de uma ogiva de alto explosivo, de emprego geral. Os de 180 mm (alcances entre 15 e 35 km) e os de 300 mm (alcances entre 20 e 60 km) utilizam ogivas múltiplas, portanto submunições, todas com efeito duplo anti-carro e anti-pessoal. Após ejetadas as submunições se dispersam e caem de forma ordenada, funcionando por impacto

no solo, com efeitos destrutivos em uma grande área, bem maior do que aquela obtida por uma ogiva de alto explosivo (embora, é claro, nesta última o efeito localizado seja muito mais poderoso).

Como ordem de grandeza, a área de efeitos destrutivos de um foguete SS-40 é quatro a cinco vezes maior do que a de um SS-30; por sua vez, a área de efeito do SS-60 é aproximadamente três vezes a do SS-40.

Conclusões

A produção em linha industrial de um sistema de foguetes para saturação de área do porte do ASTROS, coloca o Brasil em evidência no campo da tecnologia militar.

As características técnicas e operacionais do ASTROS incorporam o que de mais moderno existe para este tipo de arma. Em maio do corrente ano, a AVIBRAS montou um "stand" na Feira Aeroespacial de Le Bourget, quando autoridades militares de inúmeros países constatarem o alto nível de seus produtos, entre os quais o SISTEMA ASTROS, representado por fotografias, video-tapes e maquetes.

Em termos de custo-benefício, o poder de fogo de um lançador múltiplo ASTROS equivale a mais de trinta peças de artilharia de tubo; adicionalmente, seu alcance é duas vezes maior do que os melhores obuses 155 mm disponíveis no mercado internacional. Consequentemente, a dotação de uma Bateria do equipamento ASTROS para

uma Artilharia Divisionária multiplica várias vezes o seu poder de fogo, no que se refere a alvos de grandes dimensões que exigiriam, sem esta Bateria, a concentração simultânea de todas as peças de tubo dos grupos de Artilharia Divisionária. Vale mencionar que esta potencialização é obtida com um pequeno efetivo, quando comparado com aquele necessário para artilharia de tubo.

A melhor comprovação dos méritos de uma arma está na sua avaliação pelo mercado internacional, onde clientes com plena liberdade de aquisições, conhecimento do assunto pela sua experiência em

combate e necessidade de buscar o melhor produto pelo custo compatível, realizam suas opções. Neste tipo de negócio não há proteções alfandegárias nem dispositivos para reservas de mercado. Há, tão somente, a busca pelo mais eficiente, pela garantia de qualidade, prazos de entrega oportunos e preços adequados ao nível do produto. Neste aspecto, a melhor referência para os méritos do SISTEMA ASTROS é que, ainda na fase de desenvolvimento dos protótipos, a AVIBRAS já vendeu no exterior sua produção de 1984 e 1985 e tem diversos outros contratos em processamento.



O Cel R1 Kleber F. de Oliveira é da turma de 1946 da AMAN e possui todos os cursos da carreira militar, inclusive o CEMCFA e ESG. Em 1972 foi Chefe da Seção de Artilharia da ECEME e da Comissão de Estudos para implementação de mísseis no Exército, integrada por oficiais do C. Art. da ECEME e EsAO. Transferido para a reserva a pedido em abril de 1979, atualmente é Gerente de Vendas Internacionais e Assessor Especial para Armamento do Exército da Avibras Indústria Aeroespacial S.A., empresa brasileira em São José dos Campos.



REGIMES POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

Jorge Boaventura de Souza e Silva

O tema em estudo é um dos mais palpitantes e dos mais momentosos, sobretudo na quadra conflitual, preocupada — dramática mesmo — por que atravessa o mundo em geral e as sociedades emergentes, na busca de formas de convivência política, adequadas, tanto quanto possível, às realidades subjacentes de suas sociedades. O tema é, já de si, bastante para nos deixar preocupados. Ainda nesta introdução, acrescento algo que é, digamos assim, uma visão preliminar acerca do enfoque ou da visão crítica que pretendo atribuir ao tratamento do tema em questão.

Acredito muito numa expressão, de extrema felicidade, de alguém que, um dia, disse que cada um de nós é, sempre, querendo ou não, a última palavra do passado e a primeira palavra do futuro. Isto

significa que, quem quiser ter uma idéia coerente, racional e realmente inteligível do presente, deve preocupar-se com o passado de que veio; e quem desejar projetar, para o futuro, em uma visão prospectiva, algo que tenha um mínimo de base de sustentação, haverá de, também, valer-se da compreensão do presente para poder fazer aquela prospecção. Contrariando o enfoque geralmente adotado, para o tratamento deste tema, tenho a intenção de acentuar um pouco a preocupação de natureza histórica; não diria tanto, a ponto de ir até às sociedades que Eric Voegelin chama de sociedades cosmológicas, como a da China, tradicional, em que o ideograma que representava a palavra Wang — significativa de soberano ou de imperador — era constituído de dois traços horizontais, grandes, entre os quais

mais poderosa e mais culta também. Pois a aristocracia, os reis e os fidalgos, continuavam achando, à luz daquela visão ética anterior, não muito digna a manipulação, pelo menos ostensiva e confessada, dos negócios. Muitos, de fato, se abstinham dessa manipulação, por considerarem-na indigna dos padrões de elegância e de fidalguia de um nobre. Razão pela qual, em pouco tempo, quando os príncipes ficavam arruinados em suas finanças, eram obrigados a recorrer aos banqueiros burgueses. Esses banqueiros, tal era a visão da época, muitas vezes nem eram recebidos diretamente pelo príncipe, senão que pelo seu intendente, na porta dos fundos do palácio, pois a natureza de sua atividade continuava a ser considerada menos nobre, menos digna, menos satisfatória, para a postura social da aristocracia.

Ora, a prevalência financeira da burguesia é alguma coisa que começa a crescer e a adquirir significação histórica, pois, à medida que o tempo foi passando, dentro de tal perspectiva, evidentemente, a burguesia se foi enriquecendo cada vez mais, enquanto a nobreza se arruinava na mesma medida. Como esta última não desempenhava, à altura da situação de que desfrutava, os deveres que lhe incumbiam, na liderança e na condução das coisas do Estado, rapidamente começou a desacreditar-se, diante dos que jurisdicionava, mas que passaram a ver, nela, o oposto do exemplo que esperavam. Assim, o quadro social já apresentando uma perspectiva de mudança.

Se retrocedermos um pouco, na

História, iremos, mudando o enfoque, verificar que, na Idade Média, a Igreja Católica era quem controlava todas as instituições difusoras da cultura. Havia então um grande perigo de natureza ideológica, sobretudo devido à ameaça presente na Europa: o fulgurante Império Sarraceno, que ali permaneceu durante séculos. Em certa feita, suas forças chegaram, inclusive, a assediarem o Castelo de Santo Ângelo, e a manter o mar Tirreno, durante mais de 150 anos, como um lago particular das suas naves. Então, como se vê, a Igreja tinha motivos para grande preocupação, de natureza cultural, o que a levava a vedar a leitura e o exame dos textos das civilizações anteriores, sobretudo da Hélade, que fossem considerados perigosos, do ponto de vista dos critérios e da visão crítica eclesial. Essa proibição gerou, no correr do tempo, um desejo de vulnerá-la, de conhecer aqueles textos; e foi assim que surgiu alguma coisa que o autor Mac Fadden chama de "liberalismo intelectual", quer dizer, uma espécie de aspiração de liberdade, exercitada apenas no plano intelectual. Essa aspiração de liberdade, foi-se, realmente, a pouco e pouco, implantando e trazendo as suas consequências. Começaram a surgir idéias que não eram muito do agrado da hierarquia da Igreja da época. Começaram a ser defendidas, por exemplo, as idéias de Averróis. O averroísmo foi uma das primeiras heresias combatidas pela Igreja. Nesse quadro começou a se deteriorar a autoridade monolítica e incontroversa, até então vi-

gente, no que lhe respeitava, do magistério da Igreja.

Por estas razões, e outras que não vêm ao caso aflorar aqui, é que é fenômeno do Século XV, já depois da Idade Média, a Reforma, fato evidenciador de que, pela primeira vez, no ocidente europeu, surgia uma contestação explícita à autoridade de Roma. Também surgiu, concomitantemente à Reforma, a Renascença, mais ou menos no mesmo período, com o extraordinário surto de artes plásticas, com uma produção artística estupefata, características suas muito difundidas; e com uma visível e acentuada decadência de costumes, esta última não tão mencionada... Quem se dá ao trabalho de ler Maquiavel tem um panorama de como, os que conduziam as coisas públicas, na Renascença italiana do seu tempo, viam essas coisas públicas, e qual era o tipo de ética que, então, estava em prática. Era de tal natureza que, por exemplo, as senhoras que, hoje, alguns — por irrisão — dizem que têm vida fácil, e que eram, ao tempo da Idade Média, designadas de "pecatrice", passaram a ser chamadas de "cortigiani", quer dizer, pessoas com uma conduta parecida com as das damas que freqüentavam as cortes... Isto também foi uma característica renascentista, embora muito pouco difundida.

Acontece que os tronos, na Europa, não tinham a feição da sociedade de visão cosmológica a que se refere Eric Voegelin. De certo modo tinham, sim, porque admitiam que a autoridade do Rei provinha de autoridade de Deus. O raciona-

lismo-naturalista não tinha tomado conta, ainda, de todas as mentes, mesmo dentre as que se haviam desvinculado da Lei Mosaica. Não tinham virado as costas ao referencial axiológico de caráter permanente. O Rei representava a ordem, a necessidade de coordenação e de normalização das atividades díspares dos que eram sujeitos a essa ordem. Em tal sentido, o Rei exprimia a Ordem que estaria impressa, pelo Criador, em todas as coisas do mundo criado. Ora, o que reforçava essa visão, claro que coincidente com a autoridade e com o interesse dos reis, o que a reforçava, era a autoridade da fonte de que provinha. No mesmo passo em que essa fonte foi posta em questão — e não apenas pela Reforma, e nem, principalmente, por ela, mas por todas as circunstâncias que estou assinalando e que resultaram no Renascimento e em outras correntes que brotaram a partir daí — na medida em que se enfraquecia a autoridade que provinha daquele ponto, enfraquecia-se, também, a autoridade dos reis. Aconteceu que o liberalismo, que era apenas intelectual, transitou à matéria religiosa e incidiu, perfeitamente, sobre o fenômeno "Poder" enfeixado, até ali, pelos reis. Vê-se, assim, que os reis já começavam, então, a ter minadas as bases dos seus tronos.

O tempo continuou a avançar, e nós estamos assistindo, agora, já à altura do Século XVIII, ao aparecimento do que resultou da aplicação sistemática do método de investigação experimental às ciências da Natureza, trazendo o referido

emprego um sucesso extraordinário, e uma conseqüente sensação de suficiência, de euforia, no que respeitava às capacidades da razão humana. E é por isso que, nesse instante, surge, na História, com um vigor extraordinário, o que foi chamado de racionalismo, e eu, hoje, chamaria de "racionalismo"; racionalismo de exaltação da razão humana, como sendo o único critério capaz para julgar o que é — e o que não é — conveniente para o Homem, cada vez voltando mais, a humanidade, as costas em relação à fonte de autoridade a que, em última instância e em sentido transcendente, ela estivera submetida até ali. Ora, nesse mesmo período, quando a razão humana estava assim tão eufórica, cerca de um século adiante, surgiu o Positivismo, o qual traçou, a pantógrafo, a figura do homem no objeto de sua adoração. Era a Religião da Humanidade, era o homem de joelhos diante dele mesmo. Então, nesse contexto assim "racionalista", brota, sobretudo na França — e sobretudo em virtude da transplantação, para ali, do pensamento de Lorde Bacon, transplantado esse feito sob os auspícios generosos do Sr. Condillac que, juntamente com Diderot, foi um dos maiores vultos da Enciclopédia — o movimento dos enciclopedistas.

Naquela altura, tal movimento tinha uma visão humanística, porque, apesar do seu "racionalismo" agnóstico — quer dizer, que já não tinha preocupação com respeito a causas primeiras e a conseqüências finais — esse racionalismo brotava do contexto cultural que conti-

nuava — e continua — a ser, até hoje, predominantemente cristão, mesmo com as incorporações da tradição judaica e dos valores das civilizações helênica e romana. Segundo definição e Suzanne Langer, cultura não é outra coisa senão "a expressão simbólica de modos de sentir habituais desenvolvidos", e tais modos de sentir habituais estão presos a valores ancestrais, os quais continuavam a ser, naquele contexto, nitidamente cristãos. Por isto, os próprios agnósticos da Enciclopédia geraram um ideário generoso, porque era um ideário que se baseava nas idéias de liberdade, de igualdade, que a Lei negava, uma vez que estabelecia diferenças irreversíveis, pelo nascimento, ou pela atividade, distinguindo, na França, entre os que constituíam o Terceiro Estado, a plebe, e os que compunham a aristocracia e o clero. Proclamavam o ideal de igualdade, e o de fraternidade. Este, então, naquele contexto de influência nitidamente cristã — não que a fraternidade seja uma exclusividade da religião cristã, mas, naquele contexto cultural, não o poderíamos atribuir a uma visão de Buda, e sim, realmente, a uma manifestação clara da visão cristã. E foi assim que a Enciclopédia se constituiu no manancial de que brotaram as idéias-força, que afinal desaguaram na Revolução Francesa de 1789. Idéias entre as quais se insculpia a de liberdade. Justa, porque não há atributo mais nobre, mais magnífico, no sentido social e humano, do que a liberdade. Mas ocorre que, como brotava

de um seio cultural sob influência agnóstica, o ideal de liberdade foi colocado como uma bandeira, diante das aspirações das massas oprimidas, espoliadas, injustiçadas sem contornos e sem limites; e não foi por outra razão que, rapidamente, a Revolução Francesa, de 1789, levou ao período que a História registra como de terror, e pouco tempo depois desaguava em Napoleão Bonaparte, como, com a crise de 1848, desaguava em Napoleão III.

Eu diria que, ao mesmo tempo em que os fatos, que acabei de assinalar, se desdobravam, surgiam em outro campo, outros fatos de importância transcendente representados, precisamente, pelos avanços a que fiz menção há pouco, no campo das Ciências Naturais. Estas começaram a desenvolver-se num ritmo vertiginoso trazendo progresso, mas trazendo, também, a fragmentação do pensamento humano, até aí coeso e unitário, no sentido de que os eruditos, até o início do Século XVIII, poderiam ter uma visão global, completa, dos conhecimentos da Humanidade do seu tempo; e isso ocorreu com frequência — talvez não o conhecimento detalhado, mas o conhecimento global e correto acerca de todos os conhecimentos válidos da Humanidade de então. Assim, a aplicação sistemática do método experimental às ciências da Natureza, trazendo vertiginosa progressão do conhecimento dos fenômenos, também trouxe a especialização crescente, porque cada ramo se desdobrava em sub-ramos, que davam sub-ra-

mos e assim por diante, até que, em muito pouco tempo a Humanidade perdia a visão de conjunto. Isto num contexto de impregnação ainda "racionalista", de endeusamento, agora, do valor da Ciência, como instrumento válido para resolver todos os problemas, com o desprezo das "alienações" do tipo transcendente, religioso. Então, a Ciência é que resolveria tudo. Mas ela trouxe, também, a Revolução Industrial.

Repare o leitor como são contemporâneos os fenômenos. O movimento da Enciclopédia é contemporâneo da Revolução Industrial, que trouxe tremendas transformações sociais, que passaram a ser controladas, evidentemente, pelos que dispunham de recursos suficientes para comprar as máquinas que surgiram; e eles não eram outros senão aqueles burgueses que, tantos séculos atrás, antes ainda dos burgos, andavam acompanhando os exércitos romanos e que, àquela altura, já eram as pessoas que possuíam a instrução, o preparo e os recursos suficientes para o financiamento do novo ciclo. Mas, esse novo ciclo encontrava, no conceito impreciso de liberdade, uma coisa maravilhosa para, alapardado por detrás dele e em nome dela, espoliar, em outros termos, as pessoas que agora estavam subordinadas a outro tipo de tirania. De fato, a Revolução Francesa, no seu ímpeto, entre outras coisas, liquidou com as Corporações de Ofício, que haviam funcionado durante o período medieval e não colocou, no seu lugar, outros organismos, capazes de defen-

der a massa desassistida que vivia, apenas, do seu trabalho e que agora estava arruinada. Eis que o método anterior, de natureza artesanal, estava superado, e aquelas pessoas não tinham outra coisa senão a sua força de trabalho para alugar aos que eram possuidores das máquinas. Então estes passaram a ser os grandes arautos da liberdade, pois ela se projetava no campo econômico na forma de livre concorrência, livre comércio, livre câmbio, tudo livre, tudo em nome da liberdade... Uma liberdade que deu, como frutos, muito rapidamente, os que foram descritos, não por mim, cuja descrição pouco valeria, mas pelo Papa Leão XIII, na introdução à encíclica, que dedicou à questão operária, a *Rerum Novarum*. Ali, Leão XIII pinta, de forma dramática, o significado daquela situação, e foi no seio dela que surgiram os movimentos reivindicatórios que já não eram os da Enciclopédia. Eram outros, como os movimentos socialistas, de La Salle, de Babeuf, de Fourier, de Blanc, de Saint Simon, de Owen, de Proudhon, de Blanqui.

Os que não se dedicam, especialmente, a este estudo, imaginam que o socialismo marxista foi uma espécie de mágica que surgiu pela intenção maldosa de um homem que, de repente, teve uma inspiração e o inventou. Não, ele surgiu desse contexto que estou apresentando ao leitor. Então, esses socialismos foram depois chamados, por Marx e seus partidários, de socialismos utópicos, uma vez que eles teriam alcançado a visão socia-

lista científica, abordada mais adiante.

Estou, por enquanto, comentando a essência da Democracia porque, historicamente, ela precede o marxismo. O que interessa é a *essência* da democracia. *Essência* essa que está na dignidade do homem. Ela nada tem a ver com a democracia grega. Isto é outro engano freqüentemente difundido, apenas por motivo etimológico, porque "demos" e "Kratos", então democracia... E a Grécia nada teve a ver com isso. Se pesquisarmos os primeiros pensadores gregos, como Tales de Mileto, o mais antigo deles, ou Anaximandro, ou Anaxímenes que compuseram, com aquele, os jônicos antigos; ou como Heráclito, ou Empédocles, os jônicos mais modernos; ou se nos voltarmos para a Escola Itálica, e pensarmos como Pitágoras; e se formos mais adiante, entre os sofistas — enfim, se fizermos essa busca, veremos que os primeiros, durante largo período, tinham preocupações predominantemente cosmológicas. Já bem adiante aparece Demócrito, cuja obra não é muito conhecida, diretamente, porque perdeu-se no tempo. Nenhum deles trata disso. Os que vêm a tratar desse assunto, mais tarde, são Aristóteles e Platão. Conforme o que disse Platão acerca da democracia, na sua *República*, o Estado Ideal reconhecia a democracia ateniense, os seus escravos, e as mulheres, excluídas do voto e da participação nas coisas públicas, como seres inferiores. Platão não apenas registrava isso como um fato concreto, mas assi-

nalava que era condição essencial do regime, porque só havendo escravidão é que os cidadãos poderiam cuidar, verdadeiramente, das coisas públicas. Esta era a democracia grega, que nada tem a ver com aquela em que nós acreditamos, porque a essência delas não é a mesma.

No período de filosofia patrística, que antecedeu o período medieval, em sua obra *Cidade de Deus*, Santo Agostinho, pela primeira vez, estabeleceu a dignidade essencial do homem por sua origem e a sua precedência sobre as superestruturas que o seu espírito livre cria. Esta é a essência da democracia. Quer dizer, consiste em reconhecer a anterioridade do homem e, portanto, em termos de boa razão, as superestruturas que seu espírito cria, só podem ser criadas para o seu serviço e não para a sua opressão. Isto é que é a essência. As formas são outras coisas. Hoje, pouco se diz acerca da *essência* da democracia, e muito acerca de suas *formas*; então, o que se quer discutir, para se saber se uma ordem é democrática, é se o recrutamento dos governantes se faz através de um sistema pluripartidário ou monopartidário; se o voto deve ser direto ou indireto, o que é uma discussão sediciosa, pois a democracia direta já não foi levada muito a sério, nem pelo próprio Platão, que a criticou, e que verificou seus resultados na morte que ela impôs a Sócrates, envenenado, e na derrota que Atenas sofreu diante de Esparta. Tal crítica é de Platão.

Essa democracia direta também

foi encarada, com grande suspeição, pelo próprio filósofo de Genebra, Jean-Jacques Rousseau. Ele sabia que esse regime só seria possível em pequeninas comunidades em que os problemas estivessem no acesso, em média igual, de todos os participantes das decisões. Então, nas sociedades modernas não pode haver democracia direta. Tem que haver a delegação da representação, feita através de tais ou quais mecanismos. Estes são aspectos técnicos. A matéria essencial, o que diz respeito à *essência*, é aquilo assinalado há pouco e que, em termos de nossa cultura, continua sendo — ainda que nós, particularmente, não sejamos sectários, nem tenhamos qualquer convicção religiosa — uma cultura impregnada da influência cristã. Em nosso seio, essa essência está ligada, necessariamente, à concepção do homem em sua transcendência. O homem como um ser cujo destino se projeta em termos de infinito e de eternidade; não como algo cuja realidade, toda, se esgota, durante o instante fugacíssimo que transcorre do nascimento à morte. Porque supondo isso, ainda que não se entenda — e as pessoas que não lidam muito com tais problemas são surpreendidas e flanqueadas — admite-se um racionalismo naturalista, que terá todas as virtudes, menos a virtude de ser cristão; e é por isso que se coloca essa discussão interminável sobre se democracia é, afinal, ou não é, ideologia. É porque as pessoas se deixam fascinar pela *forma* e esquecem a *essência*. Evidentemente não é coisa de entusiasmar muito e

de levar pessoas ao sacrifício e à batalha, decidir sobre se o voto deve ser distrital ou não; se o sufrágio deve ser direto ou não; se deve haver voto proporcional ou não. Enfim, tais mecanismos, por si, por serem técnicos, não têm feição ideológica alguma. O que buscam eles — e é o que hoje os veículos de comunicação de massa escondem, com tanto zelo — é esconder a essência. Escondem o fato de que o homem deve ser livre em virtude de sua natureza, tal como concebida no seio da nossa cultura. Pela origem que essa cultura descreve como algo dotado de espírito livre (e nem se deve supor que todas as escolas admitem essa liberdade de espírito). Só se pode conceber, razoavelmente, superestruturas que sejam postas a serviço dos ideais que os homens sustentam. Ideais estes, por sua vez, que haverão de definir-se em relação a um referencial axiológico de natureza permanente. Do contrário, o barco da nossa sociedade poderá ser um barco bem polido, bem pintado, luxuoso, rápido, mas com um pequeno defeito: não tem leme. Não tem rumo.

Observemos bem o que está acontecendo ao Ocidente, que é detentor, sem dúvida nenhuma (em virtude dos valores essenciais — não dos formais — que remanescem em seu seio, apesar dos esforços desenvolvidos para destruí-los), da liderança do progresso técnico e do científico, da eficiência econômica, da justiça distributiva, e, sobretudo, das liberdades civis. Com todas essas lideranças e seus reflexos em termos de poder mili-

tar (detendo hoje mais ciência, mais tecnologia, economia mais pujante, presume-se que possa ter maior poder militar), o Ocidente tem recuado muito mais do que seria indispensável ou sequer inteligível. Isto porque nós temos desprezado a essência, para nos fixarmos nas formas. Seria impossível esgotar o assunto neste artigo, mas creio que forneci os elementos fundamentais para reflexão. Em uma tentativa de classificação de regimes políticos, começamos com Aristóteles, que fala de critério numérico, estabelecendo a distinção entre as monarquias, governos de um só; de poucos, aristocracia, ou governos de muitos, democracia.

Quando o enfoque passa a ser filosófico, especialmente de natureza moral, então fala ele de regimes puros — monarquia, aristocracia e a democracia — e impuros: a tirania, como uma espécie de perversão da monarquia, e a oligarquia, corrupção da aristocracia. Na classificação da ESG, os regimes políticos são divididos em autocráticos de direita ou de esquerda; na direita, nazismo, fascismo e Estado Novo e, na esquerda, o marxismo-leninismo; e em democráticos, o tipo inglês e o tipo norte-americano.

Creio que se deva dizer alguma coisa sobre os regimes autocráticos de direita, que representam algo que os escombros da Segunda Grande Guerra sepultou. Ainda assim, algumas pessoas — quando não querem se comprometer em demasia em relação ao único regime autocrático que realmente tem

poderes e atua no mundo de hoje, costumam evocar esses fantasmas como se eles fossem, de fato, equivalentes ao que efetivamente existe em nossos dias. Quando alguém diz: "Eu sou contra o comunismo e o fascismo", parece que são dois poderes equivalentes. O fascismo é uma reminiscência que os escombros da Segunda Grande Guerra sepultaram. Vamos dizer, então, alguma coisa sobre esses fantasmas. O nazismo era uma concepção de Estado baseada no sangue. Adolf Hitler que, diga-se de passagem, chegou ao poder através do sufrágio universal direto, em eleições lisas que o seu partido ganhou, de forma avassaladoramente expressiva — acreditava ou fingia acreditar, nas doutrinas de Rosenberg sobre a questão racial. Entendia que a raça ariana seria a raça matriz do impulso civilizador do Ocidente, cujos representantes remanescentes estariam, principalmente, localizados na Nação alemã; e que uma Nação é sempre o resultado de vozes profundas que estão na intimidade do sangue, e que atuam na forma das tendências, das inclinações, das aptidões, dos gostos, do que resulta, afinal, a expressão cultural e o perfil identificador daquela Nação. Razão pela qual, onde estivessem os arianos estaria a Nação germânica, ainda que eles não vivessem dentro das fronteiras da Alemanha do seu tempo.

Achava ele que o maior crime, contra a Nação, estaria sempre representado pela miscigenação, pela mistura de sangue, porque, com esta mistura se ia entibando, es-

morecendo, o impulso civilizador excelente, só encontrando na raça ariana e em seus remanescentes. Sobre isso acrescia a questão do partido único, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, que teria, também, um único chefe, o Führer. Este era, pessoalmente, responsável pelas decisões tomadas, a nível governamental, sendo, segundo a sua visão, as decisões plurais, quase sempre, recursos menos dignos de repartir responsabilidades, de maneira a vir a torná-las indiscerníveis e, portanto, na prática, inexistentes. Em linhas rápidas isso é nazismo.

O fascismo, imaginado por Benito Mussolini, egresso do Partido Socialista Italiano, e portanto, no início de sua vida política, um socialista, tinha como fundamento a noção de que o bem da comunidade nacional, só seria alcançável, em grau excelente, quando tudo, em termos de Poder, se contivesse e se conformasse dentro da instituição do Estado. Assim sendo, e dentro da visão de máxima eficiência, não se poderia admitir o pluripartidarismo, porque ele não representaria outra coisa senão a fragmentação da opinião nacional, entibando, por via dessa fragmentação, o esforço que deveria ser coeso, reunido. Daí fascismo, "il fascio", o símbolo das legiões romanas, o feixe (de varas, juntas, unidas). Para que não se negasse qualquer tipo de representatividade, o fascismo adotou uma visão corporativista para a organização do Estado. Então as Câmaras do Fascio, eram de composição corporativa, pois a representação não

se fazia por partidos políticos, mas sim por classes. Havia uma extrema centralização política, uma autoridade irretorquível, do Duce, autoridade esta que podia contrabalançar, só ela, as divergências naturais que podem surgir de uma Câmara Corporativa, uma vez que os interesses de classe, de cunho econômico, freqüentemente são colidentes e, muitas vezes, não coincidem com o interesse comum da coletividade nacional. Daí a extrema centralização política. Isso foi o fascismo.

O Estado Novo não chegou a ser nada disso. Foi apenas a imposição da vontade de uma liderança carismática que se exercitou, em termos teóricos, de um modo ditatorial, mas o fez visando, sobretudo, agradecer e beneficiar as camadas mais numerosas da população, que são as que estão nos estratos mais baixos da sociedade nacional. Tinha o caráter de uma ditadura: Congresso fechado, depois da experiência fracassada de uma Câmara Corporativa, natimorta nos idos de 1934, o Estado Novo foi fundado em 1937. Representava ele o poder pessoal daquele líder carismático chamado Getúlio Dornelles Vargas. É curioso, para os que enfocam esse problema sob o ângulo sociológico. Parece que, os que se pretendem arautos dos mais profundos anseios da alma nacional, não estão sendo muito realistas quando colocam os seus enfoques no plano de reformas superestruturais — porque, em termos de superestruturas, o Estado Novo, convenhamos, deixava muito a desejar. Mas, não obstante isto,

não se pode negar que jamais houve, no período republicano, um Chefe de Estado, no Brasil, que tivesse a popularidade de Getúlio Dornelles Vargas. Aqui encerro o que tinha a dizer a respeito de regimes autocráticos. Quanto aos democráticos, nós já os vimos *na sua essência*. Na forma todos conhecem; o regime inglês e o americano são exemplos.

Vamos passar, agora, ao regime autocrático, que, efetivamente, existe em termos de Poder ameaçador, que é o marxismo-leninismo. O marxismo não é uma teoria do Estado, não é uma doutrina econômica, não é uma fórmula de implementação da justiça social, nem é um método de ação revolucionária. Ele é uma cosmovisão que se propõe a responder e, efetivamente, responde, a todas as indagações fundamentais do espírito humano.

Coloco, em primeiro lugar, esse lembrete, porque ele é essencial à compreensão do fenômeno. Quem imagina que o marxismo, para atuar, é obrigado a usar uma linguagem de significação política, por exemplo, está redondamente enganado. Quem pensa que sua atuação depende da pregação de determinadas teses, em matéria de sistema econômico, está completamente equivocado. Isso porque o marxismo é, de fato, uma cosmovisão e, assim sendo, propõe-se a responder e, efetivamente, responde, a todas aquelas indagações, de maneira que podemos ter uma estética marxista-leninista, como podemos ter uma economia marxista-leninista, ou artes plásticas

de inspiração marxista-leninista, como, também, uma matemática, por exemplo, os *Conceitos Fundamentais da Matemática* de conhecido autor português, livro que é espécime antológico de ensino da mentalidade dialética, através dos conceitos fundamentais da Matemática. É necessário entender, agora, quais são os fundamentos, os aspectos essenciais do marxismo, para que ele possa ser entendido como um todo. É claro que eu não poderia abordar, sequer, todos esses fundamentos, mas procurarei fazer, tanto quanto esteja ao meu alcance, uma seleção criteriosa deles.

Em primeiro lugar, é preciso compreender que o marxismo, realmente, parte da negação frontal e necessária da existência de um Deus criador, ou de qualquer coisa fora da ordem natural e fora da matéria. Esta posição não é, para o marxismo, uma posição lateral, que se possa adotar ou não. Esta é a posição de partida, e sem ela o edifício marxista deixa de existir, simplesmente. Ponho tanta ênfase nisto, porque há uma tendência, no povo em geral, de supor que o marxismo seja uma posição divergente do sistema, como seria um outro partido qualquer ou mesmo como o partido fascista. Mas não se trata disso. Trata-se de alguma coisa que refuta, que nega, que se contrapõe, de maneira taxativa, categórica e racionalizada, a todos os fundamentos da nossa cultura; e é a primeira vez na História que isto acontece: e eu desafio os historiadores a identificarem, no passado, alguma

tentativa de organizar a sociedade com base na negação total, radical e dogmática da transcendência. Pois o marxismo é, realmente, uma tentativa nova que surge nos seis mil anos, aproximadamente, da História dos homens. Ele é, então, um fenômeno singular. Pelo efeito da impregnação — que eu assim chamo, porque resultante de idéias que se aceitam, a princípio, difusas, depois bem configuradas, não pela análise racional, mas pela simples repetição maciça e continuada, ao longo do tempo — passou ele a conviver conosco como se fosse, apenas, uma coisa a mais que um bom democrata deve encarar como uma tendência, como um movimento, um partido como outro qualquer. Não, o marxismo não é isso. É um partido muito especial, com tendências e características especialíssimas e diferentes de todas as outras jamais surgidas no curso de toda a História, dos seis mil anos da Humanidade. Ele tem feição dialética, sabemos disto. No particular, Marx inspirou-se na dialética de Hegel, por irrisão, porque Hegel era o gigante do idealismo alemão. Marx era materialista e foi assim desde o início, não somente depois de estudos profundos. Tinha apenas 19 anos quando escreveu a sua primeira tese na Universidade de Berlim, onde pontificara, poucos anos antes, a figura de Hegel, que tinha um prestígio imenso na Europa daquele tempo, e sobretudo na Alemanha. A tese de Marx visou ao estudo comparativo do pensamento de Demócrito e de Epicuro, dois filósofos materialistas.

Se isto não bastasse para caracterizar a sua atração pela posição materialista, acrescentar-se-ia o facto dele haver colocado como ornamento de sua tese a frase do Prometeu, de Ésquilo: "Em uma só palavra, ódio a todos os deuses." Tinha, então, 19 anos de idade, o que mostra que o seu ateísmo militante não foi algo conseqüente a estudos demorados, análise conscienciosa. Era prévio, porque ele nasceu na cidade que, para os alemães é Trier, e para os franceses é Trêves. Marx nasceu em 1818, e aquela cidade, que fica na Renânia, voltou à soberania da Alemanha em virtude do tratado de Viena. Naquela região, em que nascia o jovem Marx, não se sabia direito, afinal, se era França ou Alemanha. Ele não teria uma visão muito entusiástica com respeito a temas nacionalistas, pois, além disso, era filho de pais judeus.

Havia, inclusive, na família, uma sucessão de rabinos; mas os pais de Marx se converteram à religião Protestante, professada pela Casa dos Hohenzollern que, extremamente ciosa de suas posições ideológicas, prestigiava o idealismo hegeliano. O pai de Marx era advogado e portanto com pleitos freqüentes em repartições oficiais. Alguns biógrafos, talvez um pouco maldosos, admitem que aquela conversão não tenha sido sincera, mas sim de conveniência. E o jovem Marx, que tinha seis anos, à época da conversão, estava vendo isso dentro de casa.

Talvez não estivesse muito interessado em levar a sério confissões religiosas de qualquer natureza.

Esse jovem continuou a sua vida. Não se destacou especialmente nos estudos do que para nós é o 2º grau, mas era, estupenda e extraordinariamente, inteligente. Uma vez, recusando-se a estudar Direito na Universidade de Bonn, para onde o mandara seu pai, passou a estudar Filosofia na Universidade de Berlim. Ali, ele se filiou, rapidamente, ao que se chamava, então, de esquerda hegeliana, pois não tinha estatura, nem os que compunham a esquerda hegeliana, para uma contestação frontal e global ao pensamento de Hegel.

Passou a freqüentar a roda de David Strauss, de Bruno Bauer, que tinham Ludwig Feuerbach como líder espiritual e intelectual. Eles tentavam contestar o pensamento de Hegel, mas não tinham, ainda, pelo menos Marx, suficiente bagagem para uma contestação válida, global e respeitável. Começou ele a militar nessa roda e, em pouco tempo, Bruno Bauer tentou levá-lo para a Universidade de Bonn, para ser professor e defender tese. Esses problemas de infiltração, como se vê, não são novos no ambiente universitário. Ocorre que, nesse entretempo, Marx publicou, a quatro mãos, com o mesmo Bruno Bauer, um folheto, que nós chamaríamos hoje de subversivo, denominado *A Trombeta de Juízo Final, contra Hegel*. O "SNI" da Casa reinante, da Prússia, identificou, rapidamente, os autores do folheto; em conseqüência, ele teve fechadas as portas da Universidade de Bonn e de todas as Universidades alemãs. Daí, frustrado em suas pretensões ao magistério,

derivou para o jornalismo e foi ser colaborador do jornal *Reinische Zeitung*. Nesse jornal deram-lhe a incumbência de tratar de temas sociais, relativos aos problemas operários, na época em efervescência. Na época, de todos aqueles socialismos antes mencionados, ele, como não tinha condição para tal, pediu alguns meses para se inteirar desses assuntos, dos quais não cuidava. Depois desse tempo, começou a colaborar e passou a ser o mais radical entre os radicais que escreviam no *Reinische Zeitung*.

O governo da Prússia, novamente vigilante, criou situação tal, que ele sentiu que seria melhor emigrar para a França, que era grande recipiendária — em virtude da famosa liberdade, sem contornos, sem limites, a que foi feita alusão — de todas as tendências, as mais variadas da Europa inteira. Na França, tentou colaborar em outro jornal, o *Deutsch Franzosisch Jarbucher*, que não teve sucesso por motivos financeiros. Começou a freqüentar as rodas da "boemia" de esquerda, em Paris, onde conheceu Proudhon, que lhe deu a idéia de aproveitar a dialética de Hegel. Ora, essa dialética era o próprio idealismo na sua feição mais explícita. Ela partia da existência de um Conceito Absoluto que, num primeiro movimento dialético se auto-determinava na categoria mais simples que era o "ser", o qual num novo movimento dialético gerava o "não-ser" e a interação dialética, o "devenir", etc. Isto já existia desde o conceito absoluto. Na espécie humana, a dialética passa a existir no mecanismo do pensamento em

que cada idéia, por não conter toda a verdade que o conceito absoluto contém, é, apenas, expressão parcial de verdade e, por isso, traz, em si mesma, idéia que lhe é contraditória; e a interação entre as duas não anula nem uma nem outra, mas supera ambas na geração do que se chama síntese, em linguagem hegeliana; a síntese, uma vez formulada, se constitui numa nova tese a gerar a sua antítese, e, novamente, a síntese, o que seria o mecanismo do pensamento humano, em direção à reincorporação no Conceito Absoluto. Este mesmo mecanismo existiria nos outros seres, inclusive vegetais, animais, etc., através da "necessidade". É ela que orienta e encaminha os seres não-rationais, no rumo da integração no Conceito Absoluto.

Ora, isto é idealismo puro. Marx era materialista ferrenho. À primeira vista, seria um disparate, mas ele era não apenas materialista, mas, também, revolucionário. É dele a expressão: "A Filosofia, até hoje, ocupou-se em explicar o mundo. É necessário que ela agora seja capaz de transformar o mundo." Ele viu, na dialética de Hegel, a formidável potência do seu dinamismo e, simplesmente, inverteu a teoria hegeliana, dizendo que Hegel viu a dialética invertida, e que existe a dialética, originariamente, na matéria. A mente não é outra coisa senão reflexo das atividades da matéria; e como a matéria é dialética, a mente também é dialética, mas como reflexo e não originariamente. Assim se introduziu no sistema de pensamento marxista, ou na sua cosmovisão, a dialé-

tica. Esta é uma formulação bem resumida do assunto.

Quais são os problemas que se apresentam, logo de início — e é aí que vamos chegar a algo mais substancial — a qualquer escola filosófica, que se proponha, em sua visão cosmológica, a explicar o Universo?

É o problema do movimento. O Universo é dinâmico, movimentase. É, também, o problema do aumento quantitativo da realidade. Por exemplo, este planeta, esta nave espacial, como alguém já disse, tinha alguns milhões de habitantes há cem anos atrás. Hoje, tem aqueles milhões mais n milhões de habitantes humanos. Houve o aumento quantitativo da realidade na espécie seres humanos; e é, também, o aparecimento de novas qualidades, quer dizer, coisas que não existiam antes e que agora passaram a existir. Esses problemas precisavam ser resolvidos, e Marx propôs-se a enfrentá-los através de leis, absolutamente fundamentais em matéria de marxismo, sem cujo conhecimento posso assegurar que qualquer pessoa, que se suponha conhecedora do pensamento de Marx, é, a respeito dele, solidamente analfabeta. A primeira é a chamada Lei dos Contrários: "a realidade é uma união de contrários", o que implica na afirmação de que todo ser é, sempre, o resultado de uma união de contrários. Como são contrários, se contrariam e, ao se contrariarem, conferem dinamismo ao ser. Esta é a explicação marxista para o movimento observado no Universo; não é uma explicação, uma hipó-

tese, ela é a explicação. E isto pode ser encontrado, por exemplo, no que, expressamente, declara Viacheslav Adoratsky — que foi diretor do Instituto Marx-Engels-Lenine em Moscou — em suas obras, nas quais ele, taxativamente, declara que é a causa; e, mais e melhor do que isso, no 22º volume da *Grande Enciclopédia Soviética*, em que o verbete correspondente, de autoria de Razumovsky, também diz que a lei dos contrários é a explicação para todo o movimento observado no Universo. Movimento, não no sentido mecânico, só, mas no sentido filosófico, ou seja, toda a atividade observada no Universo, dispensando, e isto é textual, as ideias alienadas a respeito de um Deus fora da matéria. Esta é a lei fundamental do materialismo dialético.

A outra lei é a que tenta explicar o aumento quantitativo da realidade, a Lei da Negação: todo ser tende para a sua negação, a qual, ao ocorrer, acarreta o aumento quantitativo da realidade na classe do ser que é negado. Sem dúvida, isso é complicado. Mas, se usarmos um exemplo do próprio Friedrich Engels, na sua *Dialética da Natureza*, ficará claro. Diz ele: "Tomemos um grão de cevada, deixemo-lo cair ao solo; ali, em face das condições do meio, ele germinará, emitirá cotilédones, raízes e um caule e, daí a pouco, haverá desaparecido o grão de cevada. Ele negou-se, mas, em seu lugar, surgiu o pé de cevada e a espiga de cevada, onde o grão, que se negou, ressurge em cem, duzentos", ou seja, a negação acarreta o aumento da

realidade na classe do ser que foi negado. Esta não chega a ser uma lei, porque dizer *como* uma coisa se passa não é dizer *porque* a mesma se passa assim e não de outra maneira; e fazê-lo de forma tão superficial também não satisfaz a quem tem a exigência crítica um pouco mais aguda, pois seria o caso de perguntar-se: se lançarmos um pedaço de pedra ou de milho, nasce um pé de cevada? Não, só se lançarmos o grão de cevada. A explicação, então, é que o pé de cevada já existia, palpitando, real, no seio do grão de cevada. Isto, muitos séculos antes, na idade da "obscuridade", da "escuridão", Sto. Tomás de Aquino já dizia: "O ser antes de ato é potência." O pé de cevada já existia no grão de cevada como potência. Em ato quando se criaram as condições necessárias.

A terceira é a Lei da Transformação: Aumentos quantitativos suficientes da realidade provocam transformações qualitativas. Exemplo de Engels, na mesma *Dialética da Natureza*: Tomemos um pouco de água e comecemos a aquecê-la. Estaremos fornecendo quantidades de calor a esse sistema. Essas quantidades de calor irão se somando, e a água irá ficando mais quente. De repente, nas condições de pressão ambiente, atingida a temperatura adequada, a água, bruscamente, transforma-se em vapor. Então, aumentos quantitativos da realidade produzem o aparecimento, *em salto brusco*, de novas qualidades.

Quando falamos de luta de classes, o que estamos fazendo é a

visão dialética da sociedade dos homens. Observado o processo histórico, nas sociedades, tão diferentes ao longo do tempo, há um dinamismo daquilo que eu chamo, com uma certa qualidade de expressão, de "ser sociedade" dos homens. Esse dinamismo, pontifica Marx, tem, como causa necessária, a luta de classes. Então, no caso da sociedade moderna, existem o operariado e a burguesia. São os dois opostos do "ser sociedade" dos nossos dias. Eles estão se contrariando, e aí entra a Lei da Transformação. Quando o operariado for suficientemente numeroso, *por salto brusco*, haverá uma transformação de qualidade na organização social, quer dizer, entraremos, numa primeira etapa, na ditadura do proletariado, em lugar da ditadura da burguesia. Como os senhores podem verificar, isto é uma coisa em que os marxistas crêem mesmo, pois a necessidade de transcendência do homem é muito grande, e quando se elide a hipótese de algo que está fora do universo material, ele propende a crer no que lhe é sucedâneo. No caso o sucedâneo é a visão, "soi-disant" racionalizada e capaz, dessa cosmovisão, de explicar todos os fenômenos fundamentais que se apresentam ao espírito humano. Em termos de Filosofia da Natureza, creio que estas são as três leis. Naturalmente não iremos levá-las muito a sério; ninguém estará se convertendo ao marxismo, pois a Lei dos Contrários, que é a única que mereceria, eventualmente, essa qualificação de lei, não tem validade alguma.

O leitor acredita que entre cem banqueiros mortos e dez mil operários defuntos possa haver uma luta de classes? Não, é claro. Porque não têm atividade. Já estão todos mortos, não podem fazer mais nada. Então, eu diria que os tais contrários, cada um deles já tem que ter atividade. Quem lhes dá atividade? Suponhamos, para dar uma chance ao pensamento de Marx, que apenas um deles tenha atividade. Apenas um, não os dois, o que já seria suficiente. Mas quem conferiu a ele essa atividade? Outro ser, vizinho? Mas quem a deu ao vizinho? Outro ser? E a este? E assim por diante, quando então chegaremos àquilo que, também na "idade trevosa", já tinha sido dito: o movimento de que o Universo é dotado depende de um motor imóvel externo à natureza. Isto é o que está no pensamento de Sto. Tomás. É apenas hipótese. Mas não acredito que seja uma hipótese menos satisfatória, à luz das exigências da razão, do que a outra hipótese, que também não se mostra satisfatória à luz das referidas exigências. A segunda é compatível com a nossa cultura e abre esperanças que a outra não abre. Adotar a visão materialista, dialética como seja, não parece um bom negócio.

Vamos agora dizer alguma coisa acerca do famoso Materialismo Histórico. Ele já está, em grande parte, explicitado quando se diz que o motor necessário da história é a luta de classes. Tudo acontece por causa dela. Mas, não apenas isso. Também quando se diz que todas as superestruturas concebidas

são decorrências dos modos e das relações de produção, pois o homem, que não tem alma (é mortal e só matéria), passou a ter um universo mental no dia em que fez o primeiro gesto útil à sua sobrevivência. A sua mente registrou esse gesto e, depois, foi somado a outro gesto, e mais outro; eles se relacionaram entre si, e isto foi criando o universo, sempre ligado às atividades materiais e, sobretudo, às que dizem respeito à produção econômica e às relações de produção. Esta é a essência do Materialismo Histórico. O que se infere, razoavelmente, é que, quando as infra-estruturas econômicas forem iguais, as superestruturas deverão ser, também, iguais. Dentre essas superestruturas há uma que sobreleva em importância, que é o Estado. Então, vejamos se aquela inferência se confirma à luz da História.

Os gregos, se não me falha a memória, conheceram, primeiro, a realza hereditária, depois a república democrática, depois a tirania dos trinta tiranos e depois a democracia — tudo isto sobre a mesma base econômica de natureza agropastoril, fundada no trabalho escravo. Em Roma, ao mesmo tempo, vemos, em primeiro lugar, a realza eletiva; em segundo, a república aristocrática, a república democrática e, finalmente, o despotismo dos Césares — tudo sobre a mesma base econômica. Também há outra coisa: se existe luta de classes em todas as sociedades, acredito que aquelas mais nitidamente estratificadas, em termos de classes, deveriam ser as mais pro-

gressistas, de transformação mais rápida. Será isto o que ocorre na Índia? Acredito que não. Também, como explicar as sociedades que progrediram, depois estagnaram, e depois retrocederam? É que o grande mal de Marx, que surpreende, sendo ele tão inteligente, foi ser incapaz de distinguir as significações dos verbos condicionar e determinar. Quer dizer, as circunstâncias dos fenômenos condicionam, mas não determinam, pois elas mudam; e ao afirmar, ele, que elas mudaram, afirma a capacidade da mente humana de mudá-las, e não prova que esta capacidade esteja totalmente subordinada às características de infra-estrutura. Isto nos levaria, agora, a uma incursão na Teoria do Conhecimento e da sua versão marxista, que não cabe tratar agora.

Por enquanto, eu diria que, em termos de Materialismo Histórico, essa estrita determinação das superestruturas e dos fatos históricos pelas circunstâncias da infra-estrutura econômica, é um engano. Que estas influenciam, poderosamente, ninguém haverá de negar; que tem havido lutas de classe e que continuará a haver, não resta dúvida. Mas ninguém, que tenha exigência crítica adequada, haverá de transformar uma e outra em condições absolutamente indispensáveis. Como exemplo, suponhamos uma sala que tivesse, de repente, todas as suas luzes apagadas e cortinas espessas nas janelas e na porta. Ela mergulharia na total obscuridade. Se abrissemos uma janela, ela ficaria clara. O marxista diria: "A janela aberta determinou a claridade

na sala." Eu diria: "A janela aberta foi a condição necessária. Quem determinou foi o sol, que está muito longe daqui." Um pintor precisa do pincel e da tela para pintar. O pincel e a tela em que ele produz a sua arte são condições necessárias. Sem um ou outro, ele não produzirá, mas não são eles que determinam. Porque se me derem o mesmo material, eu não serei capaz de fazer uma obra igual. A diferença entre condição necessária e causa eficiente, os filósofos, do "período das trevas", sempre a souberam. Mas Marx, que era "iluminado", ao que tudo indica ignorou essa diferença. Já houve quem dissesse que é uma temeridade sem par tentar colocar todos os fatos históricos no leito de Procusto da dialética. O que é peculiar ao marxismo é que ele tem uma espécie de "make-up" que o faz atraente para quem não tenha uma visão crítica adequadamente acurada. Realmente ninguém pode negar que as circunstâncias do processo produtivo influem sobre as superestruturas.

Influem, condicionam, mas não determinam. Para quem tem exigência crítica, idéias e esperanças valem muito. Mais do que parecerá, à primeira vista, com a diferença que, para alguns, estará parecendo sutil. Até aqui o famoso, decantado, Materialismo Histórico, da cosmovisão do materialismo dialético. Quanto à questão religiosa, o marxismo surgiu no século da euforia evolucionista — século XIX. Os trabalhos de Erasmo Darwin, tio de Charles Darwin, e de Conte de Buffon já estavam fazen-

do sucesso desde o século anterior, e o evolucionismo começava a ocupar as imaginações; à altura, impregnadas daquele cientificismo que resultou das circunstâncias que assinalei, no início da exposição. O marxismo embarcou, pressuroso, nessa visão evolucionista. O processo histórico tem um sentido que é, precisamente, representado pela sociedade comunista do futuro, que Marx anteviu; de sorte que os comunistas não são propriamente revolucionários, na acepção mais profunda. Eles são (supõem-se) parteiros da História. Ela está dando à luz esse filho magnífico. Eles estão só ajudando, porque como o homem não tem espírito livre, como as suas ações individuais e coletivas são determinadas, não influenciadas — note-se bem a diferença — por circunstâncias do contexto material, o que se passa é algo sobre que o homem pode influir secundariamente; mas há uma marcha inelutável cujas leis, as fundamentais pelo menos, são as que estou oferecendo à consideração do leitor, com o que elas valem. Isto é o marxismo atraente, no mundo profundamente hedonista em que vivemos; num mundo em que, em termos políticos, as pessoas se fixam nas formas e não na essência. Num mundo em que essas formas, estimuladas num grau estupendo de mistificação ostensiva, para que não se vejam as coisas que, por detrás, se estão passando. Num mundo que reedita, de certa maneira, aquilo que Guerra Junqueiro disse: "Oh, bêbeda Inglaterra, oh! cínica impudente. Que tens levado tu, ao ne-

gro e à escravidão? Chitas e hipocrisia, evangelho e aguardente, repartindo, por todo o escuro continente, a mortalha de Cristo em tangeras de algodão. Teus apóstolos vão, prostituta devassa, com o fim de levar os negros para o céu. Desde o Zaire ao Zambeze, desde o Cabo ao Niassa, batizando a impiedade em Jordões de cachaça e mostrando-lhes o teu Deus na tua hóstia — o guinéu!"

Aquilo que, no passado, se fazia só com cachaça, hoje faz-se com ela, sexo e droga. E tudo isto é mais facilmente manipulável, quando o grau de amplitude da liberdade, de uma liberdade que não se define, quanto a contornos nem quanto a limites; e que por isso se degrada em sua nobre essência, serve de manto acobertador de todas aquelas ações, levadas a cabo, infelizmente, não apenas pelos adeptos da cosmovisão do materialismo dialético mas, também, pelos que, desde o início da revolução industrial — alapardados por trás de certas fórmulas mágicas, para que as massas não entendam o que, de fato, está acontecendo — continuam a locupletar-se, livremente, do suor, do trabalho e do esforço e, pior do que tudo isso, da dignidade e da alma das pessoas. A mistificação chega a tal ponto que, à força de fixar a atenção apenas nas superestruturas, esvaziando-as de significação, chega-se a coisas desse tipo: Por que não implantar na Bolívia, por exemplo, uma superestrutura equivalente à da Dinamarca?

Claro que se tenta isso. À da Dinamarca eu não diria, mas à dos

EUA, por exemplo. A liberalização política é inversamente proporcional à tutela do Estado. Na verdade, à medida em que a tutela do Estado aumenta, evidentemente a liberação política diminui, e reciprocamente. Sempre haverá um ponto além do qual não é possível ir, em termos de liberação, a não ser que adotemos, confessadamente, a posição anarquista. Abaixo de um certo ponto começarão, quem sabe, a desfazer-se as formas de convívio social e a se implantar a desorganização e o caos. Há certas sociedades em que a tutela do Estado tem que ser maior, para que as formas superestruturais e as formas de convívio se mantenham eficazes. Será que esses pontos devem coincidir, nos casos da Bolívia e da Dinamarca ou os EUA? Apenas por uma superstição em torno de fórmulas superestruturais? Evidentemente, não. Por que, então, importar superestruturas e implan-

tá-las? Os organismos sociais também têm reservas e mecanismos imunológicos. É por isto que há crises de rejeição. A História de muitos países mostra que essas crises de rejeição, em alguns deles, são monotonamente repetidas, e sempre pelas mesmas causas.

A famosa frase de Vishinsky, na ONU, há quase 30 anos atrás, diz: "Nós os venceremos com algo que os Srs. não entendem — as nossas idéias!"

Emmanuele Mounier diz: "Não se combate o comunismo ou o marxismo com a ignorância. O marxismo é uma cosmovisão. Nós temos que estudá-lo muito melhor do que foi estudado aqui."

Nós diremos: Não se defende ou aperfeiçoa a democracia endeusando-a de maneira acrítica, mas conhecendo-a e estimando-a em sua essência e lutando para aperfeiçoá-la em suas formas.



Prof. Jorge Boaventura de Souza e Silva é Bacharel e licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia — ESG (CSG) e Colégio Interamericano de Defesa. Professor e conferencista em vários estabelecimentos de ensino civis e militares, cabendo destacar as Escolas de Estado-Maior das três Forças Armadas (EsGN, ECEME e ECEMAR), a ESG e o CID. Exerceu diversas funções e integrou um grande número de comissões do Ministério da Educação e Cultura ressaltando a de Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, de Presidente do MOBRAL e Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar. Atualmente é Professor da Academia da Força Aérea, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e Membro do Corpo Permanente da ESG.

A

CPRM sabe bem como a energia é importante nos dias atuais. Desde 1971 suas pesquisas em solo brasileiro têm permitido a ampliação das áreas contendo carvão mineral e indicado outras com boas perspectivas de existência do mineral.

Na Bacia sedimentar do Paraná, que abrange partes dos Estados de S. Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os três projetos de estudo revelaram a presença de elevadas reservas econômicas de carvão.

Tais projetos, além de possibilitarem a avaliação de reservas exigidas pelo processamento de gaseificação, visam à delimitação de áreas para a implantação de minas mecanizadas.

Na área de Gravataí verificou-se a primeira ocorrência de carvão com possibilidades metalúrgicas convencionais, no Estado do Rio Grande do Sul.

No estimulante trabalho de redescoberta do Brasil, nem só o carvão faz parte do dia-a-dia da CPRM. Com o mesmo entusiasmo, a empresa se dedica às pesquisas de fosfato em Minas Gerais; cobre em Goiás, Ceará, Minas Gerais e Pará; cassiterita, chumbo e zinco em Rondônia; calcário e magnésio no Pará; salgema, carnalita e enxofre no Médio Amazonas; chumbo na Bahia; ouro no Ceará.

Há oito anos a CPRM dá seu apoio técnico aos órgãos envolvidos na pesquisa mineral e hídrica, orientando, incentivando e financiando projetos de pesquisa e beneficiamento mineral.

CPRM, oito anos redescobrimo o País.



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

CARVÃO É ENERGIA



O CARIBE EM RITMO DE GUERRA-FRIA

Therezinha de Castro

1 - INTRODUÇÃO

Area do Novo Continente, o Caribe abrange um grupo de ilhas (as Antilhas), a costa noroeste da América do Sul (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) e o Istmo da América Central (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá). Exclui o Golfo do México fechado pelas Penínsulas do Iucatán e Flórida, envolvendo, porém, no todo, o Mar das Antilhas. Caracteriza, pois, o Caribe, a grande barreira de ilhas e um istmo entre as Américas do Norte e do Sul, separando o Mar das Antilhas do Oceano Atlântico e Golfo do México.¹ (Mapa 1)

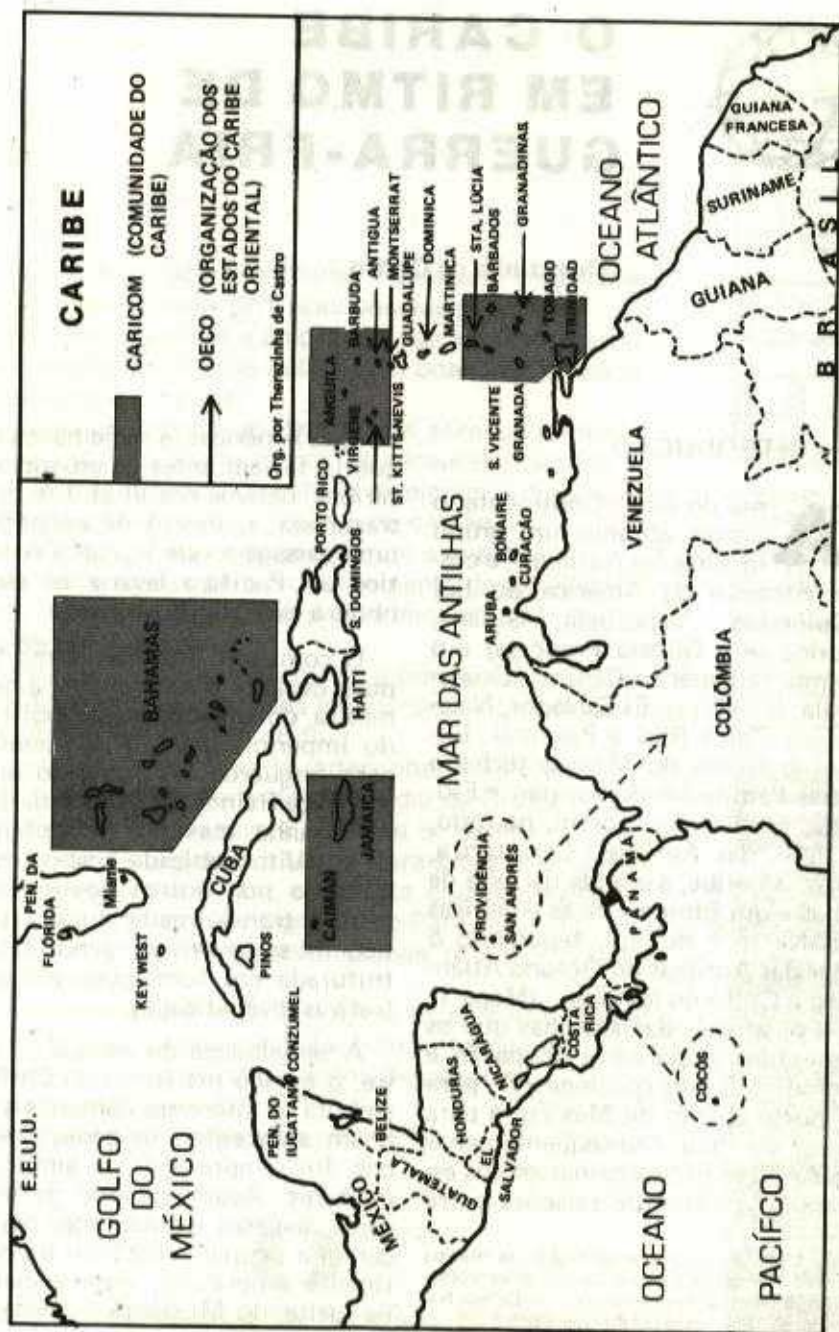
Foi através das Antilhas que os espanhóis iniciaram a ocupação e colonização do continente — para o norte através do México, e para o sul via Peru. Conseqüentemente as Antilhas proporcionaram aos espanhóis pontos de relações entre

as duas Américas, à semelhança do que já faziam antes os aruaques e caribes, nativos das ilhas. Em contrapartida, o desejo de encontrar uma passagem que ligasse o Atlântico ao Pacífico levaria os espanhóis à exploração do istmo.

O complexo Antilhas-Istmo foi, pois, durante o século XVI, a peça mestra do dispositivo geopolítico do Império Espanhol na América para resguardar as rotas do ouro dos Vice-Reinos do Peru e da Nova Espanha, mas que mal defendida e muito cobiçada acabou conquistada por outros povos europeus e transformada num autêntico mosaico étnico, vendo-se estruturada em formações administrativas diversificadas.

À semelhança do espaço terrestre, o espaço marítimo do Caribe, embora os interesses comerciais tenham antecedido os geoestratégicos, foi sempre alvo de ambições militares. Assim, quando os franceses, ingleses e holandeses começaram a ocupar territórios no continente americano, especialmente no delta do Mississipi e Guianas,

¹ Vide para complementação, da mesma autora: "América Central-Caribe: Área Vulnerável do Hemisfério Ocidental". A Defesa Nacional nº 694 — março/abril de 1981.



procuraram se resguardar ocupando pontos de escala nas Antilhas.

No século XIX a posição central do Mar das Antilhas iria adquirir maior importância com a abertura do Canal do Panamá, no momento em que os Estados Unidos se viram atraídos pela duplicação de suas possibilidades geoestratégicas nos dois grandes oceanos — o Atlântico e o Pacífico.

Quando os Estados Unidos se lançavam como nação emergente, em fins do século XIX, a área do Caribe passava praticamente a gravitar em sua órbita de influência. Finalmente, como superpotência, depois da Segunda Guerra Mundial, teria que enfrentar, dentro da bipolaridade, a Rússia, que, rejeitando a premissa de que esse complexo se constituía num "Mare Nostrum" estadunidense, a partir de Cuba passou a divulgar e expandir a sua ideologia, levando o Caribe para o ritmo da guerra fria.

Isto porque, no Caribe, a antessala da OTAN, o denominador comum é o subdesenvolvimento, gerando dentro das crescentes expectativas o tumulto político, que por sua vez, favorecendo a fragilidade e volatilidade geopolítica, induz, dentro do contexto neocolonialista, a área para o âmbito da guerra fria.

O Caribe vive de um modo geral em crise, e nas adjacências nenhum dos países experimentou o desenvolvimento equilibrado. A não resolução dos problemas sociais e os contactos com o mundo exterior, sobretudo com os grupos comunistas, contribuíram para que as classes inferiores predominantes

se voltassem naturalmente para a violência. Violência alimentada sobretudo através de Cuba, vista pelo Almirante Harry Train, Comandante em Chefe da Frota do Atlântico, "como um pesadelo geopolítico em potencial".

2 — ARCO ANTILHANO

As Antilhas, barreira insular que vai da Península da Flórida, nos Estados Unidos, até a Venezuela, onde a cada dia surge uma nova nação-ilha tão minúscula quanto inviável, constituem séria preocupação para Washington e numa constante esperança para Moscou. E foi justamente em terras das Antilhas que começou a guerra fria, com a sovietação de Cuba, transformada num "satélite" de Moscou.

Desde a Primeira Guerra Mundial, quase todos os presidentes cubanos que se vinham sucedendo apresentavam tendências ditatoriais. Nesses anos de revoluções caudilhistas teve destaque o movimento levado a efeito pelo então Sargento Fulgêncio Batista, que em 1940 conseguia eleger-se presidente. Após dois períodos presidenciais, Batista ocupava novamente o poder em eleições nas quais já se apresentava como candidato único (1954).

Contra o regime Batista destacar-se-ia Fidel Castro, filho de rico fazendeiro, que demonstrara, quando ainda estudante de advocacia na Universidade de Havana, suas tendências totalitaristas como admirador de Hitler e Mussolini. Após a Segunda Guerra Mundial adotou as idéias comunistas, e por

ocasião da 9ª Conferência da OEA realizada em Bogotá (1948) participou aí de um levante esquerdista.

Tentou derrubar Trujillo na República Dominicana, e preso durante alguns anos, foi para o México após ser libertado. Aí contratou o comunista espanhol Alberto Bayo, técnico em guerrilhas, para, na Estância Santa Rosa, a 30 km da Cidade do México, treinar jovens cubanos. Assim, com modesta força inicial de 82 homens apenas, porém bem treinada, estabeleceu-se na Ilha de Cuba, em Sierra Maestra, onde, em 1957, deflagrou a sua luta contra Fulgêncio Batista.

Não escondendo sua simpatia pelo movimento fidelista, os Estados Unidos (1958) suspendem a venda de armas a Batista, possibilitando assim aos revolucionários irem controlando grande parte da ilha. A fuga precipitada de Batista levou o poder às mãos dos rebeldes; assim, a 5 de janeiro de 1959, instalava-se em Havana o governo fidelista que 48 horas depois era reconhecido pelos Estados Unidos.

Seguro no governo, em fevereiro de 1960, Fidel Castro mostrava aos Estados Unidos o seu verdadeiro objetivo, assinando com o Chanceler russo Mikhoian o Pacto Cubano-Soviético; por sua vez, Juan Marinello, membro do Partido Socialista Popular, declarava: "Aquele que em Cuba levantar a bandeira do anticomunismo estará levantando a bandeira da traição". A 19 de maio de 1961 Cuba se transformava numa República Socialista, sendo em seguida suspen-

sas as eleições e instituído o partido único — o PURS (Partido Único da Revolução Socialista).

A partir de então Cuba se transformou na principal cabeça-de-ponte do comunismo no continente americano, e instrumento de intervenção nos países dominados por governos esquerdistas.

No arco de ilhas onde Cuba é a maior de todas, as ideologias de esquerda têm no entanto cedido lugar a governos mais conservadores e pró-capitalistas. A reviravolta começou em 1980 na Jamaica, o vértice das Grandes Antilhas, quando o trabalhista Edward Seaga, ex-aluno de Harvard, pôs fim, através de eleições, aos oito anos de governo do populista Michael Manley, terminando com sua retórica anticapitalista e sua aproximação com Cuba.

De um modo geral a economia vai mal na área das Pequenas Antilhas, onde se nota a ausência de movimentos radicais quer de direita, quer de esquerda; ou sobrevivem esses pequenos países-ilhas dentro do CARICOM (Comunidade do Caribe), dentro da Comunidade Britânica, ou se beneficiam por integrar a OECO (Organização dos Estados do Caribe Oriental), liderada pelos Estados Unidos. (Mapa 1).

Por sua vez, a única possessão restante da Holanda no hemisfério, as Antilhas Holandesas, iniciaram em março de 1983 o processo que as levará a obter a semi-independência. Assim, em Haia, chegou-se a um acordo que garante a Aruba um status em separado em 1986 e completa independência

em 1996. O destino das demais cinco ilhas do grupo, inclusive Curaçao e Bonaire, ainda está por ser decidido. Como vem ficando bem claro que a Holanda pretende se livrar de todas as suas responsabilidades de metrópole, é bem possível que, tal como o conjunto das Antilhas, esse grupo também se volte para os Estados Unidos em busca de ajuda.

São, pois, esses os problemas herdados pelos Estados Unidos nesta área, que considera como a sua "quarta fronteira", onde os franceses deixaram nações-ilhas em Guadalupe, Dominica e Martinica; foram, porém, os ingleses que durante as últimas décadas concederam independência a 12 colônias na região. A última delas, St. Kitts-Nevis, a 19 de setembro de 1983, nas imediações de Porto Rico, que forma com Cuba e S. Domingos as Grandes Antilhas.

Após sucessivos governos ditatoriais, François Duvalier, no poder desde 1957, elegeu-se em 1961, proclamando-se três anos depois presidente vitalício.

O chefe do "poder negro" do Haiti era também, além de ditador político, sacerdote do vudu, culto fetichista; por sua vez, os "tonton macoutes", formando a sua guarda negra, obtiveram em troca de seu apoio, o direito de cobrar impostos. Por isso, a população do Haiti, formada em sua maior parte de camponeses analfabetos, vivendo esparsos, foi sempre manobrada pelo "Papá Doc", abreviatura de Papá Docteur", alcunha que lembrava os tempos em que Duvalier exercia a medicina.

Morto o "Papá Doc", sucedia-lhe o filho Jean Claude Duvalier na presidência vitalícia (22 de abril de 1971). Reduzindo o poder dos "tonton macoutes", sem no entanto lhes diminuir a fidelidade, conseguiu Jean Claude superar a crise que ameaçava seu governo em virtude do aparecimento de duas facções: a primeira liderada por Denise e o Coronel Max Dominique, irmã e cunhado do novo governante, que exigia a rápida liberalização do Haiti; a segunda, chefiada pelo Coronel Luckner Cambonne e Simone, mãe de Jean Claude, favoráveis a uma liberalização progressiva. Apoiando, ou fingindo apoiar esta última facção, Jean Claude, o "Baby Doc", firmava-se no poder, enquanto o casal Dominique se asilava em Paris.

Procurou Jean Claude aproximar-se dos Estados Unidos prometendo "combater o marxismo ateu"; em agosto de 1972 recebia consultores e técnicos estadunidenses para ajudar na organização dos serviços aduaneiros e postais do país e equipar uma unidade antiguerrilha, tão necessária pela distância mínima em que o país se encontra de Cuba.

No âmbito político, no entanto, o país tem ainda destaque os "tonton macoutes", organização criada por François Duvalier um ano após assumir o poder, ao ser desafiado pelo Capitão do Exército Alix Pasquet; criou essa força parapolicial por saber que diversos oficiais do Exército tinham relações com os rebeldes.

Completando em 1983 vinte e cinco anos de existência, os "ton-

ton macoutes" continuam sendo o sustentáculo do poder do governo de direita de Jean Claude. Esse grupo, constituído por 50 mil homens equipados com modernos fuzis israelenses, conta com destacamentos nos mais remotos vilarejos do país. As Forças Armadas, de certo modo subordinadas aos "tonton macoutes", têm um efetivo de apenas 5 mil homens.

Depois de Cuba, a Ilha de S. Domingos é a segunda em tamanho nas Antilhas, ocupando uma área de 77.387 km² dos quais 49.543 km² pertencem à República Dominicana e somente 27.844 km² ao Haiti.

Com o advento dos Trijillos em S. Domingos, em 1930, abre-se um longo período ditatorial que culminaria em 1961, no momento em que Cuba se sovietaizava. Assim, as eleições livres colocavam no poder Juan Bosch, que, procurando dar ao país um cenário de liberdade de expressão e tornando invioláveis os direitos humanos, permitiu o retorno dos comunistas exilados no período trujillista. Esse fato determinaria a deposição de Bosch por um grupo militar anticomunista das Forças Armadas e a instalação de um triunvirato civil, que por sua vez não se mostrou eficiente para impedir a escalada comunista.

Para impedir que a República Dominicana se transformasse em outra Cuba, os Estados Unidos intervieram numa ação endossada pela X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA. Participaram também da pacificação daquele país um con-

tingente do Paraguai, Honduras, Costa Rica e Guatemala, que vieram constituir a FIP (Força Interamericana de Paz), exercendo o Brasil o comando através dos Generais Hugo Panasco Alvim e Alvaro Alves Silva Braga, respectivamente.

Em 1966, com a reeleição de Joaquim Ballaguer, a República Dominicana entrava em seu período de estabilidade política. Sem nenhuma crise, a democracia dominicana enfrentou cinco eleições com mudanças de governos, mostrando que houve divergências partidárias no país de 6 milhões de habitantes, mas não abismos ideológicos.

No entanto, de todas as ilhas do Caribe, a que vinha causando, nos últimos tempos, maiores inquietações aos Estados Unidos era Granada. Com 344 km², essa ilha do Caribe, integrante das Pequenas Antilhas, é muito menor que o município do Rio de Janeiro (1.346 km²) e bem menos povoada que vários bairros cariocas, já que sua população é estimada em apenas 100 mil habitantes, em sua maioria de ascendência negra.

Vivendo de incipiente agricultura, obteve Granada a sua independência em 1974, passando a viver como a maioria dos minúsculos países-ilhas, com acento na ONU, na mais completa dependência econômica e instabilidade política. Tanto assim que a deposição em 1979 de Eric Gairy, famoso pela selvageria de sua polícia, os desgostos, efetuada pelo marxista Maurice Bishop, em nada mudaria no setor da instabilidade, mas dei-

xaria o governo de Washington de sobreaviso. Sobreaviso que se transformou em tensão, quando Bishop foi deposto e substituído pelo General Hudson Austin, marxista bem mais radical e supostamente de maior submissão a Havana-Moscou. Essa mudança de governo levaria os Estados Unidos a invadir a ilha em outubro de 1983.

Num confronto é interessante destacar que o governo Bishop começou quatro meses antes dos sandinistas ocuparem o poder em Manágua, e justamente no momento em que os Estados Unidos estavam ocupados com o eixo Jamaica-Cuba. Assim, enquanto caía o governo esquerdista jamaicano de Manley, surgia na encruzilhada estadunidense o problema Nicarágua-Granada.

Afastando qualquer possibilidade de um governo democrático tradicional, afirmando serem as eleições incompatíveis com a revolução, Bishop se desentendeu com os Estados Unidos, aproximando-se de Cuba e de países do Bloco Soviético. Transformando Granada num ponto de apoio de dirigentes marxistas, acolheu membros da União Internacional dos Estudantes e do Tribunal Anti-Imperialista da América Central.

Sem jamais descartar a possibilidade da invasão estadunidense em sua ilha, Bishop teve todo o apoio do Leste Europeu através de armas e assessores cubanos, apoiando na ONU, em compensação, a intervenção soviética no Afeganistão.

Estava, pois, concretizado o triângulo geoestratégico comunista no Caribe, com vértices em Cuba,

Nicarágua e Granada. No entanto, a previsão de que Granada seria mais um trampolim da "marca registrada Cuba-URSS" para disseminar o vírus do marxismo entre seus titubeantes vizinhos países-ilhas, iria tomar forma através da construção do aeroporto de Ponta Salinas. No sul da ilha, com pista de pouso de quase 3.500 metros, essa construção estaria em funcionamento em 1984; esse autêntico "porta-aviões natural soviético" era para Washington a prova de um plano comunista para bloquear as rotas marítimas do Caribe e destruir os campos petrolíferos da Venezuela.

Eis que têm início, porém, as especulações de que Bishop estava procurando tirar proveito da guerra fria para jogar um bloco contra o outro; especulações que começaram quando em junho de 1983 Bishop foi a Washington para anunciar que realizaria uma eleição para aprovar uma Constituição que viesse "a satisfazer a todas as classes".

Acusado de tentar melhorar as relações com os Estados Unidos, não imaginou que um grupo esquerdista radical o destruísse e o assassinasse, dando assim a Reagan a oportunidade de eliminar a ameaça marxista nas Pequenas Antilhas.

O grupo radical do General Hudson Austin iria, ao que se dizia, apressar as obras daquele aeroporto, construído com recursos de países árabes e europeus, havendo entre as firmas empreiteiras uma estadunidense — a "Lane Dredging Ltda.", encarregada da nivelção

do terreno. Esse aeroporto, no lado oposto ao do Internacional de Pearl, no norte, que prometia incrementar ainda mais o turismo, não convenceu a Washington; assim, entre as razões econômicas e as estratégicas, Reagan optou por estas últimas, já que Granada, com reduzido Exército de 2.200 homens, não possuía Marinha e, muito menos, Aeronáutica.

A tropa multinacional² que invadiu Granada encontrou, logo no primeiro alvo, o controvertido Aeroporto de Ponta Salinas, grande quantidade de armas soviéticas, em especial fuzis AK-47. Essa tropa multinacional foi possível por haver Reagan invocado o Tratado de 1981 que instituiu o OECO (Organização dos Estados do Caribe Oriental), agrupando oito países — Antigua, Dominica, Montserrat, St. Kitts-Nevis, Sta. Lúcia, S. Vicente, Granadinas e a própria Granada, transformados em co-responsáveis pela segurança coletiva da região "contra agentes estrangeiros inclusive mercenários, com ou sem apoio interno, ou de elementos nacionais".

Na véspera da invasão, Granada foi excluída do CARICOM (Comunidade do Caribe), formada por ex-colônias inglesas.

3 — O ISTMO

O istmo que forma uma ponte natural entre as Américas do Nor-

te e do Sul, é muito estreito em comparação com as massas continentais que une; sua largura se reduz ainda mais nos istmos que formam as zonas mais apertadas da América Central — o de Honduras, o de Nicarágua, o de Costa Rica e o do Panamá, o mais estreito de todos com apenas 80 km de largura. Com uma extensão de 365.000 km² o istmo está ocupado por oito países que, muito mais que os antilhanos, refletem a guerra fria no Caribe.

A menor nação do istmo, Belize, entre a Guatemala e o México, tornou-se independente em 21 de setembro de 1981, mantendo latente um foco de atrito. É que a Guatemala insiste em suas pretensões de anexar essa ex-colônia inglesa indicando, embora veladamente, que se não conseguir tal intento diplomaticamente, irá, assim que puder, se valer da força.

A Guatemala não reconheceu a independência de Belize, insistindo em alertar aos Estados Unidos para o suposto uso das florestas na fronteira belizinha, transformadas em "santuário guerrilheiro". Essa atuação da esquerda, segundo o governo guatemalteco, põe em perigo não só a direita na Guatemala, como também poderá vir a influir na geoestratégia do próprio istmo no caso de uma guinada de Belize para a esquerda.

Para fazer frente à cobiça da Guatemala, Belize não conta com um Exército próprio, mas sim com duas companhias de sua chamada "Força de Defesa".

Dentro, pois, do contexto, no acordo de independência, se impôs

² Seis países do Caribe Oriental contribuíram com força simbólica de 300 homens, para a invasão de Granada comandada pelos Estados Unidos, com um efetivo militar de 12 mil homens: Jamaica (120 soldados), Barbados (50 soldados) e os demais, Antigua, Dominica, Sta. Lúcia e S. Vicente com outros 130 conjuntamente.

a permanência de uma força inglesa, devendo esta limitar-se à defesa das áreas de fronteira, comprometendo-se a não interferir em questões internas. Os 1.600 militares ingleses, além do auxílio, como núcleo de treinamento, de uma espécie de "Força de Intervenção Rápida", nos moldes da que os Estados Unidos estruturaram, proporcionam experiência operacional em condições de guerra na selva. Tida como necessária para garantir a integridade de Belize, que politicamente vive alheia aos tumultos do istmo, essas forças inglesas talvez não pudessem fazer frente ao Pacto de Defesa Mútua assinado em 1965 pela Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Internamente conturbados e externamente ameaçados, será, no entanto, pouco viável que esses países possam acrescentar a seus problemas uma guerra além-fronteira.

E, justamente um desses países, o mais interessado, a Guatemala, viu surgir em 1950 a guerrilha em seu território, quando da criação do MAR-13 (Movimento Revolucionário 13 de Novembro), dirigida por dois ex-oficiais do Exército — Yon Sosa e Luís Turcios Lima. Derrotada em 1959, a guerrilha retornaria no ano seguinte através das FAR (Forças Armadas Rebeldes), que, em 1970, se subdividia em duas organizações: o EGP (Exército Guerrilheiro dos Pobres) e a OPA (Organização do Povo em Armas).

Embora todas essas organizações sejam pró-soviéticas, agindo com o auxílio do eixo Rússia-

Cuba-Nicarágua, opera também na Guatemala o "braço armado" do PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho), fundado no governo de Juan José Arévalo, mas atualmente na clandestinidade.

A conselho de Moscou, em 1982 esses grupos de esquerda formaram uma frente comum através URNG (Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca) para uma ação coordenada nesse país, que é o menos pobre e o mais industrializado no istmo.

Enfrentando pela terceira década consecutiva a rebelião, os guerrilheiros se abrigam nas montanhas do interior, onde predomina o elemento indígena que quase nem sabe falar o espanhol; população que, no entanto, deu apoio logístico, por ter sido aliciada com propaganda política de estórias em quadrinhos, e posterior treinamento militar.

A Guatemala, com classe média mais numerosa que a de seus vizinhos, tornou-se bem permeável às propostas reformistas tão a gosto das esquerdas. Com o Exército mais poderoso da área, de efetivo inclinado para a direita, nem por isso deixa de impedir que haja no país um clima de instabilidade, contando mesmo com o precedente do governo do Coronel Jacobo Arenz, deposto em 1954 por suas tendências esquerdistas. Assim, além do Exército regular, os integrantes das Patrulhas de Defesa Civil, recrutados na "Campanha Feijão e Fuzis", lutam contra os esquerdistas.

Em junho de 1982, com o General Efraim Rios Montt no po-

der, ante uma oferta de anistia aceita por apenas 150 dos quase 6.000 guerrilheiros, iniciou-se uma ofensiva contra as esquerdas. Dizendo-se "Enviado de Deus", considerado o "Aiatolá da Guatemala"³, Rios Montt acabou tendo que renunciar, visto não interessar aos Estados Unidos o renascimento de fenômenos Batista (Cuba) e Somoza (Nicarágua). No entanto, para Washington a presença do governo de direita da Guatemala é de vital importância dentro da política de equilíbrio geoestratégico que reforça o eixo salvadoreño-hondurenho.

Em Honduras opera uma organização guerrilheira de esquerda, as FPR (Forças Populares Revolucionárias), também conhecendo-se seus adeptos por "chinchoneros"⁴. Os "chinchoneros" surgiram em 1978 após uma cisão do Partido Comunista Hondurenho, mantendo vínculos com a FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) e, obviamente, com Moscou via Cuba-Nicarágua.

A primeira ação conhecida dos "chinchoneros" foi o seqüestro de um avião da empresa SAHSA, em 26 de março de 1981, para exigir a libertação do guerrilheiro salvadoreño Facundo Guardado.

Ante a instabilidade dos 385 golpes de estado desde a sua inde-

pendência, o Comandante do Exército, o General Gustavo Alvarez, denunciando a entrada no país de guerrilheiros treinados em Cuba e na Nicarágua, passou a realizar manobras na Província de Olancho, o que, para alguns observadores, significa, na prática, uma camuflagem tática hondurenha para justificar uma futura investida contra o esquerdismo na Nicarágua.

Honduras mantém íntimo relacionamento militar com os Estados Unidos, passando a ser a plataforma geoestratégica do Pentágono na América Central. Dos 3 milhões de dólares em 1980, a ajuda estadunidense passou para 21 milhões em 1983; enquanto o governo de Washington financia a construção de um aeroporto capacitado para receber todos os tipos de aviões, ajudando a formar a maior e praticamente a única força aérea da região.

Honduras, deliberadamente hostil ao governo sandinista da Nicarágua, permite que seu território sirva de base para a guerrilha direitista da FDN (Frente Democrática Nicaragüense).

O Partido Comunista Salvadoreño descende de Farabundo Martí, que lutou na Nicarágua ao lado de Sandino, tendo sido fundado em 1930. A partir de então, sem oportunidades de tomar o poder através de eleições, uniram-se, seguindo instruções de Moscou, os seus partidários em coalizões eleitorais, apoiando candidatos do centro, entre os quais José Napoleon e Guillermo Ungo.

³ Convertido à seita "Além do Evangelho", fundada em Eureka, na Califórnia, que recebeu na Guatemala o nome de "El Verbo", era chefiada por Rios Montt desde 1979, contando com vários adeptos fanatizados.

⁴ Apelido do lendário rebelde hondurenho Serápio Romero que lutou contra o governo de José María Medina, sendo fuzilado em 1898, e que vivia de fazer "chinchas", ou seja, cilhas para montaria.

Esses pactos officiosos, no entanto, não agradaram ao ex-padeiro, ativista do sindicato, Cayetano Carpio, com nítidas intenções de partir para a luta armada. Assim, em 1969, quando disputava o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista Salvadorenho, viu Moscou tirar-lhe o apoio para dá-lo ao "eterno estudante de Direito", Jorge Shafik Handal, de 39 anos, filho de um abastado imigrante palestino. Abandonando o Partido, Carpio fundou, em 1970, as FLP (Forças de Libertação Popular), acusando seus patrícios comunistas de serem meros reformistas burgueses.

A partir daí começaram as cisões no meio comunista já que no ano seguinte surgia o ERP (Exército Revolucionário do Povo), arregimentando ativistas universitários sob a chefia de Joaquim Villalobos; em 1975 novas divergências entre as facções militar e política do ERP davam origem a outro grupo guerrilheiro, as FARN (Forças Armadas de Resistência Nacional).

Quanto ao PRTC (Partido Revolucionário dos Trabalhadores da Centro-América) e à FAL (Forças Armadas de Libertação), dirigida por Handal, hoje com 55 anos, também fruto de dissidências as demais organizações esquerdistas de guerrilha, tiveram pouco destaque em El Salvador até a década dos 70. Só quando passaram a se especializar em seqüestros, ocupação de fábricas e de edifícios públicos, a dominar sindicatos e a manipular negociações salariais, é que, sobretudo a FLP e o ERP, tiveram destaque. Note-se, no en-

tanto, que a maior parte dos atos terroristas salvadorenhos só começaram após a infiltração, nos sindicatos, dos professores, estudantes e camponeses, onde conseguiram adeptos, que, reunidos em organização de massa dirigida, foram lançados nas atividades de rua.

Em 1980, reunidas na FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) as cinco organizações esquerdistas de El Salvador, com o apoio de sandinistas e cubanos, é que se desencadeou uma ofensiva geral que resultou na ocupação, em fevereiro de 1982, de Berlim, cidade salvadorenha, com 50 mil habitantes, na Província central de Usulután. O Exército não conseguiu enfrentar os guerrilheiros, mas ao receber ajuda dos Estados Unidos, através de uma ação mais coordenada, venceu a FMLN quando atacou San Miguel, a terceira cidade do país, com 100 mil habitantes.

Até o momento a ofensiva esquerdista salvadorenha não chegou a provocar a desejada insurreição popular, deixando mesmo, inabilmente, de se valer da Igreja Católica, envolvida na crise nacional, não somente através dos padres do interior ligados aos camponeses, mas sobretudo valendo-se do Arcebispo Oscar Romero, que nunca teve a simpatia dos militares e da direita, acabando assassinado em plena missa, em março de 1980.⁵

O fato é que a guerra civil em El Salvador já dura quatro anos, visto

⁵ Deve-se ressaltar que ante o fascínio das comunidades de base e em nome da unidade do movimento popular, a Igreja da Nicarágua apoiou o sandinismo, para se arrepender logo após a sua vitória.

que o processo político atingiu a um nível mais agudo de confronto entre extremos, tornando por isso mais difíceis as soluções intermediárias.

De seu lado, os Estados Unidos procuram, a todo custo, evitar que a esquerda suba ao poder em El Salvador, aumentando sempre a ajuda militar através do CBI (Caribbean Basin Initiative), ou seja, a Iniciativa da Bacia do Caribe. Na prática, El Salvador é uma cabeça-de-ponte crucial para os interesses geoestratégicos dos Estados Unidos no estabelecimento de "um limite contra o comunismo na América Central", segundo palavras de Reagan.

A menos que se promova uma invasão, tal como a que se fez em Granada, para desalojar os sandinistas⁶ de Manágua, só através de uma guerra prolongada de desgaste a direita conquistará o poder; sobretudo, porque os anti-sandinistas estão separados por divergências.

O coronel da Guarda Somozista, Henrique Bermudez, chefe militar da FDN (Força Democrática Nicaraguense), tem tendências nitidamente direitistas, não contando por isso com o apoio da ARDE (Aliança Revolucionária Democrática), que se proclama anticomunista, mas repele o imperialismo

condenando tanto Moscou quanto Washington.

Em fins de 1983 a ARDE se dividiu com o desentendimento entre Eden Pastora, o Comandante Zero, que ficou com seus guerrilheiros, enquanto Alfonso Robelo manteve o setor político. O motivo aparente da ruptura, sendo especulações, se prende ao fato de Robelo ter sido persuadido por Washington de que a única forma de conquistar o poder em Manágua é formar uma frente única com a coordenação e ajuda financeira dos Estados Unidos.

Mas não pára aí a divisão anti-sandinista, visto que Fernando "El Negro" Chamorro vem denunciando a FDN e forças do Exército hondurenho de desarmar seus 500 guerrilheiros, como represália, por não ter ele aceito uma união de suas forças com as do Coronel Henrique Bermudez. Tanto "El Negro", como o biólogo marinho Stedman Fagouth, este dirigente da organização anti-sandinista "Misurata", que reúne índios miskitos, aceitam uma aliança tática com a FDN, mas não a submissão total.

Os Estados Unidos parecem confiar na FDN, integrada por somozistas, mas reconhecem que para uma vitória na Nicarágua há necessidade de uma presença carismática que o Comandante Zero tem, mas que falta ao empresário Adolfo Portocarrero, com grandes poderes na Direção Nacional, organismo dirigente da FDN.

O posicionamento de esquerda do governo nicaraguense leva à instalação de um país militarizado ou

⁶ Homenagem a Augusto Cesar Sandino, revolucionário nicaraguense (1895-1934) que lutou contra o governo, fortemente assistido pelos Estados Unidos de 1927 até 1932. Quando as tropas estadunidenses começam a deixar o país, Sandino se propôs a firmar paz com o governo. Quando saía do Palácio, após um encontro com o Presidente Juan Sacaza, foi seqüestrado juntamente com alguns companheiros e sumariamente fuzilado.

"um povo em armas para defender a revolução", como preferem os sandinistas. Como país encurralado, além dos 25 mil milicianos mobilizados, a população recebe treinamento militar e a imprescindível ajuda do Bloco Comunista via Cuba, tanto em armas como em assessores.

Sem atividades armadas de oposição, a Costa Rica, até bem pouco tempo uma tradicional "ilha de democracia e tranquilidade", se encontra seriamente ameaçada de se transformar no "Líbano da América Central". No âmbito da turbulência regional está ficando cada vez mais difícil ao Presidente Luís Alberto Monge provar a sua neutralidade, servindo o território costarrriquenho de base para a ARDE, que em outubro de 1983 bombardeou com aviões civis o aeroporto de Manágua e o porto de Corinto, o mais importante da Nicarágua.

Difícil provar essa neutralidade, sobretudo depois que a Costa Rica retirou o seu embaixador de Manágua, congelando seu relacionamento com os sandinistas, acusando-os de terem atacado o território costarrriquenho sob pretexto de destruição de um posto fronteiriço nicaraguense de Peñas Blancas por anti-sandinistas.

A situação se encontra tensa, muito embora o Conselho de Segurança costarrriquenho venha ameaçando o líder político da ARDE, Alfonso Robelo Callejas, de expulsão, caso venha a ser comprovada "uma ação militar armada contra a Nicarágua". É fato, porém, que essa ação existe, já que

em 1983 a polícia de Costa Rica capturou um helicóptero que a serviço do grupo de Pastora procurava transportar armas para entregá-las a mercenários sandinistas.

Eden Pastora, durante a luta contra a ditadura de Somoza, foi um dos principais comandantes sandinistas. Com a vitória destes, em 1979, ocupou o cargo de Ministro da Defesa; divergindo da orientação dos nove comandantes que formavam a FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), partido único que domina todos os setores da nação, Pastora deixou a Nicarágua em 1981, iniciando luta armada à frente da ARDE em abril de 1983. Tendo em vista a dubiedade da ARDE, embora simpatizando bem mais com a FDN, o Chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos, com sede no Panamá, o General Paul Gorman, obteve do governo de Costa Rica a aprovação do projeto de implantação de uma rodovia cruzando a selva até a fronteira nicaraguense, onde opera a guerrilha de Pastora. Essa infraestrutura rodoviária que deverá ser construída em 1984, além de facilitar o acesso por terra, poderá também ser utilizada por aviões-cessna, o tipo empregado pela ARDE quando bombardeou alvos estratégicos nicaraguenses em Manágua e Corinto.

É fato notório que, aproveitando-se da situação liberal de Costa Rica e do respeito ao direito de asilo vigente, para aí se transferiram inúmeros dissidentes estrangeiros que "libanizam" o país, transformando San José numa es-

pécie de Casablanca da Segunda Guerra Mundial retratada num filme estrelado por Ingrid Bergman e Humphrey Bogart.

Acolhendo elementos de esquerda e de direita, a "libanização" de Costa Rica se vem caracterizando através de seqüestros de iranianos anti-Khomeini e atentados à bomba entre simpatizantes e não simpatizantes de cubanos e sandinistas. Em outubro de 1982 foi seqüestrado em Costa Rica o "jornalista" Hector Frances, que meses depois era mostrado na televisão de Manágua, onde confessava ser ex-oficial do Exército argentino e estar ligado aos sandinistas; enquanto a Guarda Civil, em 1983, era obrigada a atuar com rigor no norte do país, na região de Upala, para reprimir tiroteios entre sandinistas e anti-sandinistas.

Em setembro de 1983 chegou até mesmo a ser descoberta uma célula da ETA, organização separatista basca, numa sede clandestina que incluía seis casas de segurança.

Em função dos acontecimentos citados, por conceder, dentro dos princípios democráticos, a liberdade aos estrangeiros Costa Rica sofre o perigo de ter que vir a militarizar-se. A polícia costarrriquenha, que fiscaliza as fronteiras, é pequena e mal equipada, o mesmo ocorrendo com a Guarda Civil, cujo Diretor Geral, o Coronel Oscar Vidal Quesada, pede um aumento de 60% no efetivo, visto que essa principal força do país conta com apenas 4.500 homens.

Além de pretender instalar defesa antiaérea em seu território, o

Presidente Luís Alberto Monge criou a OPEN (Organização para Emergências Nacionais), força paramilitar de apoio à Guarda Civil; com armamento modernizado, composto por cidadãos de comprovada tendência direitista, também já opera em Costa Rica o MCRL (Movimento Costa Rica Livre), chefiado pelo extremista de direita Bernal Urbina, que conta com a anuência oficial.

4 — O MARGINAL-SUL

Ao lado da Colômbia e da Venezuela, fazem parte do Marginal-Sul do Caribe, no continente sul-americano, o "quisto" franco-anglo-holandês das Guianas. Esse "quisto", como zona geopolítica infantil, à semelhança da América Central e Antilhas, ainda não se definiu, vivendo, pois, dentro do neocolonialismo.

Compõe a zona de disputa mais intensa no continente, caracterizada por problemas de fronteira e de soberanias contestadas, que se estende desde a Guatemala-Belize, passa por El Salvador-Honduras, Nicarágua-Honduras, Nicarágua-Colômbia (disputa das Ilhas Providência e San Andrés), passa pelo Canal do Panamá, atingindo o enclave estadunidense de Guantânamo em Cuba; continua através das disputas fronteiriças Colômbia-Venezuela, Venezuela-Guiana e Guiana-Suriname.

O problema Colômbia-Venezuela se prende às fronteiras no Golfo de Maracaibo e Península de Guáira, região rica em petróleo, onde negociações, ameaças de conflito

armado e novas negociações têm sido uma constante.

Quanto à Venezuela, por sua vez, exige a devolução da área oeste do Rio Essequibo, com cerca de 140.000 km², que compõem 2/3 do território guianense, cedido em 1899 à Inglaterra, então metrópole da Guiana. Essa região rica em petróleo e bauxita é flanqueada pelo Brasil ao longo do Território de Roraima e Estado do Pará, com acesso fluvial pelo Rio Trombetas. No contexto do conflito, deve-se destacar que a Guiana tem recebido ajuda de Cuba desde 1974, quando Fidel Castro visitou Georgetown, colocando-se frontalmente contra as reivindicações venezuelanas.

As contestações se seguem entre a Guiana e o Suriname numa área de 14.000 km², rica em petróleo, bauxita e recursos energéticos hídricos; discutem esses dois países sobre se a fronteira passa pelo Corentine ou o New River. No dia 19 de agosto de 1969, aviões militares guianenses aterrissaram num pequeno campo de pouso de Tigri no triângulo em litígio, instalando-se ali uma presença militar que permanece até hoje, a despeito das reclamações do Suriname, que alega um acordo entre os dois países sobre a desmilitarização da área.

Dentro, pois, do contexto geopolítico, a Região Norte do Brasil é considerada instável, visto que, além de uma colônia pertencente como Departamento de Ultramar à França, os países independentes da área sul-americana do Caribe mantêm litígios territoriais; litígios que enfraquecem ainda mais a

política interna pelo totalitarismo que caracteriza tanto a Guiana quanto o Suriname.

Em 25 de novembro de 1972, ao se tornar independente da Holanda, continuou o Suriname com uma ajuda anual de 100 milhões de dólares por parte da ex-metrópole. Aglomerado de etnias e culturas, com 52% de asiáticos, 37% de negros e mestiços vivendo ao lado de apenas 11% de brancos, com o holandês como idioma oficial, mas com a população se expressando também em espanhol, inglês, indú e o dialeto anglo-crioulo — o taki-taki, seria normal que, em face da independência prematura e de sua localização em zona tão conturbada, o Suriname sofresse constantes guinadas políticas e econômicas.

Assim, em 1981, os militares surinameses pressionavam o governo para o restabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia, Cuba e Coreia do Norte; e criavam o PPR (Partido Popular Revolucionário), dentro do proselitismo de esquerda, organizando milícias armadas.

Ante golpes e contragolpes que a fragilidade das instituições impunha, chegava Desi Bouterse ao governo em 1980, quando Fidel Castro lhe rendia homenagens, sendo ainda visitado por Maurice Bishop, já não muito bem recebido, em outubro de 1982, ante uma demonstração de 15 mil pessoas reunidas pelos oposicionistas de direita. Alertado, segundo informações, por Bishop de que estava agindo complacentemente com a direita, Bouterse prendia a 16 de

dezembro de 1982 os principais líderes oposicionistas, assassinados barbaramente, logo em seguida.

Bouterse já era então considerado como aliado de Cuba e da Rússia; era, conseqüentemente, de se esperar que Washington não reconhecesse a legitimidade desse regime no Suriname, tendo, diante da carnificina de dezembro, juntamente com o governo holandês, suspenso toda e qualquer ajuda econômica ao país. Seria, pois, esta uma excelente oportunidade para que Cuba viesse a transformar o Suriname numa cabeça-de-ponte para o resto da América do Sul, sobretudo pela posição do país, isolado do continente não só pelo idioma, como pela densa floresta que cobre parte de seu território, tão apreciada pelos guerrilheiros como "santuário".

Envolvido diretamente nessa área, onde só temos fronteiras-faixas, ou seja, despovoadas, em abril de 1983, procurando neutralizar o Suriname da influência de Havana, o Ministro para Assuntos Fundiários, o General Danilo Venturini voou para Paramaribo. Recebido por Bouterse, ficou expresso entre os dois países o desejo de "preservar a América do Sul de confrontações que lhes são estranhas", devendo, antes de tudo, "prevalecer o direito de autodeterminação dos povos, sem qualquer tipo de interferência direta ou indireta". (Resenha de Política Exterior do Brasil — nº 32.) Para evitar a interferência cubana, o Governo Brasileiro prometeu, em troca, um programa econômico-cultural para tirar o Suriname do isolamento im-

posto pelos Estados Unidos e pela Holanda.

A despeito da reação contrária dos Estados Unidos, tal aproximação Brasil-Suriname foi, e vem sendo levada a efeito, tendo em vista ser fundamentalmente importante para a nossa segurança nacional. Por isso, aos poucos a presença do Brasil se concretiza: no setor da cooperação agrícola, através de um protocolo de cooperação para levantamento na área energética e de estudos de viabilidade de projetos, e até em projetos de pesquisas minerais; tudo possibilitado pelo Tratado de Cooperação Amazônica, que tem tanto o governo brasileiro como o de Paramaribo como signatários.

A aproximação Brasil-Suriname foi ainda facilitada pelo Centro de Estudos Brasileiros instalado em Paramaribo, já com 550 alunos matriculados no curso de língua portuguesa em 1983⁷; bem como pela linha aérea Manaus-Belém-Paramaribo, substituindo a que foi suspensa para Haia, a fim de que a mesma venha a favorecer o aumento das atividades comerciais entre os dois países.

Em 1983 o Chefe do Estado-Maior do Exército do Suriname, Ivan Graanoogst, esteve por três

⁷ Aliás, no Comunicado Conjunto Brasil-Suriname, publicado no nº 32 da "Resenha de Política Exterior do Brasil", quando da visita de Saraiva Guerreiro a Paramaribo em 27 de janeiro de 1982 (que antecedeu a do General Danilo Venturini), foram destacados os resultados dos projetos já implementados no campo da cooperação técnica, tais como o "Curso de Treinamento para Diplomatas" com a participação do Instituto Rio Branco, e o curso de língua portuguesa organizado pela Universidade de Paramaribo com a cooperação da Embaixada do Brasil.

vezes no Brasil a fim de acertar com nossas autoridades o fornecimento de equipamento militar para o seu país; enquanto, deve-se ressaltar, se estruturava um plano de ação Exército-Aeronáutica, datado de 1980, para reforçar militarmente as fronteiras norte brasileiras.

Geopoliticamente infantil, ainda indefinido ideologicamente, o distanciamento Suriname-Cuba se deve em parte não só à ação brasileira, como também à morte de Bishop, amigo pessoal de Bouterse, e à invasão de Granada.

5 — CONCLUSÃO

A invasão de Granada em outubro de 1983 mostrou a capacidade de mobilização das tropas estadunidenses na região do Caribe, que, como a "quarta fronteira" dos Estados Unidos, tem importância geoestratégica para sua segurança nacional.

O Comando Militar dos Estados Unidos para o Caribe está instalado na Zona do Canal do Panamá. Aí atuam 10 mil homens subordinados ao Comando Sul do Exército dos Estados Unidos, chefiado pelo General Paul Gorman. No Panamá, os Estados Unidos contam com a Escola das Américas, dotada de amplas instalações para treinamento de oficiais, de um modo geral americanos, em táticas anti-subversivas; porém atualmente mais freqüentada por oficiais centro-americanos.

No Caribe os Estados Unidos possuem suas próprias bases, destacando-se a aeronaval de Guantânamo, em Cuba, onde estão per-

manentemente 2 mil homens da Marinha e 500 fuzileiros navais, além de tripulantes e pessoal de terra para a manutenção de aviões militares em dois aeroportos e navios de guerra no porto.

Por sua unidade, seu isolamento relativo e posicionamento geoestratégico, Cuba tem importância geopolítica no Caribe. Domina os principais acessos que unem esse mar, encontrando-se no centro da zona de bases principais dos Estados Unidos; e, em posição intermediária, na zona de bases secundárias formada pelo arco interno centrado em Navassa, comandada por Guantânamo.

Integrando as Pequenas Antilhas, têm destaque as Ilhas Virgens; o grupo se constitui de Tortola, Virgem Gorda e Anegada, integrando a Comunidade Britânica; de St. Thomas, St. John e St. Croix, pertencentes aos Estados Unidos; enquanto Vieques e Culebra se integram administrativamente a Porto Rico. (Mapa 2).

Como Estado Associado, os Estados Unidos têm reforçado suas instalações militares em Porto Rico, dando especial destaque à base aeronaval de Roosevelt Roads, mantendo ainda instalações de treinamento em Vieques. Ainda em se tratando de ocupação permanente, porém fora de território próprio, contam os Estados Unidos com instalações em Trinidad-Tobago (Chaguaramas), nas Bermudas, Antigua e Barbados, na qualidade de pontos de abastecimento e apoio.

No continente, além do Canal do Panamá e sua zona contígua, é em Honduras que os Estados Uni-

dos vêm montando toda uma infra-estrutura logística para conter o derramamento cubano-nicaraguense. Daí o destaque da base oficialmente hondurenha de Puerto Castillo, onde são treinados militares salvadoreños e já chegando a 300 o número de assessores estadunidenses.

Bem mais discreta é a presença militar dos Estados Unidos em El Salvador, já que, em função das limitações impostas pelo Congresso, não é permitida a permanência de mais de 55 assessores das Forças Armadas dos Estados Unidos; esses assessores, além da proibição de portar fuzis, não podem participar de ações de combate.

No contexto geral, coube ao General Paul Gorman, do Comando Sul, reorganizar a 1ª de outubro de 1983 o CONDECA (Conselho de Defesa Centro-Americano). Surgido em dezembro de 1963 para fazer frente à ameaça cubana, esse pacto regional militar anticomunista, foi praticamente desfeito com a Guerra Honduras-El Salvador (1970) e a queda de Anastácio Somoza na Nicarágua em 1979. Mantendo a Costa Rica como observadora e, na mesma posição o General Gorman, a sede do CONDECA foi instalada na Cidade da Guatemala, onde a queda de Rios Montt e a ascensão do General Mejia Victores representou um maior estreitamento nas relações com Washington.

Fazem parte do CONDECA, com exceção da Nicarágua, os mesmos países aliados em 1963 — El Salvador, Honduras e Guatemala.



Já a atuação da Rússia no Caribe tem sido muito velada, por ser quase toda dirigida via Cuba, ilha que vem sustentando econômica e militarmente desde a ascensão de Fidel Castro, para que se preserve o regime comunista. Aceita-se que essa atuação da Rússia venha sendo velada, por ser o Caribe zona vital para os Estados Unidos; mas não atuação omissa tendo em vista a constante escalada e investida das esquerdas.

Conseqüentemente, as investidas dos Estados Unidos só recrudescerão ante a contenção de Havana-Moscou, visto que as guerrilhas colocam o Caribe em ritmo de guerra fria; guerrilhas impossíveis de serem justificadas sem o apoio de Fidel Castro.

Moscou age cautelosamente, sem aceitar, como Washington, compromissos que exijam o uso da força, pois seus interesses na área são ainda periféricos. E se está no Caribe a área de segurança imediata dos Estados Unidos, a da Rússia se encontra nas Repúblicas Socialistas de fronteira, e Países da Cortina de Ferro concentrados em sua periferia territorial.

Mostrando que os interesses russos são ainda remotos no Caribe, Moscou rejeitou a proposta de Havana, em fins da década dos 70, sobre a possibilidade de entrar para o Pacto de Varsóvia, e não se coloca num posicionamento frontal de modo que uma derrota dos sandinistas, dos guerrilheiros de El Salvador ou mesmo a queda do governo radical-marxista de Granada, possam ser vistos como uma derrota soviética.

No entanto, é fato incontestável que o Caribe se encontra em ritmo de guerra fria, já que quando se trata da Nicarágua ou de El Salvador, Moscou não deixa de externar "a sua simpatia fraterna com os povos da heróica revolução".

No contexto geral, porém, já tradição no Caribe, a insurgência vem sendo utilizada de forma deliberada, sobretudo no istmo, tanto pela esquerda como pela direita, para mudança violenta dos regimes, transformando-se a região em palco efetivo da guerra fria.

Nota-se que os sandinistas da Nicarágua vêm conseguindo maior êxito no combate aos insurgentes de direita do que El Salvador, com relação aos de esquerda. Os sandinistas que derrubaram Somoza foram treinados por instrutores soviéticos nos arredores de Havana; o Exército de Somoza era o mais aguerrido da América Central e não ofereceu a resistência esperada aos sandinistas. Daí a insegurança cada vez maior em El Salvador, Guatemala e Honduras, abrindo espaço psicológico e político para Fidel Castro, que não perde oportunidades sempre que essas se apresentam.

E tira proveito, sobretudo, das zonas de atrito que envolvem esses países; a Guatemala e El Salvador se entendem bem, mas o governo guatemalteco tem uma frente vulnerável em Belize, que reivindica como sua província, oficialmente, desde 1939. Assim, Havana procura tirar proveito das relações tensas entre Honduras e El Salva-

dor que já alinharam em luta seus Exércitos em 1970, por causa dos 250 mil salvadorenhos instalados em terras hondurenhas já que o artigo 68 da lei de reforma agrária determinava que só tinham direito à terra "los hondureños de nacimiento".

Nesse contexto, são bem difíceis as possibilidades de prognósti-

cos de vitórias concretas a curto prazo; isto porque, se de um lado vemos a incapacidade da insurgência vencer o Exército, do outro lado, num "empate militar", que submete a população a um "castigo histórico", é notória a incapacidade do Exército de vencer a insurgência. Encontra-se, pois, o Caribe em ritmo de guerra fria.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".

A história da energia no Brasil tem um capítulo inteiro escrito pela Mendes Júnior.



de Marimbondo.



Hidroelétrica de Itumbiara.



de concreto "off-shore".



Usina de Jato.

Na década de 50 o Brasil deixou de esperar o racionamento que então justificava a construção de uma usina. Foi o capítulo hidroelétrico promovendo a política de desenvolvimento nacional.

Com apenas 7 anos de vida, Mendes Júnior enfrentou o seu primeiro grande desafio na construção de fumos e comprometeu-se integralmente na geração de energia para o País.

Já estão em funcionamento as hidroelétricas de Cachoeira Dourada,

Rio da Casca, Boa Esperança, Jaguará, Volta Grande, Mucotó, Marimbondo e Itumbiara. A Mendes Júnior participa agora da construção de Taquaruçu, Itapanica e Itaipu.

Hoje a Mendes Júnior é responsável por 25% da potência hidroelétrica instalada no País. Mas, a sua contribuição não se limitou ao capítulo hidroelétrico.

Ela se integrou ao esforço de exploração do nosso petróleo. No mar, construiu plataformas off-shore de concreto que operam no Nordeste e constrói uma jaqueta

metálica para a bacia de Campos. Na terra, construiu a primeira usina de beneficiamento de xisto.

Hoje, quando a Mendes Júnior olha para trás, não pode esconder o orgulho pela sua parcela no desenvolvimento do País.

E, com muita satisfação continua aumentando sua capacidade técnica, vontade e determinação, para escrever novos capítulos da história de nossa luta para alcançar a auto-suficiência energética.

Quanto forem necessários.



Mendes Júnior

FLEISCHMANN E ROYAL PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

NADA NOS PÁRA

PIONEIRISMO — Em outubro de 1931, proveniente do Rio de Janeiro, o vapor *Araraquara* do Lorde Brasileiro, atingido por violento temporal, naufragou à entrada da Barra do Rio Grande, perdendo toda sua carga e entre ela 100 caixas de FERMENTO FRESCO FLEISCHMANN, estoque para 15 dias. O famoso serviço FLEISCHMANN entrou em ação e um veloz hidroavião da VARIG (300 km horários) amerissava no rio São Gonçalo - Pelotas, levando 40 caixas de fermento. Antes de amerissar fez vôo sobre Pelotas, distribuindo folhetos: Chegou o Fermento Fleischmann. A foto mostra a Diretoria da Associação de Panificadores e sobre a asa A.F. Arzujo, agente da Fleischmann à época. O Fermento era proveniente dos Estados Unidos.



EM CASOS DE QUALQUER HECATOMBE, A FLEISCHMANN ASSUME A RESPONSABILIDADE DO FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE FERMENTO USANDO DE TODOS OS MEIOS DE TRANSPORTE PARA QUE O PÃO NOSSO DE CADA DIA NÃO FALTE EM TODOS OS LARES DO BRASIL, POIS O FERMENTO É UM DOS COMPONENTES DO ALIMENTO BÁSICO

— O PÃO —



ATLÂNTICO SUL

Luiz Paulo Macedo Carvalho, p.s.c.

CARACTERIZAÇÃO

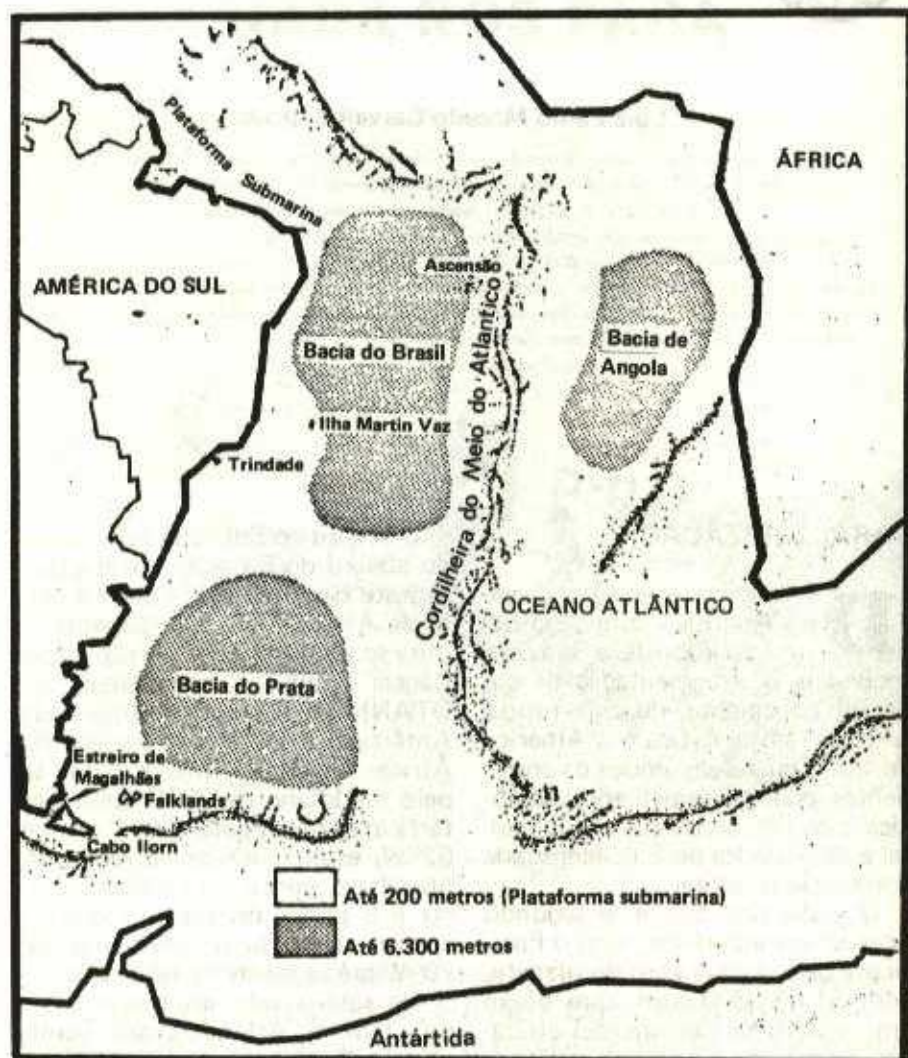
De origem recente, o Oceano Atlântico surgiu no período carbonífero, em consequência da fragmentação de um antigo continente, de cuja ruptura nasceram a África e a América do Sul. Daí terem ambos os continentes enorme semelhança geológica e os litorais da África Ocidental e da América do Sul, acentuada correlação positiva.

O Atlântico Sul é o segundo oceano em superfície, após o Pacífico e dentre os quatro do planeta, com 51.000.000 km² que põem em contato os continentes africano, americano, europeu, ártico e antártico.

Embora constitua uma só massa d'água divide-se em Atlântico Norte e Sul.

O Atlântico Sul acha-se localizado abaixo do Equador entre a costa leste da América do Sul e a oeste da África. Mais precisamente limita-se ao norte com o Trópico de Câncer (limite meridional da OTAN); ao sul com o litoral da Antártica; a leste com a costa da África Ocidental prolongando-se pelo meridiano de 25°E até a Antártica; a oeste pelo meridiano de 62°W, estendendo-se ao longo do litoral do continente sul-americano e a partir do ponto extremo austral deste pelo meridiano de 70°W até as terras da Antártica.

De relevo submarino acidentado, tem o Atlântico Sul como principal acidente geográfico a cordilheira Dorsal Mediana, que estabelece duas grandes depressões — a oriental e a ocidental. Na oriental encontram-se as Bacias



Argentina e Brasileira; na ocidental localizam-se as Bacias do Cabo Verde e de Angola.

Aproximadamente 70% do relevo submarino acha-se a uma profundidade que varia de 3.000 a 6.000m. A Bacia Argentina no estuário do Rio da Prata é constituída de águas rasas e as sul deste das mais profundas.

A plataforma continental, sendo um prolongamento submerso do continente, estende as características geológicas deste até a profundidade de 200m e ocupa apenas 10% do Atlântico Sul. Nas águas que encobrem a plataforma continental é que se pode explorar mais facilmente a fauna, a flora e as riquezas minerais marinhas. A plataforma continental brasileira apresenta-se ampla na foz do Rio Amazonas, estreita-se no Nordeste e torna a se alongar no litoral sul.

A forte salinidade das águas do Atlântico as faz ricas. A temperatura destes mares, variável em função da profundidade, atinge a máxima de 28°C no Golfo da Guiné.

No Atlântico Sul há correntes frias e quentes. A principal corrente quente é a Sul Equatorial, que nasce nas costas africanas com a de Guiné e, depois, inflete para oeste, atingindo o litoral brasileiro na altura do Cabo de São Roque, onde se bifurca em duas outras: a das Guianas, acompanhando o litoral norte, e a do Brasil, que toma a direção sul. Duas são as correntes frias: a das Falklands e de Bengüela, ambas fluindo de sul para norte, respectivamente pelos litorais dos continentes sul-america-

no e africano até se encontrarem com as do Brasil e Sul-Equatorial.

O Atlântico Sul tem ainda um mar satélite — o Caribe — e liga-se no extremo sul, com os Oceanos Índico e Pacífico, bem como com o Oceano Ártico, ao norte.

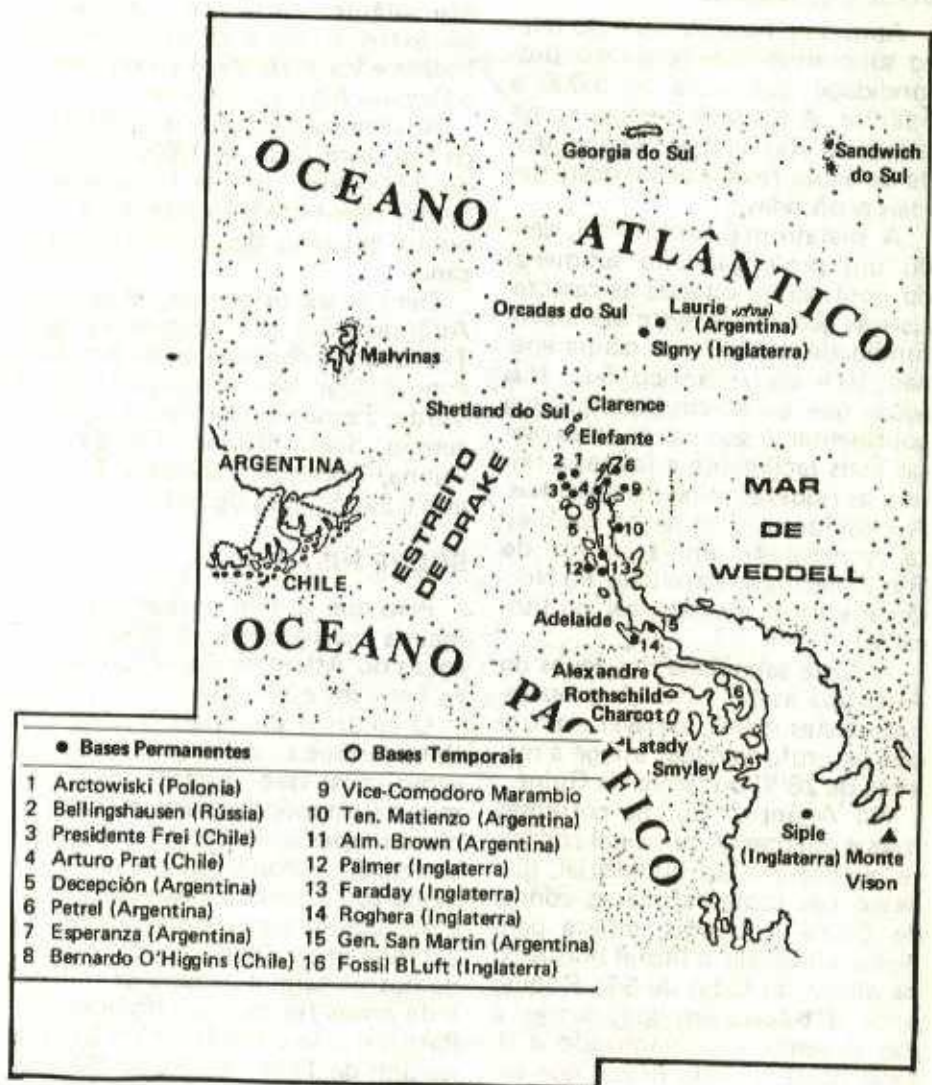
A parte mais estreita do Atlântico Sul, com cerca de 1.500 milhas ou 3.500 km, situa-se entre o saliente nordestino brasileiro e o ponto extremo do noroeste africano.

Dentre as principais ilhas do Atlântico Sul destacam-se as de Trinidad e Tobago (área de junção com o Mar das Antilhas), Cabo Verde, Fernando de Noronha, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Trindade, Falklands, Geórgias e Sanduíches do Sul.

BREVE HISTÓRICO

Pelo que se tem notícia, os primeiros navegadores a singrar as águas do Atlântico Sul teriam sido os Fenícios e Vikings.

O controle do "Mare Nostrum" (Mediterrâneo) pelos genoveses e venezianos que, juntos com os mouros, monopolizavam o comércio de especiarias do Oriente para o mercado europeu, no século XV, despertou a consciência espanhola e portuguesa para a necessidade de explorar o Atlântico em busca de outros caminhos para as Índias e de novas terras. Tal fato ensejou Portugal a se estabelecer em Ceuta no ano de 1415, na Ilha da Madeira em 1426, no arquipélago dos Açores em 1432, no delta do Níger em 1471 e, em seguida, erguer o Forte de São Jorge no Congo, iniciando assim o ciclo dos desco-



brimentos, estimulado também pela "Bula Intercaetera", baixada pelo Papa Alexandre VI, em 1493, que dava exclusividade de navegação aos povos ibéricos.

Beneficiado pela vantajosa posição do porto de Lisboa na Península Ibérica, habitado por povo afeito ao mar, movido pela imposição econômica de procurar novas rotas marítimas, determinado a conquistar os mares e outras terras, sob a égide da Escola de Sagres, marcou Portugal sua presença na história com os grandes navegadores dando maior dimensão ao mundo. Assim, em 1488, o Cabo da Boa Esperança foi dobrado, acontecimento tão importante quanto fora cinquenta e quatro anos antes a passagem do Cabo Bojador. Segue-se a descoberta do caminho marítimo para as Índias (1497-1499) por Vasco da Gama, e do Brasil, em 1500, por Pedro Álvares Cabral. De 1517 a 1519 ocorre a circunavegação do globo, feita por Fernão de Magalhães.

Verificam-se, em seguida, as incursões no Atlântico Sul, dos piratas espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, atraídos pelas riquezas achadas na América e nas Índias, bem como incentivados pela debilidade portuguesa em defender as novas colônias.

A navegadores de várias nacionalidades tem sido creditada a descoberta das Ilhas Falklands.

Segundo a versão argentina, em 1520 eram descobertas as Falklands por Estebán Gomes, piloto da armada de Fernão de Magalhães, o que lhes asseguraria a posse delas por herança dos espa-

nhóis, devido o firmado no Tratado de Tordesilhas (1494).

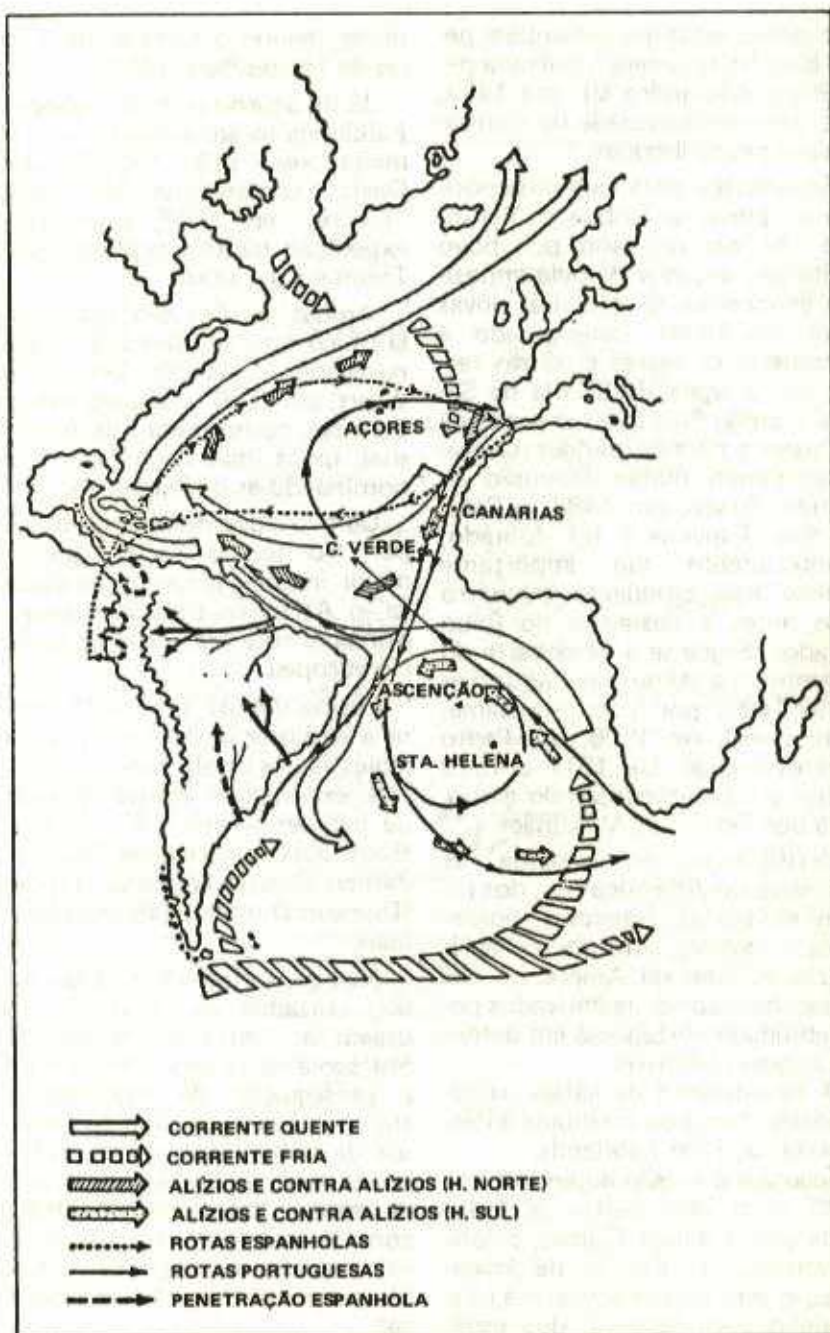
Já de acordo com os ingleses, as Falklands foram avistadas pela primeira vez, pelo Capitão John Davis, comandante do veleiro "Desire", em 1592, a serviço da expedição náutica exploratória de Thomas Cavendish.

Ambas versões são discutíveis. O único fato comprovado é que o navegador holandês Sebald von Weert, em 1600, assinalou nas suas derrotas, como mera referência visual, umas ilhas naquela área, denominando-as de Sebalinas.

Com o advento do navio a vapor, no século XVIII, que deu maior impulso à navegação oceânica, o Atlântico transformou-se na principal rota marítima de comércio europeu.

Pouco depois, em 1772, inicia-se a exploração da Antártica pelo inglês James Cook, seguindo-se outras expedições àquelas paragens de ingleses (William Smith, James Ron), norte-americanos (Nathaniel Patner, Charles Wilkers), franceses (Dumont Durville) e alemães (Gottlieb).

Nos anos vinte do século passado, cortados os laços que nos uniam à metrópole, o Atlântico Sul serve de cenário também para a perseguição da esquadra que transportava os portugueses expulsos da Bahia. Seguiram-se as lutas no estuário do Prata onde as ações da armada portenha dificultavam consideravelmente a presença naval brasileira na área, a despeito do bloqueio marítimo haver sido eficaz.



A utilização do Atlântico Sul no passado, como via de comunicação marítima, convém salientar, não se restringiu ao sentido geral norte-sul, ao longo do litoral e entre a Europa e a África ou América, ou em demanda do Índico e do Pacífico, mas também de leste para oeste, representado pelo tráfego negroiro do continente africano para o americano.

Com a inauguração do Canal de Suez (1869) e do Panamá (15 Ago 1914), o Atlântico perdeu a sua característica de principal via de comunicação entre o Hemisfério Norte e Sul, condição esta que voltaria a recuperar nos idos de 60, com o surgimento dos superpetroleiros e graneleiros e com o fechamento de Suez em 1967. Em consequência, as Falklands se tornaram um ponto remoto, visitado apenas por poucos navios.

No século em curso, os dois conflitos mundiais transformaram o Atlântico Sul em palco de combates e ações navais de porte, apesar de ser considerado pelo Alto Comando Alemão um teatro de operações secundário.

Em 1914, as Falklands voltaram ao noticiário mundial, com a batalha naval travada entre as belonaves inglesas e alemãs do Almirante von Spee.

A 3 de outubro de 1939, como resultado da proposta dos EUA na Conferência Panamericana do Panamá, foi instituída oficialmente a Zona de Segurança Panamericana, na qual ações de guerra entre os beligerantes deveriam ser evitadas. Em dezembro daquele mesmo ano, ocorreu a Batalha do Rio da

Prata, onde foi interceptado pela esquadra inglesa do Almirante Harwoods, no interior da referida área, o encouraçado de bolso Graf Spee.

Em síntese, os corsários armados por Buenos Aires no passado, se bem que não hajam comprometido seriamente o tráfego marítimo brasileiro, reavivaram o tipo de ameaça exercida anteriormente pelos piratas ingleses, franceses e holandeses, ameaça essa que nos causou pesadas baixas e grandes transtornos na 2ª Grande Guerra, com a ação dos corsários alemães e dos submarinos italianos e germânicos, hoje potencialmente representada pela maciça presença do Poder Naval Soviético.

Em junho de 1982, o mundo estarrecido presenciou combates aeronavais e terrestres no Atlântico Sul, tirando as Falklands do esquecimento histórico.

APRECIAÇÃO ESTRATÉGICA

Sendo aproximadamente 3/4 partes da superfície do globo cobertas por mares, é o planeta mais marítimo do que continental, o que empresta relevância aos oceanos. Desta forma, a maritimidade é um fator valioso, pois fortalece a soberania dos Estados e assegura-lhes liberdade de movimento que lhes facilita o intercâmbio comercial.

Daí ser o Atlântico o mais importante dos oceanos, uma vez que permite o estabelecimento de comunicações marítimas entre a América, a Europa e a África e abre as portas para o acesso à Ásia,

bem como à Antártica e ao Ártico.

O Atlântico Sul ganha maior expressão dadas as ligações com o Pacífico e o Índico, respectivamente, através das rotas marítimas do Estreito de Magalhães ou do Cabo de Hornos e do Sul da África.

Recentemente, o Atlântico Sul tornou-se o foco da atenção mundial devido em suas águas passarem as rotas marítimas vitais para a economia e a defesa do Ocidente, como a extensa Rota do Cabo, por onde circular 90% de todo o petróleo procedente do Golfo Pérsico para a América e a Europa. Além desta principal rota cumpre destacar o significado das rotas costeiras que ligam os países sul-americanos debruçados sobre o Atlântico aos EUA e a Europa, além de servirem ainda aos países da América do Sul mediterrâneos ou voltados para o Pacífico, através dos rios da Prata e Amazonas.

A importância estratégica do Atlântico Sul cresce diante das três passagens que apresenta:

- o estreitamento entre o Cabo de São Roque, no saliente do Nordeste brasileiro, e Dakar, no Noroeste da África (caminho mais curto entre a América e a massa continental afro-euro-asiática);

- os Estreitos de Drake, Magalhães e Beagle, únicas ligações diretas e contínuas do Atlântico com o Pacífico;

- as águas adjacentes ao Sul da África, que dão acesso ao Índico, Oriente Médio, Ásia e Oceania.

As raras ilhas existentes no Atlântico Sul tornam-se altamente valorizadas dada a possibilidade de servirem de base de apoio à nave-

gação marítima ou aérea e às operações militares.

O Atlântico Sul é também um manancial de riquezas minerais e proteínas. Há sinais de grandes reservas petrolíferas na plataforma continental da América do Sul, África Ocidental e Antártica. Nódulos polimetálicos, contendo manganês, cobre, cobalto, ouro e zinco, já foram assinalados em suas profundezas, além de grandes depósitos compactos de diversos outros minerais. O aproveitamento das marés, correntes marítimas e diferenças térmicas das águas propicia recursos energéticos de natureza hídrica. A tudo isso acresça-se o valor da fauna marinha, constituída de peixes, cetáceos, crustáceos e moluscos, fonte inesgotável de proteínas.

A medida que as tensões entre o Leste e o Oeste se acentuam, aumenta a importância do Atlântico Sul, que por sua posição estratégica inopinadamente pode voltar a servir de bastidor para um confronto entre as superpotências em conflito total ou limitado. Se isso ocorrer, ameaças que remontam à época da 2ª Guerra Mundial, serão não só revividas, mas agravadas por um novo fator — a presença e a influência soviéticas na área.

Tal quadro sugere, em uma sumária apreciação estratégica, enfatizar os seguintes aspectos:

- importância cada vez maior do Sul da África, da parte meridional do continente sul-americano e das ilhas oceânicas, considerando-se a expansão comunista nas Antilhas e na África negra;

- controle soviético do Estreito de Drake e da Rota do Cabo;
- dependência do petróleo do Oriente Médio pelo bloco ocidental;
- interesse internacional na Antártica;
- valorização dos recursos minerais da área;
- reserva de proteínas naturais diante da carência de alimentação mundial.

O Atlântico Sul esteve por muito tempo esquecido, em face do Atlântico Norte estabelecer ligação direta da América com a Europa e constituir a via de acesso mais curta para o Oriente Médio, através do Mar Mediterrâneo. Assim sendo, enquanto as grandes potências ocidentais sempre concentraram sua atenção no Hemisfério Norte, comprovada pela existência da OTAN, o Atlântico Sul continua desguarnecido.

Com o fechamento do Canal de Suez, em decorrência dos conflitos árabes-israelenses, e devido suas dimensões não mais comportarem os superpetroleiros e navios-aeródromos, foram revividas as rotas oceânicas que contornam o Sul da África e seguem para o norte e o oeste, em demanda da Europa e América e do Pacífico, respectivamente. A situação agrava-se com a instalação de bases soviéticas aeronavais na Guiné ou Guiné Bissau e influência indireta exercida pelos cubanos em Angola, que permitem a operação de aeronaves e belonaves de longo alcance, inclusive submersíveis nucleares, no Atlântico Sul até a parte central do litoral sul-americano, ameaçando inter-

ditar as rotas costeiras ou oceânicas até a cidade do Cabo ou, na direção norte até Gibraltar. Ao mesmo tempo, convém salientar que, dia-a-dia, as potências ocidentais encontram maiores dificuldades em obter e manter bases no exterior, para abastecimento de suas esquadras e apoio aéreo. Por exemplo, a única base disponível para abastecer a 2ª Frota dos EUA que guarnece a saída do Atlântico Sul em direção ao Índico e ao Sudeste Asiático e vice-versa, está localizada em Simonstown a 50 km da cidade do Cabo, na África do Sul. Acresça-se a isso que a situação enfrentada pelos EUA é delicada, devido não apoiar a política do "apartheid" adotada por aquele país, o que poderá acarretar repentinamente o fechamento da base.

Tais ameaças têm valorizado, cada vez mais, o Sul da África, o Cone Sul da América e as ilhas oceânicas próximas.

Por outro lado, o Canal do Panamá, diante da transformação de Cuba em satélite da União Soviética e da expansão das guerrilhas comunistas na América Central, tornando inviável a abertura de uma nova passagem contínua do Atlântico para o Pacífico na Nicarágua, além das restrições impostas pelas medidas de suas comportas (110 pés de largura, 1.000 pés de comprimento e 41 pés, no máximo, de profundidade, dependendo da época do ano), ao tráfego marítimo de navios de grande porte, veio reforçar a importância do Estreito de Drake, no extremo do Atlântico Sul.

Apesar das vantagens proporcio-

nadas pelo Canal do Panamá de encurtar distâncias entre os dois maiores oceanos do mundo economizando tempo e combustível, além de facilitar o suprimento e a manobra de forças de um teatro de operações para outro, o que assegura maior segurança, a sua vulnerabilidade a atos de sabotagem e bloqueio ressalta a necessidade de ser mantida a rota do Estreito de Magalhães ou do Cabo de Hornos. Se comparada estas duas rotas, a do Estreito de Magalhães revela-se superior a outra, por razões econômicas e de segurança. Navegar pelo Cabo de Hornos em direção ao Pacífico leva a enfrentar condições atmosféricas adversas, fortes ventos contrários e risco de colisão com "icebergs". Se considerada a travessia em sentido contrário, do Pacífico para o Atlântico, apesar de se inverter a direção do vento, persistem as desvantagens inerentes às más condições meteorológicas e ao perigo de colisão com "icebergs". Não obstante, a navegação pelo Estreito de Magalhães é mais segura e cerca de 230 milhas mais curta, afora permitir a passagem de grandes navios aeródromos e superpetroleiros.

A Antártica, por sua vez, também exerce considerável influência estratégica no Atlântico Sul, dada a sua valiosa posição, suas inexploradas reservas minerais nobres, inclusive petróleo, e de proteínas para a humanidade, destacando-se o "krill", outros crustáceos, cetáceos e peixes. O término do prazo de validade do Tratado da Antártica, em 1989, restringe, à medida que os dias passam, o tempo dis-

ponível para o surgimento de fatos novos que venham a justificar futuras pretensões internacionais naquela região.

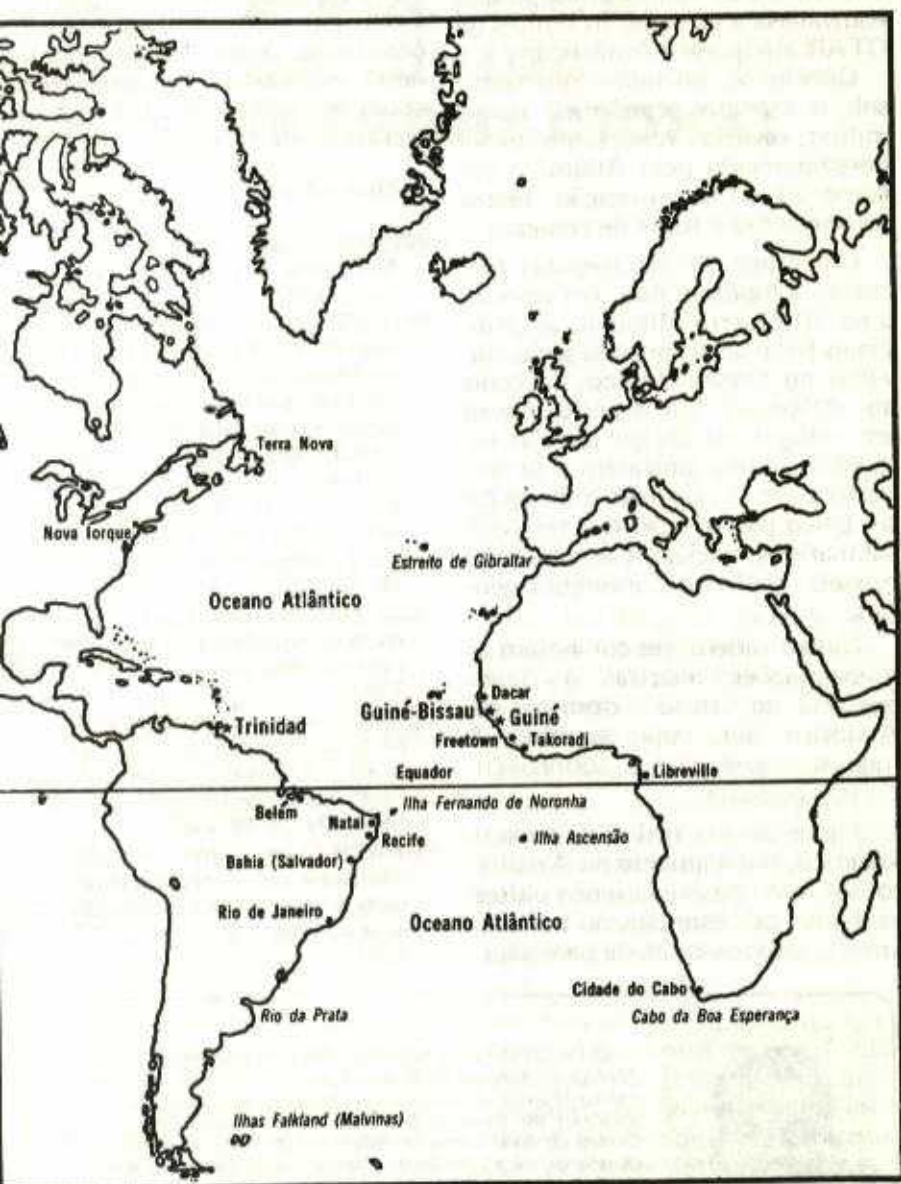
Localizadas estrategicamente nas proximidades do Estreito de Drake e da Antártica, as Falklands, Geórgias e Sanduíches do Sul constituem acidente capital para quem deseje controlar as rotas e as riquezas do extremo do Atlântico Sul.

A posição geoestratégica da Argentina neste contexto é de imensa valia pelo domínio exercido sobre o Estreito de Drake e pelo apoio de toda ordem que poderia prestar a operações militares no Atlântico Sul.

Consciente do seu valor estratégico, a Argentina sentiu-se incentivada a reconquistar as Falklands, Geórgias e Sanduíches do Sul, para ampliar sua capacidade de atuação e a sua área de confrontação na Antártica, antes de 1989, onde tem pretensões, tudo com a finalidade de ganhar maior prestígio internacional. Se saíssem vitoriosos política e militarmente nas ilhas, os argentinos, sem dúvida, teriam abreviado uma solução favorável para suas disputas com o Chile, no Canal de Beagle.

Na hipótese de procederem as notícias veiculadas de que a União Soviética informara à Argentina estarem os EUA e o Reino Unido negociando a instalação de bases militares nas Falklands, ficariam sepultados definitivamente as reivindicações históricas argentinas de soberania sobre as ilhas e reduzido o significado de sua posição geoestratégica como país. Acaba-

ATLÂNTICO SUL



ria o Atlântico Sul unido ao Atlântico Norte, sob o controle direto dos EUA e do Reino Unido, o que equivaleria a estender os limites da OTAN até quase à Antártica.

Conclui-se, portanto, que tanto sob o aspecto econômico como militar, avulta importante papel desempenhado pelo Atlântico Sul como via de comunicação, teatro de operações e fonte de riquezas.

Um grupo de estrategistas formulou a hipótese que, em caso de uma III Guerra Mundial, as principais batalhas aeronavais serão travadas no Oceano Índico, cabendo ao Atlântico Sul transformar-se em refúgio ou abrigo para as esquadras se reorganizarem e se reabastecerem o que não impede de ser palco para a ação dos terríveis submarinos nucleares armados de mísseis balísticos intercontinentais.

Tais considerações aumentam as preocupações relativas a quem exercerá no futuro o domínio do Atlântico Sul, cuja segurança é inquestionável para a sobrevivência do Ocidente.

Diante do expansionismo naval soviético, notadamente no Atlântico Sul, e do despreparo dos países banhados por este oceano para assumir a responsabilidade pela segu-

rança do tráfego marítimo nele, bem como de indefinição da única potência capaz de defendê-lo — os EUA, paira uma grande interrogação sobre o que poderá ocorrer nesta importante área estratégica, como já ficou evidenciado durante o conflito de 1939-45.

Bibliografia

- ARANDA, José Calvende. Interesses Marítimos do Brasil. ESG. Rio de Janeiro, 1983.
- DOMONT, Guilherme Eugênio Barbosa. Importância Estratégica do Atlântico na Segurança e Desenvolvimento do Continente Americano. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 669:4-40, s.d.
- FLORES, Mário César. O Brasil e o Atlântico Sul: Importância Estratégica do Atlântico Sul e Proteção à Navegação Marítima. *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro, 3:5-48, Set 82.
- . Maritimidade: Causa de Progresso ou de Risco? *Segurança & Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 190:78-90, 1982.
- LESSA, Luiz G. S. Atlântico Sul: Importância do Brasil no Decorrer da 2ª Guerra Mundial. *Military Review*. Fort Leavenworth, Kansas, EUA, LXIII (2): 24-38, 1983.
- ROHWER, Jurgem. Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil Durante a Segunda Guerra Mundial. *Navegador*. Rio de Janeiro, 18:4-38, 1982.



O Cel. OEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho possui os cursos de Técnica de Ensino, de Motomecanização (EsMB), de Aperfeiçoamento (EsAO), de Comando e Estado-Maior (ECEME), de Estado-Maior do Exército Britânico (Staff College Camberley), do Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield), de Extensão de Manutenção e Reparação Automóvel, do Exército dos EUA (Aberdeen Proving Ground), e Superior de Guerra (ESG), além de ser bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Integrou também o corpo permanente da Escola Superior de Guerra e o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. É membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e sócio-fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Ocupa a cadeira de Mallet no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



A POLÍTICA DA DÍVIDA INTERNACIONAL

Martin Feldstein

O ano passado foi uma ocasião particularmente difícil para os países devedores e bancos comerciais, mas foi também uma época em que o desempenho excedeu as expectativas.

Há um ano, havia muitos que temiam que a situação da dívida internacional pudesse precipitar um colapso do sistema financeiro mundial, mergulhando a economia de todo o globo em profunda recessão. Mas, a cooperação internacional e o procedimento político dos países devedores e bancos comerciais permitiram que se obstasse a crise.

A causa da arremetida da crise da dívida internacional foi uma súbita e inesperada mudança nas condições econômicas mundiais. De 1979 para cá, o preço do petróleo triplicou, o valor real de troca do dólar subiu 55 por cento,

a taxa real de juros guindou-se a alturas sem precedentes e as mais importantes nações industriais experimentaram longo período de atividades econômicas anormais.

Ainda que nenhum desses fatores pudesse isoladamente precipitar qualquer sério problema financeiro, sua combinação pôde. E ainda que nenhuma dessas mudanças fosse tão improvável, sua combinação era.

O fácil funcionamento dos mercados financeiros depende da fé e da confiança. Foi a destruição da fé e da confiança, tanto ou quanto a mudança em qualquer condição objetiva, que fez que praticamente todas as nações latino-americanas pensassem que, subitamente, os banqueiros passaram a mostrar relutância em continuar estendendo o crédito.

Felizmente, no ano que passou, os bancos e os países devedores houveram-se geralmente de maneira a permitir o reatamento da confiança em que, a despeito da seriedade da situação, os devedores e credores podiam eventualmente resolver o problema e voltar às suas relações econômicas normais.

AS METAS DE CONTA CORRENTE

O passo importante agora, para transformar os objetivos básicos do crescimento econômico e o equilíbrio financeiro a longo prazo numa política operacional, é escolher, para cada país, o nível do *deficit* de conta corrente que será financiado nos anos vindouros com créditos adicionais do exterior.

Esta é uma questão que deve ser resolvida de comum acordo pelas nações devedoras, bancos comerciais e Fundo Monetário Internacional (FMI). A resposta não deve basear-se em normas empíricas arbitrárias acerca das taxas nominais de crescimento da dívida ou acerca da balança comercial. Pelo contrário, a escolha do *deficit* de conta corrente deve equilibrar a vantagem para o país devedor do aumento de suas exportações com a desvantagem de uma dívida aumentada a ser amortizada no futuro.

Nas atuais condições de estreiteza de recursos, mais alto nível de importações permite maior atividade econômica, contribui para um melhor padrão de vida e dá mais recursos para o investimento na criação da capacidade de ex-

portação. Todavia, um nível de dívida mais alto significa que mais exportações futuras devem ser destinadas ao serviço da dívida, e que maior será o tempo em que os credores se mostrarão em dúvida e procurarão taxas de juros ou restrições mais severas para as atividades internas desses países devedores.

Nos próprios países que eu mesmo analisei, estou convencido de que é possível escolher um nível de *deficit* de conta corrente compatível com a retomada do crescimento econômico e, apesar disso, não provoque um aumento inaceitável na dívida internacional.

O PAPEL DOS GOVERNOS DOS PAÍSES INDUSTRIAIS

Se esta focalização sobre o progresso no crescimento econômico e sobre a necessidade de um nível adequado de financiamento das importações é correta, qual é o papel do Governo dos Estados Unidos e do governo dos outros grandes países industriais?

Embora a solução do problema caiba essencialmente aos prestatários e prestamistas, é evidente que uma solução satisfatória para o problema da dívida não será alcançada, se cada prestatário e prestamista atuar tendo em vista simplesmente seus interesses, desconhecendo os efeitos de sua atuação nos esforços para resolver o problema geral.

Os governos e as agências internacionais podem encorajar com proveito ações coordenadas aos prestatários e prestamistas indivi-

duais, e, provendo recursos financeiros adicionais, podem ajudá-los e induzi-los a atuar de modo a contribuir para a solução satisfatória do problema da dívida.

Além de encorajar uma ação coordenada entre os bancos dentro de suas fronteiras, há duas coisas concretas que os governos podem fazer para contribuir diretamente a alcançar a meta do crescimento e da redistribuição dos recursos e, talvez, o que é mais importante, para promover a confiança que nasce do saber que os governos estão empenhados em políticas que fomentam uma solução individual exequível.

O primeiro papel do governo é suplementar o crédito concedido pelos banqueiros privados durante o atual período de transição. Há três formas separadas de suplementação:

— Primeira, em casos excepcionais, "empréstimos-ponte" a prazos muito curtos — como os que foram concedidos no ano passado pelo Banco de Pagamentos Internacionais — podem abortar as crises financeiras e tranquilizar os bancos e os tomadores de empréstimos, dizendo-lhes que os problemas de liquidez genuinamente temporários não invalidarão programas saudáveis.

— Segunda, empréstimos a curtos e médios prazos concedidos com a interveniência do FMI, em apoio de programas efetivos de ajuste, suplementam o crescimento dos créditos bancários e ajudam a preencher a brecha entre o crédito aumentado que os bancos deverão conceder e a quantia de que se

necessita para financiar um nível desejável de importações.

— Finalmente, os países industriais podem contribuir para financiar esse nível desejável de importações, concedendo créditos governamentais de exportação ou garantias de crédito de exportação para os produtos que deles saírem. Recentemente, os Estados Unidos deram passos nessa direção, estabelecendo garantias e seguro de exportação no valor de 1 bilhão e 500 milhões de dólares para o Brasil e de 500 milhões de dólares para o México, como parte do programa de 1983 do nosso Banco de Exportação e Importação (Eximbank).

Conceder créditos adequados às nações durante o período de transição é crucial, mas não suficiente. Ademais, os governos dos países industriais devem garantir que os mercados para toda a série de exportações das nações devedoras estarão abertos, nos anos vindouros.

Ouvimos dizer nesses últimos dias que a recuperação econômica mundial é crucial para a solução feliz do problema da dívida internacional. No entanto, é importante lembrar que a recuperação mundial só é significativa nesse contexto se, e apenas se, traduzir o aumento da demanda de exportações das nações devedoras. Se os mercados não se mantiverem abertos e, em muitos casos, abertos ainda mais, a recuperação mundial será irrelevante para o país devedor.

O único meio de as nações devedoras pagarem os juros de suas dívidas atuais e evitarem um rápido e incontrolável crescimento dessas

dívidas no futuro é aumentar o comércio de seus excedentes com o resto do mundo. Para pagar os juros de suas dívidas sem meramente tomar emprestado de volta os juros a seus credores, as nações devedoras devem transferir não só dinheiro a seus credores, mas recursos reais aos compradores nas nações credoras. Embora os bancos comerciais queiram ser pagos em dólares, as nações devedoras devem ganhar esses dólares, eventualmente, com a exportação de matérias-primas, artigos manufaturados e serviços.

Ainda que os países devedores possam, em princípio, aumentar os seus excedentes comerciais, mediante a redução das importações ou o aumento das exportações, em verdade as importações não podem ser reduzidas o suficiente, de seus atuais níveis, para produzir os excedentes comerciais exigidos. Na maioria dos casos, novas reduções nas importações só serviriam para refrear o crescimento e impedir o desenvolvimento de futuras indústrias de exportação. O Brasil, por exemplo, já reduziu suas importações em 30 por cento, em comparação com o nível vigente em 1980, e não está em posição de levar a cabo novas reduções sem prejudicar a sua economia. O México, onde as importações caíram mais de 60 por cento, entre 1981 e a primeira metade de 1983, deve agora aumentar suas importações, se quiser ter uma recuperação econômica saudável.

Felizmente, todavia, as perspectivas de suficiente aumento das exportações são muito favoráveis, se

os países industriais do mundo não alijarem esses produtos de seus mercados, e se as taxas de câmbio das nações devedoras se ajustarem para manter e melhorar seus preços relativos.

O fato chave é que os aumentos nas exportações exigidos para financiar o serviço da dívida internacional são bem pequenos, em comparação com a receita nacional dos países devedores. O Brasil, por exemplo, podia pagar todo o seu custo dos juros com exportações adicionais equivalentes a uns quatro por cento de seu Produto Nacional Bruto (PNB). Isto significa um grande aumento relativo, em comparação com o atual nível das exportações brasileiras — um aumento de cerca de 40 por cento —, mas só porque as exportações do Brasil representam atualmente um percentual relativamente pequeno de seu PNB.

Não dúvida de que o Brasil tem capacidade técnica e empresarial e recursos internos para o atendimento do aumento de que necessita nas exportações.

O conhecimento de que a relativamente modesta redistribuição dos recursos nacionais pode dar às nações em desenvolvimento credoras os ganhos de exportação necessários ao serviço de suas obrigações contraídas é a razão fundamental de os bancos comerciais continuarem emprestando. Assim, é muito importante que os países industriais se comprometam a manter os seus mercados abertos aos produtos das nações devedoras.

Um aumento na atividade de exportação é importante não só para atingir as metas financeiras a longo prazo, mas também, a curto prazo, para estimular o nível das atividades econômicas domésticas nas nações devedoras. Sem uma expansão das exportações das nações devedoras, a contração de seus gastos governamentais internos que se exigem para atender metas orçamentárias prudentes significaria, muitas vezes, novo declínio da atividade econômica real e aumento dos já elevados níveis de desemprego. Portanto, aumentar as exportações das nações devedoras é um objetivo particularmente urgente, um objetivo em que, em última análise, se estriba a viabilidade de toda a solução do problema da dívida.

TOMADORES DE EMPRÉSTIMOS E BANQUEIROS

Embora a contribuição que os governos das nações industriais possam dar seja importante, a grande responsabilidade pela solução dos problemas da dívida fica com os países devedores e com os bancos comerciais.

As nações devedoras devem continuar fazendo frente às dolorosas condições que são o inevitável companheiro de uma aguda redução na disponibilidade de crédito e a grande mudança no ambiente econômico externo. Seus governos devem continuar a orientar o processo de sistemática administração da dívida e rejeitar de uma vez por todas as noção ilegal e imoral de repúdio unilateral da dí-

vida, vendo nisto um meio quase certo de serem excluídos do mundo comércio e das finanças, de não poderem mais tomar emprestado, de não poderem mais comprar importações a crédito, de não poderem mais exportar para muitos de seus antigos mercados.

Em vez de namoriscar com tal desastre, devem os governos das nações devedoras encorajar e facilitar a redistribuição positiva dos recursos domésticos à produção para os mercados de exportação. Também seria útil se esses governos examinassem o que pode fazer-se para aumentar a entrada do investimento estrangeiro direto no capital social, o qual poderia suplementar seus empréstimos estrangeiros sem a necessidade de pagamentos imediatos de juros.

Aos bancos comerciais, em todo o mundo também cabem, agora, pesadas responsabilidades. Devem eles continuar a emprestar mais dinheiro do que desejam, a taxas de juros inferiores àquelas que os induziriam a conceder tais créditos voluntariamente. Devem reconhecer que a expansão de uma taxa de juros mais elevada, conquanto venha a ser talvez justificável, como compensação para o risco, poderia causar um aumento no risco total, o que deixaria tanto os banqueiros quanto os tomadores de empréstimos em situação agravada.

E devem eles demonstrar uma flexibilidade futura e uma disposição de ajustar o seu planejado volume de empréstimos, quando isto for recomendado por uma mudança nas condições, tal como uma alteração no nível da taxa de juros

da "libor" (London Interbank Offered Rate), ou no preço mundial do petróleo, que esteja além do controle das nações devedoras, mas que pode ter um impacto significativo sobre o comportamento de suas contas correntes.

Compreendemos muito melhor agora a natureza do problema da dívida internacional, do que há um ano, e percebemos mais claramente o que deve ser feito durante esse período de transição, se é intenção das nações devedoras alcançar o objetivo de manter o crescimento econômico e de redistribuir seus recursos econômicos internos de maneira a permitir um retorno

ao equilíbrio financeiro internacional. Crédito adequado e mercados abertos constituem as responsabilidades precípuas das nações credoras. A disciplina econômica e a realocação de recursos são as principais responsabilidades das nações devedoras.

Ao ingressarmos neste segundo ano de lidar com o problema da dívida internacional, a cooperação global e o exercício responsável do auto-interesse são mais importantes do que nunca. Sobre esses esforços repousam nada menos do que a sobrevivência do sistema financeiro internacional e o futuro da economia mundial.

Martin Feldstein é Presidente do Conselho Norte-Americano de Assessores Econômicos. O presente artigo baseia-se em discurso recentemente pronunciado no Conselho de Assuntos Mundiais, Los Angeles, EUA.



A REABILITAÇÃO NO DIREITO PENAL MILITAR

Inácio Elias Pereira

Todos nós sabemos, que as sociedades humanas estão ligadas ao Direito, o qual tem origem nas necessidades fundamentais. É no Direito, que encontramos as garantias das condições necessárias à coexistência social, definidas e asseguradas por suas normas, que criam a ordem jurídica dentro da qual o estado organizado, a sociedade e o indivíduo compõem o seu destino.

Qualquer fato contrário ao Direito ofende ou põe em perigo o objeto de sua proteção, formando o ilícito jurídico, cuja espécie mais grave é o ilícito penal, pois viola a mais fundamental das leis da convivência humana.

É portanto, compreensível que o estado proteja a sociedade prevenindo ou reprimindo tais fatos, na proteção dos bens jurídicos es-

senciais e de condições que a vida coletiva reclama que sejam respeitadas, razão por que recebem a tutela do Direito.

Entretanto, na evolução do Direito, a pena vem sendo atenuada cada vez mais, sobretudo no momento de sua aplicação. Essa evolução humanística do Direito Penal encontra-se bem acentuada no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar, os quais resultam de um conjunto de normas de muito boa técnica, bem redigidos, com clareza e que soube aproveitar com equilíbrio as mais recentes e autorizadas inovações.

Assim, com o advento dos decretos-leis 1001 e 1002, CPM e CPPM, respectivamente, elaborados dentro de uma política criminal voltada para o incentivo à regeneração do delinqüente, ocupou lugar de

destaque a Reabilitação, como remédio indispensável ao infrator reconhecidamente de bom comportamento. Entretanto, muitos ainda desconhecem sua aplicação prática e os seus efeitos na aliança do Direito Penal com o Direito Administrativo. Em face disso, a grande maioria não busca o seu abrigo e, em consequência, suporta a vida inteira a mancha de uma condenação, nem sempre justa.

EFEITOS DA CONDENAÇÃO

Por mais leve que seja a pena aplicada a um militar, produz efeitos desastrosos em sua vida castrense, quer moralmente, quer administrativamente, já que as consequências em relação às futuras promoções são altamente prejudiciais. Vejamos, por exemplo, o caso de um sargento que sofre uma condenação, seja por crime comum ou militar. Além de ingressar automaticamente no comportamento "mau", ainda perde 100 (cem) pontos na ficha de promoção, ficando, desde logo, alijado das promoções por merecimento, entre outros efeitos menos drásticos que atuam diretamente na carreira do militar, prejudicando-o sobremaneira. Não temos dúvidas de que o Direito Administrativo atua penalizando o militar, às vezes com maior rigor do que o próprio Direito Penal, pois suas normas agem e produzem efeitos de penas acessórias. É em razão disso que o Direito Penal oferece a oportunidade à reabilitação, instituto através do qual o indivíduo retorna à sua condição anterior, no espaço de um quinquênio.

O PROCESSO E SUA SIMPLICIDADE

A simplicidade do processo de Reabilitação é fruto de uma organização judiciária, voltada para o interesse social, capaz de atingir o seu fim, com objetivos bem definidos e através de uma estrutura montada e funcionando sem os desnecessários entraves burocráticos, comuns na administração pública, em que pese os esforços do atual governo federal, que legalmente vem combatendo, ainda não existe uma consciência desburocratizante, o que dificulta, na prática a tão propalada desburocratização. A Justiça Militar atua com o mínimo de burocracia e o máximo de eficiência, o que facilita o trabalho, com grande economia processual.

Sendo assim, a reabilitação é proposta através de advogado, na própria Auditoria da condenação, em petição dirigida ao Juiz Auditor, acompanhada das provas exigidas pelo artigo 652 do Código de Processo Penal Militar. O processo é isento de custas e segue o procedimento normal, sem audiências, já que o juiz decide de plano, isto é, em nenhum momento se faz necessária a presença do postulante, o que possibilita ao militar requerê-la sem ter que se deslocar da guarnição em que serve.

É bem verdade que, apesar de simples, o trâmite da reabilitação não é tão rápido, face ao duplo grau de jurisdição a que está sujeito, pois na própria sentença do Juiz Auditor se torna obrigatório o recurso de ofício ao Superior

Tribunal Militar, que, apreciando o recurso, põe em termo ao processo, fazendo as comunicações de praxe às autoridades administrativas.

O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Após transitar em julgado a decisão do Superior Tribunal Militar, concessiva da reabilitação, se torna necessário a prática de determinados atos na esfera administrativa, para consolidar, nessa área, o Direito do requerente, para que produza os efeitos legais desejados. Assim sendo, tão logo seja oficiado à unidade do militar, dando ciência da concessão pretendida, o interessado deve, imediatamente, requerer, ao chefe do Departamento competente, o cancelamento da condenação, mediante averbação de antecedentes em suas folhas de alterações. Deferido o cancelamento, será dado ciência aos órgãos interessados, particularmente à Diretoria de Promoção, ou Órgão equivalente, que providenciará a restituição dos Pontos perdidos pelo militar à época da condenação. Daí para frente, o reabilitado concorrerá às futuras promoções em igualdade de condições com aqueles que não tiveram a infelicidade de carregar durante anos a pesada cruz de uma condenação.

UMA SITUAÇÃO DE FATO

Em 1980, na Escola de Instrução Especializada, tivemos conhecimento de que um companheiro fora condenado por crime de le-

sões corporais, em 1963, pela 2ª Auditoria do Exército, da 1ª CJM, estando impedido de ser promovido por merecimento, apesar de boa folha de serviço e de ser possuidor de vários cursos. Procuramos esse sargento e, de posse da documentação necessária, encaminhamos o pedido de reabilitação para o juízo competente. Concedida a pretensão pelo Juiz Auditor, subiu ao Superior Tribunal Militar, tendo aquele Egrégio Tribunal, em sessão realizada em 03 Abril de 1981, por unanimidade, confirmado a reabilitação, cujos efeitos já se fazem sentir, eis que a Diretoria de Promoções, alicerçada no despacho de cancelamento da condenação, na folha do militar, acaba de lhe restituir os 100 (cem) pontos perdidos anteriormente, o que possibilitará ao militar em questão ser promovido por merecimento, nas próximas promoções.

Como se vê, o Direito existe. Basta enquadrar o caso concreto na norma jurídica adequada e colher os frutos produzidos pela aplicação da lei, que deve ser provocada pelo interessado.

Concluindo podemos afirmar que a reabilitação é medida de política criminal de longo alcance, que longe de ferir o princípio da disciplina essencial às Forças Armadas, estimula-o pela obrigação da conduta exemplar do apenado, após o cumprimento da pena. Assim, é que o Direito a reabilitação é garantido a todo militar, que durante cinco anos, a contar do cumprimento da pena, tenha domicílio no país, bom comportamento público e privado e, quando possí-

vel, tenha ressarcido o dano (Art. 134 do CPPM).

O incentivo à regeneração do delinqüente não deve ser desprezado, nem tampouco transformado em letra morta nos códigos, por desconhecimento ou por comodismo. Portanto, deve-se buscar a utilidade da norma jurídica, no interesse das Forças Armadas e particularmente dos que são atingidos pela força coercitiva do Direito Penal Militar.

É necessário que os militares de

carreira, das Forças Armadas, abrangidos pela legislação penal e que em consequência tenham sofrido condenações, procurem extrair da lei os benefícios que ela coloca à disposição de todos, para melhor satisfação de suas justas aspirações e para que a norma pertinente cumpra a finalidade.

"MENS ET AMINUS CONSILIIUM CIVITALIS POSITA SUNT IN LEGIBUS" — CÍCERO — (o espírito, a alma e a sabedoria de um povo residem em suas leis).



1º Sgt do Exército INÁCIO ELIAS PEREIRA — É monitor da Escola de Instrução Especializada, possui o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos — 1º lugar, é Técnico em Transações Imobiliárias e Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) — turma de 1976.



OS PORTUGUESES, PIONEIROS NOS MARES

Eurípides Cardoso de Menezes

Quem tivesse diante dos olhos dois mapas do mundo, um do século XIII, outro do século XVII, se admiraria, por certo, de que do primeiro constasse Portugal como um país minúsculo, apertado entre as Espanhas e o mar; e do outro o mesmo Portugal, integrado pelo seu primitivo território, mas já presente também numa extensão vastíssima de terras, na América, na África, na Ásia, na Oceania e pelos mares em fora, em dois terços do planetal.

Como se poderá explicar que aquele país, ainda tão pouco povoado, lançando-se à grande aventura, viesse a se tornar o autor da maior epopéia náutica de todos os tempos?

Contemplando os dois mapas, tão diferentes, o do Portugal Reino e o do Portugal Império, vemos naturalmente a pergunta: como sucedeu isto? Que razões te-

riam contribuído para tão espantoso milagre?

O milagre se explica, porém, e de modo bem racional, pela soma e concomitância de vários fatores. Antes de tudo, o geográfico; e por vezes de modo preponderante o econômico: como também o político, o psicossocial e o religioso.

Deveras fascinante o exame de cada uma das causas do êxito espetacular dos Portugueses; impossível, porém, num só discurso considerá-las todas.

Para melhormente entender-se, porém, a vocação marítima da gente lusa é mister começar pelo estudo da geografia da Península Ibérica.

É formada essa península em seu conjunto por uma meseta que declina da Espanha para Portugal, como que a voltar as costas para o Mediterrâneo, — o mar da antiguidade e da idade média, em busca

de novos horizontes no rumo do Oceano Atlântico. Esse o oceano que ensejou o descobrimento do mundo e a união dos continentes; que faz nascer uma nova fase na História, a qual passará daí por diante a ser vista através do mar.

Pode-se dizer outrossim que também as regiões ibéricas voltaram as costas para a própria Europa, da qual estiveram praticamente isoladas, durante toda a idade média, pelos Pireneus. De um lado, a Ibéria; do outro, a Eurásia.

Os povos que se originaram dos ibéricos — hoje os primos-irmãos espanhóis e portugueses — viveram, a bem dizer, afastados das ligas medievais de comércio. Estas preferiram os passos dos Alpes para atingir Veneza e Genova, as grandes metrópoles do comércio, que mandavam para todo o mundo da época as especiarias da Ásia; que foram as potências mundiais até que Constantinopla, o seu ponto estratégico de passagem, viesse a cair em poder dos turcos otomanos.

O Mediterrâneo, que sustentava a Europa, passava agora a ameaçá-la. E Portugal, que sempre vivera à margem do Atlântico, voltado para o Atlântico, devotado ao Atlântico, é que viria a socorrer o Mediterrâneo; Portugal que já sabia navegar pelos oceanos, procuraria, com as suas caravelas, invenção sua, outro caminho para chegar às Índias.

DOIS MARES, DOIS MUNDOS

Eram então o Mediterrâneo e o Atlântico, como assinala Jaime

Cortezão, dois mundos bem diferentes.

Mar interior, disposto o Mediterrâneo, em toda a sua extensão, num mesmo clima, semeado de ilhas e penínsulas que constituíam outras tantas escalas de reparos, sempre com terra à vista, podendo-se almoçar num porto e jantar num outro, era facilmente navegável; e a bússola, a carta de marear e os aperfeiçoamentos feitos na construção naval durante os séculos XIII e XIV asseguravam ali as viagens comerciais.

Bem diferentes, porém, as condições físicas e as circunstâncias em que se encontraram os primeiros nautas portugueses que se atreveram a navegar ao largo do Atlântico. Este oceano, imenso e bravíssimo, não era praticamente navegável por meio de galés e embarcações de remo, de bordo baixo. E não só por esta razão esses barcos não estavam em condições de aguentar as investidas do mar; o excessivo número de braços que exigiam tornavam as viagens ainda mais dispendiosas. Os tipos de navios à vela então usados eram toscos e pesados para viagens de longo curso, dificultadas por ventos contrários.

Ventos e correntes, calmarias e nevoeiros, a influência do magnetismo sobre a agulha de marear, e a variabilidade de todos esses elementos durante o ano multiplicavam, em certas regiões, os obstáculos à navegação.

Descobrir, pois, a direção, a força e as oscilações dos ventos e correntes, circunscrever as zonas das tempestades, descortinar o ponto

de mais fácil travessia na região das calmas, sondar os mares, traçar as conhecenças dos litorais, estudar a variação da agulha, saber reconhecer pelas plantas e as aves a proximidade duma terra, — eis a vasta tarefa a realizar para escrever depois o livro das derrotas através do Atlântico em demanda das terras novas que se iam descobrindo.

E depois de estudados os agentes físicos da superfície, fixadas as rotas, conhecidos os meios de determinar a posição geográfica, — ainda havia que medir o planeta, fixar as terras descobertas com a maior exatidão possível nas cartas náuticas.

Eis em conjunto os graves problemas com que o Infante D. Henrique deparou ao começar, em nome da Nação, a sua temerosa empresa.

VOCACÃO MARÍTIMA DE PORTUGAL

Aliás, para o gigantesco cometimento a que se propunha o Príncipe, — di-lo bem Jaime Cortezão — a posição geográfica de Veneza e Genova, e em geral a das cidades marítimas do Mediterrâneo não era a mais propícia. O ideal para uma nação descobridora seria o seu posicionamento à beira do Atlântico. E nenhuma como Portugal tão excelentemente situada, ali, onde terminava a Europa, começava a África e se vislumbrava a América.

Com os seus centros de pesca era então "o cais da Europa" excelente escola de navegação à vela.

De considerar-se outrossim o facto de toda a história da expansão

geográfica se prender estreitamente aos progressos técnicos da construção naval e da arte de navegar. E assim como o Oceano Índico e o mar Mediterrâneo tiveram seus tipos de embarcação e uma arte adequada às condições físicas da navegação em suas águas e sob aqueles céus, da mesma sorte o Atlântico só pôde ser desvendado em todas as direcções depois que se criaram os instrumentos próprios para a sua navegação.

Outro traço característico da história portuguesa nos séculos XIII e XIV foi a sua precoce participação no comércio internacional marítimo. Desde os fins do século XII frequentavam as barcas, as naus e as caravelas portuguesas os portos da Flandres e do Mediterrâneo; e em breve alargaram as suas visitas à França, à Inglaterra, à Irlanda e ao norte da África. E para atestar a grande atividade e a organização de seu comércio marítimo, assinale-se o facto de em Portugal se haverem formado durante os séculos XIII e XIV os rudimentos da legislação de seguros marítimos, adotados e desenvolvidos depois pelas demais nações.

Finalmente, registre-se ainda que um empreendimento do porte do que se exigia para o descobrimento do caminho marítimo para as Índias não poderia ser levado a efeito por particulares, como chegaram a tentar os genoveses: reclamava lenta preparação, direcção técnica, continuidade no esforço e largas possibilidades financeiras, que só num Estado se poderiam deparar.

Ao terminar o século XIV, Portugal, que acabara de sair vitorioso das suas lutas com Castela, havia já de há muito terminado a sua definição territorial; constituía politicamente uma monarquia popular que se apoiava numa burguesia de educação cosmopolita e tendências expansionistas; centralizara a sua vida marítima e política num dos melhores portos da Europa, — o de Lisboa; estuava de energia e confiança em si próprio, estando pois em condições de liderar a empresa a que se entregaria.

De resto, não conhecera Portugal, como as demais nações europeias, o feudalismo. Nascera unido. E unido se manteria numa ou noutra capital em que se instalasse o seu governo: em Guimarães ou em Lisboa, — Guimarães o coração, Lisboa o cérebro da Pátria Portuguesa, que em Sagres projetara os seus tentáculos para o mundo.

Aliás, ao se iniciar o século XIII, quando a França, a Itália e a Alemanha não passavam de aglomerados de feudos, já era Portugal uma nação constituída, um reino unido — o de Portugal e Algarve.

Também não conhecera a Espanha, sua vizinha, o feudalismo; sofreu, porém, a desvantagem do cantonalismo geopolítico. Era fictícia a sua união em 1492, portanto em pleno século XV, quando logrou expulsar os árabes e lançar-se aos mares, mas duzentos anos depois dos portugueses.

Cristóvão Colombo teve a glória da redescoberta da América por se haver apropriado dos documentos pertencentes ao seu finado sogro

Bartolomeu Perestrelo para os entregar à Espanha.

Fernão de Magalhães, português, deve a glória da descoberta do estreito que lhe perpetua o nome aos ensinamentos recebidos de pioneiros de Sagres, seus patrícios.

Francis Drake descobriu a outra passagem, mais ao sul do estreito de Magalhães, que une o Atlântico ao Pacífico, à custa do piloto português Nuno Silva, seqüestrado na ilha da Madeira.

Todas as passagens, autênticos vasos geográficos comunicantes, que unem os oceanos, — as quais em nosso século Mahan destacaria em sua célebre teoria do poder marítimo, — foram desvendadas pelos pioneiros portugueses. Aliás tão bem conheciam essas passagens, diz a Mestra Therezinha de Castro, que bem podem ser considerados como os pioneiros da oceanopolítica.

Tordesilhas, "tratado do mar oceano", feito para partilhar os mares e não as terras, que deu aos portugueses as chaves do que eles haviam descoberto, prova à sociedade a experiência náutica dos lusos e o acerto de sua política do sigilo.

Por que não aceitaram os portugueses as cem léguas da bula *Inter Caetera* do Papa Alexandre VI? Porque, por essa bula, Portugal, que já tinha pleno conhecimento da existência do Novo Continente, não teria nele um palmo de terra, nem deteria sob sua jurisdição o tão almejado Atlântico Sul. Exigindo dos espanhóis mais duzentas e setenta léguas, e conseguindo-as em 1494 com o Tratado de Torde-

silhas, tornou-se, seis anos antes da viagem de Cabral, proprietário legal de 2.800.000 km² do litoral brasileiro.

Com a geopolítica de Tordesilhas ganharam os portugueses as terras da América, — onde o continente mais se aproxima da África; e da África, onde o continente faz enorme curva buscando o oceano Atlântico. Tornaram-se detentores exclusivos de toda a parte meridional do Atlântico, e, portanto, donos da passagem do Cabo da Boa Esperança, que só em 1498 seria contornado por Vasco da Gama; e ser-lhes-ia também atribuída a glória da ligação Atlântico-Pacífico se a perfídia de Fernão de Magalhães não a entregasse em 1527 aos espanhóis.

Todavia, observa Damião Peres, as forças latentes da capacidade de um povo não se tornarão de potenciais em atuantes se as não impulsionar a iniciativa de um escol, que, pelos meios de ação ao seu dispor, pelas características pessoais próprias, pelas oportunidades de sua intervenção as galvanize, coordene e encaminhe em acertada direção.

O INFANTE

No caso dos Descobrimentos Portugueses, o primeiro de tais dirigentes foi o Infante Dom Henrique, ao qual foi dado pela posteridade o epíteto de "O Navegador", não porque largamente tivesse navegado, pois apenas consistiram em modestas viagens a Marrocos os seus maiores percursos marítimos; mas por se reconhecer que à

sua decisiva ação se deveram o início e os primeiros êxitos da expansão ultramarina de Portugal.

Dom Henrique foi deveras o grande impulsionador das navegações.

Não foi, realmente, um geógrafo, mas tudo mostra que a sua inteligência se abria à curiosidade geográfica; não foi um cartógrafo, mas soube compreender e utilizar os merecimentos dos que o eram; não foi um missionário, mas promoveu o proselitismo cristão; não foi um cruzado mas combateu contra os muçulmanos na conquista de Ceuta e na tentativa da de Tanger; não foi um descobridor, mas estimulou as navegações do descobrimento; não foi um mercador, mas impulsionou a exploração mercantil do ultramar português; não foi um economista, mas soube criar o intercâmbio de produções, tão característico da expansão ultramarina de Portugal. Foi, portanto — diz Therezinha de Castro — um geopolítico antes que a geopolítica surgisse como ciência.

Crente sincero e profundo; excelente soldado; inteligência capaz de apreciar o saber alheio; homem prático mas não mesquinho, — possuía o Infante, em admirável equilíbrio, dotes pessoais excepcionais, que, completando-se, constituíam sua poderosa e dominadora personalidade; e porque teve também capacidade de organizador metódico e persistente, sabendo ordenar os problemas e escolher os colaboradores — cartógrafos, cosmógrafos e uma admirável plêiade de homens do mar —

tornou-se-lhe possível devotar-se à expansão ultramarina, ao que veio a constituir a maior grandeza de Portugal e o legítimo fundamento de sua glória.

A GRANDE EPOPÉIA

Foi efetivamente o Infante o dímamo propulsor da epopéia que teve em Camões o seu genial cantor e em Nuno Gonçalves o seu inspirado pintor; epopéia que começou em 1415 com a tomada de Ceuta, de que foi D. Pedro de Menezes o primeiro governador; Ceuta, chave do Mediterrâneo e do Atlântico e porta de entrada para a África, América e Ásia; e a conseqüente instalação do Grêmio de Sagres, donde se desvendaria o mundo como do Cabo Kennedy o Universo agora; epopéia que prosseguiu em 1418 com a ocupação e o povoamento da Ilha de Porto Santo sob o comando de João Gonçalves dos Arcos e Tristão Vaz Teixeira; e em 1419-20 com a chegada dos portugueses à Madeira e aos Açores; com a expedição às Canárias em 1424; com Gil Eanes dobrando em 1434 o Cabo Bojador; com a chegada de Afonso Bandaia ao Rio do Ouro; de Nuno Tristão ao Cabo Branco em 1441; de Diniz Gomes e Diogo Gomes em 1445 a Cabo Verde; e a gente do Infante ocupando a Costa da Mina, as ilhas de Ano Bom, Príncipe e S. Tomé!...

Morre em 1460 o Infante, mas a sua obra ciclópica continua: o equador é transposto em 1471 por Estêvão Gomes, que identifica o Cruzeiro do Sul; em 1472 chega ao Canadá João Côrte Real; dez

anos depois atinge Diogo Cão o Rio Congo; em 1485 Cristovão Colombo acompanha Mestre Vesinho até a Guiné; em 1487 dobra Bartolomeu Dias o Cabo da Boa Esperança; em 1495 o navegador terceirense João Fernandes, a quem por ser proprietário rural chamaram de Lavrador, aborda a Groenlândia, que durante muito tempo foi denominada Terra do Lavrador, topônimo transferido depois para a península canadense que desde então o ficou ostentando.

Enquanto Pedro da Covilhã realiza por terra a viagem preparatória de Vasco da Gama, Colombo, com os mapas de Perestrelo e valendo-se da experiência de Sagres, atinge a América Central supondo ter chegado às Índias. A ele, aliás, Camões nem se refere, proclamando como feito muito mais notável a chegada de Vasco da Gama à verdadeira Índia em 1498.

Nesse mesmo ano de 1498, por ordem de Dom Manoel, se realiza a nova localização do futuro Brasil por Duarte Pacheco Pereira, que chegou até a região subantártica; em 1500, os maiores cosmógrafos e pilotos de Portugal, inclusive Duarte Pacheco Pereira, Mestre João e Bartolomeu Dias, assessoram o diplomata Pedro Alvares Cabral, que vem tomar posse oficial desta terra, a Província de Sta. Cruz, — ocorrendo no mesmo ano, na Índia, o primeiro choque armado entre portugueses e maometanos; em 1501, as naus portuguesas atingem novamente, com Vespúcio, a região antártica na altura das Malvinas e Georgias; em 1503 ou-

mem frente a frente com a magnitude do mar oceano, inaugurando-se na História do gênero humano uma nova dimensão.

O mar ensajara o descobrimento de novas terras, na América, na Ásia, na África e na Oceania, do século XVI ao XIX, passando-se da vela ao vapor, da propulsão mecânica à construção metálica.

E o planeta continua a se encolher graças ao novo pioneirismo lusfado, a navegação aérea, que surgiu quando se começava a intensificar a exploração da Antártica, onde também tinham sido os portugueses os primeiros a chegar.

E enquanto se processa a conquista do espaço em torno da terra e pelo universo em fora, prosseguirão as explorações da superfície líquida, tendo já o *Tritão*, o maior submarino estadunidense, impulsionado por energia atômica, quase que a seguir a rota de Fernão de Magalhães, confirmando a importância global dos espaços marítimos, nos quais foram pioneiros os portugueses.

Sejamos dignos dos nossos gloriosos antepassados!

Fontes consultadas

Therezinha de Castro — *História da Civilização Brasileira*. Rio, 1982; *Atlas-texto de Geopolítica do Brasil*. Rio, 1982.

Jaime Cortezão — *História dos descobrimentos*. Lisboa, 1959; *A expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa, 1965; *Os descobrimentos pré-colombianos dos portugueses*. Lisboa, 1966; *A política do século nos descobrimentos*. Lisboa, 1960; *A expedição de Pedro Alvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa, 1967.

Damião Peres — *História dos descobrimentos portugueses*. Barcelos, 1949.

Tito Lívio e Manoel Ferreira — *A maçonaria na independência brasileira*. S. Paulo, 1962.

Gilberto Freyre — *O mundo que o português criou*. Rio, 1940, de Visconde Santarém — *Prioridade dos descobrimentos portugueses*. Lisboa, 1958.

Fontoura da Costa — *A ciência náutica dos portugueses na época dos descobrimentos*. Lisboa, 1958.

Costa Brochado — *Descobrimento do Atlântico*. Lisboa, 1958.

Quirino da Fonseca — *Os navios do Infante Dom Henrique*. Lisboa, 1958.

A. Pereira da Conceição — *Portugal e Irlanda*. Lisboa, 1970.

Gilberto Renault — *As caravelas de Cristo*. Lisboa, 1956.



Eurípides Cardoso de Menezes, magistrado aposentado, parlamentar por mais de vinte anos, antigo professor universitário, membro da Academia Brasileira de Educação, representante do Brasil em diversos congressos internacionais, autor de vários livros, entre os quais "A Antártica e os desafios do futuro".



O OFICIAL R/2: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NOS CORPOS DE TROPA

Claudio Zanini Louzada

INTRODUÇÃO

De acordo com o que preceitua o Estatuto dos Militares em seu Artigo 3º, "os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares", os quais podem se encontrar em uma das seguintes situações:

a) Na ATIVA

- os militares de carreira;
- os incorporados às Forças Armadas para a prestação do serviço militar inicial (ou durante sua prorrogação);

- os componentes da reserva das Forças Armadas, quando convocados (ou mobilizados);

- os alunos de órgãos de formação de militares da ativa e da reserva; e

- em tempo de guerra, todo cidadão brasileiro mobilizado para o serviço ativo nas Forças Armadas.

b) Na INATIVIDADE

- os da reserva remunerada;
- os reformados.

A carreira militar, que se caracteriza por atividades inteiramente voltadas às finalidades precípuas das Forças Armadas, é restrita ao pessoal da Ativa. E dentre esse pessoal, trataremos, especificamente, da formação, atuação e licenciamento daqueles "componentes da reserva, quando convocados".

No mundo atual, que passa por uma crise sócio-econômica das mais graves, não encontraremos exércitos formados exclusivamente por "militares de carreira". Até mesmo as Nações mais desenvolvidas não possuem, em tempo de paz, efetivos ideais, na Ativa, para

atenderem suas necessidades militares. A convocação de componentes da Reserva torna-se, então, fator decisivo.

O Brasil, país em desenvolvimento que procura se firmar no concerto das Nações, muito acertadamente canaliza seus recursos para outras atividades mais importantes, sob o ponto de vista sócio-econômico e para o bem-estar do seu povo. Assim, não foge também àquela regra geral, com suas Forças Armadas possuindo efetivos muito aquém do que se poderia esperar em face do seu gigantismo territorial e da pujança de sua população.

O Exército Brasileiro, dotado do maior efetivo entre as demais Forças Singulares, preocupa-se, sobretudo, com a formação e o adestramento de sua reserva, possuindo uma sistemática muito interessante para atrair elementos capazes de comporem os seus quadros subalternos, ainda que temporariamente. Está sendo através desta "carreira de tempo limitado" do Oficial R/2, que o Exército vem formando seus tenentes que, anualmente, são licenciados e incluídos na reserva mobilizável e que, num futuro bem próximo, estará também formando capitães, posto dos mais importantes na escala hierárquica e com bastantes claros nos seus efetivos. Isto tudo porque será através de quadros bem formados e adestrados que teremos uma reserva apta e julgada necessária para, em curto prazo, ser empregada.

Ao completarem o tempo no serviço ativo, por ocasião do li-

cenciamento, é que poderão surgir problemas de cunho social para os oficiais convocados. Na busca do definitivo modelo brasileiro, de aproveitamento dos Oficiais da Reserva no serviço ativo do Exército, apresentaremos algumas sugestões que poderão solucionar ou amenizar esses problemas, tais como a indenização por tempo de serviço e o próprio aproveitamento definitivo do Oficial R/2, como poderemos ver a seguir.

A nova fase que atualmente inicia, com as promoções dos Oficiais da Reserva até o posto de Capitão, será, certamente, o marco inicial que poderá viabilizar, no futuro, o aproveitamento do pessoal da reserva no Serviço Ativo, nos diferentes postos da hierarquia, como acontece em outros países mais desenvolvidos.

DESENVOLVIMENTO

a. Formação do Oficial R/2

1) Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE)

O CORE tem por finalidade permitir, tanto em tempo de paz como na mobilização ou no decurso de guerra, "completar os efetivos de oficiais" nas Organizações Militares do Exército. Verifica-se, assim, a importância desses elementos nos Corpos de Tropa, onde existem claros bastante significativos em oficiais subalternos de carreira.

Constituem a CORE três classes:

- a 1ª Classe da Reserva (R/1);
- a 2ª Classe da Reserva (R/2); e
- a 3ª Classe da Reserva (R/3).

Face ao que se propõe o presente trabalho, trataremos, apenas, da 2ª Classe da Reserva (R/2), que é constituída por:

- Oficiais de carreira demitidos (exceto os que perderem o posto e a patente);

- Oficiais e Aspirantes-a-Oficial (AspOf) das Armas, do Quadro de Material Bélico (QMB) e do Serviço de Intendência (SI) que, tendo concluído com aproveitamento o ensino profissional da AMAN, não foram declarados Aspirantes-a-Oficial da Ativa, por terem sido reprovados no ensino fundamental;

- Oficiais e AspOf das Armas, do QMB, Engenheiros Militares e do SI, oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva (OFOR);

- Oficiais e AspOf dos Serviços, dispensados de freqüentar os OFOR (médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários).

Como se verá mais adiante, todos os Oficiais R/2 possuem, em geral, as mesmas características e os mesmos problemas. Especial atenção estaremos dando aos R/2 oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, por constituírem a maior parte desses oficiais, quando convocados.

Quanto aos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, por já possuírem o diploma de ensino superior, praticamente ficam com os seus problemas resolvidos.

2) Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva (OFOR)

Até o início do ano de 1966, antes, portanto, de ser aprovado o atual "Regulamento dos Centros de Preparação de Oficiais da Re-

serva" (R-166), a formação dos AspOf R/2 era realizada em dois anos, aproveitando-se os meses de férias escolares. Utilizava-se o regime de trabalho contínuo de 15 Dez a 15 Fev e de 1º a 31 Jul, e o regime de trabalhos descontínuos durante os sábados e domingos dos demais meses do ano, destinados à manutenção dos conhecimentos adquiridos durante aqueles períodos de férias. Com o regulamento de 1966 houve uma acentuada alteração na formação do Oficial R/2: de dois anos de instrução, divididos em períodos intermitentes, passou-se a um ano contínuo, trazendo, com isso, inúmeras vantagens, dentre as quais destacam-se o rápido enquadramento do novo aluno e a melhor adaptação à vida militar, aspectos que até então dificultavam a formação do R/2. Esta mudança, certamente, veio suprir a deficiência que o Exército sentia para preencher os claros em oficiais subalternos, aumentando, desta forma, o papel que o Oficial da Reserva passou a viver nos quartéis.

O Exército Brasileiro possui quatro Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), situados nas sedes dos Exércitos e destinados à formação básica dos oficiais subalternos da 2ª Classe da Reserva.

Possui, também, meia centena de Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), organizados nas localidades que disponham de importantes centros de ensino médio ou superior, com a mesma finalidade dos CPOR.

Enquanto os primeiros se classificam como Estabelecimentos de Ensino, possuindo uma permanente infra-estrutura ligada ao planejamento, orientação e controle de ensino — sua atividade-fim —, os NPOR são órgãos anexos aos Corpos de Tropa e, como tal, apresentam deficiências em sua organização.

Atualmente, o curso dos CPOR/NPOR é realizado em quarenta e duas semanas, dividido em dois períodos: o Período Básico e o de Formação e Aplicação. O primeiro, com dez semanas de duração, tem por objetivo adaptar o aluno à vida militar e escolar, ministrando-lhe conhecimentos básicos de enquadramento militar para qualquer combatente, através da aplicação de um processo seletivo e racional, tendo em vista a destinação do aluno à Arma ou Serviço mais condizente com sua tendência e aptidão. O segundo, com trinta e duas semanas, visa a capacitar o aluno à compreensão dos conhecimentos técnicos e táticos necessários ao oficial subalterno da reserva e desenvolver-lhe o espírito militar e a capacidade de liderança.

Podem ser matriculados, nos CPOR/NPOR, os convocados da classe a ser incorporada que estejam cursando escolas de Ensino Superior ou que tenham concluído a última série do 2º Grau, assim como os reservistas do Exército, de qualquer categoria, desde que satisfaçam os mesmos requisitos exigidos para os convocados.

Para a escolha dos candidatos à matrícula, existe uma ordem de

prioridades a serem obedecidas, ressalvadas outras condições de seleção e inscrição estabelecidas no R-166: em primeiro lugar, estão os candidatos que optaram pela matrícula (portanto, os voluntários); em segundo, os que estiverem cursando ou tenham concluído séries mais avançadas das escolas de Ensino Superior; e, finalmente, os que apresentarem melhores condições no exame de seleção, dentre os que possuírem a última série do 2º Grau.

Pode-se concluir, desta maneira, que os CPOR/NPOR formam oficiais subalternos da 2ª Classe da Reserva (R/2), em cursos com a duração aproximada de um ano, sem interrupções, dando-se preferência aos candidatos voluntários.

3) Oficiais e AspOf oriundos dos OFOR

Após a conclusão dos cursos realizados nos CPOR/NPOR, os respectivos alunos são declarados Aspirantes-a-Oficial R/2, devendo realizar, no ano seguinte e em caráter obrigatório, um Estágio de Instrução (EI) com a duração normal de quarenta e cinco dias, em Unidades das Armas de valor Batalhão (ou equivalente). A convocação é atribuição do Comandante da Região Militar onde estão sediados os OFOR. Sempre que possível, a época de realização do estágio deve coincidir com as férias escolares dos AspOf R/2, os quais somente podem estagiar em Unidades de suas respectivas Armas.

Este EI tem por objetivos complementar a instrução ministrada nos Órgãos de Formação (em particular, a formação de instrutor de

tropa), aplicar os conhecimentos adquiridos, habilitar à promoção ao posto de 2º Tenente e à inclusão no Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE), assim como, familiarizar o Oficial R/2 na vivência de uma Organização Militar (OM) operacional.

A conclusão do referido estágio, com aproveitamento, permitirá a promoção ao posto de 2º Tenente na 2ª Classe da Reserva e qualificará o estagiário para o exercício das funções normais inerentes ao oficial subalterno.

O AspOf R/2 que for considerado inapto por não ter obtido conceito favorável no EI, poderá requerer outro estágio para realizar no ano seguinte, mas desta vez sem remuneração. Este benefício só poderá ser concedido uma vez.

Poderá, também, o AspOf ser relacionado como 3º Sargento da Reserva, quando:

- deixar de se apresentar, sem justo motivo, para realizar o Estágio de Instrução;

- não requerer a realização de novo EI, tendo sido considerado inapto no primeiro estágio e/ou, ainda, tiver confirmada sua inapetência.

Mas, poderá acontecer o caso do convocado não realizar ou não concluir o EI por motivos alheios à sua vontade. Deste modo, o R/2 será novamente convocado, no ano seguinte, para novo estágio remunerado, sem se levar em conta que o primeiro foi interrompido, isto é, o novo estágio terá que ser realizado por completo. E, se persistir a impossibilidade de realizar ou de concluir este segundo está-

gio, o elemento será considerado inapto e relacionado como 3º Sargento da Reserva.

Assim, vimos o caminho que os AspOf R/2 declarados pelos CPOR/NPOR terão que percorrer a fim de alcançarem a patente de Oficial da Reserva: concluir, com aproveitamento, o Estágio de Instrução.

4) Oficiais e AspOf dispensados de frequentar os OFOR

Após a conclusão de suas respectivas faculdades, os profissionais de nível superior que haviam sido dispensados de frequentar os OFOR — médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários — serão convocados, como AspOf R/2, para o Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), em caráter obrigatório. Esta convocação será feita de acordo com o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar inicial das Forças Armadas e terá a duração de doze meses.

O estágio visa a adaptar os AspOf R/2 dos Serviços às condições peculiares de vivência em uma OM e a ministrar-lhes a instrução técnico-militar necessária a essa adaptação, ao procedimento geral e ao exercício das funções normais de oficial subalterno em seu quadro. Tem por objetivo, também, proporcionar condições para a aplicação de suas especialidades no meio militar e habilitá-los à inclusão no CORE e à promoção ao posto de 2º Tenente R/2 durante o decorrer do estágio.

Este, está dividido em duas fases. A primeira, com a duração de quarenta e cinco dias, é realizada, obrigatoriamente, em Corpo de Tropa, a fim de ser ministrada a

instrução técnico-militar. A segunda fase, com a duração de dez meses e quinze dias, destina-se à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais.

O Estágio de Adaptação e Serviço terá início, anualmente, na primeira quinzena de janeiro, com a incorporação dos convocados que tenham concluído seu curso civil no ano anterior.

É importante ressaltar que não serão convocados para o EI ou para o EAS os profissionais que:

- estiverem respondendo a processo no foro civil ou militar, ou cumprindo pena;

- desempenharem, na vida civil, atividades incompatíveis com a situação de Oficial da Reserva do Exército;

- professarem doutrinas nocivas à disciplina militar e à ordem pública ou adotarem princípios contrários às instituições sociais e políticas reinantes no país; e

- tiverem cometido ato que os desabonem.

Desta forma, os elementos dispensados de frequentar os Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva, por força de legislação específica, tão logo tenham concluído suas faculdades, serão convocados para o Serviço Militar, já como AspOf R/2, podendo ser promovidos ao posto de 2º Tenente ainda durante o Estágio de Adaptação e Serviços.

b. Oficiais Temporários

1) Características

a) Os Oficiais e os AspOf da Reserva poderão ser convocados, como Oficiais Temporários, para o

preenchimento de claros existentes em Organizações Militares, em tempo de paz, mediante autorização e coordenação do Departamento Geral de Pessoal (DGP).

Serão considerados Oficiais Temporários:

- os Oficiais R/2 das Armas e do QMB convocados para o Estágio de Serviço e Habilitação (ESH) e para a prorrogação do tempo de serviço;

- os Oficiais R/2 Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (MFDV) convocados para o Estágio de Instrução e Serviço (EIS) e para a prorrogação do tempo de serviço;

- os Oficiais R/2 do Serviço de Intendência, quando convocados e nas prorrogações do tempo de serviço;

- os AspOf R/2 das Armas, do QMB e do SI oriundos do último ano da AMAN, quando convocados e nas prorrogações do tempo de serviço; e

- os AspOf R/2 Engenheiros Militares, formados pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), quando convocados e nas prorrogações de tempo de serviço.

Para uma melhor compreensão sobre a formação do R/2, vamos tratar, inicialmente, do Estágio de Serviço e Habilitação (ESH), por ser atividade recente e com novas características.

Este estágio destina-se a permitir que o Oficial Temporário possa aplicar, como oficial subalterno, os conhecimentos adquiridos nos OFOR e no EI, habilitando-o ao comando de subunidade incorporada e ao exercício de funções pri-

vativas do posto de Capitão, no Estado-Maior de Unidade. Terá a duração de doze meses, iniciando na primeira quinzena de janeiro, e será realizado nas OM das Armas e do QMB, destinadas a receber Oficiais Temporários.

É interessante salientar que o Oficial R/2 do Serviço de Intendência não realiza este estágio, podendo ser convocado pelo prazo de um ano, já como Oficial Temporário, logo após a realização do EI.

Para a seleção do ESH, podem concorrer, voluntariamente, os 2º Ten R/2 das Armas e do QMB que tenham realizado o Estágio de Instrução com aproveitamento. Da mesma forma, a primeira prorrogação de tempo de serviço será concedida a esses mesmos Oficiais, se assim o desejarem, desde que tenham obtido conceito favorável no ESH. Além disso, somente concorrerão às substituições previstas na legislação em vigor, os Oficiais Temporários das Armas e do QMB que obtiverem o conceito "apto a comandar SU incorporada" por ocasião deste estágio.

Quanto ao Estágio de Instrução e Serviço (EIS), o mesmo visa a atualizar e completar a instrução e os conhecimentos técnico-profissionais dos Oficiais R/2 MFDV que tenham realizado o EAS com aproveitamento. De caráter voluntário, terá também a duração de doze meses, com início na primeira quinzena de janeiro. Desta forma, esses elementos não realizam o Estágio de Serviço e Habilitação (ESH), podendo ser convocados por um ano, como Oficiais Tem-

porários, após a realização do EAS.

b) Como vimos, a convocação do Oficial Temporário é voluntária e com a duração de doze meses, podendo o seu tempo de serviço ser prorrogado mediante requerimento do interessado. Poderão concorrer os oficiais propostos pelos Comandantes de OM e os que se inscreveram diretamente nas respectivas RM, a quem cabe efetuar as convocações.

Havendo igualdade de condições nas eleição dos candidatos, terão prioridade os de melhor conceito, quer no EI, quer no EAS, e a seguir os de formação mais recente.

A convocação poderá ser interrompida pelo próprio interessado, mediante solicitação escrita, desde que tenha completado metade do prazo a que se obrigou a servir e que não haja prejuízo para o Exército. Ao convocado que tiver seu tempo de serviço interrompido por motivo independente de sua vontade, poderá ser concedida nova convocação, desde que satisfaça as condições estabelecidas no R-CORE.

A incorporação dos Oficiais R/2 dos Serviços, convocados como oficiais temporários, será procedida, anualmente, na primeira quinzena de janeiro, como ficou estabelecido para os R/2 das Armas, do QMB e do SI.

c) O Oficial Temporário estará sujeito a todas as leis e regulamentos militares, devendo satisfazer as seguintes condições, entre outras:

— para os Oficiais R/2 das Armas e do QMB: ter menos de vin-

te e nove anos completos, referidos a 31 de dezembro do ano anterior à convocação para o ESH;

– para os Oficiais R/; MFDV: ter menos de trinta e oito anos completos, referidos a 31 de dezembro do ano anterior ao da convocação;

– para os Oficiais R/2 do SI e Engenheiros Militares: ter menos de trinta anos completos, referidos a 31 de dezembro do ano anterior ao da convocação;

– para todos os convocados: ser aprovado no Teste de Aptidão Física (TAF); ter obtido, no mínimo, o conceito “BEM” em todas as qualidades pessoais e funcionais constantes da Ficha de Conceito, relativa ao EI ou ao EAS.

Essas condições procuram selecionar os Oficiais da Reserva mais capazes, física e moralmente, quando de sua convocação.

Outra característica da atual formação dos Oficiais R/2 é que, tanto os AspOf R/2 das Armas, do QMB e do SI oriundos do último ano da AMAN, como os AspOf R/2 Engenheiros Militares formados pelo IME, quando convocados, estarão dispensados do EI e ESH.

d) A prorrogação do tempo de serviço do Oficial Temporário (exceto para os Oficiais R/2 MFDV) será por três períodos, de dois anos, sucessivos ou não, desde que o mesmo não venha a atingir o prazo total de dez anos de Serviço Militar, contínuos ou interrompidos, computados para este fim todos os tempos: inicial, de estágios e como Oficial Temporário. Quanto aos Oficiais R/2 que realizaram o EIS (MFDV), a prorrogação se-

rá, também, por três períodos, mas de apenas um ano cada, e o seu tempo de serviço não deverá ultrapassar o limite de cinco anos.

e) Não será concedida a prorrogação de tempo de serviço para o Oficial R/2 que atingir a idade limite já mencionada, assim como, para aquele Oficial Temporário que houver gozado sessenta dias de licença para tratamento de saúde, em até dois anos consecutivos ou em três, não consecutivos.

O atual R-CORE mantém a mesma filosofia do anterior, qual seja a de que o preenchimento dos claros de Tenentes e Capitães, existentes nas OM, será realizado através de uma distribuição equilibrada de oficiais da ativa e da reserva, não devendo prejudicar a movimentação dos oficiais de carreira.

Outra característica importante é a condição “sine qua non” para a convocação do Oficial Temporário: continua sendo através do preenchimento da respectiva Ficha de Inscrição.

Finalmente, verificamos que o R-CORE denomina o Oficial R/2 como Temporário e deixa bem evidenciado o caráter de Voluntariado de sua convocação. Tanto o ESH, para os R/2 das Armas e do QMB, como o EIS, para os MFDV, possuem objetivos bem claros e definidos, identificando-se como o primeiro degrau na vida militar desses Oficiais.

2) Promoções

A grande novidade do atual R-CORE é que, em tempo de paz, os Oficiais R/2 das Armas, do QMB e do SI poderão ter acesso, gradual

até o posto de Capitão, satisfeitas as condições nele estabelecidas. Como isto se processará? Basta seguirmos os passos a serem desenvolvidos pelos candidatos a Oficial Temporário.

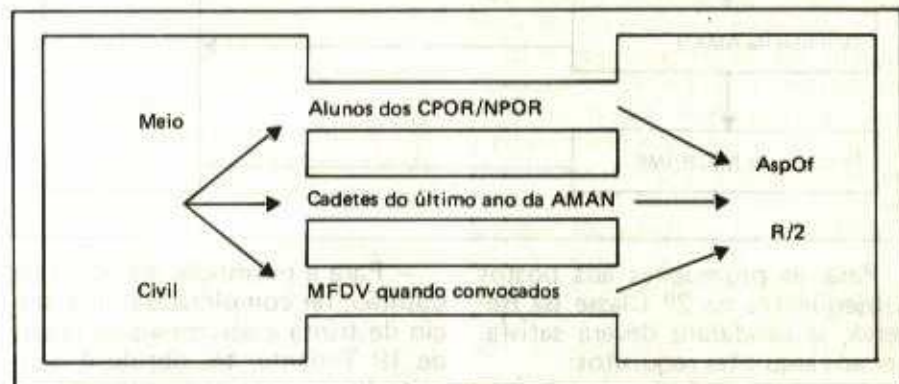
Inicialmente, os elementos civis poderão alcançar o posto de AspOf R/2, mediante atos formais das autoridades abaixo nomeadas e quando:

- como Alunos dos CPOR/NPOR, concluírem com aproveitamento o respectivo Curso: pelo Comandante da Organização Militar;

- como Cadetes do último ano da AMAN, reprovados no ensino fundamental, mas que tenham sido aprovados no ensino profissional: pelo Comandante da AMAN;

- como Convocados dispensados de freqüentar os OFOR por legislação específica relativa a profissionais de nível superior (MFDV): pelos Comandantes de RM.

Isto quer dizer que existem três caminhos possíveis a percorrer para atingir o posto de AspOf R/2. Podemos analisar mais claramente o acima exposto com o auxílio do seguinte esquema:



Concluída essa primeira etapa, todos possuem o posto de AspOf R/2. A promoção ao posto de 2º Tenente será efetuada da seguinte maneira, mediante proposta das RM:

- para os formados pelos OFOR: após a realização do Estágio de Instrução (EI), se concluído com aproveitamento;

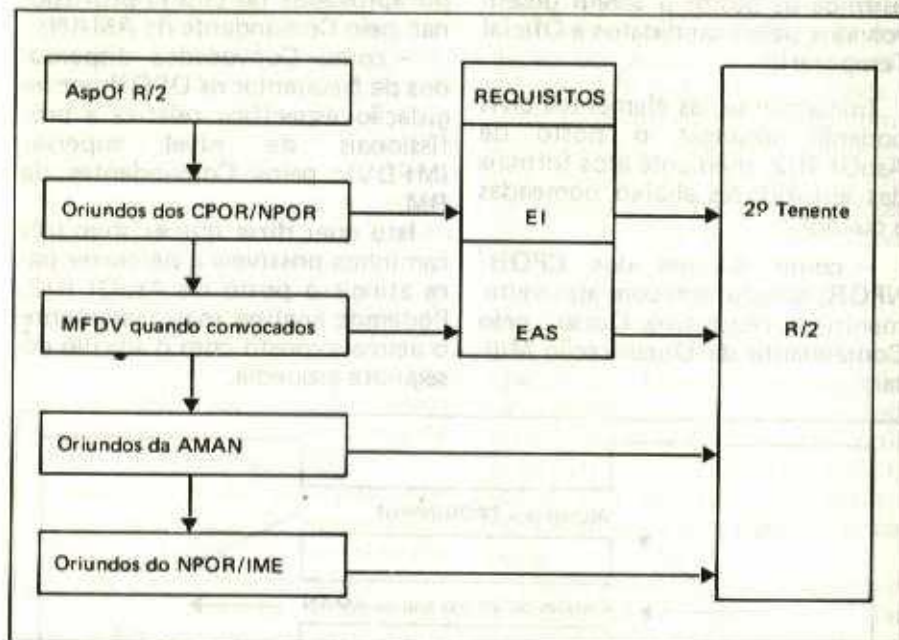
- para os dispensados de freqüentar os OFOR (médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários): após completarem seis meses

de realização do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), desde que tenham logrado aproveitamento na primeira fase deste Estágio;

- para os AspOf R/2 oriundos do último ano da AMAN e para os Engenheiros Militares formados pelo NPOR/IME: após terem sido convocados como Oficiais Temporários.

Vemos, assim, que houve uma subdivisão entre os R/2 formados pelos CPOR/NPOR. Trata-se do pessoal de nível superior, conclu-

dente do IME, que não seguirá o mesmo caminho dos demais companheiros oriundos dos OFOR. E a materialização para alcançar o posto de 2º Tenente da Reserva, é a seguinte:



Para as promoções aos postos subseqüentes na 2ª Classe da Reserva, o candidato deverá satisfazer aos seguintes requisitos:

- comuns a todas as promoções: ter sido aprovado no TAF; ter recebido conceito moral favorável de seu Cmt direto e ter sido considerado “apto para serviço” em inspeção de saúde;

- para a promoção ao posto de 1º Tenente: ter completado o interstício de vinte e quatro meses no posto de 2º Tenente; ter completado com aproveitamento o Estágio de Serviço e Habilitação (somente para os Oficiais R/2 das Armas e do QMB oriundos dos OFOR);

- Para a promoção ao posto de Capitão: ter completado o interstício de trinta e seis meses no posto de 1º Tenente; ter obtido o conceito “apto para comandar SU incorporada” (somente para os 1ºs Tenentes R/2 das Armas e do QMB oriundos dos OFOR).

Para os Oficiais R/; MFDV, o interstício de Oficial Subalterno será de sessenta meses para a promoção ao posto de Capitão.

Vejamos agora, às vésperas de realização das promoções, já que as mesmas também são regidas pela Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa. Teremos que considerar dois casos:

a) para a promoção de AspOf a 2º Ten

— na primeira data de promoção seguinte, mais próxima da conclusão do EI: para os AspOf das Armas, do QMB e do SI formados pelos OFOR;

— na primeira data de promoção seguinte, mais próxima da data em que completar seis meses de EAS, computados no dia de sua incorporação: para os AspOf MFDV;

— a contar da data de incorporação: tanto para os AspOf das Armas, do QMB e do SI oriundos do último ano da AMAN, como para os Engenheiros Militares formados pelo IME.

b) para a promoção aos postos subsequentes

— na primeira data de promoção seguinte, mais próxima da data em que os interstícios forem completados.

Com isso, tanto os Oficiais da Ativa, como os R/2, passam a ser promovidos nas mesmas datas, já tradicionais: 30 Abr, 31 Ago e 25 Dez. Foi regulado, também, que a incapacidade física temporária, verificada em Inspeção de Saúde, não vai impedir a promoção ao posto imediato.

As RM ficarão encarregadas de organizar Quadros de Acesso, por antiguidade, nas Armas, no QMB e nos Serviços, visando às promoções aos postos de 1º Tenente e de Capitão.

O Oficial R/2, quando licenciado, conservará o mesmo posto em que se encontrava no Serviço Ativo.

3) Transferência de Arma, Movimentação e Licenciamento

a) Quanto à transferência de Arma, Quadro ou Serviço, existem apenas duas hipóteses:

— o AspOf R/2 formado pelo NPOR, anexo ao IME, será transferido para a respectiva especialidade de Engenharia Militar, após a conclusão do seu curso, por ato do próprio Comandante desse Instituto;

— os Oficiais R/2 das Armas, do QMB e do SI poderão ser transferidos para os Quadros de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários de 2ª Classe da Reserva, após serem diplomados em suas respectivas faculdades, desde que haja interesse para o Exército.

b) A movimentação do oficial convocado deverá ficar restrita ao mínimo. Somente em casos excepcionais poderá ser feita uma movimentação, sempre através de uma proposta do Cmt da RM e com o parecer favorável do Cmt de Exército ou Área.

c) O licenciamento dos Oficiais e AspOf R/2, quando convocados, será deferido pelo Cmt de RM pelos seguintes motivos:

— solicitação do interessado, mediante requerimento, desde que haja decorrido metade do prazo a que se obrigou a servir (exceto para o EI e o EAS);

— incapacidade física comprovada em inspeção de saúde;

— motivo de ordem moral, disciplinar, criminal ou contrária à Segurança Nacional;

— conveniência do Serviço.

Quando o licenciamento for por término de qualquer estágio, a atribuição é do Comandante, Chefe ou Diretor de OM, devendo o

fato ser comunicado, de imediato, à RM e ao DGP. Neste caso, o licenciamento deverá ser efetuado no último dia do período da convocação ou de sua prorrogação.

d) O Oficial Temporário que for julgado incapaz definitivamente, por Junta Médica do Exército, será licenciado a qualquer tempo. No caso de incapacidade física decorrente de acidente ou moléstia adquirida em serviço, temporária ou definitiva, aplicar-se-á a legislação em vigor, isto é, o amparo do Estado.

4) Exclusão da Reserva e Perda de Posto

A exclusão do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE), ocorrerá, por ato do DGP, quando o Oficial R/2:

- completar quarenta e cinco anos de idade;
- houver perdido o posto;
- ingressar em outra Força Armada ou Auxiliar;
- for incluído na Ativa por ter concluído a AMAN;
- falecer;
- for julgado incapaz definitivamente.

O Oficial e o AspOf R/2 perderão o posto e a patente se forem declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis. Isto acontecerá quando o R/2:

- for condenado, por Tribunal Civil ou Militar, à pena restritiva de liberdade individual superior a dois anos, assim como, por crimes para os quais o Código Penal Militar prescreve penas acessórias e por crimes previstos na legislação concernente à Segurança Nacional;

— for considerado não justificadamente quando julgado pelo Conselho de Justificação;

— houver perdido a nacionalidade brasileira.

O cidadão que perder seu posto e patente de oficial de 2ª Classe da Reserva, será relacionado como soldado reservista de 1ª Categoria pelo Órgão de Serviço Militar, ficando sujeito às obrigações de sua classe.

5) Deveres, Direitos e Prerrogativas

Quando convocado, o Oficial e os AspOf R/2 têm o dever de se apresentar à autoridade convocante, dentro do prazo fixado na Ordem de Convocação. A partir da data da inclusão, até a de seu licenciamento, o Oficial e o AspOf R/2 possuem os mesmos deveres do Oficial da Ativa, respondendo por suas condutas e atos perante a autoridade civil, de acordo com a legislação vigente.

É obrigação do R/2 participar à RM, sob cuja jurisdição estiver vinculado, seu domicílio e qualquer mudança do mesmo, bem como quando de sua ausência do país. Para o seu próprio interesse, procedimento idêntico deverá ocorrer quando houver qualquer alteração na sua profissão, no lugar onde a exerce ou com relação a qualquer diploma, título, certificado ou habilitação que venha a possuir.

Quando convocados, o Oficial e o AspOf R/2 devem possuir os uniformes de caráter obrigatório e usá-los quando em Serviço Ativo, desfrutando:

— dos direitos e prerrogativas de seu posto, constantes das Leis e Regulamentos referentes aos Oficiais da Ativa;

— do amparo do Estado quando for julgado incapaz definitivamente, em razão de acidente em serviço ou moléstia dele decorrente, aspecto já mencionado quando tratamos do licenciamento.

Quando convocado em caráter compulsório, o Oficial R/2 que for servidor público civil da administração direta, contará como tempo de efetivo serviço o período de convocação e, por ocasião de seu licenciamento, terá assegurada a reintegração imediata no cargo ou emprego que exercia. Poderá, ainda, quando convocado para o EI ou EAS, optar pelos vencimentos ou salários do cargo ou emprego que possuía em seu órgão de origem. Se, no entanto, for servidor público civil da administração indireta ou empregado de empresa privada, terá assegurado o retorno ao seu emprego até trinta dias após o licenciamento e contará tempo de serviço, para fins de aposentadoria, não podendo optar pelos vencimentos ou salários relativos ao seu emprego. Finalmente, estabelece o R-CORE que o Oficial e os AspOf R/2 das Armas, quando convocados, não poderão servir fora dos Corpos de Tropa.

c. Atuação nos Corpos de Tropa

1) Antecedentes

Após a realização do Estágio de Instrução (EI) e do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), o R/2 será convocado já como Oficial

Temporário e no posto de 2º Tenente, quer seja para o Estágio de Serviço e Habilitação (ESH), como para o Estágio de Instrução e Serviço (EIS), ou, até mesmo, para a primeira prorrogação, dependendo de sua procedência, como foi visto anteriormente. Trata-se, portanto, de elemento com formação técnico-profissional com pouco menos de ano e meio de duração, exceituando-se os cadetes do último ano da AMAN.

Qualquer que seja a Organização Militar onde se dará a convocação, o R/2 será recebido com alguma preocupação referente ao seu desempenho como oficial subalterno, principalmente quando houver, na OM, AspOf e 2º Tenente recém-promovido, oriundos da AMAN.

Observando-se os currículos escolares dos órgãos de formação de oficiais, verifica-se a imensa disparidade entre os seus tempos de duração, bem como entre as matérias componentes da parte profissional.

Não desejando questionar o mérito da validade do ensino ministrado nos CPOR/NPOR — criticado por alguns, mas aprovado pela maioria — é óbvio aceitar o fato de que o curso com um ano de duração, não pode jamais dar, ao Oficial R/2, a mesma cultura e idêntica formação profissional do oficial de carreira, formado em quatro anos pela Academia Militar. Fica muito difícil comparar ambos os oficiais no desempenho de suas funções. Entretanto, é o que acontece, normalmente. Existe a comparação entre os oficiais subalter-

nos de carreira e os temporários. Se por um lado esta atitude, às vezes, torna-se salutar, pois estimula o aprimoramento do Of R/2, pode, entretanto, ser motivo de atritos e aborrecimentos.

Creemos, porém, que este aspecto de estar ou não melhor capacitado, não é o mais expressivo. O que interessa, realmente, é possuir um elemento técnico e moralmente habilitado a "completar os efetivos de oficiais" nas OM. E isto vem acontecendo há algum tempo no nosso Exército, com bons resultados.

Como em toda a coletividade, porém, existem entre os R/2 aqueles que se sobressaem, evidenciando entusiasmo e plena realização no seu trabalho. Vivem intensamente a nova experiência. Outros, mostram-se desajustados. Cabe a nós, oficiais de carreira, fazer a seleção dos melhores, principalmente agora, com a vigência do atual R-CORE, quando o Oficial R/2 poderá atingir ao posto de Capitão.

2) A Chegada

Embora apreciando o ambiente cordial e saudável da caserna, e muitas vezes imbuído de um forte idealismo de bem servir à Pátria, o AspOf R/2 mostra-se, em geral, inexperiente, inseguro e seguidamente preocupado com o seu futuro.

A maioria já se apresenta, para o "Estágio de Serviço", bastante desatualizada com a instrução ministrada nos Corpos de Tropa, face ao tempo decorrido entre o término do EI e o ato de convocação, ocasionando reflexos negativos no

seu desempenho. É o temor para com o desconhecido, pela falta de vivência e experiência profissional.

Como proceder na instrução diária com os cabos e soldados do pelotão? Como tratar os sargentos? Como conviver com os outros oficiais, mais antigos, que estariam testando seus conhecimentos? Esses são alguns pensamentos que traduzem a insegurança do AspOf R/2 recém-convocado.

Outros, já se apresentam desestimulados para o serviço diário nos quartéis, preocupados apenas em conseguir um local de trabalho, pois têm conhecimento da temporariedade da sua convocação. Além disso, sabem que durante este período não poderão ultrapassar o posto de 2º Tenente.

Nesta fase crítica para a formação do R/2, destacam-se, dentro da OM, três elementos: o Comandante de SU, o Chefe da 3ª Seção e o próprio Comandante da Unidade. Do primeiro, depende a segura orientação na difícil transição sofrida pelo Oficial R/2, quando o mesmo passa da condição de instruindo para a de instrutor e de comandado para a de comandante. Essa orientação é transmitida pelo exemplo pessoal e pelo convívio diário, alcançando resultados muito significativos.

Ao Comandante da Unidade compete desempenhar o papel mais importante, quer pela sua experiência e capacidade, quer pelo seu valor moral e profissional, pois dele emanam as diretrizes sobre a participação do R/2 na vida da OM.

Complementando a atuação dos Comandantes de SU e da OM, está a do Chefe da 3ª Seção, responsável direto pela organização do programa para o estágio, cuja filosofia principal é a de minimizar aquelas deficiências apresentadas pelo R/2. Assim, neste ambiente propício, o R/2 pode se transformar em um auxiliar competente e valioso, fato muitas vezes comprovado por nós.

Entretanto, nem sempre o Oficial da Reserva é tratado com a devida atenção ao se apresentar para o estágio de serviço. Certamente, tal falha é consequência mais dos problemas administrativos vividos pela OM de convocação, do que pela falta de dedicação dos responsáveis pelo comando da Unidade. É comum, por exemplo, após a chegada do R/2, a preocupação de logo aproveitá-lo para melhorar a escala de serviço de oficial-de-dia, sem que o mesmo possa passar por uma adequada fase de adaptação. Outra, é a de atribuir-lhe a carga de um pelotão, quando o estagiário nem sequer possui noções elementares sobre o material moto e o armamento específico de sua OM. Neste caso, tudo contribui para que o Oficial da Reserva não chegue, jamais, a um nível satisfatório daquilo que dele se espera como oficial subalterno, a não ser que realize tremendo esforço para superar suas próprias deficiências e as da Organização Militar. Esses aspectos, de caráter muito geral, dizem respeito mais especificamente aos 2º Ten R/2 das Armas, do QMB e do SI, já que os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários apresen-

tam-se ainda em piores condições, quando convocados. Este aspecto é caracterizado, principalmente, tanto pelo pouco tempo para desenvolver a primeira fase do Estágio (somente quarenta e cinco dias) como, também, pela desatualização dos programas correspondentes (PP) e, até mesmo, pelo despreparo da oficialidade de uma OM operacional em "enquadrar e ministrar" a instrução individual a esses especialistas de nível superior, quando todos os quadros estão preocupados e dedicados ao início do ano de instrução dos recrutas.

3) A atuação

Em geral, a atuação do R/2 é o resultado do somatório dos seguintes aspectos: o ambiente de trabalho, a atuação de seu Cmt de SU e o interesse do próprio estagiário. Como em qualquer ramo da atividade humana, o ambiente de trabalho, no quartel, também exerce influências sobre a atuação de seus membros, em especial entre os Oficiais R/2, sabidamente possuidores de regular cultura geral e de razoáveis conhecimentos técnico-profissionais. Contando com o apoio dos companheiros e com uma segura e compreensiva orientação do Cmt de SU — refletindo um sadio ambiente de trabalho — o Oficial R/2, em pouco tempo, toma conhecimento de suas obrigações e deveres, torna-se confiante, achando-se em condições de assumir o comando de um pelotão e de desempenhar, com algum desembaraço, as funções de oficial subalterno. E em bem pouco tempo, até, conscientiza-se de sua im-

portância dentro da OM, face à boa atuação que vem desenvolvendo como oficial subalterno.

A influência do Cmt de SU é, sem dúvida, de extrema importância para o aprimoramento do Oficial R/2.

A sua dedicação e orientação diárias são imprescindíveis. Exigindo-lhe a preparação da instrução, corrigindo-lhe os vícios de linguagem, de postura e de tratamento para o seu melhor desempenho como instrutor da tropa, assim como, orientando-lhe na vida administrativa, é que o Cmt de SU terá, finalmente, completado a formação do Oficial de 2ª Classe.

Dessa maneira, foram muitos os exemplos positivos que pudemos constatar na nossa vivência no Corpo de Tropa: a formidável transformação desses jovens em tenentes bastante seguros de si, trabalhando com afinco, preparando suas instruções e ministrando-as com entusiasmo, côncios de que preenchem um lugar de destaque na OM. Em todos esses casos ficou bastante caracterizado o apoio do próprio Comandante da Unidade, assim como a detacada atuação dos Cmt de SU.

Em outras ocasiões testemunhamos casos graves, também: Oficiais R/2 sem preparo suficiente para desenvolverem um plano de sessão, desconhecendo até mesmo as mais elementares NGA e comprometendo, com sua atitude, todo o esforço dispendido em um ano de instrução. A particularidade negativa, desses oficiais, era a própria falta de interesse demonstrada durante o estágio, com atitudes dú-

bias, deixando-se influenciar inclusive pelos graduados. Apesar de reiteradas recomendações, esses elementos continuaram a cometer as mesmas faltas e, como era de se esperar, não tiveram deferidos seus requerimentos para a prorrogação do estágio.

Por tudo isso, consideramos muito importantes e valiosos, todos os subsídios que as OM possam transmitir aos CPOR e NPOR, em relatórios sigilosos, a respeito da conduta e atuação dos Oficiais R/2. Essa observação direta de fatos negativos e positivos é que realimenta a dinâmica da formação dos R/2, podendo acarretar mudanças nos procedimentos e até alterar objetivos nos OFOR. Esses relatórios poderiam até incluir as cópias dos Boletins Internos que publicassem elogios e/ou punições sofridas pelos R/2, para servirem de exemplo aos alunos dos CPOR e NPOR. Mas esse "feedback" não acontece, normalmente.

Outro aspecto que merece a nossa atenção diz respeito à apresentação individual do R/2, em especial o aspecto de seus uniformes. Antes de entrar em vigor o atual R-CORE, o Oficial R/2 só poderia prorrogar o seu período de convocado, pelo prazo de um ano. Assim, jamais teria a oportunidade de receber o adiantamento de um soldo para a aquisição de uniformes, concedido aos militares de carreira, para ser indenizado em 24 meses.

Agora, com o tempo de cada prorrogação tendo a duração de dois anos, aquela antiga pretensão dos R/2 poderá ser atendida, o

que viria beneficiar a boa apresentação individual e coletiva da oficialidade.

4) A mudança

A partir do corrente ano, quando será realizado o primeiro Estágio de Serviço e Habitação (ESH), ocorrerá uma mudança muito significativa na situação dos Oficiais R/2. Será, talvez, o passo mais importante a ser dado no sentido de aproveitar, em definitivo, o pessoal da reserva em todos os postos da hierarquia no Serviço Ativo.

Até o presente momento, o R/2 só chega ao posto de 2º Tenente; com a realização desse estágio, o Oficial da Reserva terá condições de alcançar os postos de 1º Tenente e de Capitão. Neste posto, como já vimos, se for julgado apto, ainda terá a oportunidade de comandar SU e desempenhar funções no Estado-Maior da Unidade.

Realmente, a mudança será muito importante. E já podemos vislumbrar uma vantagem com essa nova sistemática: a de poder adaptá-la com a finalidade de aproveitar os capitães temporários como oficiais superiores, se for o caso.

Examinando-se a filosofia que orienta o ESH, verifica-se que o mesmo possui objetivos bem definidos, os quais, certamente, estarão concorrendo para suprimir aquelas deficiências apontadas anteriormente, assinaladas como a origem do fraco desempenho do R/2: a desatualização de conhecimentos pela defasagem entre o término do EI e o início do então "estágio de serviço", e o fraco estímulo para uma carreira de tem-

po muito limitado, com a permanência constante no posto de 2º Tenente.

Da mesma forma, o estágio estará também colocando um ponto final no desagradável e delicado problema de substituição eventual do 2º Ten de carreira, no comando de SU, quando existisse o 2º Ten R/2 mais antigo, mas não habilitado para tal.

Dentre as características apontadas pelo "PPE-02/0 — Estágio de Serviço e Habitação para Oficiais R/2", destacamos a que trata da estrutura do próprio PP, a fim de confirmar, em definitivo, a importância da mudança na formação e atuação do Oficial R/2. Diz o PP que "os objetivos do estágio, sendo de aplicação e de complementação dos conhecimentos dos Oficiais R/2", identificam-no como atividade de Instrução Individual e, desta maneira, os seus objetivos poderão ser alcançados "mediante um conjunto de *tarefas* a serem executadas pelo Estagiário, segundo determinadas *condições* e visando a resultados que se situem dentro de um *padrão mínimo*". Portanto, o estágio está perfeitamente atualizado e enquadrado na nova metodologia de ensino adotada pelo Exército: agora não se dá tanto valor ao procedimento do *Instrutor* como em outras épocas, mas exatamente para aquilo que o instruendo terá que demonstrar. É o ensino voltado para o desempenho do aluno.

O PP esclarece, ainda, que "tendo em vista que o Estagiário é um oficial, a execução do Estágio está fundamentalmente baseada em sua

autopreparação, através do Estudo a Domicílio", estabelecendo uma série de objetivos que deverão ser alcançados pelo R/2, por sua exclusiva responsabilidade, proporcionando um maior interesse para com o estágio e fazendo com que este não seja, apenas, uma mera repetição dos assuntos que já haviam sido vistos nos OFOR e no EI. Eis a grande novidade do ESH.

"Este procedimento", prossegue o PP, "além de dar um caráter *prático* ao Estágio e não desviar o estagiário de suas atividades normais de oficial subalterno, possibilita, ainda, a observação de atributos, tais como: senso de responsabilidade, dedicação, iniciativa e conhecimentos profissionais", muito importantes para a futura conceituação do próprio R/2. Este, portanto, não voltará a ser o aluno passivo, como antigamente. Estará participando ativamente da vida diária de sua OM como oficial subalterno e, ao mesmo tempo, realizando o seu estágio e cumprindo os objetivos selecionados. Desta maneira, as tarefas que sejam de "ministrar instrução aos recrutas", deverão ser programadas nas mesmas semanas que o previsto nos QTS da SU, ou ainda, "as tarefas administrativas", deverão ser programadas nas oportunidades em que essas atividades ocorram.

Outro aspecto que merece ser salientado, é o que trata das responsabilidades da Direção de Instrução da Unidade. É evidente que se o próprio Cmt da OM, o Chefe da 3ª Seção e os Cmt de SU, não estiverem atentos e acom-

panhando o desenvolvimento do estágio, este não trará os rendimentos que dele se espera. Para isso, o PP é taxativo quando determina como responsabilidade do Cmt de Unidade "designar os Oficiais R/2, convocados para o ESH, para os cargos de Oficial Subalterno", além de definir os cargos de capitão para os quais os mesmos deverão ser habilitados.

Para avaliar a atuação do estagiário ao longo de todo o ESH, existe a Ficha de Controle de Instrução, como mostra o Anexo F, para que sejam verificados se os padrões mínimos de cada objetivo foram alcançados individualmente.

Cremos, portanto, que este estágio trará grandes benefícios para a formação profissional dos Oficiais Temporários, podendo-se assinalar, entre outros, as seguintes vantagens:

- aprimorar a formação do instrutor de tropa e a do administrador das pequenas frações;
- completar a pouca experiência profissional adquirida em apenas quarenta e cinco dias do EI;
- atrair os mais capacitados a permanecerem por mais tempo no serviço ativo;
- estimular os seus integrantes a exercerem suas funções com entusiasmo;
- beneficiar, financeiramente, com as promoções aos postos de 1.º Tenente e de Capitão;
- dar maior tranquilidade ao convocado com o aumento do tempo de prorrogação para dois anos;
- liberar os capitães de carreira das atividades burocráticas do EM

da Unidade, a fim de que os mesmos possam se dedicar à operacionalidade da tropa;

— aproveitar, ao máximo, a atual estrutura de formação do Oficial R/2.

d. Problemas advindos com o licenciamento

O Oficial R/2 vive angustiado com o fantasma do licenciamento. Como se sabe, este poderá ocorrer a qualquer momento, inclusive quando o Oficial Temporário for julgado incapaz definitivamente para o Serviço Ativo, como está no texto da Lei. É uma realidade muito dura, principalmente se fizermos uma comparação com o Oficial de Carreira, o qual apresenta-se despreocupado com o seu futuro, podendo dedicar-se inteiramente ao seu trabalho. Entretanto, assim foram estabelecidas as regras. O Exército não tem interesse, por enquanto, em estruturar uma carreira paralela, por considerar esta sistemática bastante onerosa e ainda não solucionada definitivamente. Assim, para aqueles que optaram pela carreira militar, realizando o curso da AMAN, a Lei estabelece uma série de prerrogativas, direitos e deveres, dentre os quais se encontra a estabilidade.

Com relação ao Oficial Temporário — nota-se que o legislador foi bastante feliz na escolha do termo — em nenhum documento legal paira qualquer dúvida sobre a temporariedade da sua convocação. Inclusive, para ser convocado, o R/2 terá que preencher a ficha de Inscrição, na qual constam, textualmente, as condições que deve-

rão ser aceitas pelo Oficial Temporário:

— a convocação é por prazo limitado;

— o licenciamento do Serviço Ativo pode ocorrer em qualquer época;

— a sua permanência no Serviço Ativo não pode ser superior a quatro anos, se for MFDV;

— os direitos previstos na Lei de Remuneração dos Militares cessam no dia imediato ao do licenciamento;

— a convocação não assegura o direito de permanecer no Serviço Ativo do Exército.

Por conseguinte, o Oficial da Reserva, ao concordar com essas condições, está ciente que sua passagem no Exército será por poucos anos, não lhe trazendo nenhuma estabilidade. Diante desta situação, cabe ao próprio R/2 tomar uma decisão a respeito de seu futuro, procurando ingressar em uma faculdade, para ficar de posse de um diploma de curso superior e poder, no futuro, disputar em melhores condições o mercado de trabalho. Mas poderá o Oficial R/2 contar com os vencimentos, alimentação e até moradia enquanto estiver no Serviço Ativo? Como proceder diante daquela cláusula de "licenciamento em qualquer época"? Cremos que se o R/2 for um profissional cumpridor de seus deveres e entusiasmado com aquilo que faz, dificilmente deixará de cumprir o tempo para o qual foi convocado, ressalvados, é claro, os casos excepcionais estabelecidos no Estatuto dos Militares. Isto tudo é um problema aflitivo, até mesmo

para o próprio Cmt da OM, cuja maior preocupação relaciona-se com a conclusão de uma faculdade pelo R/2, para que ele possa conseguir um emprego à altura do nível de vida que vinha mantendo como Oficial Temporário.

Infelizmente, em muitos casos, não é o que acontece. A preocupação do Cmt de OM persiste, mas o R/2, no clímax de sua afirmação profissional, não está pensando em seu futuro. Ganhando os vencimentos de 2º Tenente, bem acima daquilo que o mercado de trabalho poderia lhe oferecer, o oficial convocado vive mais o presente. Adquire um automóvel e, irrefletidamente, contrai matrimônio e monta uma casa. Não tarda a chegada de um ou mais filhos, traduzindo, talvez, a influência familiar que encontra nos quartéis. Trata-se de uma aspiração justa e humana, mas que traz, sem dúvida, sérias preocupações.

Vemos, assim, que os problemas advindos com o licenciamento, dizem respeito, mais especificamente, ao aproveitamento do ex-Oficial Temporário no meio civil, em atividade compatível com os seus encargos familiares ou mesmo com o "status" anterior. Somos de opinião de que cabe ao Exército, neste particular, reestudar o atual aproveitamento do R/2, em especial o daqueles considerados capacitados a permanecerem no Serviço Ativo.

e. Soluções

As soluções que vamos apresentar dizem respeito, tão somente, à

formação do R/2, sua atuação nos Corpos de Tropa e o conseqüente licenciamento.

1) Quanto à formação dos Oficiais R/2

Basicamente essa formação está fundamentada sobre os CPOR e NPOR, já que é reduzido o número de cadetes do último ano da AMAN que se inscrevem, voluntariamente, para serem convocados como Oficial R/2.

Com relação aos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, estabelecimentos de ensino criados, organizados e estruturados para a formação dos Oficiais Subalternos de 2ª Classe da Reserva, consideramos que os mesmos atingem perfeitamente seus objetivos, com maiores e melhores facilidades que os Núcleos de Preparação, principalmente por possuírem uma Divisão de Ensino. É a falta deste órgão técnico-pedagógico de planejamento, orientação e controle de ensino, tão necessário numa escola, que acarreta os maiores problemas na formação dos alunos dos NPOR. Isto porque os oficiais nomeados instrutores, nas Unidades em que existem os Núcleos, nem sempre possuem noções que os habilitem a desempenharem as funções ligadas ao desenvolvimento do ensino, como, por exemplo, os necessários para a montagem de uma prova objetiva.

Assim, a fim de solucionar essa deficiência, propomos que os futuros instrutores nomeados para os NPOR, façam antecipadamente um estágio sobre os aspectos mais importantes do Curso de Técnica de Ensino, estritamente ligados à

formação do Oficial R/2: elaboração de questões; montagem de provas; cálculo de notas finais; confecção de planos de sessão; revisão pedagógica, etc. Esse estágio, a ser elaborado pelo Centro de Estudos de Pessoal (CEP), em colaboração com o CPOR/RJ, poderia ser realizado por correspondência, não trazendo maiores ônus ao Exército.

Com relação aos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários convocados, bastaria, apenas, expedir o Programa Padrão de Instrução, atualizado, para o Estágio de Adaptação e Serviço, como o Estado-Maior do Exército já fez com o Estágio de Serviço e Habilitação, a fim de que o enquadramento militar inicial possa ser mais objetivo e proveitoso.

2) Quanto à atuação nos Corpos de Tropa

Como vimos, os CPOR e os NPOR são a mola-mestra na formação dos Oficiais R/2. Em consequência, as queixas referentes às falhas apresentadas pelos R/2, nos Corpos de Tropa, são imputados àqueles órgãos. Queixas, por sinal, nem sempre justas, já que os Centros e Núcleos formam "oficiais subalternos da 2ª Classe de Reserva" que, quando convocados, passam a ser tratados com as mesmas obrigações e deveres como se fossem oficiais de carreira.

Estamos convictos, todavia, que a falha não está na atual estrutura, mas na falta de troca de informações.

Os Órgãos de Formação de Oficiais de Reserva não podem possuir currículos e programas estáti-

cos, face à rapidez com que se processa o desenvolvimento científico, tecnológico e pedagógico em todos os setores das atividades humanas, no mundo atual, e, em particular, na carreira das armas.

E, certamente, não estão, já que a validade daqueles documentos varia de 2 a 3 anos. Ora, quem deveria fornecer os dados necessários a essa atualização? Exatamente os Corpos de Tropa que recebem os AspOf R/2.

Sugerimos, a fim de solucionar as falhas apontadas na atuação dos Oficiais R/2 nos Corpos de Tropa, que todas as informações que a OM conseguisse colher, fossem remetidas diretamente aos CPOR e NPOR de origem. Essas informações seriam de caráter sigiloso e estariam incluídas nos relatórios de estágio ou de final do tempo de prorrogação. Tratariam dos aspectos positivos e negativos apresentados pelo R/2, inclusive com a remessa de cópias dos boletins internos que publicassem os elogios e as punições impostas aos mesmos.

Outro reflexo negativo, nesta atuação, diz respeito à apresentação individual do Oficial R/2. Até hoje, ele não fazia jus à indenização para a aquisição de uniformes, porque o tempo de prorrogação, de um ano, não era suficiente para cobrir o tempo necessário à restituição. Com o advento do atual R-CORE, a prorrogação do tempo de serviço ativo passou para dois anos, permitindo, assim, que o R/2 passasse a ter direito a esse auxílio financeiro. Isto acontecerá nas promoções a 2º Tenente (se

for convocado para a primeira prorrogação) e a 1º Tenente.

3) Quanto ao licenciamento

Ficou evidenciado, anteriormente, que a questão do licenciamento pode ser perfeitamente solucionada pelo próprio Oficial Temporário, desde que o mesmo tome a si esta responsabilidade, com a devida antecedência. Entretanto, não cremos que isso deva ocorrer, assim, tão simplesmente.

Algo deve ser feito pelo Exército, tanto para tentar amenizar o retorno desses Oficiais R/2 ao meio civil, como para verificar a possibilidade de poder aproveitar, em definitivo, alguns desses oficiais que, por sua capacidade moral e intelectual, merecem continuar prestando os seus bons serviços ao Exército. Para o primeiro caso, chamaremos as soluções de "imediatas"; para o segundo, estaremos propondo soluções "permanentes".

a) Vejamos as soluções imediatas

— Garantir, ao Oficial Temporário, o seu cargo durante o período de prorrogação, de dois anos, exceto quando o mesmo cometer faltas disciplinares que o desabonem para o oficialato. É importante que o R/2 se sinta seguro, pelo menos, enquanto durar a prorrogação a que se propôs cumprir.

— Estabelecer um fundo de reserva a fim de amenizar a readaptação ao meio civil, semelhante ao estabelecido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mas com as seguintes características: de caráter obrigatório e iniciando no primeiro mês de convo-

cação; depositado mensalmente pelo próprio Exército, com um valor correspondente a 8% do soldo recebido pelo R/2, em Caderneta de Poupança vinculada ao Ministério do Exército até o último dia de convocação, através do sistema FHE-POUPEX (Fundação Habitacional do Exército — Associação de Poupança e Empréstimo), para ser entregue ao interessado no dia de seu licenciamento, com os juros e correção monetária a cargo do próprio sistema.

— Ou, ainda, instituir uma indenização como recompensa aos serviços prestados pelo Oficial R/2, no valor equivalente a um mês de soldo de 2º Tenente, se o licenciamento ocorrer na primeira prorrogação; de valor igual ao de um soldo de 1º Tenente, se ocorrer na segunda prorrogação; e de valor igual ao do soldo de capitão, se ocorrer na última prorrogação, independentemente do oficial ter atingido o posto.

b) Soluções permanentes

— Criar um convênio entre o FUSEX (Fundo de Saúde do Exército) e o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), para que o Oficial Temporário, quando licenciado, passe a receber os benefícios dele decorrentes, fazendo jus à assistência médica, farmacêutica e odontológica, mediante comprovação do interessado e pelo prazo necessário para que o mesmo se inscreva como segurado do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

— Regular a participação do Oficial Temporário, após o licen-

ciamento, como contribuinte da Pensão Militar; em definitivo, se assim o desejar.

— Ou ainda, criar convênios com as entidades do mercado de Previdência Privada, mediante a livre escolha do oficial convocado dentre as conveniadas, para que uma parte do valor descontado para a Pensão Militar possa ser aproveitada após o licenciamento, para fins de pensão ou auxílio invalidez, sem nenhum ônus futuro para o Exército.

— Finalmente, realizar o aproveitamento definitivo dos Oficiais Temporários de maior capacidade, através de um estágio na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), somente para os que atingissem o posto de Capitão. Esses oficiais, se fossem julgados aptos em um estágio de tempo integral, com a duração de quatro a seis meses, poderiam alcançar os postos de Major e de Tenente-Coronel, assim como os benefícios da estabilidade. A grande vantagem seria não alterar a atual sistemática de formação de Oficiais R/2 e aproveitar a experiência da EsAO em cursos de pequena duração.

CONCLUSÃO

Do estudo realizado, verificamos que existem soluções, as mais variadas, a fim de amenizar o problema do licenciamento do Oficial da Reserva, aspecto central da presente monografia.

Vimos que a atual sistemática de formação e aproveitamento do Oficial R/2, traz inúmeros benefícios para o Exército. Permite-lhe

optar por um razoável efetivo de quadros permanentes, contando com os militares de carreira, e formar uma reserva adequada e apta a ser mobilizada em curto prazo. Esta formação da reserva transcende a qualquer expectativa quando se trata dos Quadros, entre os quais estão incluídos os oficiais subalternos e capitães, já que para os demais postos a situação é muito boa.

Criados em 1927, os CPOR formaram trezentos e quarenta e três oficiais que participaram da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial. A partir de então, a presença dos Oficiais R/2 no dia-a-dia de nossas OM tem crescido de tal importância que culminou com a aprovação do Regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército, em dezembro de 1980, abrindo o acesso aos postos de 1º Tenente e de Capitão para muitos desses jovens de inegável abnegação ao Exército.

Anteriormente, os Oficiais da Reserva oriundos dos CPOR e NPOR, quando convocados, só alcançavam o posto de 2º Tenente, sendo incluídos na reserva mobilizável, no posto de 1º Tenente. Tal fato gerava claros entre os Capitães, além de não viabilizar melhores oportunidades numa "carreira" considerada bastante limitada no tempo. Agora isso não acontece, pois o Oficial Temporário, quando for licenciado, conservará o mesmo posto em que se encontrava no Serviço Ativo.

A partir de 1980, então, os R/2, em especial os oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da

Reserva, passaram a ter a oportunidade de alcançar os postos de 1º Tenente e de Capitão, quando convocados. Foi o primeiro passo para o futuro aproveitamento, em definitivo, dos Oficiais da Reserva nos demais postos da hierarquia e, conseqüentemente, da obtenção da estabilidade oferecida pela Carreira das Armas.

Comparados com os oficiais de carreira formados em quatro anos na Academia Militar das Agulhas Negras, os R/2, muitas vezes, não são compreendidos, não se dando conta, aqueles que assim procedem, que há enorme diferença de anos de formação, entre ambos. Embora possuindo um grande interesse por suas funções nos Corpos de Tropa, mostram-se inexperientes e inseguros, às vezes preocupados mais com seu futuro.

Para sanar tais deficiências, os R/2 das Armas e do QMB deverão freqüentar o Estágio de Serviço e Habilitação, a partir do corrente ano. Tal estágio será desenvolvido totalmente nos Corpos de Tropa, com o caráter puramente prático e montado sobre o desempenho do próprio estagiário.

Por outro lado, só o fato de poder prorrogar o seu tempo de convocado para o período de dois anos, não é suficiente para tranquilizar o Oficial R/2. O fantasma do licenciamento é uma constante preocupação, até mesmo para aqueles que cursam uma faculdade.

Recebendo os vencimentos de 2º Tenente, bastante elevados para a maioria dos oficiais convocados, e animado pelo círculo social

extremamente familiar que existe em nossas Vilas Militares, o jovem R/2 casa e constitui família. Neste caso, o licenciamento terá aspectos mais graves.

Assim, apresentamos algumas propostas para tentar solucionar, em definitivo, tal situação:

- em primeiro lugar, será preciso garantir o cargo para o qual o elemento foi convocado como Oficial Temporário, como preconiza o PPE-02/0 que regula o Estágio de Serviço e Habilitação, pelo menos para o prazo de dois anos, desde que o R/2 não cometa transgressões disciplinares graves que possam desaboná-lo como Oficial da Reserva do Exército;

- em segundo lugar, poderão ser tomadas algumas medidas de caráter imediato, tais como: conceder, ao R/2, o adiantamento de um soldo correspondente ao posto que ocupa, quando convocado, para a aquisição de uniformes; criar uma Caderneta de Poupança, a título de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para amenizar o seu retorno à vida civil; e/ou, ainda, indenizar o Oficial R/2, por ocasião de seu licenciamento, com um soldo de 2º Ten, 1º Ten ou Capitão correspondente ao seu tempo de prorrogação;

- finalmente, realizar o aproveitamento dos Oficiais R/2 que se mostram capazes na vida diária dos Corpos de Tropa, através de um estágio a ser realizado na EsAO, o qual habilitaria os que fossem julgados aptos, moral e profissionalmente, a continuarem na carreira militar e a alcançarem

os postos de Major e de Tenente-Coronel no Serviço Ativo.

Estas são as sugestões que atualmente achamos cabíveis para solucionar o licenciamento dos Oficiais R/2. Julgamos que, se realizadas, poderiam trazer sensíveis modificações na formação de nossos Quadros da reserva, a fim de criar as melhores condições para a dignificante tarefa do Exército: prover segurança para o desenvolvimento e o bem-estar do povo brasileiro.

Bibliografia

- Estatuto dos Militares — Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

- Instruções Reguladoras da Convocação, Estágios e Promoção dos Oficiais e dos Aspirantes-a-Oficial da 2ª Classe da Reserva — R/2 — (IR 20-05).
- PPE-02/0 — Estágio de Serviço e Habilitação para Oficiais R/2.
- Regulamentos dos Centros de Preparação dos Oficiais da Reserva (R-166)
 - Portaria Ministerial nº 2-GB, de 4 de janeiro de 1966.
- Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68)
 - Decreto nº 85.567, de 29 de dezembro de 1980.
- Revista Correia Lima — 1979, Órgão Oficial do CPOR/RJ.



O Ten Cel Cav QEMA Claudio Zanini Louzada tem os cursos de Cavalaria da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) e da EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais). Concluiu em 1983 o Curso de Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME, Rio de Janeiro.



NOVOS BLINDADOS BRADLEY DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO

Virgílio Muxfeldt

Em meados dos anos 60, o Exército dos Estados Unidos decidiu que os soldados da infantaria blindada deveriam ter capacidade de combater tanto desembarcados de suas viaturas de transporte quanto embarcados.

A essa concepção tática correspondeu, em 1968, a decisão de construir uma nova Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) que permitisse ao infante blindado combater embarcado, o que não era possível com o M 113, a viatura padrão dos Batalhões de Infantaria Blindada do exército norte-americano.

A nova viatura recebeu, na prancheta dos projetistas, o nome de Viatura de Combate para a Infantaria Blindada (MICV — Mechanized Infantry Combat Vehicle) e teve um desenvolvimento muito

lento, devido à falta de recursos e à prioridade então dada às necessidades da Guerra do Viet-Nam, de modo que o primeiro protótipo, dotado de uma torre armada com um canhão de tiro rápido do tipo "BUSHMASTER" ficou pronto somente em 1975, sete anos após o início do projeto.

Entretanto, em 1976, em consequência do abandono do projeto de construção de uma Viatura Blindada de Reconhecimento (ARSV — Armoured Reconnaissance Scout Vehicle) para a Cavalaria, o Secretário do Exército norte-americano aprovou a modificação do projeto original do MICV, dotando a viatura de uma torre operada por dois homens e equipando-a com um lançador de mísseis "TOW", além do canhão "BUSHMASTER" original, para que pudesse atender tanto às necessida-

des da Infantaria quanto da Cavalaria, o que contribuiu para atrasar ainda mais o projeto.

Os projetistas optaram então pela construção simultânea de duas viaturas, a Viatura de Combate para a Infantaria (M2 IFV — Infantry Fighting Vehicle) e a Viatura de Combate para a Cavalaria (M3 CFV — Cavalry Fighting Vehicle). Os primeiros protótipos ficaram prontos em 1981 e o Exército americano espera receber ainda em 1983, um número de viaturas suficientes para equipar um batalhão.

Eventualmente o exército americano prevê a aquisição de cerca de 4000 "IFV" e de 2882 "CFV" para a total substituição das valiosas, porém ultrapassadas viaturas M113.

PECULIARIDADES DAS IFV/CFV

A IFV/CFV é uma resposta dos norte-americanos as já provadas MARDER alemã e BMP soviética que estão em serviço ativo há mais de 15 anos. Para compreendermos o porquê de suas principais peculiaridades, é necessário conhecer as premissas táticas e técnicas em que seu projeto foi baseado:

- Ser transportável por aviões do tipo C-141 STARLIFTER;

- Ter mobilidade através do campo para acompanhar o CC M1 ABRAMS;

- Ser anfíbia;

- Ter blindagem suficiente para resistir ao impacto de armas leves até o calibre 12,7 mm (.50);

- Possibilitar a observação e o combate embarcado de um grupo

de combate (GC) da Infantaria ou de um grupo de exploradores (GE) da Cavalaria;

- Ser dotada de um canhão com calibre suficiente para perfurar a blindagem das viaturas blindadas leves, das viaturas blindadas de transporte de pessoal e dos helicópteros blindados;

- Ser dotada de armamento capaz de destruir qualquer CC conhecido.

a. Ser transportável por aviões do tipo C-141 STARLIFTER

As IFV e CFV foram construídas com a aplicação intensiva de alumínio, o que permitiu a construção de viaturas relativamente leves. Suas dimensões entretanto não permitem que sejam transportados por um C-141 em condições de combater, sendo necessário desmontar a parte superior do periscópio de observação, as chapas blindadas laterais e soltar os braços de suspensão das duas primeiras rodas-guia de cada lado do trem de rodagem.

b. Ter mobilidade através do campo para acompanhar o CC M1 ABRAMS

A IFV/CFV é dotada de um motor diesel CUMMINS de 500 HP; de transmissão automática com três velocidades para a frente e uma para trás; de suspensão por barras de tensão e amortecedores; de lagartas de 53,3 cm de largura. Estas características técnicas, aliadas ao seu menor peso, permitem à IFV/CFV acompanhar o CC ABRAMS (com sua turbina a gás de 1500 HP) no campo de batalha.

Principais Características do M2 IFV, do M3 CFV e do M 113

VTR Características	IFV	CFV	M 113
Peso	21 Ton	21 Ton	10 Ton
Capacidade de Transporte	9 homens	5 homens	11 homens
Comprimento	6,22 m	6,22 m	4,82 m
Largura	3,2 m	3,2 m	2,68 m
Altura	2,94 m	2,94 m	2,50 m
Velocidade	66 Km/h	66 Km/h	64 Km/h
Velocidade n'água	7,2 km/h	7,2 Km/h	6 Km/h
Raio de Ação	483 km	483 Km	322 Km
Transposição	Anfíbio	Anfíbio	Anfíbio
Combustível	Óleo Diesel	Óleo Diesel	Gasolina B
Visão Noturna	Visor Termal	Visor Termal	Farol Infravermelho
Armamento	Can 25 mm	Can 25 mm	Mtr 12.7 mm (.50)
Armamento AC	TOW	TOW	—
Mtr 7,62 Coaxial	UMA	UMA	—
Fuzis 7,62 fixos	6	—	—
Rádios	1 AN/VRC-46 1 AN/GRC-160	1 AN/VRC-12 1 AN/PRC-77	1 AN/VRC-46
Blindagem	Alumínio	Alumínio	Alumínio
Escotilhas Laterais	6	—	—
Custo	US 2.000.000	US 2.000.000	US 80.000

c. Ser anfíbia

Como a Europa Ocidental, TO a que as IFV e CFV se destinam, possui em média um rio de 50 m de largura a cada 16 Km, estas viaturas são anfíbias, podendo desenvolver cerca de 7,2 Km/h quando estiverem flutuando, impulsionadas pelos movimentos das lagartas.

d. Ter blindagem suficiente para resistir ao impacto de armas leves até o calibre 12,7 mm (.50)

A carcaça das IFV e CFV possuem três tipos de blindagem. O teto, o piso e o interior das paredes laterais são de alumínio 5083

(liga de alumínio, manganês e magnésio). As chapas das paredes laterais, inclinadas de 40° a 60° em relação à vertical são de alumínio 7039, (alumínio, zinco e magnésio), mais resistente e mais pesado que o 5083. As saias protetoras do trem de rodagem e a rampa de acesso traseira são constituídas por duas folhas de alumínio separadas por uma chapa de aço. Esta blindagem permite resistir a impactos diretos de calibres até 14,5 mm e ao choque e estilhaços de granadas de 155 mm que rebentem no solo ou ar. O piso da IFV possui ainda um reforço de blindagem destinado a torná-la mais resistente à explosão de minas AC.



e. Possibilitar a observação e o combate embarcado de um grupo de combate (GC) da Infantaria ou de um grupo de exploradores (GE) da Cavalaria

Na IFV/CFV o chefe da viatura (e também comandante do GC ou do GE) dispõe de um periscópio que lhe permite observar em 360° e de um dispositivo ótico que lhe permite ver a imagem termal formada no equipamento de imagem termal do atirador. Esse equipamento, denominado ISU (INTEGRATED SIGHT UNIT) permite ao atirador levantar alvos de dia e de noite e dirigir o tiro do canhão de 25 mm, da metralhadora coaxial de 7,62 mm e do míssil TOW.

O motorista, além do periscópio normal, possui um equipamento de visão noturna do tipo intensificador de imagens.

A IFV pode transportar seis soldados no seu compartimento trazeiro. Cada um destes soldados dispõe de um fuzil M16 de 5,56 mm fixado a uma seteira de rótula e um dispositivo ótico instalado na altura dos seus olhos, possibilitando assim o combate com a viatura em movimento. Esses fuzis são diferentes do M 16 convencional pois tem o cano mais curto e reforçado, só disparam por rajadas e não tem aparelho de pontaria (a pontaria é feita através do uso exclusivo de munição traçante). Convém também ressaltar que esses fuzis ficam na viatura quando o GC desembarca para o combate já que cada infante tem seu próprio armamento portátil para o combate a pé (1 metralhadora M 60 e 6 fuzis M16 normais).

A CFV leva apenas dois soldados exploradores em seu compartimento trazeiro. Estes soldados dispõem de dois periscópios para a observação. Como a CFV não possui seteiras, estes exploradores não podem atirar quando embarcados.

A CFV transporta maior quantidade de munição do que a IFV, porque transporta 4 soldados a menos conforme mostra o quadro abaixo:

Munição	IFV	CFV
25 mm	900	1.500
7,62 mm	4.400	7.600
5,56 mm (traçante)	4.000	—
5,56 mm (comum)	2.160	1.460
Míssil TOW	7	12
Granada AC	3	—

f. Ser dotada de um canhão com calibre suficiente para perfurar a blindagem das viaturas blindadas leves, das viaturas blindadas de transporte de pessoal e dos helicópteros blindados

Tanto a IFV quanto a CFV são dotadas de um canhão de 25 mm do tipo CHAIN GUN, cujo mecanismo de disparo é acionado por um motor elétrico. Este canhão pode disparar tiro a tiro ou por rajadas (cadência de 100 a 200 tiros

por minuto). A elevada cadência de tiro destina-se a neutralizar o atirador de qualquer tipo de míssil AC que seja guiado por fio, "saturando", a área onde se presume tenha ocorrido o disparo, tão logo o míssil seja detectado, ocasionando assim a perda do seu controle. O canhão de 25 mm dispara munição explosiva/incendiária e perfurante. A munição explosiva/incendiária é capaz de colocar fora do combate 90% do pessoal desabrigado que estiver dentro de um raio de 7 m do ponto de impacto e 50% do pessoal desabrigado que estiver dentro de um raio de 30 m do ponto de impacto. A munição perfurante é capaz de perfurar a blindagem da maior parte das viaturas blindadas leves e das viaturas blindadas de transporte de pessoal existentes no mundo. Por outro lado, a elevada cadência de tiro do canhão CHAIN GUN e a eficiência de sua munição perfurante capacitam tanto a IFV quanto a CFV a enfrentar helicópteros blindados de ataque, do tipo Mi-24 Hind soviético que possuem blindagem lateral resistente a impactos de projéteis .50.

g. Ser dotado de armamento capaz de destruir qualquer CC conhecido

As IFV e CFV, através de seus mísseis TOW são capazes de destruir qualquer CC existente no mundo (Há dúvidas apenas quanto aos novos T-80 soviéticos, cuja blindagem frontal parece que terá capacidade para resistir ao impacto de um míssil TOW, mas de qualquer maneira um impacto direto

certamente os deixará, ainda que temporariamente, fora de combate). Por outro lado, o míssil TOW tem um alcance útil de 3000 m, o que permite às IFV e CFV atacar os CC sem correr grande risco de serem atingidos pelos seus canhões, que tem um alcance útil, normalmente, de 2000 m.

4. DEFICIÊNCIAS DAS IFV E CFV

Apesar de seu formidável potencial, a IFV e sua irmã a CFV têm recebido críticas contundentes tanto de analistas militares europeus quanto de norte-americanos. As principais críticas são:

a. Largura e altura excessivas

As grandes dimensões tornam tanto a IFV quanto CFV alvos fáceis para as armas AC inimigas e impedem que sejam aerotransportados em aviões C-141 STARLIFTER sem serem parcialmente desmontadas.

b. Pouco espaço para a infantaria

A IFV, apesar de suas grandes dimensões pode transportar apenas 6 soldados fuzileiros, enquanto o M113 pode transportar 10, a MCV-80 britânica 8, e a BMP soviética também 8.

Um crítico inglês chegou a afirmar que existem duas maneiras de se construir uma IFV: na primeira, se considera o número de infantes que se deseja transportar e, baseando-se nesse número, se constrói a viatura; na segunda, se constrói uma bela IFV e se verifica quantos

infantes ela pode transportar, parecendo que a IFV americana foi construída da segunda maneira...

c. Blindagem à base de alumínio

Ao contrário do aço, o alumínio vaporiza-se e queima ao ser atingido por uma granada AC, aumentando assim as baixas entre a tripulação. Na recente invasão do LÍBANO, vários M113 israelenses, que também tem sua blindagem à base de alumínio, pegaram fogo, ao serem atingidos por granadas AC lançadas pelos fuzis dos guerrilheiros palestinos. O problema atingiu tal ponto que muitos soldados israelenses, ao serem deslocados de um local para outro, preferiram viajar do lado de fora dos M113, para não correrem o risco de serem queimados juntos com a viatura. Os críticos afirmam que, por ter a blindagem mais espessa, as IFV/CFV tem mais alumínio e se transformam em enormes fogueiras quando atingidas por granadas AC.

d. Falta de um telêmetro a raios laser

Por motivo de economia, tanto a IFV quanto a CFV não foram dotados de telêmetros a raios laser, dificultando assim ao canhão de 25 mm acertar os primeiros disparos, deficiência imperdoável em se tratando de blindados, quando, normalmente, vence quem acerta o primeiro tiro.

e. Míssil TOW não pode ser disparado em movimento

No combate entre blindados, qualquer viatura que se detenha,

mesmo por pequeno espaço de tempo, torna-se um excelente alvo para os atiradores dos blindados inimigos.

f. Preço excessivo

O preço de uma IFV/CFV, cerca de dois milhões de dólares assusta, ao ser comparado ao da viatura que pretende substituir (um M113 custa cerca de 80 mil dólares), tornando problemática, mesmo para os Estados Unidos a compra das quantidades necessárias para equipar a Infantaria e a Cavalaria do seu exército (são necessárias 6.882 IFV/CFV para substituir os M113 atualmente em serviço no exército americano).

CONCLUSÃO

Apesar das críticas que tem recebido, as IFV/CFV da série BRADLEY, como foram batizadas pelo exército norte-americano em homenagem ao grande general da II GM, são as melhores viaturas de seu tipo existente no mundo e certamente cumprirão com perfeição as tarefas para as quais foram projetadas:

- permitir que a Infantaria e a Cavalaria combatam embarcadas;
- permitir que a Infantaria Blindada (no caso da IFV) acompanhe o CC ABRAMS no campo de batalha, possibilitando a formação efetiva do binômio Infantaria/CC;
- permitir que a Cavalaria conduza operações de reconhecimento.

to e segurança em TO saturado por forças blindadas e mecanizadas;

— ser capaz de destruir as viaturas blindadas leves, as viaturas blindadas

de transporte de pessoal e os helicópteros blindados inimigos;

— ser capaz de enfrentar, com boas probabilidades de êxito, os CC inimigos.



O Ten Cel Cav Virgílio Ribeiro Muxfeldt possui os cursos de Instrutor de Educação Física, da Escola de Educação Física do Exército, de Cavalaria, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, e de Comanto e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Exerce atualmente as funções de Instrutor da ECEME.



A EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA E O CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME

Octavio Tosta

TERCEIRA PARTE

- XIII – GEOPOLÍTICA DO PARAGUAI*
- XIV – OS MEMBROS DA COMISSÃO EXAMINADORA*
- XV – CORREÇÃO DAS PROVAS*
- XVI – MOMENTOS DECISIVOS DO CONCURSO*
- XVII – O INSUCESSO*
- XVIII – CONCLUSÃO*
- XIX – BIBLIOGRAFIA*

XIII – GEOPOLÍTICA DO PARAGUAI (a influência das condições geográficas na formação da República do Paraguai e nos antagonismos e afinidades internacionais resultantes do processo histórico)

I – INTRODUÇÃO

A República do Paraguai é um país mediterrâneo, vinculado ao Atlântico pelos rios Paraná e da Prata. O rio Paraná, possuidor de extraordinário potencial hidrelétrico, separa a República do Paraguai dos dois países mais poderosos da América

do Sul: o Brasil e a Argentina. Confronta-se a noroeste com a Bolívia na região do Chaco, que constituiu, de 1932 a 1935, palco de cruenta luta para a definição dos seus limites.

Os longos períodos de guerra do Paraguai com todas as demais nações vinculadas à bacia do Prata, concorreram para a sua ruína eco-

nômica e para um acentuado decréscimo da população. Mas a nação paraguaia, graças a um grande vigor, exacerbado por seu forte nacionalismo, apresentou sempre inesgotável capacidade de recuperação. Presentemente, atravessa manifesto surto de progresso, favorecido pela integração econômica com os seus adversários do passado.

II — INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS

1. Na Formação da Nacionalidade

Na hinterlândia do continente sul-americano estende-se vasta depressão irrigada pela bacia do rio da Prata. Seus grandes formadores constituem os caminhos naturais, e também históricos, que asseguraram e ainda estimulam o intercâmbio na imensa região. A esta unidade geográfica correspondeu, na pré-história, uma unidade humana, formada por um conjunto de tribos tupi-guaranis, bem como uma unidade econômica, baseada no cultivo do milho, mandioca e algodão. Sua cultura individualizava-se tanto pelos seus traços característicos como pelo contraste que apresentava com a de outros grupos humanos do continente. O poder aglutinante de "língua geral" constituiu poderoso elemento unificador. Após mais de quatro séculos de ocupação da área pelo espanhol e seus descendentes, o idioma guarani continua a ser, no Paraguai, importante fato de expressão do sentimento e unidade nacionais.

Assunção foi influente centro de irradiação da colonização hispano-jesuítica no Prata. A partir de 1609, padres jesuitas iniciaram o estabelecimento de missões nas bacias do Paraguai, Paraná e Uruguai. Os índios, concentrados nas reduções, eram submetidos a um processo educacional que lhes proporcionava a aprendizagem da religião, da agricultura e de rudimentos de atividades industriais. Seu idioma era respeitado e não lhes era ensinado o espanhol. Os contactos com os espanhóis eram difíceis pelo desconhecimento mútuo da língua e, sobretudo, pelo fato de, aqueles colonizadores, não poderem permanecer por mais de três dias nas reduções.

Na parte oriental do Paraguai predominaram as missões franciscanas que deram origem a diversas povoações surgidas no século XIX. Aqui, o relacionamento do ameríndio com o colono espanhol não foi dificultado pelos missionários. A falta de mulheres brancas e a índole pacífica do guarani contribuíram para a miscigenação intensa entre o branco e o índio, surgindo, desta união, mestiços de alta linhagem. Os nativos consideravam-se social e juridicamente iguais aos espanhóis, graças à sua origem paterna, e, por também serem, súditos do Rei. Em princípio, os cargos políticos e administrativos eram exercidos por espanhóis, mas isso não impediu que mestiços de valor, como Hernandarias, e outros, ocupassem, altos cargos na administração pública. O ambiente liberal do Paraguai evitou a formação de castas. Havia intensa capita-

ridade social que assegurava ao índio e ao mestiço a ascensão política e social, de acordo com o seu talento e legítimas aspirações. Irala, ao decretar a união das raças, favoreceu o estabelecimento de uma etnia bem definida, resultante da recíproca contribuição de caracteres somáticos e psíquicos, e, apresentando, identidade própria. A integração racial evitou preconceitos e intensificou os cruzamentos que têm assegurado a crescente coesão desse agregado humano. Esses fatores constituíram a base da "democracia étnica", atualmente tão característica da nação paraguaia.

Por outro lado, o clima, a ausência de pedras e metais preciosos, o difícil acesso a Assunção por navios a vela ou embarcações de certo porte, e, sobretudo as dificuldades de vida, não estimularam o ingresso do homem branco no país. Muito cedo, o núcleo espanhol foi suplantado por uma sociedade predominantemente mestiça de brancos espanhóis e índios tupis-guaranis, com nítida predominância destes.

Os recursos vegetais conduziram às principais atividades econômicas, constituídas pela produção de erva-mate, do tabaco, e da exploração madeireira. A existência de campos para a criação permitiu a produção pecuária. Todavia, as estâncias de gado, foram menores que as rio-platenses pela ausência de gado selvagem. No Paraguai não surgiu o tipo social gaúcho, tão característico da região platina, particularmente do pampa argentino

e das campanhas sul-riograndese e uruguaia.

A colonização jesuítica teve grande influência na formação do caráter paraguaio. Na república cristã os nativos eram submetidos a um rígido sistema disciplinar, com a vida cotidiana minuciosamente regulada. O trabalho, a oração, a alimentação e o jejum; as diversões e a penitência e, até as relações conjugais, estavam perfeitamente estabelecidas e subordinadas a horários fixos. Enfim, os nativos não aprendiam a pensar nem a atuar por si próprios.

Para que pudessem resistir às agressões armadas, os jesuítas desenvolveram hábitos militares que permitiram que cada índio fosse, ao mesmo tempo, um soldado e um agricultor. As reduções transformaram-se em praças fortes, nas quais os forasteiros não podiam penetrar sem permissão dos padres. A prevenção contra os estranhos transformou-se em sentimento de ódio ao estrangeiro, por causa das agressões dos "portugueses de São Paulo" às reduções, com o objetivo de arrebanharem os índios aldeados para vendê-los para o trabalho escravo. Apesar de sua situação desvantajosa, os guaranis, liderados pelos padres jesuítas, lutaram na defesa do seu território, alcançando expressivas vitórias sobre os bandeirantes, em Caasapaguassu, no ano de 1639; e, em Mbororé, no ano de 1641. Os habitantes dos Sete Povos das Missões lutaram na defesa do seu território, contra as forças luso-espanholas encarregadas de assegurar a demarcação dos limites estabeleci-

dos no Tratado de 1750. Após três anos de guerra (1753-1756), os guaranis foram esmagados pelos poderosos adversários.

Havia nítida distinção entre a província espanhola do Paraguai e a província jesuítica do Paraguai. A província espanhola não obtinha qualquer vantagem com o enriquecimento da Companhia de Jesus. Toda a riqueza era encaminhada para a sede da ordem religiosa, sem que o Rei ou o seu Reino usufruíssem qualquer benefício de sua colônia. A ação religiosa da Companhia de Jesus, fortalecida por seu poder econômico e psicossocial, concorreu para que a ordem adquirisse grande importância política. Embora inexistissem partidos políticos, surgiram duas fortes correntes de opiniões, com interesses divergentes nos campos social e econômico. Diante da realidade monárquica, que significava o poder civil ou temporal, impôs-se uma realidade jesuítica que, apoiada na ação religiosa e espiritual, pretendeu assumir o papel de intermediária entre os nativos e a Coroa.

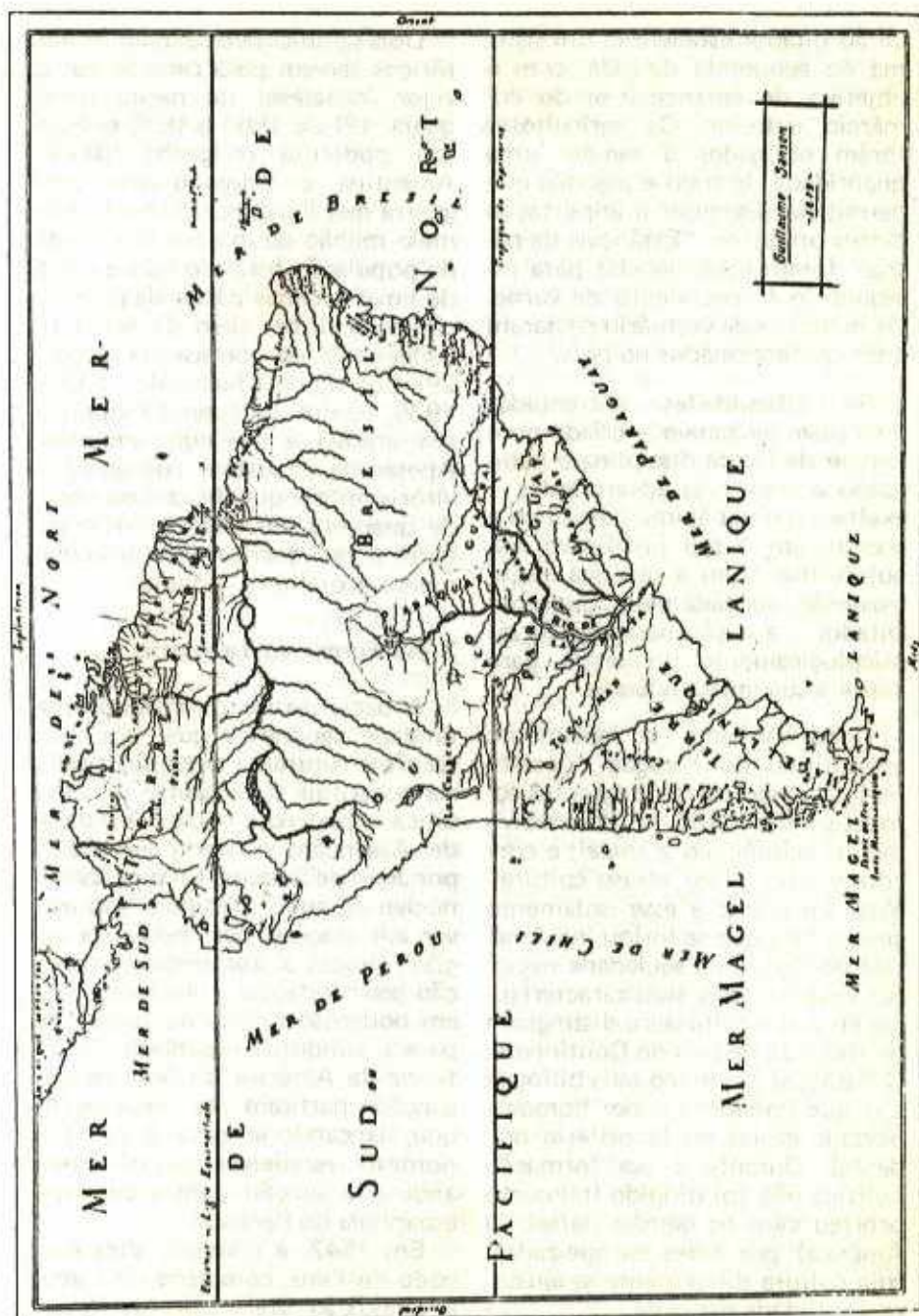
O confronto entre as duas facções foi inevitável e conduziu à Revolução Comunera que ensanguentou a província do Paraguai de 1721 a 1735. Os "comuneros" pretendiam atribuir ao povo a soberania a que se julgavam com direito. A revolução não foi um movimento precursor da independência; seu objetivo consistia em assegurar a autonomia provincial baseada na existência do cabildo. Embora tenha fracassado militarmente, concorreu para mostrar

que aquele agregado humano já possuía sentimento nacional.

A cidade de Assunção e o rio Paraguai constituíram dois poderosos elementos integradores da sociedade nacional. Mas é na fértil região que se estende entre os rios Paraguai e Paraná que se localiza o coração do Paraguai. Ali, encontram-se as principais fontes do poder econômico nacional; forjou-se a inconfundível cultura paraguaia; e, consolidou-se a consciência nacional.

Com a Revolução de 25 de maio de 1810, completou-se a formação da nacionalidade paraguaia. O bloqueio do rio da Prata e a interrupção do tráfego pelo rio Paraná, paralisaram as exportações de erva-mate, tabaco e madeira. A expulsão dos espanhóis do Prata não concorreu para diminuir as dificuldades do Paraguai. Suas embarcações, não raro, eram assaltadas e saqueadas por grupos de montoneros das províncias argentinas. A alfândega de Buenos Aires protegia o comércio de todos os artigos de exportação, mas não reduziu os gravames aplicados ao tabaco. Além de tudo, como o rio Paraná só podia ser navegado por navios de pequeno calado, os barcos que faziam o tráfego marítimo dificilmente podiam chegar a Assunção.

Diante desse quadro de dificuldades, o ditador José Gaspar Francia decidiu enclausurar o Paraguai e transformá-lo numa autarquia. Impôs ao país a política de "bastar-se a si mesmo", baseada no fomento da produção interna. Como o Paraguai era uma ilha feudal dominada por uma só pessoa, foi fá-



cil ao ditador estabelecer um sistema de economia dirigida, com o objetivo de emancipar-se do comércio exterior. Os agricultores foram obrigados a semear uma quantidade de trigo e algodão que permitisse dispensar a importação desses produtos. "Estâncias da pátria" foram estabelecidas para assegurar o fornecimento de carne. Os materiais de vestuário passaram a ser confeccionados no país.

As dificuldades enfrentadas pelo povo paraguaio — criado num regime de rígida disciplina e habituado a resistir às adversidades — exaltaram o seu ânimo patriótico e acentuaram o seu justificável xenofobismo. Com a política de introversão, adotada pelo "Supremo Ditador", a nação paraguaia ficou psicologicamente preparada para impor a sua independência.

Historicamente, o isolamento geopolítico do Paraguai, desestimulou o ingresso de imigrantes europeus; dificultou o desenvolvimento econômico e social; e correu para o seu atraso cultural. Mas, foi graças a esse isolamento geopolítico que se forjou, na América do Sul, uma sociedade nacional singular, pois, suas características étnicas e culturais a distinguem de todas as demais do Continente. O Paraguai é o único país bilingue e o que apresenta maior homogeneidade étnica no hemisfério ocidental. Durante a sua formação política não foi dirigido (tal como ocorreu com os demais países da América) por elites europeizadas, cuja cultura dificilmente se ajustava à realidade nacional.

Dois significativos exemplos históricos servem para caracterizar o vigor inabalável da nação paraguaia: 1º) de 1864 a 1870 enfrentou poderosa coligação (Brasil, Argentina e Uruguai) em uma guerra que lhe deixou um saldo de meio milhão de mortos (a metade da população total do país e cerca de nove décimas partes da população masculina), além da ruína financeira e econômica da nação; 2º) Lutou, no Chaco, de 1932 a 1935, contra um exército superior em efetivo e em equipamentos. Apesar da exaustão, conseguiu a vitória militar que lhe custou cerca de quarenta mil baixas, nos combates e por doenças, e o aniquilamento econômico do país.

2. Na Formação Territorial

A bacia do rio da Prata é uma unidade geográfica que, por seus recursos naturais e extensão, poderia constituir o território de uma única e poderosa nação. A cidade de Assunção, fundada em 1536 por Juan de Salazar, foi o primeiro núcleo espanhol platino a sobreviver aos ataques dos índios da região. Graças à sua vantajosa posição geoestratégica, transformou-se em poderoso centro de operações para a conquista espanhola do interior da América do Sul. De Assunção partiram as expedições que, lançando-se para o norte e noroeste, estabeleceram, na região andina, a junção com a corrente espanhola do Pacífico.

Em 1542, é criado o Vice-Reinado do Peru, com sede em Lima, e jurisdição até o rio da Prata.

Com a fundação de Santa Cruz de la Sierra, em 1560, por Nuflo de Chaves, ficaram asseguradas as ligações entre as frentes colonizadoras do Atlântico e do Pacífico. Conquistadores espanhóis, procedentes de Assunção, espalham-se pela bacia do Prata e fundam Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Concepción del Bermejo. Para lançar as bases de uma rota que permitisse o intercâmbio com a Espanha, independentemente do rio da Prata, Irala fundou, nas cercanias do Salto das Sete Quedas (Salto del Guairá), a Vila de Ontiveros. Constituiria uma etapa intermediária para o acesso ao porto que pretendia estabelecer em São Francisco, no litoral do Brasil.

A conquista do imenso território foi completada pelas numerosas reduções jesuíticas que se espalharam pelos grandes formadores do rio da Prata, bem como, se estenderam, pela margem esquerda do rio Guaporé (Tape, no atual Rio Grande do Sul; Guairá, no atual estado do Paraná; Itatin, na parte meridional de Mato Grosso do Sul; e Chiquitos e Mojos, na parte oriental da Bolívia). A bacia do Prata transformou-se em poderoso império colonial, e Assunção, assumiu o seu papel de "capital das conquistas espanholas do rio da Prata". O espaço geopolítico sobre o qual Assunção exercia sua influência, passou a constituir a "Província Gigante das Índias". Diversos mapas do século XVII (Guillaume Sanson, 1697; Caroli Allard, 1684; e outros) representaram a América do Sul com os seguintes países: 1) *Terra Firme*, na

porção setentrional do continente, abrangendo as atuais Colômbia, Venezuela e Guianas; 2) *Terra de Magalhães*, na parte oriental da região meridional do continente; 3) *Brasil*, ocupando a porção oriental do continente; 4) Peru, incluindo os atuais Equador, Peru e parte da Bolívia; 5) *Chile*, na porção sul-ocidental do continente; 6) o *Paraguai*, abrangia toda a bacia do Prata, e era integrado pelos territórios do Chaco, Paraguai, Guairá, Paraná, Uruguai, Rio da Prata e Tucuman. Seu litoral era banhado pelo Mar do Paraguai.

Fisiograficamente, Assunção ocupa a parte central da extensa bacia platina. Sobre este espaço continental encontram-se, formando um grande arco em torno de Assunção, certas zonas que, por dificultarem a expansão humana ou por serem hostis à colonização, constituíram verdadeiras "faixas" ou "centros formadores de fronteiras": 1) a oeste o Gran Chaco, 2) ao norte os banhados da planície cruceña e o Grande Pantanal ou lagoa dos Xaráies; 3) a leste o Salto Grande das Sete Quedas e as Cataratas do Iguçu.

O *Gran Chaco* concorreu para separar três nações: a Argentina, o Paraguai e a Bolívia. Os *banhados da planície cruceña* constituíram uma faixa de fronteira entre o Paraguai e a Bolívia, o *Gran de Pantanal* serviu de fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia. O *Salto Grande das Sete Quedas* separou o Brasil do Paraguai e as *Cataratas do Iguçu* constituíram região de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

Com a união das Coroas de Portugal e Espanha (de 1580 a 1640) ficaram eliminadas as barreiras políticas entre os dois povos ibéricos. Tal fato contribuiu para intensificar os movimentos dos bandeirantes paulistas nas terras a oeste de Tordesilhas e legitimou a expansão territorial do Brasil. As reduções jesuíticas de Guairá, Tape e Itatin foram atacadas e destruídas.

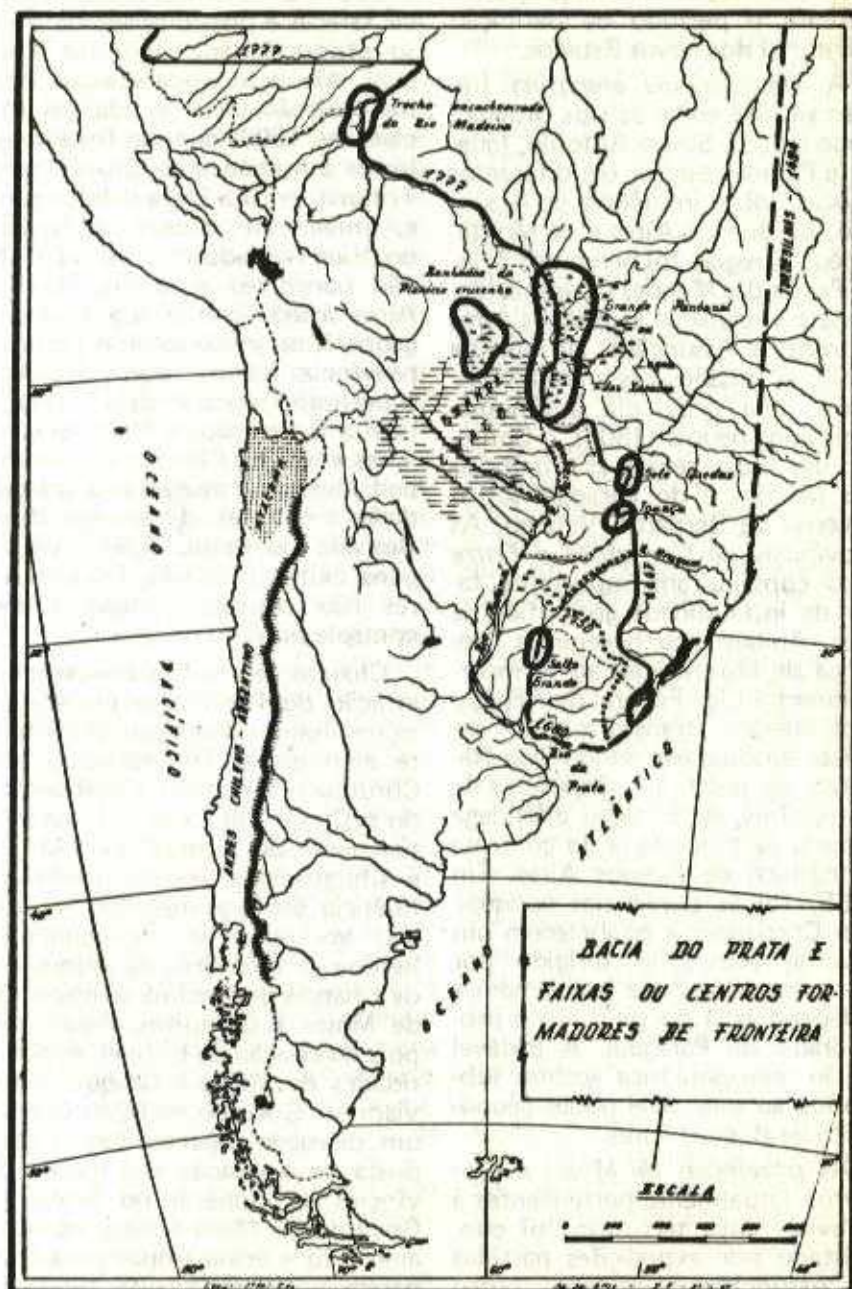
Na sua arrancada expansionista, os conquistadores paulistas debruçaram-se, em breve, nas calhas do Guaporé, do Paraguai, e do Uruguai. Todavia, sua agressiva progressão foi barrada na lagoa dos Xaraies, no Salto das Sete Quedas, nas Cataratas do Iguaçu e no Salto Grande do rio Uruguai. Por conseguinte, nessas faixas ou centros formadores de fronteiras, já estavam esboçados, desde 1650, os lindes históricos das duas nacionalidades ibéricas.

Ao iniciar-se o século XVII, Assunção chegava ao apogeu como capital do império colonial platino. Buenos Aires, afirmava-se como centro de controle da economia da área. Em 1617 termina a hegemonia de Assunção no Prata. Hernandarias, para proporcionar melhor apoio das autoridades às populações, separa a administração de Buenos Aires da de Assunção. Cria a Governação do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires e jurisdição até a Banda Oriental. Assunção fica como sede da Governação de Guairá (posteriormente, Paraguai). Estas governações permanecem vinculadas ao Vice-Reinado do Peru, até 1776.

Com a criação do Vice-Reinado do Prata, Buenos Aires passa a exercer sua autoridade sobre imenso território que incluía regiões da antiga "Província Gigante das Índias", tais como as Províncias de Mojos e Chiquitos, a Intendência do Paraguai, a Intendência de Buenos Aires e os Trinta Povos das Missões, além da Banda Oriental.

Em 25 de maio de 1810, inicia-se o processo de emancipação política dos povos platinos. Por razões geopolíticas, haviam-se afirmado na área três fortes núcleos de nacionalidades: 1º) Assunção, que durante anos fora a mais importante metrópole platina e dera origem a uma nacionalidade com características que a distinguiam das demais do continente; 2º) Buenos Aires, cuja posição geográfica concorrera para o surgimento de um poderoso grupo comercial que se tornou dirigente da nova nacionalidade. Coube a Buenos Aires o papel histórico de unificar o país diante dos regionalismos desagregadores dos caudilhos que desejavam a completa autonomia de suas províncias; 3º) Montevideu, que deu origem a uma vigorosa nacionalidade resultante do multissecular confronto entre luso-brasileiros e hispano-buenairenses, e seus descendentes.

Durante o período colonial, Assunção, Buenos Aires e Montevideu exerceram sua influência sobre determinadas regiões do grande espaço abarcado pela "Província Gigante das Índias". Algumas dessas regiões, por terem recebido a influência de vários centros de poder político, vão apresentar



acentuada instabilidade geográfica durante o período de definição territorial dos novos Estados.

A *mesopotâmia argentina* (região situada entre os rios Uruguai, Peperiguaçu, Santo Antonio, Iguaçu e Paraná) esteve, em diferentes épocas, sob a influência de Assunção, de Buenos Aires e de Montevideu. A região foi berço dos Trinta Povos das Missões Guaranis (dezesete vinculadas as Buenos Aires e treze, a Assunção). No ano de 1803, as missões passaram a constituir uma província autônoma. Dois anos depois (1805), o Conselho das Índias reuniu as províncias das Missões e do Paraguai sob o governo de Bernardo Velasco. As *províncias de Corrientes e Entre Rios* constituíram importante fator de instabilidade geográfica na área. Ambas reconheceram a liderança de Montevideu ao se incorporarem à Liga Federal de Artigas. Pretenderam transformar-se em países autônomos, sendo que Ramirez, ao instituir a República de Entre Rios, estabeleceu alfândega própria para libertá-la do controle econômico de Buenos Aires. Em 1865, forças paraguaias conquistam Corrientes e estabelecem um governo provisório dirigido por três correntinos que proclamam a independência do país sob o protetorado do Paraguai. A instável região mesopotâmica acabou submetida ao inevitável poder geopolítico de Buenos Aires.

As *províncias de Mojos e Chiquitos* (atualmente pertencentes à Bolívia), cujo território foi conquistado por expedições partidas de Assunção, constituem outro

exemplo de instabilidade geográfica. Graças à possibilidade de acesso proporcionado pelo rio Paraguai, Assunção pôde exercer alguma projeção sobre as duas províncias, até 1599, quando foi estabelecida a Audiência de Charcas com Tribunal em La Plata (Chuquisada e, atualmente, Sucre). A criação do Vice-Reinado do Rio da Prata não concorreu para que Buenos Aires assegurasse a sua projeção geopolítica sobre as duas remotas províncias mediterrâneas. Durante o período revolucionário, iniciado com a Revolução de Maio, Buenos Aires envia ao Alto Peru várias expedições para assegurar a integridade territorial do antigo Vice-Reinado do Prata. Apesar de alguns êxitos militares, Buenos Aires não conseguiu impor o seu controle político na área.

Charcas, por sofrer a inexorável atração do Pacífico e projetar-se sobre Buenos Aires por importante eixo comercial (passando por Córdoba e Tucuman, e desbordando o Chaco por Oeste), ficava praticamente de "costas" para Mojos e Chiquitos, e exercia pouca influência sobre as mesmas. A Bolívia, ao tornar-se independente, herdou o território da Audiência de Charcas que incluía os governos de Mojos e Chiquitos. Pouco depois da criação da Bolívia, as autoridades de Mojos e Chiquitos enviam ao Governo de Mato Grosso um delegado especial com a proposta de anexação das duas províncias ao Império do Brasil. O Governo de Mato Grosso aceita a anexação e envia tropas para ocuparem a área. Para evitar questões

internacionais, o Imperador do Brasil manda retirar as tropas brasileiras do território boliviano.

Na *confrontação da República do Paraguai com o estado de Mato Grosso* não há acidentes do terreno que pudessem constituir divisórias. Pelo contrário, o território paraguaio constitui natural prolongamento do território matogrossense e ambos se confundem. Tal fato dificultou a definição dos limites e conduziu a natural litígio.

A fisiografia do *Chaco* não favoreceu a sua ocupação nem contribuiu para o estabelecimento de limites em acidentes naturais. A vantajosa posição de Assunção, assegurou o seu controle geopolítico sobre a área, com exceção da parte relativa ao Chaco Central que foi incorporada à Argentina.

A porção do território, que pode ser considerada essencialmente paraguaia, é a situada entre os rios Paraguai e Paraná, cujos limites orientais são balisados pelos centros formadores de fronteira constituídos pelo Salto Grande das Sete Quedas e Cataratas do Iguaçu. Desta área vital, que é, na realidade o próprio coração do Paraguai, partiram, em 1864, as colunas invasoras de Mato Grosso, e, em 1865, as tropas que ocuparam a província argentina de Corrientes e o Rio Grande do Sul, para, numa ambiciosa manobra geoestratégica, tentarem estender o território paraguaio até ao Atlântico e rio da Prata.

O objetivo de Solano Lopes consistia em restabelecer a influência política de Assunção sobre territórios historicamente pertencen-

tes a reduções jesuíticas. Além disso, o momento histórico era favorável porque a região platina estava sendo palco de constantes lutas resultantes das pretensões de hegemonia entre nacionalidades em formação. A Argentina, lutava pela sua unidade nacional, ainda não assegurada. As províncias de Corrientes e Entre Rios estavam em busca de uma identidade nacional. O Uruguai, muito dividido internamente, possuía adeptos à sua vinculação política a Buenos Aires, bem como aceitara a proteção do governo paraguaio para resistir às pressões políticas do Império do Brasil. Solano Lopes superestimou o poder nacional do Paraguai e não pôde atingir os objetivos que, em realidade, ultrapassavam o raio de ação geopolítica de Assunção.

Na definição dos limites, estabelecidos após a Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai perdeu os seguintes territórios a que se julgava com direito: 1º) na fronteira com a Argentina, um total de 94.090 quilômetros quadrados; 2º) na fronteira com o Brasil, 62.325 quilômetros quadrados. Os limites do Paraguai com a Bolívia foram fixados, após a Guerra do Chaco, por um laudo arbitral que atribuiu ao Paraguai uma área de 232.650 quilômetros quadrados pretendidos pela Bolívia.

Atualmente a República do Paraguai tem uma superfície de 406.752 quilômetros quadrados. Seu território corresponde a uma vez e meia ao do Equador; duas vezes ao da Guiana; duas vezes e meia ao do Uruguai; e a quatro vezes ao

do Suriname. Na América do Sul há sete países mais extensos que o Paraguai e, na Europa, apenas quatro: a Rússia, a Suécia, a França e a Espanha.

3. No Processo de Independência

As aspirações de autonomia do povo paraguaio manifestaram-se pela primeira vez em 1544, com a destituição do governador espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca e a designação, pelos colonizadores paraguaios, de Domingo de Iraia, para substituí-lo no cargo. O Rei da Espanha, ao confirmar no posto o governador eleito pelos paraguaios, atribuiu a estes o direito de escolherem seus governantes. Tal privilégio durou 182 anos e estendeu-se até ao fim da Revolução Comunera, em 1735.

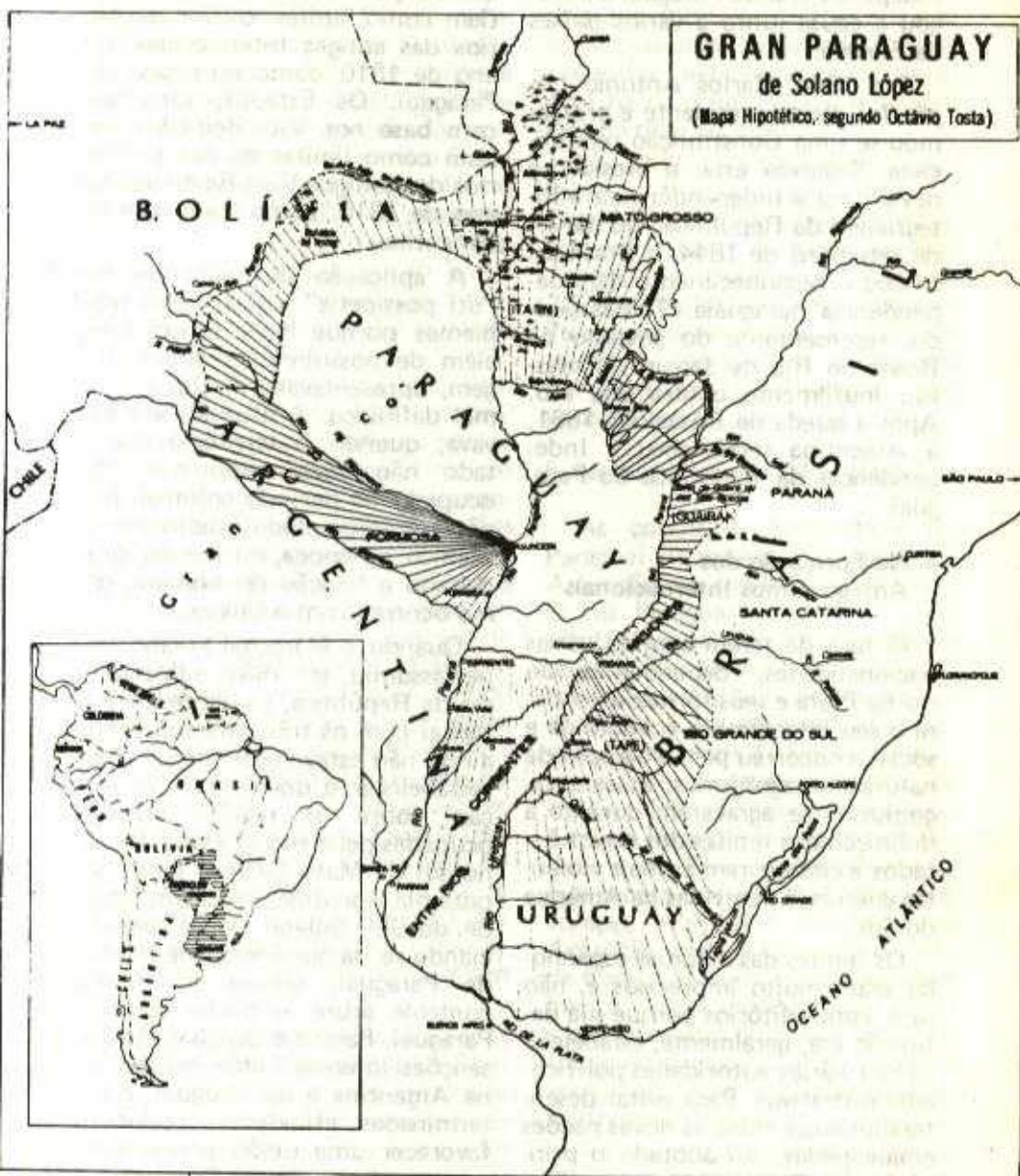
Em 1810, o cabildo de Assunção não aderiu à junta de Buenos Aires estabelecida após a Revolução de Maio. Para "libertar" o Paraguai do governador espanhol Bernardo Velasco, os portenhos enviam à antiga província do Vice-Reinado uma expedição militar sob o comando de Manuel Belgrano. As tropas de Belgrano, após encontrarem dificuldades relativas ao terreno e distância a percorrer, acabam por sofrer sério revés das milícias paraguaias e forças reais, na localidade de Taquari.

Em maio de 1811, os paraguaios derrubam o governo espanhol e o substituem por uma junta. No dia 20 de junho do mesmo ano, o Paraguai proclama a sua independência da Espanha e assume vida autônoma. No ano de 1814,

o Dr. José Gaspar Francia fez-se proclamar "ditador supremo" por um congresso onde predominavam os pequenos proprietários rurais. Recusando-se a aderir às Províncias Unidas do Rio da Prata, em condições que não fossem de absoluta igualdade, e, repudiando o centralismo portenho, José Francia, beneficiando-se da posição geográfica do país, vai consolidar a sua independência, enclausurando-o geopoliticamente. Eliminou todo o comércio exterior via Buenos Aires. Autorizou, apenas, um pequeno intercâmbio comercial com o Brasil, pelo norte, até 1826, e por Itapua (Encarnación). Posteriormente, permitiu o estabelecimento de relações comerciais com os correntinos, pela Vila do Pilar.

Das províncias pertencentes ao Vice-Reinado do Prata, somente o Alto Peru, o Uruguai e o Paraguai tornaram-se Estados independentes. O Alto Peru e o Uruguai tinham acesso direto ao mar, independentemente do controle de Buenos Aires. A independência do Paraguai foi assegurada graças ao espírito de disciplina e nacionalismo do povo paraguaio, e, sobretudo, pela incontestável liderança de José Gaspar Francia, associada à sua excepcional visão geopolítica.

O império do Brasil dependia dos rios da Prata, Paraná e Paraguai para o acesso a Mato Grosso. Por isso, era ativo defensor de uma política de "equilíbrio no Prata" que significava, na prática, impedir que o Uruguai e Paraguai caíssem na órbita de Buenos Aires. Em 1824, o Brasil reconheceu a



Independência do Paraguai e advogou a causa junto a vários países da Europa.

Em 1844, Carlos Antonio Lopes foi eleito presidente e proclamou-se uma Constituição republicana. Segundo esta, o presidente devia jurar a Independência e a Integridade da República. No dia 14 de setembro de 1844, o Brasil ratificou o reconhecimento da independência paraguaia. Tomás Guido, representante do governo de Rosas no Rio de Janeiro, protestou inutilmente contra esse ato. Após a queda de Rosas, em 1851, a Argentina reconheceu a Independência da República do Paraguai.

4. Na Formação dos Antagonismos Internacionais

O fato de terem surgido várias nacionalidades, dependentes do rio da Prata e seus formadores, para o seu intercâmbio econômico e social, concorreu para a geração de naturais antagonismos. Esses antagonismos se agravaram durante a definição dos limites dos novos Estados e conduziram às mais violentas guerras já ocorridas na América do Sul.

Os limites das colônias espanholas eram muito imprecisos e, não raro, contraditórios porque sua definição era, geralmente, estabelecida por várias autoridades político-administrativas. Para evitar desentendimentos entre as novas nações emancipadas, foi adotado o princípio de direito baseado no "uti possidetis" referente ao ano de 1810. Em consequência, os países

que surgissem de Intendências teriam como limites os dos territórios das antigas Intendências, no ano de 1810, como foi o caso do Paraguai. Os Estados, formados com base nos Vice-Reinados, teriam como limites os dos territórios dos antigos Vice-Reinados, no ano de 1810, como foi o caso da Argentina.

A aplicação do princípio do "uti possidetis" gerou vários problemas porque havia países que, além de possuírem a mesma origem, apresentavam limites muito mal definidos. A situação se agravava, quando o território disputado não havia realmente sido ocupado no período colonial, por não ter apresentado interesse econômico na época, ou por ter dificultado a fixação do homem, como ocorreu com o Chaco.

Quando o Marechal Solano Lopes assumiu, em 1862, a Presidência da República, os limites do Paraguai com os três países vizinhos ainda não estavam definidos. Para restabelecer o domínio de Assunção sobre as regiões outrora ocupadas pelas reduções jesuíticas, no sul de Mato Grosso, na mesopotâmia argentina, e, no Rio Grande do Sul, Solano Lopes, beneficiando-se da superioridade militar do Paraguai, tentou impor seu controle sobre as bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. As dissensões internas então ocorrentes na Argentina e no Uruguai, e determinadas afinidades, poderiam favorecer uma união permanente com as províncias de Corrientes e Entre Ríos, bem como com a República Oriental do Uruguai. Seu

projeto estratégico consistia em formar um poderoso Estado platino sob a hegemonia de Assunção e, capacitado a exercer o controle da navegação nos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. A invasão das províncias de Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Corrientes, por forças paraguaias, conduziu os governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai ao estabelecimento do Tratado da Tríplice Aliança com o propósito de lutarem contra o governo do Paraguai.

Após a guerra, que estendeu-se de 1864 a 1870, foram definidos os limites do Paraguai com o Brasil e com a Argentina. O litígio com o Brasil, resolvido por negociação direta, referia-se às regiões entre os rios Apa e Branco, e à situada ao norte do Igureí. Com a Argentina havia três questões pendentes: 1ª) a relativa à margem direita do rio Paraguai até a Baía Negra (Chaco). Este litígio foi resolvido favoravelmente ao Paraguai, como resultado da arbitragem a cargo do presidente Hayes, dos Estados Unidos; 2ª) a relativa ao território das missões do Paraná (mesopotâmia argentina), perdido pelo Paraguai; 3ª) a referente à região situada entre os rios Pilcomayo e Bermejo (Chaco Central), incorporado ao território argentino.

A Bolívia, fundamentada em títulos da Real Audiência de Charcas, considerava-se com direito ao Chaco. Depois que perdeu seu litoral no Pacífico, voltou-se para leste com o propósito de obter, no rio Paraguai, um porto que lhe assegurasse uma saída fluvial para o

Atlântico. O Paraguai, estimulado pela descoberta de petróleo na planície cruceña, tinha esperança de encontrar petróleo no território do Chaco, prolongamento geográfico da referida planície.

De 1932 a 1935, a Bolívia e o Paraguai lutaram pela posse do Chaco. Em 21 de julho de 1938, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites. A área de 232.650 quilômetros adjudicada ao Paraguai correspondeu a 88,7% do território conquistado e ocupado por suas forças durante os três anos de guerra.

5. Na Formação de Afinidades

As condições fisiográficas do Paraguai permitem a projeção de Assunção em todos os quadrantes. O rio Paraguai assegura o intercâmbio econômico e social com os dois estados de Mato Grosso. O rio Paraná possibilita o acesso ao rio da Prata e ao Atlântico. Os permeáveis terrenos do Chaco concorreram para o estabelecimento da rodovia Trans-Chaco que liga a capital do Paraguai às capitais da Bolívia e do Peru. A fronteira seca que separa o Brasil do Paraguai favoreceu a estreita vinculação de Assunção com a cidade brasileira de Campo Grande e, conseqüentemente, com a cidade de São Paulo e com a capital do Brasil. Mas é no rumo do oriente, que estão sendo atingidos os grandes objetivos geopolíticos do Paraguai.

Na mensagem apresentada na Câmara dos Representantes, à Nação, no ano de 1967, o Presidente Alfredo Stroessner afirmou

que "a marcha para leste deveria ser uma realidade a cumprir-se em um tempo não distante, a fim de abrir outro pulmão à expansão de nossas riquezas, para sair livremente ao mar através da terra brasileira".

Atualmente, uma estrada asfaltada liga Assunção ao porto brasileiro de Paranaguá, no Atlântico, que é franqueado ao Paraguai.

O acesso direto ao mar, proporcionado por um porto paraguaio, constituiu, durante séculos, a principal aspiração de governantes paraguaios. «Irala, ao fundar no século XVI a vila de Ontiveros a leste do rio Paraná, estava, em realidade, procurando estabelecer uma etapa intermediária para atingir o porto que pretendia criar no litoral do Atlântico. A ação político-militar realizada por Solano López em 1864, tinha como grande objetivo estratégico estender o território paraguaio até ao Atlântico. Presentemente, o porto de Paranaguá constitui o principal centro de exportação dos produtos paraguaios.

Todavia, o grande fator de integração econômica da República do Paraguai, com o Brasil e com a Argentina, resulta do potencial hidrelétrico do rio Paraná. A hidrelétrica binacional de Itaipu, na fronteira do Paraguai com o Brasil, juntamente com as projetadas binacionais de Corpus e Yaceretá-Apipé, na fronteira do Paraguai com a Argentina, constituirão poderosos instrumentos de integração desses países no sentido de atenderem ao ideal comum de desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Grande parte do oriente paraguaio é constituído de terras roxas excelentes para a agricultura. Nessa ampla e fértil região que se prolonga pelo território brasileiro, concretiza-se, presentemente, intenso processo de integração de nacionalidades. O movimento foi iniciado por paraguaios que, nos últimos vinte anos, têm-se deslocado de oeste para leste, atraídos para as cidades brasileiras situadas nas regiões fronteiriças. Muitos desses elementos têm assegurado, por laços matrimoniais, a integração das duas nacionalidades. O Exército possui excelentes profissionais nascidos em cidades fronteiriças, descendentes de paraguaios residentes no Brasil.

Há cerca de uma década foi iniciado intenso movimento migratório de leste para oeste. Milhares de brasileiros, estimulados pela possibilidade de compra de boas terras para a agricultura, estão deixando os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, para se estabelecerem em pequenas propriedades situadas na parte oriental do Paraguai e, geralmente, próximas à fronteira com o Brasil.

A ampla manobra de integração social de elementos das duas nacionalidades foi intensificada com as obras da Hidrelétrica de Itaipu, em cujo canteiro conviveram 9.000 operários paraguaios e 17.000 brasileiros das mais diversas regiões do país.

Os agricultores brasileiros fixados no Paraguai quase sempre encontram dificuldades para a regularização dos títulos de propriedade das terras que cultivam. Geral-

mente, após a regularização desses títulos, adotam a cidadania paraguaia. Para favorecer a assimilação dos colonos brasileiros, o governo Stroessner tem adotado a política de encorajar os matrimônios entre os indivíduos das duas nacionalidades, bem como de exigir a prática da língua castelhana nas escolas e igrejas.

A aculturação aos padrões paraguaios intensifica-se com a permanência dos brasileiros no país vizinho e, sobretudo, com a crescente miscigenação dos elementos das duas nacionalidades. Por outro lado, não há qualquer ameaça de constituição de minorias raciais de difícil assimilação porque os emigrantes brasileiros são descendentes de alemães, de italianos, bem como de elementos de muitos outros grupos étnicos, em adiantado processo de miscigenação. Tampouco, apresentam qualquer dificuldade à adoção da língua castelhana pela semelhança que esta apresenta com o idioma portugueses.

Paralelamente a essa integração étnica e cultural, está-se concretizando vantajoso processo de integração econômica entre os dois países. Grande parte da produção agrícola obtida pelos colonos brasileiros no Paraguai, é comerciada pelo porto de Paranaguá, franqueado aos exportadores paraguaios. Todavia, a mais profunda e ampla integração regional resultará do aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paraná, a ser concretizado por empresas binacionais. A usina de Itaipu, juntamente com as de Yaceretá-Apipé e

de Corpus, transformarão o Prata em uma das mais ricas e produtivas regiões da Terra.

Conclusão

A partir da revolução de Maio de 1810 e até ao término da Guerra do Chaco, em 1935, a região platina foi cenário de violentas guerras. O Brasil lutou contra a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. A Argentina lutou contra o Brasil, o Uruguai e o Paraguai. E o Paraguai lutou contra a Argentina, a Bolívia, o Brasil e o Uruguai. Os ressentimentos e desconfianças causadores das rivalidades pretéritas estão sendo substituídos por uma política de aproximação e de geração de interesses comuns com inequívocas vantagens para as cinco nações.

No ano de 1970 entrou em vigor o Tratado da Bacia do Prata, com o qual os governos das Repúblicas Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai se comprometeram a "reunir esforços para o desenvolvimento harmônico e equilibrado da região da Bacia do Prata, em benefício dos interesses comuns de seus países e de seus povos, como um passo de grande alcance no processo de integração latino-americana e visando a concretizar melhor os objetivos nacionais de cada um dos Estados participantes".

A República do Paraguai é a obra grandiosa de três grandes patriotas, possuidores de grande visão geopolítica. O Dr. Gaspar Francia foi o construtor da independência nacional; o Marechal

Solano Lopes foi o intérprete do caráter nacional, ou dos "padrões característicos do comportamento nacional": *Muerto por mi patria*; e o General Alfredo Stroessner, está assegurando o desenvolvimento nacional para proporcionar o bem-estar social a três milhões de para-guaios.

XIV — OS MEMBROS DA COMISSÃO EXAMINADORA

A correção das provas do Concurso de Admissão, normalmente, é feita por maiores e tenentes-coronéis instrutores da ECME. A seleção dos oficiais para ingresso na Escola, pelo alto significado de que se reveste para o Exército, bem como para o candidato, assemelha-se em importância, ao trabalho da Comissão de Promoções de Oficiais. Contudo, há duas diferenças marcantes. A primeira consiste no fato de que, na CPO, cada oficial é avaliado por todos os oficiais-generais membros da Comissão. Na Comissão do Concurso, um candidato poderá ser reprovado como resultado do julgamento de dois membros de uma subcomissão. A segunda diferença consiste em que são irrecorríveis os resultados apresentados pela Comissão do Concurso.

Tais fatos caracterizam a grande responsabilidade da Escola e dos membros da Comissão porque, caberá a estes, a seleção dos futuros oficiais de Estado-Maior e, conseqüentemente, dos oficiais que irão exercer as mais importantes funções privativas de militares do Exército.

Para que tal objetivo seja atingido, é necessário que os membros da comissão possuam justa percepção dos verdadeiros interesses do Exército, bastante energia, e vontade obstinada de acertar. A seleção dos candidatos à ECME talvez constitua a mais importante, sublime, árdua e relevante missão que pode ser atribuída a um oficial de Estado-Maior.

O bom examinador deverá possuir:

1º) experiência didática adequada;

2º) amplo conhecimento do assunto que vai examinar;

3º) capacidade de formular questões inteligentes;

4º) condições para realizar uma seleção inteligente (v. correção das provas).

Um examinador incompetente, poderia comprometer a carreira de excelentes oficiais e, por conseguinte, prejudicar o próprio Exército.

A tradição tem contribuído para o estabelecimento de determinados conceitos, princípios gerais, processos e normas de comportamento relativos à seleção, que permitem firmar uma espécie de Doutrina do Concurso de Admissão, cujos princípios básicos são os seguintes:

Princípios da Seleção — A seleção deverá concorrer para que sejam matriculados os melhores candidatos ao Concurso, de acordo com a Conceção Geral do Ensino da ECME.

Princípio do Julgamento — A correção das provas não poderá

beneficiar nem prejudicar a qualquer dos candidatos.

Princípio do Sigilo — A manutenção do sigilo das questões constitui ponto de honra para os membros da comissão.

Corolário — Qualquer quebra de sigilo significaria o comprometimento da seleção.

XV — CORREÇÃO DAS PROVAS

A *correção das provas* tem como propósito a sua hierarquização, com base em um critério que atenda ao estabelecido na Conceição Geral do Ensino da ECEME. A hierarquização é feita por meio de *folhas de correção* que contenham as seguintes partes:

a) uma, atribuída ao número da prova;

b) uma, relativa à introdução da questão, apresentando indicação das principais idéias que a compõem;

c) uma, relativa ao desenvolvimento da questão, contendo suas diversas partes, bem como indicação das idéias pertinentes;

d) uma, atribuída à conclusão da questão, com indicação das principais idéias a serem apresentadas;

e) uma, relativa à apreciação do método subdividida em organização do trabalho e correção da linguagem; e,

f) uma, referente ao grau, compreendendo a soma dos pontos e o grau da questão.

A cada questão deverá corresponder uma folha de correção.

A prova é um trabalho didático, corrigido por processos didáticos.

Portanto, o candidato ao concurso, poderá favorecer a correção do seu trabalho:

1º) utilizando, na elaboração do mesmo, o método e esquema preconizados pela ECEME;

2º) apresentando um trabalho bem organizado, objetivo, com redação clara e letra inteligível.

Na correção das provas do concurso, não se trata de verificar, basicamente, o grau de conhecimento que o candidato possui da matéria, mas sim o seu nível de conhecimentos e capacidade operativa com relação ao dos demais. A nota numérica tem valor relativo e constitui, sobretudo, um termo de comparação e não, necessariamente, de avaliação individual.

O importante é que o candidato que obteve determinado grau, seja superior aos candidatos que obtiveram grau mais baixo e, evidentemente, mais fraco que todos aqueles que o sobrepujaram no grau. Por isso, os graus mais elevados (ou as aproximações do grau até décimos ou centésimos) são os que mais favorecem a hierarquização das provas.

A correção das questões (e, portanto, a sua comparação) fica bastante facilitada quando o gabarito contém um grande número de idéias. Quando é pequeno o número de idéias levantadas, torna-se muito difícil a comparação dos trabalhos e, bastante comprometida, a seleção.

Nesses casos, o examinador, para não prejudicar grande número de candidatos, pode ser levado a fazer "concessões". Isto é, forçar um pouco o ajustamento de idéias

apresentadas nas provas, às estabelecidas no seu gabarito,

Por vezes, durante a correção, muitos candidatos apresentam uma idéia perfeitamente válida mas que não fora prevista no gabarito. Em tais situações o examinador poderá incluí-la no gabarito e passar a considerá-la para todos os candidatos. Se uma nova idéia for apresentada por uns poucos candidatos, esta deverá ser consignada aos mesmos com o grau que lhe corresponderia, mas não constituir motivo de exigência para todos os demais candidatos.

Numa correção inteligente, o grau atribuído às idéias deve variar em função do nível de dificuldade apresentado para a sua elaboração. Grau mais baixo deverá ser atribuído às idéias cuja formulação decorra da simples capacidade de memorização. Um grau intermediário poderá ser proporcionado às idéias cuja elaboração tenha resultado da capacidade de análise e julgamento. Ou seja, àquelas cujo levantamento exija a reestruturação da informação disponível. Finalmente, um grau mais elevado, poderá ser conferido às idéias cuja formulação resulte da capacidade de imaginar e gerar idéias novas (criatividade).

Atribuir-se a todas as idéias um mesmo grau — independentemente do nível de dificuldade que apresentam — concorre para o nivelamento dos candidatos por baixo. Na seleção inteligente, o mais importante não é verificar a quantidade de conhecimentos (informações) que o candidato possui, mas

sim verificar a sua capacidade de utilizá-los para resolver problemas.

A correção das questões em dupla (um examinador lê a prova enquanto o outro anota o grau na folha de correção) apresenta as seguintes vantagens:

1ª) evita o contato físico do examinador que está atribuindo o grau, com a prova que está sendo corrigida. Tal processo impede qualquer influência psicológica (favorável ou desfavorável) resultante da letra, apresentação, etc, e, permite verificar, tão somente, aspectos intelectuais do trabalho;

2ª) como são dois a se concentrarem na correção, fica muito reduzida a possibilidade de erro provocado pelo cansaço, eventual distração, estado de espírito, etc;

3ª) os dois examinadores estimulam-se mutuamente e proporcionam maior entusiasmo e rendimento ao trabalho;

4ª) há sempre possibilidade de um julgamento mais uniforme e de uma apreciação mais correta.

A correção da parte relativa à "apreciação do método" deve ser feita pelos dois examinadores.

Inglês e Português

Geralmente é muito elevado o grau de conhecimentos que os examinadores de Inglês possuem da matéria, relativamente ao nível da maioria dos candidatos ao concurso. Tal fato tem concorrido para que, não raro, grande número de candidatos considere difícil a prova de Inglês. Por outro lado, quanto maior for o número de candidatos reprovados em Inglês, maior será a influência dessa matéria na

seleção dos candidatos, o que foge à finalidade do concurso.

Quando são extensas as questões de Geografia, História e Movimentos Revolucionários, os candidatos têm possibilidade de "enxugar" a solução e terminar o trabalho no tempo disponível. O mesmo não acontece com questões extensas de Inglês, mesmo com as relativamente fáceis. Deve-se evitar que oficiais superiores fiquem na situação de alunos medíocres, incapazes de terminar um trabalho no tempo disponível. É importante que a prova de Inglês se ajuste à Concepção Geral do Ensino da ECEME e não constitua motivo de frustração para excelentes oficiais do Exército.

Embora o Português não seja matéria do concurso, sua influência é muito grande no resultado das provas de seleção. O nível de conhecimento do idioma é, praticamente, verificado em todas as provas. Na seleção dos candidatos, dá-se atenção especial à sua capacidade de comunicação escrita, especialmente no que se refere à correção da linguagem e à maneira de exprimir o pensamento (estilo).

Tais exigências são perfeitamente justificáveis porque, a redação, constitui importante arma do oficial de Estado-Maior.

XVI — MOMENTOS DECISIVOS DO CONCURSO

Durante a realização das provas, há cinco momentos que podem decidir o sucesso no concurso:

1º) INTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO

2º) ORGANIZAÇÃO DA PROVA

3º) REDAÇÃO

4º) APRESENTAÇÃO DAS IDÉIAS

5º) REVISÃO DO TRABALHO

A correta interpretação da questão é essencial ao êxito no concurso. Convém não esquecer que a precipitação e a preconcepção conduzem sempre a uma falsa interpretação. Verificar qual é a *idéia dominante* pois ela define o quadro (no tempo ou no espaço) em que se desenvolverá a questão. Constitui uma espécie de "pano de fundo" do trabalho. Em seguida, examinar atentamente os pedidos contidos no texto da questão.

A organização da prova compreende:

- o rascunho da *Introdução* da questão (ões) que consiste numa pequena composição sobre o assunto contido na "idéia dominante";

- o esquema do *Desenvolvimento* compreendendo as partes que o compõem e anotações dos principais *dados* para a formulação das idéias; e

- uma referência sobre a *Conclusão* da questão (ões).

Durante a *redação*, muitas idéias que não haviam sido levantadas, aflorarão ao consciente, sendo que, algumas delas, como resultado de um "pensamento paralelo".

Na *apresentação das idéias* fixar-se, apenas, naquelas que respondem aos pedidos formulados de modo explícito ou implícito. Evitar a preocupação com a quantidade de idéias. Esta é a fase do trabalho que exige maior esforço

mental e que, portanto, poderá beneficiar a classificação. É o momento do "salto da criatividade". Isto é, partindo de elementos conhecidos (dados) chegar a idéias corretas (reestruturação das informações disponíveis).

A *revisão da prova* constitui um dos fatores mais importantes para a boa classificação. Candidatos inexperientes geralmente sacrificam a revisão do trabalho pela ambição de apresentá-lo com o máximo de desenvolvimento. O concurso é uma competição disputada por numerosos candidatos de alto nível, portanto, qualquer detalhe que possa melhorar ou prejudicar o trabalho, poderá modificar o resultado da classificação. É importante que se procure atingir a perfeição para que se consiga uma boa classificação. A atenta *revisão* do trabalho com a correção de erros e possíveis senões (sobretudo de Português) pode decidir favoravelmente o difícil êxito no concurso.

XVII — O INSUCESSO

Embora ninguém o deseje, a possibilidade de insucesso de alguns, constitui o acontecimento inevitável em qualquer concurso, cujo número de vagas for inferior ao de candidatos.

No Concurso de Admissão à ECEME, o insucesso geralmente decorre:

- a) do preparo inadequado de candidatos;
- b) de erros e impropriedades cometidos nas provas;

c) do estado de saúde ou condições psicológicas desfavoráveis, durante a realização das provas.

As vezes, a falta de êxito de um candidato, pode resultar do seu temperamento (v. título VII, O Candidato).

Na preparação baseada na educação pela inteligência, antigos candidatos terão sempre oportunidade de melhorar o seu nível mental e capacidade criativa e, conseqüentemente, de ampliar o seu poder de competição. Essencial é que a nova preparação proporcione a *assimilação* de novos conhecimentos e de novas formas de encarar os problemas. Nada se completa enquanto vive. Qualquer empreendimento cultural meritório se desenvolve e se constrói pela incorporação constante de dados novos e interpretações novas.

Para os que não lograrem êxito no concurso, são importantes esses dois ensinamentos do Profeta Maomé:

Primeiro — "Busque o saber desde o berço até a sepultura."

Segundo — "Aquele que busca o saber e o encontra, terá duas recompensas: uma por havê-lo buscado, outra por havê-lo encontrado. E se não o encontra, ainda assim terá duas recompensas."

Creio que estas duas últimas recompensas consistem em *ter lutado e adquirido experiência*.

XVIII — CONCLUSÃO

Formação Democrática

A educação como processo de desenvolvimento do homem constitui uma das condições básicas pa-

ra o aprimoramento da vida democrática. Por meio da educação o homem assume seus direitos e deveres de cidadão e aprende a atuar livremente na construção de uma sociedade livre, justa e democrática. A educação pela inteligência, ao buscar o caminho da verdade, constitui o mais valioso instrumento de formação democrática do oficial.

Por três processos que se completam pode ser estimulada a formação democrática do candidato à ECME. O primeiro, e, sem dúvida, o mais importante, consiste em reduzir ou eliminar as formas de radicalismos, pois estas, deturpam a realidade e podem conduzir a nefastos extremismos. O segundo processo, resulta da justa compreensão dos interesses nacionais. O terceiro, consiste na diminuição ou superação de eventuais chauvinismos, particularmente com relação aos países sul-americanos, pois, com estes, possuímos inarredáveis interesses comuns.

Os ideais democráticos podem ser praticados interna e externamente. Somente o imparcial estudo da História e da Geografia conduzirá à percepção das realidades econômicas, políticas e sócio-culturais de cada povo. Para os candidatos à ECME, Artigas, Rosas e Solano Lopes devem ser apreciados como líderes nacionalistas de grande importância nos processos históricos das respectivas pátrias.

A segurança nacional poderá resultar, de modo construtivo, da boa convivência com nações vizinhas que, conosco, têm interesses comuns. O estudo de História e

Geografia do candidato à ECME deverá concorrer para a superação de descabidas aspirações a lideranças e inviáveis pretensões a hegemônias que, certamente, só poderiam conduzir ao irremediável prejuízo da secular política exterior do Brasil que tem concorrido para que, este, se tornasse o único país da América do Sul a ter bom relacionamento com todos os demais povos deste subcontinente.

A "reorganização do comportamento" também consiste em procurar nova perspectiva da História e realidades nacionais de forma a permitir julgamentos mais justos e precisos. Para tanto, será necessário não restringir-se à leitura de textos que apresentem a História com facciosismo, enaltecendo exageradamente feitos e personalidades nacionais e depreciando heróis de outras nações. Para Piaget, "a questão é sempre de descentrar o indivíduo e fazê-lo abandonar suas atitudes subjetivas ou egocêntricas para levá-lo assim à reciprocidade e (o que é praticamente sinônimo) à objetividade".

Educação para o Futuro

O homem faz parte de uma sociedade em mudança — extremamente dinâmica — cuja aceleração aumenta à proporção que caminha na História. A evidência desse fato modificou fundamentalmente as concepções sobre educação.

Como o indivíduo vai atuar em uma sociedade em transição, não se deve estabelecer como meta ou objetivo da educação um modelo final fixo a ser alcançado pelo in-

divíduo ou pela sociedade. Con-
vém admitir a abertura para todos
os níveis possíveis, tal como deve
ocorrer com o desenvolvimento da
inteligência.

Portanto, a educação tem que
estar voltada para o futuro. Se a
imagem do futuro aceita por uma
sociedade for inexata, o processo
educativo será inadequado. Como
não pode haver divórcio entre es-
tudo e realidade, somente terá ver-
dadeiro sentido a educação volta-
da para o estudo de problemas da
vida real e, particularmente, do fu-
turo. Se não pudéssemos formular
hipóteses antecipadoras do futuro
e compará-las com as realidades
que emergem e, então, corrigi-las,
não poderíamos em absoluto
aprender, a não ser no mais estrito
sentido.

Para o homem primitivo era fá-
cil formar uma imagem exequível
do futuro, porque o amanhã sem-
pre repetia o ontem. Atualmente,
o presente reproduz cada vez me-
nos o passado. Evidentemente, pa-
ra muitos indivíduos, é difícil ima-
ginar um mundo inteiramente di-
ferente do atual, quanto mais,
uma civilização completamente
nova. Apesar de reconhecerem que
muitas coisas estão mudando, ad-
mitem que as mudanças de hoje
passarão e que não haverá grandes
modificações nas estruturas políti-
cas, econômicas e sociais das na-
ções pois, as dificuldades (embora
estas sejam, em realidade, marcan-
tes sintomas de transformação),
são consideradas coisas passagei-
ras.

Qualquer quadro de uma socie-
dade previsível estática ou estável

será, certamente, ilusório. A ima-
gem do futuro, privativa de cada
pessoa, molda, de maneira crucial,
sua capacidade de decisão. Os jo-
vens oficiais de Estado-Maior, fu-
turos responsáveis pelo destino do
Exército, devem possuir uma pers-
pectiva da sociedade de amanhã
pois terão, certamente, que en-
frentar sérios problemas em um
país com características bem dife-
rentes das atuais. Mas é preciso ter
em mente, como observou A. Tof-
fer, que assim como toda educa-
ção emana de alguma imagem do
futuro, toda educação produz al-
guma imagem no futuro.

Relativamente às impressões so-
bre o futuro, alguns falam de uma
"Idade Espacial", de uma "Era da
Informática" ou da "Eletrônica".
Zbigniew Brzezinski admite que es-
tamos diante de uma "Idade Tec-
netrônica" e o sociólogo Daniel
Bel refere-se a uma "Sociedade
Pós-Industrial".

Alvin Toffler divide a civiliza-
ção em três partes: uma fase agrí-
cola que denomina de Primeira
Onda; uma fase industrial, a Se-
gunda Onda; e a fase que está-se
iniciando, a Terceira Onda. Obser-
va que a Primeira Onda de mudan-
ça — a revolução agrícola — levou
milhares de anos para acabar. A
Segunda Onda, o acesso à civiliza-
ção industrial, durou apenas uns
300 anos. É bem provável que a
Terceira Onda atravesse a História
e se complete em poucas décadas.
As novas gerações deverão sentir o
impacto total dessa Terceira Onda
que afetará todo o orbe terrestre.
Ela trará consigo um novo modo
de vida "baseado em fontes de

nergia diversificadas e renováveis; em métodos de produção que tornam obsoletas as linhas de montagem das fábricas; em novas famílias não nucleares, etc. A civilização nascente escreverá um novo código de comportamento para nós e levar-nos-á além da padronização, da sincronização e da centralização, além da concentração da energia, dinheiro e poder" — A. Toffler.

O Japão, talvez seja — dentre os países do mundo — o que está-se preparando com mais objetividade para o "choque do futuro". O professor Ibuka, da Sony, fundou uma "Associação para o Desenvolvimento Cerebral", cujo propósito consiste no aperfeiçoamento das funções intelectuais. Seu objetivo consiste na difusão do único segredo japonês que deseja ver introduzido o mais depressa possível no seio de todos os povos: a formação e o aperfeiçoamento dos poderes intelectuais das pessoas. Ooko, do conselho de administração da Sociedade Toshiba, observou em entrevista: "Não temos recursos naturais nem poderio militar. Temos um único recurso: a capacidade de invenção dos nossos cérebros que é ilimitada. Cumpre então usá-la. Cumpre educar, treinar, equipar. Essa capacidade mental se fará, em futuro próximo, e pela simples natureza das coisas, o bem comum mais precioso e mais fecundo da humanidade toda."

Uma mensagem final: a convicção de que nenhum conhecimento pode ser definitivo, desaconselha o radicalismo.

XIX — BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Educação pela Inteligência

- CUNHA, Rose Marie Maron da. *Criatividade e Processos Cognitivos*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- DE BONO, Edward. *O Pensamento Criativo*. Ed. Vozes, Petrópolis, R. Janeiro, 1970.
- DE BONO, Edward. *O Mecanismo da Mente*. Ed. Vozes, Petrópolis, R. Janeiro, 1971.
- DEWEY, John. *Democracia e Educação*, 3ª ed. Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1959.
- EWANS, Richard I. *Jean Piaget — O Homem e Suas Idéias*. Forense Univ., R. Janeiro, 1980.
- EYSENCK, H. J. e CAMIN, Leon. *O Grande Debate Sobre a Inteligência*. Ed. Univ. de Brasília, Bsb., 1981.
- FURT, Hans G. *Piaget e o Conhecimento (Fundamentos Teóricos)*. Forense Univ., R. Janeiro, 1974.
- KNELLER, George F. *Arte e Ciência da Criatividade*. IBRASA, S. Paulo, 1978.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Piaget para Principiantes*. Summus Editorial, S. Paulo, 1980.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Pedagogia: Reprodução ou Transformação*. Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1982.
- MOSQUEIRA, Juan José Mouriño. *Psicodinâmica do Aprender*. Livr. Sulina Ed., P. Alegre, 1975.
- NOVAES, Maria Helena. *Psicologia da Criatividade*, 4ª Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- OSBORN, Alex. *Desperte sua Força Mental*. IBRASA, S. Paulo, 1964.
- PASCALE, Richard Tanner e ATHOS, Anthony G. *Artes Gerenciais Japonesas*. Ed. Record, R. Janeiro, 1982.
- PIAGET, Jean. *Para Onde Vai a Educação*, 6ª ed. Livr. José Olímpio, Ed. R. Janeiro, 1978.

energia diversificadas e renováveis; em métodos de produção que tornam obsoletas as linhas de montagem das fábricas; em novas famílias não nucleares, etc. A civilização nascente escreverá um novo código de comportamento para nós e levar-nos-á além da padronização, da sincronização e da centralização, além da concentração da energia, dinheiro e poder" — A. Toffler.

O Japão, talvez seja — dentre os países do mundo — o que está-se preparando com mais objetividade para o "choque do futuro". O professor Ibuka, da Sony, fundou uma "Associação para o Desenvolvimento Cerebral", cujo propósito consiste no aperfeiçoamento das funções intelectuais. Seu objetivo consiste na difusão do único segredo japonês que deseja ver introduzido o mais depressa possível no seio de todos os povos: a formação e o aperfeiçoamento dos poderes intelectuais das pessoas. Doko, do conselho de administração da Sociedade Toshiba, observou em entrevista: "Não temos recursos naturais nem poderio militar. Temos um único recurso: a capacidade de invenção dos nossos cérebros que é ilimitada. Cumpre então usá-la. Cumpre educar, treinar, equipar. Essa capacidade mental se fará, em futuro próximo, e pela simples natureza das coisas, o bem comum mais precioso e mais fecundo da humanidade toda."

Uma mensagem final: a convicção de que nenhum conhecimento pode ser definitivo, desaconselha o radicalismo.

XIX — BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Educação pela Inteligência

- CUNHA, Rose Marie Maron da. *Criatividade e Processos Cognitivos*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- DE BONO, Edward. *O Pensamento Criativo*. Ed. Vozes, Petrópolis, R. Janeiro, 1970.
- DE BONO, Edward. *O Mecanismo da Mente*. Ed. Vozes, Petrópolis, R. Janeiro, 1971.
- DEWEY, John. *Democracia e Educação*, 3ª ed. Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1959.
- EWANS, Richard I. *Jean Piaget — O Homem e Suas Idéias*. Forense Univ., R. Janeiro, 1980.
- EYSENCK, H. J. e CAMIN, Leon. *O Grande Debate Sobre a Inteligência*. Ed. Univ. de Brasília, Bsb., 1981.
- FURT, Hans G. *Piaget e o Conhecimento (Fundamentos Teóricos)*. Forense Univ., R. Janeiro, 1974.
- KNELLER, George F. *Arte e Ciência da Criatividade*. IBRASA, S. Paulo, 1978.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Piaget para Principiantes*. Summus Editorial, S. Paulo, 1980.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Pedagogia: Reprodução ou Transformação*. Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1982.
- MOSQUEIRA, Juan José Mouriño. *Psicodinâmica do Aprender*. Livr. Sulina Ed., P. Alegre, 1975.
- NOVAES, Maria Helena. *Psicologia da Criatividade*, 4ª Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- OSBORN, Alex. *Desperte sua Força Mental*. IBRASA, S. Paulo, 1964.
- PASCALE, Richard Tanner e ATHOS, Anthony G. *Artes Gerenciais Japonesas*. Ed. Record, R. Janeiro, 1982.
- PIAGET, Jean. *Para Onde Vai a Educação*, 6ª ed. Livr. José Olímpio, Ed. R. Janeiro, 1978.

- PIAGET, Jean e INHELDER, Barbel. *Memória e Inteligência*. Ed. Universidade de Brasília, Bsb., 1979.
- PUCHKIN, V. N. *Heurística — A Ciência do Pensamento Criador*, 2ª ed. Zahar, Eds., R. Janeiro, 1976.
- SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques. *O Desafio Mundial*. Ed. Nova Fronteira, R. Janeiro, 1982.
- TOFFLER, Alvin. *Aprendendo Para o Futuro*. Ed. Artenova, R. Janeiro, 1977.
- TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. Ed. Record, R. Janeiro, 1980.

Geopolítica do Paraguai

- BEJARANO, Ramon Cesar. *El Paraguay en Busca del Mar*. Casa Editorial Toledo, Assunção, 1965.
- CARVALHO, Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1959.
- GONZALES, Luis J. *Paraguay: Prisionero Geo-Político*. Ediciones Nogal, B. Aires, 1947.
- IRELAND, Gordon. *Conflitos de Límites y de Posesiones en Sud America*. Biblioteca del Oficial (Circulo Militar), B. Aires, 1942.
- LACONICH, Marco Antonio. *El Paraguay Mutilado*. Imprenta Reclus, Montevideo, 1939.
- MACEDO SOARES, José Carlos. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. José Olímpio Ed., R. Janeiro, 1939.
- PEREYRA, Carlos. *Francisco Solano López y la Guerra del Paraguay*. A. Rego, libros, B. Aires, 1953.
- PRIETO, Justo. *Paraguay. La Provincia Gigante de Las Indias*. El Ateneo, Editorial, B. Aires, 1951.
- PUIGGROS, Rodolfo. *Historia Economica del Rio de La Plata*. Ediciones Siglo-Veinte, B. Aires, 1948.
- SOLER, Juan Jose. *Hacia la Union Nacional*. Imprenta del Plata, B. Aires, 1943.
- TASSO FRAGOSO, Augusto. *A Paz com o Paraguai — Depois da Guerra da Tríplice Aliança* (Separata. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Imprensa Nacional, R. Janeiro, 1941.
- TOSTA, Octavio. *Geopolítica do Prata — Buenos Aires e a Luta Contra o Gentrifugismo Político*, in "A Defesa Nacional" de Jun/60, pp. 131/142, R. Janeiro, 1960.

O Coronel Refo de Artilharia Octavio Tosta foi Instrutor, Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Além dos cursos normais necessários à formação do oficial de Estado-Maior, possui o de Técnica de Ensino e da Escola Superior de Guerra. É professor licenciado de Geografia e História e autor de vários trabalhos no campo da Geopolítica. Exerce atualmente as funções de membro da Divisão de Segurança e Informações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.





A DOCTRINA NA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Roberto Jugurtha Camara Senna

Em 1982, o conflito entre Inglaterra e Argentina, no Atlântico Sul, surpreendeu o mundo pela sofisticação dos equipamentos bélicos utilizados. Meios de visão noturna, telêmetros laser, computadores de tiro de artilharia associados a radares e outros meios de busca de alvos, foram largamente empregados pelas tropas inglesas. Operações combinadas, operações especiais executadas por unidades de "comandos", largo emprego de assaltos e incursões aeromóveis caracterizaram uma tática de emprego baseada, particularmente, nos princípios da surpresa e da ofensiva. Realmente houve uma demonstração da operacionalidade de uma força.

Argumentam alguns analistas que o fator preponderante da vitória inglesa foi o grande desequilí-

brio do poder de combate entre as forças em presença, particularmente fruto do poder tecnológico inglês que, mesmo com inferioridade de meios em relação às tropas argentinas, conseguiu impor uma derrota rápida e decisiva.

Este conflito, cujos detalhes são do conhecimento de todos, foi largamente explorado, tanto pela imprensa, como em palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Não nos propomos a discuti-lo e sim tirar dessa guerra alguns ensinamentos de natureza mais profunda e que não se referem ao estudo em si das táticas e dos equipamentos lá utilizados. O nosso enfoque estará voltado para a doutrina de emprego de nossas forças terrestres e particularmente o ensino desta doutrina nos bancos da ECEME.

O ponto de partida que nos levou a preocupação com o problema foi a surpresa e até certa perplexidade que ficaram, dentro da ECEME, em sua maior parte, alunos e instrutores em face das notícias sobre o emprego das "novas" técnicas de combate utilizadas pelos ingleses. Como curiosidade, em rápida pesquisa realizada em nossos arquivos, pudemos verificar que praticamente todos os ditos "moderníssimos" equipamentos bélicos utilizados pelas forças inglesas já constavam de manuais e revistas estrangeiras especializadas, alguns de até 10 anos atrás.

Por que então ficamos surpresos com os relatórios iniciais da guerra? Por que só então passamos a perceber o quanto ficamos defasados tecnologicamente?

Esta surpresa naturalmente foi muito maior e mais drástica para o próprio Exército argentino, mesmo já vivendo em estado de preparação e mobilização diante das hipóteses de guerra com o Chile e a Inglaterra.

Analisemos, então, o motivo pelo qual uma escola, dedicada quase que exclusivamente à Tática, pode permanecer defasada do desenvolvimento tecnológico militar e não absorver todas as experiências que se sucederam à Segunda Guerra Mundial, só percebendo o problema após a ocorrência de uma guerra próxima às nossas fronteiras.

A experiência de 3 anos como instrutor, vivendo o dia-a-dia da montagem e execução de exercícios táticos, estudando e discutindo a doutrina de emprego da Brigada e da Divisão, propiciou-nos o

esclarecimento dessas indagações.

Observamos que dois enfoques são predominantes no que se refere ao estudo do emprego das nossas Brigadas e Divisões. O primeiro considera que a doutrina deve ser coerente com a situação real e atual do nosso Exército, devendo ser levado em consideração que o oficial de Estado-Maior, ao retornar à tropa, vai se defrontar com unidades enquadradas em um exército de paz, dentro de um país que tem como objetivo mais premente o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Deve portanto o oficial aluno ser formado com os "pés no chão" e estar capacitado a trabalhar com o que tem e não com o que deve ter. Aguardemos primeiro que a tropa receba o material, ou seja criada tal tipo de unidade, para então pensarmos em alterar a nossa Doutrina, nossa Tática e conseqüentemente explorarmos o seu emprego.

Em contraposição está o enfoque que pertencemos a uma "casa" voltada para a guerra, que deve tornar o oficial de Estado-Maior apto a planejar e comandar forças em situação de guerra, considerando-se, que neste caso, o país terá que estar mobilizado a fim de proporcionar a estas forças condições para vencer batalhas. Conseqüentemente, devem estar equipadas e adestradas com o necessário para superar o poder do inimigo que esperamos combater. O oficial de Estado-Maior deve, portanto, aqui trabalhar com uma Doutrina atualizada, considerando hipoteticamente a existência desses equipa-

mentos modernos, acompanhando a evolução tática e as experiências das guerras modernas, testando-as nos exercícios, discutindo-as, aperfeiçoando as táticas de emprego de nossas Brigadas e Divisões.

No confronto das vantagens e desvantagens desses dois argumentos, chegamos à conclusão de que o melhor entendimento do problema e, que pode servir de parâmetro para o aperfeiçoamento da Doutrina da ECEME, esteja na busca de um perfeito equilíbrio entre esses dois conceitos básicos. Esse ponto de equilíbrio estará provavelmente numa posição entre esses dois enfoques apresentados e, no nosso entender, bem mais próximo do segundo que o primeiro.

No estudo e elaboração da doutrina de emprego tático de nossas forças terrestres não podemos concebê-las por demais dissociadas da realidade, pois sabemos de antemão que, mesmo numa situação de guerra, não haverá possibilidade de o nosso país adquirir material bélico moderno e em quantidade ideal, no exterior ou aqui produzi-lo.

Por outro lado, não podemos continuar nessa escola a empregar, nos exercícios táticos realizados, um Exército dispondo do material e com os problemas atualmente existentes. Bem sabemos que, diante da premência de uma guerra, o país terá que se reestruturar num esforço de guerra, de forma a poder enfrentar um inimigo que reagirá do mesmo modo e que, por experiências das guerras atuais, deverá — este inimigo — estar até

apoiado por potências estrangeiras e, conseqüentemente, operando com equipamentos os mais modernos.

Já não mais nos surpreendem as notícias de que países africanos, subdesenvolvidos, quando em operações de guerra, dispõem de armas sofisticadas, fornecidas ou adquiridas no mercado internacional de armas, e isso fatalmente ocorrerá também num teatro de operações sul-americano. É sabido também que países próximos às nossas fronteiras poderão até dispor em curto prazo de artefatos nucleares.

Portanto, na organização do nosso exército de campanha, para fins didáticos, devemos fazer constar unidades de busca de alvos, guerra eletrônica, comandos, e aeromóveis, além de mísseis de defesa antiaérea, de artilharia de campanha e anticarro e até, se necessário, de unidades de helicópteros em condições de participar da defesa anticarro e apoiar operações aeromóveis. Esses meios modernos devem ser explorados por ocasião dos nossos exercícios táticos, estudando o seu emprego nas diversas operações e, por conseguinte atualizando a nossa doutrina.

O oficial de Estado-Maior tem que conhecer os equipamentos modernos e seu emprego além de estar familiarizado com as táticas atuais de combate, a fim de assessorar os altos chefes militares nas decisões relativas ao reaparelhamento do Exército e no desenvolvimento de uma doutrina que possibilite, na ocasião oportuna, "vencer a guerra".

Se o oficial não trabalhar com um Exército moderno, mesmo que um pouco "avançado" em relação à realidade presente, na hora de desenvolver um esforço de guerra, não saberá o que se deve adquirir, o que produzir e como empregar.

Não se pode deixar de considerar, no entanto, que tudo isso tem que estar dentro das possibilidades de mobilização do país para a guerra. Sendo assim, a dúvida será quanto à quantidade do que poderemos dispor, seja no número de unidades, ou de equipamentos, mas tem-se que considerar a existência de tais meios, mesmo em pequena quantidade, para sabermos como empregá-los.

A doutrina desenvolvida na escola, baseada na necessidade de "ganhar a guerra" é que deve condicionar a pesquisa e o desenvolvimento das armas. Temos presenciado freqüentemente o desenvolvimento de equipamentos bélicos, pela nossa indústria civil ou militar, que ainda não foram aqui estudados ou mesmo citados em nossas aulas. Em determinadas situações sentimos dificuldades de conversar sobre pesquisa e desenvolvimento com nossos técnicos, ou até nos surpreendemos com a sofisticação do material bélico

produzido e exportado pelo nosso país.

A ECEME deve estar na vanguarda do conhecimento militar, pesquisando, discutindo, empregando nos exercícios em sala tudo que for necessário para decidir uma guerra moderna. Não deve permanecer condicionada aos meios existentes em situação de paz e vivendo uma doutrina, por vezes, desenvolvida por experiência da Segunda Guerra Mundial. Só assim não ficaremos novamente perplexos, como ocorreu no ano passado, quando tomamos conhecimento dos relatórios da guerra das Malvinas. Os equipamentos "modernos" — alguns já existentes há 10 anos —, como não os possuímos, não os estudávamos nesta escola; como não os estudávamos não sentíamos a sua falta nos nossos quadros de organização e, como não sentíamos essa falta, não nos interessávamos por adquiri-los ou produzi-los, fechando-se um círculo vicioso que fez com que permanecêssemos alheios ao desenvolvimento da moderna tática de emprego das forças terrestres.

A guerra é também o reflexo da vivência curricular das grandes escolas de Comando e Estado-Maior.



O Ten Cel Art Roberto Jugurtha Camara Senna possui os cursos de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Pára-quedista e Comando, na Brigada Pára-quedista; Avançado de Artilharia nos Estados Unidos; e Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. Exerce atualmente a função de Instrutor de Artilharia da ECEME.



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Transcorreu a 2 de outubro passado o 78º aniversário de criação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Instituição de ensino militar de alto nível, a ECEME tem sido um dos esteios de A DEFESA NACIONAL, através da inestimável colaboração que seus Comandantes, Instrutores e Alunos têm dado a esta revista.

Para comemorar tão significativo aniversário, A DEFESA NACIONAL, graças ao apoio recebido do General-de-Brigada Mario Vital Guadalupe Montezuma, Diretor da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACED), e do General-de-Brigada Eduardo Cesar Lucena Barbosa, Comandante da ECEME, fez realizar um pequeno Concurso de Redação para Oficiais Instrutores e Alunos daquela casa de altos estudos militares, versando sobre a Escola. Transcrevemos a seguir os trabalhos selecionados entre os três melhores, na ordem:

A ECEME

Criada em 2 de outubro de 1905, tive infância pobre, porém digna. Sem casa própria, mudei de lugar para lugar. Nos velhos casarões, descascados pelo tempo, encontrei silêncio, idéias e homens, dando-me a tranquilidade do templo, a luz da meditação e a força da juventude.

Muitos anos se passaram; continuo jovem. Nunca envelheço; nasço todos os dias. De noite, rejuvenesco; de dia, me renovo. Rejuvenesco e penso. Renovo e ajo.

Sou grande, pois já me fizeram grande. Não obra de um só homem, mas de uma só idéia. Feita de pedra, penso, o espírito presente em cada pedaço de meu país. Todos são partes de mim e eu de todos.

Sou o momento do tempo, fluindo do passado ao futuro. Sou a essência da vida, ligando o instante ao eterno. Sou a força do templo, unindo a fé e a virtude. Sou a lógica da razão, fundindo a guerra e a paz.

Sou, enfim, corpo de um espírito pensante, porque Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Autor: TC Inf QEMA JOSÉ BATISTA DE QUEIROZ

A ECEME

"No princípio criou Deus os céus e a terra". Este é o primeiro versículo do livro dos livros — A Bíblia — que, além de abri-lo à meditação da humanidade, consubstância a manifestação máxima do dom divino de criar.

O Mestre foi quem nos deu o primeiro exemplo. No âmbito de nossa Instituição, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército é a sua principal aluna, a sua mais fiel seguidora, no estimulante mundo da inovação.

Com quase oito décadas de existência, a ECEME não sente o passar inexorável dos anos. Na busca e na análise incessantes de novas informações, torna-se irrequieta como uma criança; no repúdio às rotinas perniciosas, mostra-se sempre jovem em sua maneira de ser; no respeito às tradições e às experiências vividas, apresenta-se com a sabedoria dos mais velhos. No amálgama desses três segmentos da vida, reside o segredo de sua eterna atualidade.

Formando e alicerçando elites sensíveis às novas concepções, estimulando a prática do raciocínio lógico e reflexivo, debatendo soluções possíveis para problemas complexos, desenvolvendo o espírito empreendedor da pesquisa objetiva, a ECEME — que ganhou o merecido epíteto de "O Laboratório de Idéias" — muito tem produzido para a formulação da doutrina militar brasileira, mercê da onda criativa que se espalha daqueles que por aqui passam.

Destarte, a ECEME é a estrela perene que desponta no firmamento da Força Terrestre, por reativar e irradiar, cotidianamente, no âmago de todos nós, o sentimento vital de renovar conceitos ultrapassados, de abandonar doutrinas anacrônicas e de contribuir para que o Exército Brasileiro seja respeitado nos concertos nacional e internacional, por sua operacionalidade e pela profissionalização de seus quadros.

Enfim, o contínuo desafio para o Oficial de Estado-Maior é sempre evitar a letal estagnação da mente. A grandeza da ECEME refulge quando seus filhos acendem e propagam a chama do pensamento criador no Exército.

Autor: Cel Eng QEMA DUTELVIR PEREIRA DO NASCIMENTO

A ECEME

"O oficial de estado-maior deve ser todo ação e imaginação".

Mar Humberto de Alencar Castello Branco

A mais profunda das ações contidas na missão da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) é a de gerar a força motriz da impulsão criadora da componente terrestre brasileira: o aprimoramento da metodização do raciocínio de chefes e planejadores, autoconfiantes e seguros de sua capacidade de reflexão.

O esforço da ECEME para desenvolver a imaginação sagaz, arguta, lógica e conseqüente dos futuros oficiais de estado-maior visa a coroar o domínio da doutrina, tem seu fundamento na preparação de candidatos à matrícula na Escola e não se esgota na formação, atingindo a atualização posterior.

O desenvolvimento da energia criadora da mente do oficial de estado-maior é projetado no pano de fundo do embasamento cultural, geral e profissional. No entanto, é necessário ferir o cerne da capacidade de criação a autoconfiança para enfrentar situações críticas novas, e com apoio na doutrina, gerar soluções pessoais, originais e corretas.

Assim considerada, a autoconfiança, valor efetivo essencial à criação, ganha as dimensões de principal insumo do processo impulsor de evolução da força terrestre. Fortalecida pela capacidade de apreensão, pela elevação do nível de cultura geral e profissional, pelo enriquecimento da reflexão, representa ela o abandono das fórmulas feitas, dos esquemas "pré-fabricados", das amarras mentais de uma rotina inócua, condutora da inação.

Se no exercício funcional em qualquer setor, o indivíduo é escravo das fórmulas "consagradas", o resultado da inação previsível será a perda de tempo e recursos. Em um estado-maior de tempo de paz, a assessoria deficiente. Em combate, o fracasso e a derrota.

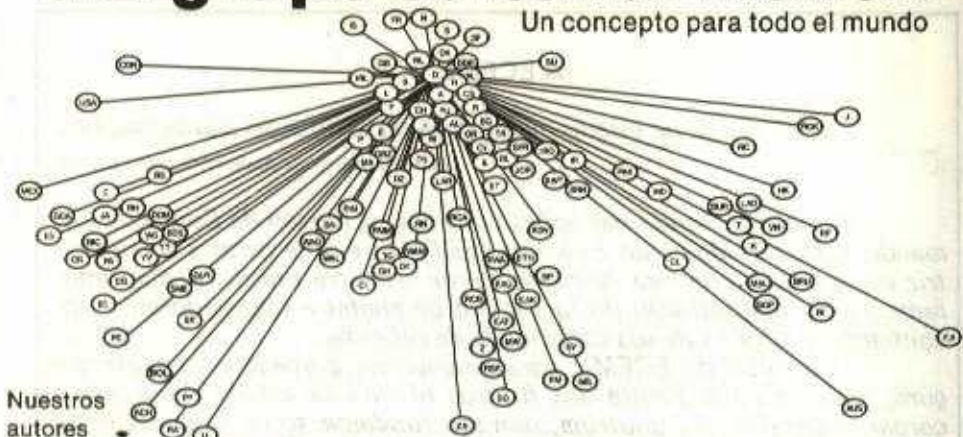
O estímulo da ECEME ao fortalecimento da autoconfiança necessária à criatividade, é individualmente desenvolvida, desde a preparação para o acesso à Escola, para que, na vivência escolar e no futuro, a integração dos esforços individuais no trabalho de estado-maior seja qualitativamente elevado.

Um estímulo permanente, que deve guiar a ação de instrutores e alunos, visando à formação de oficiais de estado-maior todos "ação e imaginação", capazes de impulsionar o Exército com criatividade e lucidez.

Autor: TC Inf QEMA HIRAM DE FREITAS CÂMARA

Publicaciones del grupo editorial Mönch

Un concepto para todo el mundo



Nuestros
autores

son expertos internacionales, saben hacer comprender los problemas y las nuevas tendencias de la investigación en todos los campos de la política de defensa, así como las conclusiones técnicas para las fuerzas de seguridad de todo el mundo. Las publicaciones contienen análisis de tecnologías modernas del Este y del Oeste. La composición cuenta con reproducciones en color a gran formato y muchas fotos que se publican por primera vez, dibujos detallados y tablas exactas. Todas las ediciones cuentan con una parte dedicada a noticias de los ejércitos e industrias de todo el mundo.

Solicite su ejemplar de prueba personal con la tarjeta de pedido adjunta. Recibirá un ejemplar gratuito y sin compromiso por su parte.



WEHRTECHNIK
Organ der Deutschen Gesellschaft für Wehrtechnik e.V. (DWT).
Erscheint monatlich.
Jahresabonnement
Inland DM 90,—
Ausland DM 102,—



MILITARY TECHNOLOGY
Published in english
— 12 times per year.
Subscriptions US \$ 48,—
or DM 96,—
Airmail rates on request.



TECNOLOGIA MILITAR
Publicado en español en 7 números al año.
Precio de la suscripción
US \$ 28,— o DM 56,—



NATO'S SIXTEEN NATIONS
Published in english.
— 8 times per year.
Subscription US \$ 38,—
or Hfl 75,— or DM 68,—
Airmail rates on request.



NAVAL FORCES
International Forum for Maritime Power
Published in english
— 6 times per year
Subscription £ 12,50 or
US \$ 28,— or DM 54,—

Marine-Rundschau



MARINE-RUNDschau INTERNATIONAL
Seit 1890. Herausgegeben vom Arbeitskreis für Wehrforschung. Erscheint monatlich.
Jahresabonnement: Inland DM 96,—
Ausland DM 102,—

Tarjeta de pedido

Por favor recortar y mandar a:

WT 1	MILTECH 2	TECHNI 3	N16N 4	NaFo 5	NRi 6
---------	--------------	-------------	-----------	-----------	----------

☒ Por favor marque las revistas que desea

Nombre _____
Calle _____
Ciudad _____
País _____

Grupo editorial
Mönch
Ortega y Gasset
1827, 5ª P.
(ex-Consepolón
Arenal)
Buenos Aires
Rep. Argentina



BNH FISCALIZA CONSTRUÇÃO PARA MELHORAR QUALIDADE

Informe Especial

Com objetivo de garantir o efetivo cumprimento das condições contratuais de preço, prazo e qualidade da construção e evitar irregularidades nas obras, o Banco Nacional da Habitação exerce hoje uma fiscalização direta nas construções financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação e pelo Sistema Financeiro do Saneamento. Iniciada em 1979, a ação fiscalizadora do BNH não interfere em nenhum dos outros métodos vigentes, continuando, portanto, com os agentes financeiros, promotores e órgãos assessores a responsabilidade maior de sua execução.

A fiscalização direta do BNH está a cargo dos engenheiros e arquitetos de seu Departamento de Engenharia (Degen), que acompanham o andamento das obras durante todas as fases de constru-

ção. Em complementação a essa ação fiscalizadora, o Banco adotou medidas suplementares no sentido de reduzir substancialmente as irregularidades apresentadas até 1979. Foram criados um registro cadastral denominado "Relação de Firms e Pessoas Impedidas de Operar com os Sistemas Geridos pelo BNH" e um "Boletim de Desempenho Técnico". Foi normalizado um "Caderno de Encargos", com o objetivo de padronizar os materiais de construção e foram feitos contatos com instituições profissionais, visando o aperfeiçoamento dos serviços técnicos de engenharia e arquitetura utilizados no SFH e SFS.

FISCALIZAÇÃO

O Departamento de Engenharia do BNH fiscaliza, normalmente,

100% do universo das obras em andamento em todo o País. Esta fiscalização é realizada em todas as fases de execução de cada uma dessas obras, quer através das agências regionais do Banco ou de técnicos especializados enviados para executar este tipo de trabalho. De janeiro a abril deste ano, 2.009.104 foram vistoriadas pelos engenheiros e arquitetos deste Departamento. Para se ter idéia do volume de obras vistoriadas mensalmente, somente em abril último foram fiscalizadas 483.596 unidades habitacionais.

Na área de saneamento básico, os técnicos do Degen fizeram a vistoria em 836 obras, no período de janeiro a abril deste ano, entre redes de abastecimento de água e esgotos sanitários. Com relação ao setor de desenvolvimento urbano, as obras fiscalizadas foram em número de 146, compreendendo projetos financiados pelos programas Cura (Programa de Complementação Urbana) e Prodepo (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos).

As construções que apresentaram irregularidades estão sendo corrigidas sob a supervisão do órgão competente do BNH. Entre as obras recuperadas e já entregues a seus moradores, estão o Conjunto Eldorado, de Manaus, e o Edifício Godoy, de Belém.

Detectado o sinistro e havendo necessidade da desocupação do prédio para sua recuperação, o seguro habitacional assumirá o ônus da dívida junto à financeira, a partir de 30 dias da comunicação formal do sinistro e até a restituição

do imóvel em condições normais de habitabilidade.

Para recuperação das habitações atingidas pelas enchentes no Sul do País, o Degen enviou uma comissão de técnicos com o objetivo de fazer um levantamento das unidades financiadas pelo SFH nesses estados e avaliar a extensão dos danos causados nas habitações.

DESEMPENHO TÉCNICO

Paralelamente ao trabalho de acompanhar o andamento das obras em execução pelo SFH, o Degen está preenchendo um Boletim de Desempenho Técnico dando às construções conceitos que variam de bom a péssimo, passando pelo satisfatório, razoável e fraco. Para isso, os técnicos levam em conta o projeto, suas especificações contratuais e a qualidade de execução e do material utilizado dentro dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No que se refere à construção habitacional, são observados os serviços iniciais de infra-estrutura (fundações, estruturas, instalações de esgoto e águas pluviais, instalações hidráulicas) e superestrutura (revestimento e forros, paredes e painéis, cobertura, pisos, rodapés, arremates finais).

Na hipótese de ser considerado insatisfatório o desempenho da empresa nos estados, as agências do BNH deverão encaminhar relatório ao Degen, a respeito da atuação da mesma no âmbito do SFH, junto com a manifestação do agente financeiro quanto às medidas

tomadas para melhoria do desempenho da empresa e correção das eventuais falhas construtivas. De posse do relatório, o Degen irá, então, assumir a coordenação técnica do caso, além de prescrever a metodologia a ser observada para superação do problema.

PROCEDIMENTO

O BNH vai ao encontro dos problemas acarretados em função de erros técnicos em suas habitações, mas os prejudicados também devem exercer ação fiscalizadora. Assim, sempre o comprador de uma unidade financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação constatar algum defeito grave em sua habitação, deverá dirigir-se, imediatamente, ao agente financeiro onde paga sua prestação. Este, por sua vez, entrará em contato com a seguradora responsável pelo seguro habitacional, que promoverá a recuperação do imóvel.

No caso de ser constatado que o dano (sinistro) foi vício de construção, a seguradora tentará fazer com que a construtora assuma o ônus do reparo. Se o reparo for urgente, sem que as partes tenham entrado em acordo amigável, haverá a interferência do BNH de forma a possibilitar a recuperação imediata do imóvel.

Também, nesse caso, a construtora passará a fazer parte da "Relação de Firms e Pessoas Impedidas de Operar com os Sistemas Geridos pelo Banco", além de ser o construtor, pessoa física ou jurídica, impedido, juntamente com os

diretores e acionistas controladores, de continuar operando.

Em aperfeiçoamento aos atuais serviços de fiscalização, o BNH está implantando um sistema de processamento de dados para fornecer mensalmente o preço dos insumos e serviços usados na construção civil. Com esta lista, ficará muito mais fácil verificar se os materiais ou mesmo a mão-de-obra se adequam ao projeto habitacional. O novo sistema criará, portanto, condições para a redução de custo das habitações.

DECRETO-LEI Nº 2065: BNH REGULAMENTA REAJUSTE DO SFH

Os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) contam agora com várias opções para reajustarem as prestações de imóveis comprados através de programas do Banco Nacional da Habitação. De acordo com a regulamentação do Decreto-lei nº 2065, feita pelo BNH através da Circular nº GP/215/83, de 16 de novembro de 1983, encaminhada a todos os agentes financeiros do Banco, eles podem continuar na forma estipulada pelo contrato, com base na variação da UPC ou optar por um reajustamento com base no maior salário mínimo vigente no País.

Quem optar por reajustes com base na variação do maior salário mínimo vigente no País pode ficar: com reajuste equivalente a 100% do salário mínimo, continuando com a anualidade como forma de reajustes ou aceitar, num período que vai até o dia 30 de ju-

nho de 1985, reajustes de 80% da variação do salário mínimo. Neste último caso, a diferença entre os 80% e os 100% do salário mínimo não será cobrada dos mutuários que preferirem a semestralidade como forma de reajuste.

Para aqueles que escolherem a anualidade como forma de reajuste, a opção pelos 80% do salário mínimo somente lhes será concedida se os mesmos assumirem a responsabilidade pelo pagamento da parcela do saldo devedor decorrente dessa medida.

RESÍDUO

A apuração desse resíduo se fará no mês em que ocorrer o primeiro reajustamento da prestação após 30 de junho de 1985. O pagamento da diferença será feito através de uma renegociação de contrato mediante a utilização, cumulativa ou não, de mudança de sistema de amortização vigente para a Tabela Price, dilatação de prazo (observado o limite máximo de 30 anos, a contar da data do contrato inicial) e até mesmo o uso do regime semestral. O resíduo poderá, ainda, ser acrescido às prestações, mantidas as condições contratuais vigentes.

MEDIDA RETROATIVA

Todos os mutuários com reajustes contratados para o segundo semestre de 1983 terão até o dia 31 de dezembro deste ano para manifestar sua opção, que deverá ser feita com o agente financeiro que lhe concedeu o financiamento. A

medida retroage para aqueles que já tiveram reajustes nesse período. Nestes casos, a diferença paga a mais pelo mutuário será creditada, acrescida de correção monetária, em favor do comprador, devendo ser devolvida em forma de abatimento na prestação subsequente.

Os mutuários com reajustes previstos para o primeiro semestre de 1984 deverão manifestar suas opções até 30 dias antes da data estipulada, com exceção para os que têm reajustes no mês de janeiro, que poderão fazê-lo até o dia 15 de janeiro.

As alterações contratuais previstas na regulamentação são dispensadas de registro, averbação e arquivamento nos cartórios de Registro de Imóveis e Documentos.

Os prêmios de seguro da Apólice de Seguro Habitacional serão reajustados na mesma proporção da variação integral do maior salário mínimo, inclusive no período de vigência dos 80% do salário mínimo.

CONTRATOS NOVOS

Todos os contratos assinados a partir de 16 de novembro serão regidos pela Resolução nº 201/83, que estabelece as novas normas do SFH. O novo mutuário poderá optar pelo Plano de Correção Monetária (PCM) com reajustes trimestrais, com base na variação da UPC ou pelo Plano de Equivalência Salarial (PES) com reajustes anuais ou semestrais, com base na variação do maior salário mínimo vigente no País. Enquanto o PCM

não sofreu qualquer modificação, o PES volta a ter como padrão de reajustes o índice do salário míni-

mo, que vigorou até 1972. No período de 72 a 83, o reajuste foi com base na variação da UPC.

NOVA REGULAMENTAÇÃO NÃO REVOGA CIRCULAR Nº 131/83

As novas normas implantadas pelo BNH através da Circular GP nº 215/83 revogam as disposições constantes na Circular GP nº 256/83, de 15 de julho de 1983, mas asseguram a manutenção das opções já formalizadas, bem como sua substituição pelas novas disposições.

As opções constantes na Circular GP nº 131/83, de 16 de junho de 1983, ficam mantidas, não podendo, entretanto, serem exercidas cumulativamente com as novas instruções.

A Circular GP nº 131/83 estabelece que o reajustamento das presta-

ções do SFH não podem exceder ao índice de reajuste salarial (dos últimos doze meses) de cada mutuário.

Para aqueles que aceitassem a semestralidade como forma de reajuste ficou estipulado uma tabela especial, publicada abaixo:

Ficou facultado aos mutuários a adoção, cumulativamente ou não com o disposto na Circular, a conversão do sistema de amortização contratado para a Tabela Price e a dilatação do prazo de financiamento observado o limite máximo de 30 anos (a contar da data do contrato inicial).

Como nova alternativa ficou estipulado também que os mutuários poderiam ter um reajuste parcelado, a vigorar de julho/83 a junho/84.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR DO MUTUÁRIO

Em S.M.	Valor do Financiamento Inicial em UPC	Percentual de Reajustamento da Prestação
até 7	até 1.500 UPC	109%
mais de 7 até 15	mais de 1.500 UPC até 2.600 UPC	104%
mais de 15 até 20	mais de 2.600 UPC até 3.500 UPC	101%
mais de 20	mais de 3.500 UPC	98%



INFORMAÇÕES

OS SÓCIOS ITALIANOS DA EMBRAER

Quando o caça tático AMX voar pela primeira vez em 1984, estará sendo consolidada uma associação de três anos entre brasileiros e italianos em um sofisticado projeto de engenharia aeronáutica. Durante esse tempo, engenheiros e técnicos da Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. trocaram idéias, projetaram e desenvolveram com seus colegas italianos da Aeritalia e da Aermacchi um avançado avião militar, que vai equipar as forças aéreas dos dois países a partir da segunda metade da década de 80.

Desde 81, quando o acordo para o desenvolvimento conjunto foi anunciado pelas três empresas, durante a Feira Internacional de Aeronáutica e Espaço de Le Bourget, na França, a imprensa brasileira vem continuamente citando os "sócios" da Embraer.

Mas, afinal, quem são esses nossos parceiros italianos?

Aeritalia: a maior

Formada com a participação acionária da Fiat Aerospazio e da Finmeccanica, a Aeritalia foi criada em 12 de novembro de 1969, no mesmo ano da criação da Embraer, coinciden-

temente. A empresa teve grande expansão nos anos 70 e atualmente já conta com oito mil funcionários, distribuídos em instalações industriais localizadas em várias cidades da Itália. Diversas divisões funcionam em Turim (descentralizadas em três unidades: Coro Marcho, Caselle Nord e Caselle Sud); em Milão (Nerviano) e em Nápoles (descentralizadas em unidades localizadas em Pomigliano d'Arco e Coapodichino).

A Aeritalia está atualmente envolvida em vários programas, notadamente na área militar, produzindo aviões completos, como é o caso do G-222, e está também associada a outras empresas européias em programas como o do consórcio do supersônico Panavia Tornado. Alguns de seus programas já estão chegando ao final, como é o caso da participação da empresa na fabricação do caça F-104 e do G91Y, ambos utilizados pela Força Aérea Italiana. Ainda no mercado militar, a Aeritalia é uma das associadas no projeto do ACA, novo caça de superioridade aérea que será construído por vários países europeus.

Além dos aviões militares, a Aeritalia é fornecedora à poderosa Boeing de várias partes e seções inteiras do moderno 767 e já participou da produção de várias partes do Boeing 747 e 727. Outra gigante norte-americana, a Douglas, contratou quase toda a estrutura da

fuselagem do DC-9 e a estrutura da fuselagem e do leme do DC-10 à empresa, demonstrando sua confiança nesse fabricante italiano.

No campo da aviação civil, a Aeritalia está associada à Aeropostale no desenvolvimento do ATR-42, um turboélice bimotor de asa delta, com capacidade para transportar até 49 passageiros. Essa aeronave é uma das que concorrem na faixa de mercado do EMB-120 Brasília, em desenvolvimento na Embraer e que deverá voar em julho deste ano.

A Partenavia, uma divisão da Aeritalia, sediada, em Nápoles, está tentando colocar no mercado italiano um bimotor turboélice de asa delta — o PC 8 Victor — que é a primeira tentativa da empresa nesse campo. Já estão sendo lançadas também novas versões PC8 C e PC8 TC, ambos para até nove passageiros e que poderão ter boas possibilidades de comercialização no mercado europeu.

Partidária da diversificação de investimentos, a Aeritalia também possui divisões industriais dedicadas à produção de mísseis, aviões-alvo e aviônicos. No campo espacial, a empresa já produz partes e componentes para os satélites europeus e também para o Spacelab, em cooperação com a NASA, dos EUA. A Aeritalia fabrica partes do foguete lançador do programa Ariane e está empenhada em pesquisar energia alternativa, desenvolvendo novas tecnologias no campo da produção de energia com aproveitamento de geradores eólicos.

Aermacchi: uma tradição

O primeiro jato construído no Brasil, o EMB-326 Xavante, é projeto da Aermacchi e fabricado no Brasil sob licença pela Embraer. Em doze anos de trabalhos conjuntos, transferindo para a Embraer parte da tecnologia que a Embraer absorveu e desenvolveu, a empresa italiana tornou-se uma parceira tradicional para a aeronáutica brasileira.

A história da Aeronáutica Macchi começa em 1913, nos primórdios da história da aviação, iniciando-se sua atividade industrial com a produção do avião francês Nieuport, seguida pela fabricação de hidroaviões, que foram sua especialidade durante muitos anos. Foi com esses aviões que a Macchi conquistou, por várias vezes, a famosa Copa Schneider de Velocidade, com aeronaves atingindo marcas de 700 km/h. O MC 72 atingiu a marca de 709 km/h, um recorde extraordinário para a época (1934).

A Macchi participou ativamente da produção de aviões no período de 39/44, durante a II Guerra Mundial, sendo responsável pela fabricação seriada dos internacionalmente conhecidos caças MC 200, MC 202 e MC 205. Em 1944, os bombardeiros aliados arrasaram as instalações da Macchi. Terminada a guerra, a Macchi renasceu com a fabricação de jatos militares, sob licença dos EUA, e lançou-se a partir de janeiro de 1957 num projeto próprio, que se transformaria no seu primeiro jato MB 326, que alcançou extraordinário sucesso, sendo adquiridos por forças aéreas de 15 países e fabricado sob licença em vários deles, inclusive pela Embraer no Brasil, a partir de 1970. Mediante um programa de cooperação industrial, foram fabricadas no Brasil mais de 170 aeronaves Xavante, ainda hoje em plena operação de treinamento militar na FAB.

Como a Aeritalia, a Aermacchi também possui um diversificado interesse industrial. No campo da aviação militar, a Aermacchi, em sua fábrica em Varese, na Itália Setentrional, ainda produz o Veltro 2, que é uma evolução do Xavante. É um jato de ataque ao solo e apoio tático aproximado, subsônico, podendo levar canhões de 30 milímetros, metralhadoras e diversos tipos de armamentos até um total de 4.000 libras.

Outro avião produzido pela Aermacchi é o MB-339, que substitui o MB 326 na sua linha de treinadores militares. Moderno, com assento em tandem e em desnível, o novo treinador da Macchi pode ser utilizado também como avião de ataque ao solo, graças à sua flexibilidade operacional e capacidade de transportar diversificado envelope de armamentos.

A Aermacchi é outra empresa italiana que participa dos programas de fabricação do Panavia Tornado e do G-222. Para o primeiro produz os pilones subalares e para o segundo as asas. Nos pilones do supersônico Tornado, a Aermacchi utiliza avançados processos de fabricação, com a utilização de máquinas de controle numérico de última geração. Ainda no campo militar, a empresa produz também aviões-alvo de controle remoto e uma série de equipamentos de suporte-terra para operação de aviões.

Esta associada italiana da Embraer não restringe suas atividades de produção aeronáutica em Varese. A Aermacchi está também integrada a um grupo de empresas, composto por mais três empresas: a Sicamb, que produz assentos ejetáveis Martin Baker, sob licença; a

OMG que fabrica máquinas de controle numérico para a indústria aeronáutica e ainda a Vega, um centro de informações computarizadas que leva o grupo, pela primeira vez, a ingressar na era pós-industrial com uma empresa de informática e de prestação de serviços.

Embraer: o sócio brasileiro

A construção através de um consórcio com a Aeritalia e a Aeromacchi do caça subsônico AMX firmará o nome da Embraer no mercado militar internacional, onde já desponta pelo desenvolvimento do EMB-312 Tucano, um turboélice para treinamento militar básico-avançado.

A Embraer iniciou suas atividades industriais em 1970 e hoje é a maior indústria aeronáutica do Hemisfério Sul e uma das dez maiores do mundo, na produção de aviões de pequeno e médio porte. Seu projeto de maior sucesso comercial é o EMB-110 Bandeirante, um turboélice com versões civis e militares que já voa nos cinco continentes.

Nos 140 mil metros quadrados de área construída, em seu complexo industrial localizado em São José dos Campos, trabalham hoje 6.500 engenheiros, técnicos e operários especializados. A empresa já produziu mais de três mil aeronaves que voam em 25 países, desde sofisticados aeroportos dos EUA e Europa até regiões geladas da Finlândia ou distantes como Austrália e Papua Nova Guiné.

Sociedade de economia mista, a Embraer produz hoje 11 modelos de aeronaves, de monomotores a pistão a turboélices pressurizados, e está desenvolvendo dois novos projetos, o pressurizado para 30 passageiros EMB-120 Brasília e o caça AMX, este último com seus "sócios" italianos.

AMX: o caça do futuro

Um caça tático, de velocidade subsônica, que vai equipar as forças aéreas do Brasil e Itália a partir da segunda metade da década de 80. Este é o AMX que está sendo desenvolvido conjuntamente pela Embraer, Aeritalia e Aeromacchi e que vai exigir um investimento da ordem de 600 milhões de dólares.



O AMX pesará 12.500 quilos, com 1360 kg de cargas externas e será impulsionado por um motor Rolls-Royce Spey 107, de 11.000 lb de empuxo. Os primeiros protótipos da aeronave voarão em Turim, na Itália e em São José dos Campos, Brasil, saindo das linhas de montagem da Aeritalia e da Embraer.

Uma das características mais notáveis do caça AMX será o sistema de comandos à prova de falhas, o que lhe permitirá manter uma operação de emergência, caso aconteça uma falha em seus comandos principais, e regressar à base no caso de uma segunda falha. Para atingir esse objetivo, dois computadores foram programados para garantir a compensação automática da velocidade, assim como a estabilidade da aeronave.

A estrutura do AMX será clássica e na sua produção serão empregadas ligas de alumínio e outros metais já amplamente utilizados, não ocorrendo quaisquer experiências com materiais compostos à base de fibra de carbono. Nas asas haverá um revestimento triplo, estruturado para resistir à penetração de balas de 12,7 mm.



LIVROS

O DESAFIO DA CRISE ENERGÉTICA, João B. Peixoto. Capemi Editora, Rio de Janeiro, 1981, 154 págs.



Depois dos alimentos, nenhuma necessidade é mais essencial à Humanidade do que a energia. Em termos materiais, evidentemente. A "fome" de energia é uma realidade mundial, resultante, em grande parte, não só da velocidade ciclópica do desenvolvimento industrial, como ainda do vertiginoso

crescimento populacional, que se vem multiplicando em quase todas as longitudes, notadamente a partir da década de 50, quando os índices de natalidade e de mortalidade passaram a se diferenciar acentuadamente. O consumo de energia vem aumentando consideravelmente de ano para ano — causa e efeito do progresso econômico e social contemporâneo. Depois de haver dobrado em quarenta anos (1910/1950), o consumo de energia dobrou novamente em apenas duas décadas (1950/1970).

Após a Segunda Guerra Mundial, o aceleramento industrial fez crescer espantosamente a demanda de energia no mundo inteiro e, desde então, o petróleo passou a ser a principal força propulsora do progresso. A escalada de preços deste produto, a partir de 1973, interrompeu, entretanto, a evolução da economia mundial, que vinha ocorrendo desde o

início da década de 60, o que provocou fortes desequilíbrios nos sistemas econômicos de muitos países, inclusive o Brasil. Em consequência, foi deflagrada, em 1973, uma terrível crise energética, que atualmente envolve todos os países, constituindo mais um gigantesco desafio a ser enfrentado por muitos deles neste último quartel do século XX.

A busca das alternativas viáveis para que a produção de energia corresponda aos níveis de consumo é o recurso que vem sendo adotado por muitos países, notadamente o nosso.

No final deste século, quando o Brasil tiver mais de duzentos milhões de habitantes, seu mapa energético e sua produção agrícola terão que estar ampliados na mesma proporção.

Dando amplitude ao binômio produção agrícola-energia, a Agropecuária Capemi — Indústria e Comércio Ltda. também pretende implantar outros projetos de fontes alternativas de energia na região amazônica, objetivando, ainda assim, contribuir para o esforço do Governo nesse setor. A produção de álcool etanol, a partir da madeira, e o plantio do dendê para a obtenção do óleo combustível são projetos em estudo na empresa.

O presente livro, de autoria de consagrado pesquisador de temas brasileiros — o General João Baptista Peixoto — historia, numa sequência lógica, o panorama do quadro energético mundial, o ciclo do petróleo, a esperança na energia nuclear, a contribuição do carvão, a importância da energia hidrelétrica. A obra focaliza, ainda, uma síntese da evolução do problema petrolífero no Brasil, nossos passos no campo da energia nuclear e o auspicioso Programa do Alcool.

ITINERÁRIOS, Álvaro Pacheco, Artenova, Rio de Janeiro, 1983.



É este o nono livro de Álvaro Pacheco nos domínios da poesia. A estrutura poemática do autor situa-se no conceito de Fernando Pessoa sobre a "emoção verdadeira" que, pelas cargas afetivas, poderia conduzir a uma expressão anti-poética e elidir a poesia. Álvaro Pacheco é um poeta que cons-

truiu um território privado, sem qualquer similitude com qualquer outro, sem compromisso com as manifestações de cã. Numa primeira leitura de "Itinerários", a atenção do leitor é despertada por uma aparente dicotomia: Eros/Thanatos, elementos que correspondem aos instintos básicos identificados por Freud como hipóteses fundamentais para o caráter geral das forças repressivas inerentes à natureza. Segundo Freud, essas duas forças são básicas, porque, não obstante reprimidas, são elas as energias criadoras da cultura humana que também, através delas, se processa.

Natural do Piauí, nascido em 1933, Álvaro Pacheco é advogado, jornalista, editor e cineasta. Oficial da Reserva, esteve no Serviço Ativo do Exército de 1954 a 1956, servindo na Escola de Intendência do Exército, no Batalhão Escola de Engenharia, na Vila Militar, e no 39 BC em Vitória, ES.

POLÍTICA E ESTRATÉGIA, Vol. 1, nº 1, outubro-dezembro 1983, edição do Centro de Estudos Estratégicos e Convívio Sociedade Brasileira de Cultura.



Com a criação da revista Política e Estratégia, órgão de seu Centro de Estudos Estratégicos, CONVÍVIO pretende estimular a manifestação da opinião pública, abrindo um canal para a discussão de todos os problemas que, afetando a comunidade internacional nos mais variados aspectos, refletem-se sobre a vida nacional. Arnold Toynbee observou que pensar é uma atividade pouco natural e bastante árdua para os seres humanos e que a antipatia humana para com o labor de pensar revela-se tão mais aguda quanto abastados sejam os tempos. Os dias de hoje certamente que se prestam à atividade intelectual. Para isso, Política e Estratégia inicia sua existência fazendo um convite — que ao mesmo tempo é o desafio que estes tempos nos impõem — a todos os cidadãos interessados, desde a comunidade acadêmica até o empresário, para que participem com seus conhecimentos e suas opiniões, da formulação das políticas que orientarão o futuro.

(Excertos da apresentação de Antonio Carlos Pereira.)

CURRENT MILITARY LITERATURE —

The Military Press, Oxford, 1983.

CURRENT MILITARY LITERATURE

"Current Military Literature" (Literatura Militar Atual) é, basicamente, uma indexação de tudo o que se escreve no mundo sobre assuntos militares na área terrestre. Destina-se a atender à pesquisa pessoal daqueles que, em tempo de paz, desejam familiarizar-se com a teoria e a prática de assuntos de defesa e de estratégia, através do que se publica nas revistas especializadas não apenas do mundo ocidental mas de todo o planeta.

Editado pelo Major General J.I.H. Owens, "Current Military Literature" traz, em seu primeiro número (Vol. 1, Nº 1 — 1983), um registro alentado do que a DEFESA NACIONAL tem publicado ultimamente, incluindo nada menos que dezesseis entradas e verbetes sobre nossos colaboradores.



REGISTROS

O "FANTASMA" DE 1984 NÃO HABITARÁ O BRASIL

A. Delfim Netto

Em discurso na sede social do Clube do Congresso, em Brasília, no dia 29 de novembro de 1983, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antônio Delfim Netto afirmou que "o ano de 1984 teve como principal fato econômico o entendimento político".

A seguir, a íntegra do discurso do Ministro Delfim Netto.

1983 tem sido um ano duro para o exercício da política econômica. E esta reunião é um lenitivo extraordinário para aqueles que, como eu e os meus colegas de Ministério, trabalharam todo este ano para que pudéssemos chegar ao seu final com alguns resultados positivos. Eu gostaria de dizer que esta reunião representa um reconhecimento e, mais do que isto, representa uma demonstração de amizade que nos toca a todos, a mim e a todos os meus companheiros do Ministério. 83 foi, certamente, um ano sofrido, no qual prosseguiu o ajustamento da economia brasileira, uma carga pesada para toda a Sociedade e nem sempre exemplarmente distribuída entre os cidadãos.

Não obstante, avançamos muito este ano na direção de resolver o estrangulamento externo de nossa economia e continuamos avançando na solução do problema da dependência externa de energia. Estamos pagando um preço alto, mas vamos reduzindo rapidamente as importações de energia. Chegamos ao final do ano superando a meta de 400 mil barris diários de petróleo e 100 mil barris diários de álcool, praticamente a metade de nossas ne-

cessidades de consumo de combustíveis. Substituímos óleo por carvão e ampliamos a utilização da eletrotermia.

O endividamento externo foi contido e em termos reais se reduziu. Terminamos uma série ampla de acordos no exterior, que nos vão permitir levantar as restrições cambiais, regularizar as contas atrasadas e iniciar 1984 com um horizonte mais limpo, com maiores prazos de carência e de amortização e com maior espaço para o crescimento das importações pelo setor privado.

Realizamos o superávit da balança comercial, que parecia impossível: já no final de novembro ultrapassamos a meta dos 6 bilhões de dólares de saldos comerciais. O que entrar em dezembro é puro lucro.

1984 se apresenta diante de nós com uma expectativa realista de menor sufoco na área cambial e de renovação de resultados favoráveis no saldo comercial — que pretendemos chegue a 9 bilhões de dólares — e na produção de energia: a meta de 500 mil barris diários de produção doméstica de petróleo, que parecia impossível em 79, está, já, ao alcance das nossas mãos.

Temos dois problemas cruciais a enfrentar em 84, onde a performance não foi nada brilhante em 1983: o combate à inflação e a redução do desemprego.

Ainda aqui é possível encarar o próximo ano com um pouco menos de pessimismo, que foi a marca registrada do ano que termina. Temos, concretamente, um pouco mais de folga para importar. Isto ajudará a diminuir pressões inflacionárias e criará as condições favoráveis de produção, tanto para atender ao mercado interno, como para acelerar as exportações. Poderemos utilizar um pouco mais intensamente o nosso capital e a nossa força de trabalho, que estão hoje parcialmente ociosos. Melhores perspectivas, portanto, para o emprego e a produção no setor industrial.

A safra agrícola do próximo Verão deverá superar por boas margens a colheita de 1983 no Centro-Sul, conforme se pode prever pelo aumento da área plantada. E, ainda hoje, nós tivemos as boas notícias de que chove, e chove bem, no Maranhão e no Piauí, indicando que teremos um Inverno que há cinco anos estamos esperando no Nordeste. Esta soma da safra do Centro-Sul e da safra do Nordeste vai nos ajudar a superar as maiores dificuldades deste ano. Nos ajudará, certamente, no combate à alta do custo-de-vista e na reativação do ritmo de atividades econômicas. Maior oferta de alimentos, exportações mais rentáveis de produtos agrícolas e um efeito multiplicador nas vendas industriais, mercê da ampliação da renda dos agricultores.

O fantasma de 1984 não deve ser tão feio, portanto, quanto era justo se prever até algumas poucas semanas atrás, no campo econômico.

Ele foi exorcizado convenientemente nesses quatro anos de abertura política conduzida com férrea determinação pelo Presidente Figueiredo. Se alguma dúvida ainda existia, basta constatar que até mesmo o fantasma centralizador da política econômica foi exemplarmente exorcizado neste fim de 1983.

Sob esse aspecto, 1983 foi um ano rico de ensinamentos. Ele se encerra sob o signo da negociação política. Todos nós aprendemos muito no exercício das negociações extremamente bem sucedidas como nos casos do Decreto-lei 2.065 e da Emenda Passos Porto. O Executivo transigiu e não tem nenhum constrangimento em reconhecer as virtudes da transigência. Todos nós avançamos na arte de transigir. Todos nós aprendemos a conviver

melhor com a veemência com que se colocam as questões na arena parlamentar e aprendemos a respeitar a competência com que age o Legislativo.

Na vigência de uma crise sem paralelo que há dez anos açoitava a economia mundial, a própria discussão do fato econômico passa a ser um exercício penoso, não apenas para o Poder Executivo, a quem cabe enfrentar a crise com medidas impopulares, mas, também, para aqueles eleitos pelo voto popular, a quem cabe dar substância política às decisões governamentais, e têm de acompanhar essas decisões impopulares, também. Somente os que assumem esta dura missão é que podem analisar corretamente os custos políticos dessa solidariedade e desse suporte hoje aqui demonstrados.

O grande fato econômico de 1983, portanto, foi o fato político. O difícil aprendizado dessas discussões é o fato novo que está produzindo uma nova forma de administração da economia.

A exata compreensão dessa circunstância deve renovar em todos nós a decisão de nos mantermos unidos e solidários em torno do Presidente João Figueiredo, inspirador maior e fiador do processo de abertura política, que ele tornou conquista irreversível da Sociedade brasileira.

OBRAS SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, através do Serviço de Editoração da Coordenadoria de Informações Tecnológicas, tem gerado diversas publicações dirigidas à indústria, comércio e entidades voltadas para a ciência e a tecnologia.

Por solicitação ao Serviço de Editoração da STI (Caixa Postal 040442 SHS - Brasília, DF), as seguintes obras poderão ser adquiridas por doação:

- Balanço Energético de Edificações Típicas (1982)
- Estado-da-Arte da Produção de Etanol a Partir da Madeira (1981)
- Estudos e Projetos de Tecnologia Industrial Financiados pela STI (1981)
- Estudos e Projetos de Tecnologia Industrial Executados com o apoio Financeiro da STI 1979/1981.

- Determinação das Características de usinagem dos materiais e ferramentas de procedência nacional na operação de torneamento, STI/CT — 1976.
- Relatório de Atividades da STI (1979/80).
- Escolha certo: Guia de Consumo do seu Carro (1983).
- Resumos em Alcoolquímica STI/CEPED (Boletim Mensal).
- Energia, Conservação e Economia STI/CETEC (Boletim Mensal).
- Tecnologia Industrial: Banco de Bibliografias — Volume 03
- Tecnologia Industrial: Banco de Bibliografias — Volume 04
- STI — Bibliografia 1973 a agosto 1983.
- BIOGÁS — Guia de Informações e Bibliografia Seletiva.
- Mapeamento e Levantamento do Potencial das Ocorrências de Babaquais, Estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás (1982).

CAEEB: A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ABRE NOVAS FRENTES

Em abril do ano passado a Diretoria Financeira recebeu mais um desafio — a cooperação internacional — cuja atividade é de grande importância para a Empresa no que diz respeito à prestação de serviços no exterior.

A Assessoria de Cooperação Internacional funciona no Edifício-Sede da CAEEB com uma equipe relativamente pequena, cinco pessoas, mas de alto nível técnico. Para o Diretor Eliseu Visconti, nestes nove meses de existência, a assessoria já fez grandes contatos no exterior "por exemplo; encontram-se em andamento um contrato com a OLADE — Organização Latino Americana de Energia, para o inventário dos recursos carboníferos do continente, e ao mesmo tempo esperamos iniciar nos próximos dois meses serviços no Suriname e Zâmbia. Há também boas perspectivas de negócios no Haiti, Costa Rica e República dos Camarões". O objetivo da CAEEB, ao se lançar na prestação de serviços no exterior, é consolidar o prestígio que o Brasil adquiriu no Setor Energético, desenvolvendo propostas de cooperação bilateral e multilateral que permitam colocar à disposição do terceiro mundo toda a tecnologia e experiência desenvolvidas na administração dos recursos naturais de nosso País.

APROVADO PROGRAMA NORTE-AMERICANO DE AJUDA EXTERIOR

O Presidente Reagan sancionou, a 14 de novembro, pouco depois de seu regresso de uma viagem à Ásia Oriental, uma lei que prevê 11 bilhões e 468 milhões de dólares para o programa norte-americano de ajuda econômica e militar ao exterior, no Ano Fiscal de 1984. As medidas que autorizam os gastos com a assistência ao exterior incluíram-se numa "resolução de continuidade" aprovada pelo Congresso, a 12 de novembro, para prover fundos a várias agências governamentais cujas dotações orçamentárias não tinham sido aprovadas para o Ano Fiscal de 1984. Incluem elas o Departamento da Defesa, o Departamento de Estado e a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA).

Antes de o Congresso entrar em recesso de fim de ano, deverão aprovar-se projetos de lei orçamentários separados para essas e outras agências, os quais deverão superar os níveis de despesas contidos na resolução de continuidade. Todavia, não haverá mais projetos de lei para programas de ajuda ao exterior, salvo a possível exceção de uma legislação suplementar, durante o Ano Fiscal.

Na parte da resolução relacionada com a ajuda ao exterior incluem-se 495 milhões de dólares para a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), um organismo do Banco Mundial que concede empréstimos a juros baixos aos países em desenvolvimento mais pobres. O Governo Reagan solicitara um total de 1 bilhão e 95 milhões de dólares para satisfazer as obrigações assumidas pelos Estados Unidos concernentes à "sexta reposição" de fundos da AID. Funcionários do Departamento do Tesouro disseram que ainda não decidiram se pedirão os restantes 150 milhões de dólares numa solicitação suplementar, em fins do Ano Fiscal de 1984.

Em virtude da nova legislação, o total da assistência econômica ao exterior, inclusive a ajuda multilateral e bilateral e o Fundo de Apoio Econômico, que concentra sua assistência financeira em alguns países em que os Estados Unidos têm importantes interesses, ascende a 7 bilhões e 4 milhões de dólares, no Ano Fiscal de 1984, menor do que o total do Ano Fiscal de 1984, que foi de 7 bilhões e 294 milhões de dólares.

Thomas Eichler



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

**BIBLIEX PUBLICOU EM SEU EDITORIAL DE 82,
UM GRANDE SUCESSO, AS SEGUINTE OBRAS:**



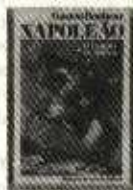
**NOVAS DIMENSÕES DA
HISTÓRIA MILITAR**
Volume 2
Russell F. Weigley



**AMAZÔNIA — Natureza,
Homem e Tempo**
Leandro Tocantins



QUEBRA-CANELA
General Raul da Cruz Lima Junior



NAPOLEÃO — O Retrato do Homem
Gaston Bonheur
Toda em papel Couchet, ricamente ilustrada a cores.



ATÉ BERLIM
Volume 1
General James M. Gavin



**FREI ORLANDO — O Capelão
que não voltou**
Tenente Gentil Palhares



ATÉ BERLIM
Volume 2
General James M. Gavin



**REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA
BRASILEIRA**
Dalton Daemon



**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI**
Volume 2 — Tomo I
General Paulo de Queiroz Duarte



DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA
Volume 1
Vice-Almirante
João Carlos Gonçalves Caminha

COMO JÁ ERA PREVISTO O SUCESSO ALCANÇADO EM 82, A BIBLIEX
PRIMIUI ALGUMAS COLEÇÕES DO EDITORIAL, ALÉM DO NÚMERO
NECESSÁRIO PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ASSINANTES, E COLOCA
AS COLEÇÕES A DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO EM GERAL, ATENDENDO
O PEDIDO PELO REEMBOLSO POSTAL. PARA TANTO BASTA PREENCHER
O PEDIDO NA PÁGINA AO LADO E REMETER PARA:

PROVEITE Ainda existem em
pequena quantidade, coleções de 80 e 81
ao mesmo preço do Editorial 82

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias — Pç. Duque de Caxias, 25
3º andar, Aia Marçílio Dias
CEP 20455 — Rio de Janeiro (RJ) — Tel. (021) 283-3881

Seguindo a nossa linha de sucessos editoriais,
apresentamos a **PROGRAMAÇÃO 83**

OBRAS JÁ SELECIONADAS

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 2

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 3

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 — Tomo II

General Paulo de Queiroz Duarte

O MITO DA CAVERNA — Sua atualidade

Professor Jorge Boaventura

A HISTÓRIA DO 4º G A C

Coronel Oswaldo Pereira Gomes

OBRAS EM APRECIÇÃO PARA SELEÇÃO DE MAIS CINCO "BEST-SELLERS"

MASCARENHAS DE MORAES E SUA ÉPOCA

General Carlos de Meira Mattos

A ESPADA É A PENA

Sir Liddell Hart

A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Suas duas vidas

General Umberto Peregrino

A ESPIÃ

Virgil Gheorghiu

A ERA DA INCERTEZA

John Kenneth Galbraith

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Ernani Fornari

A ANTÁRTIDA — Nos confins dos três mares

Aristides Pinto Coelho

A GUERRA DE CANUDOS

Macedo Soares

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtols

UM PROFESSOR NA GUERRA

Sir David Hunt

EU QUERIA TANTO AINDA VIVER

Rutina U. (Ruta)

AS GUERRAS ÁRABES-ISRAELENSES — Guerra e Paz no Oriente-Médio

General Chaim Herzog

Assinatura 83
Cr\$ 3.600,00

Você receberá 10 livros
anualmente no seu endereço
em qualquer ponto do País.



**BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
EDITORA**

Pedido de assinatura

Assinaturas

☐ 80 ☐ 81 ☐ 82

Valor de cada assinatura
Cr\$ 3.000,00

Você somente pagará a(s) assinatura(s) solicitada(s) quando recebê-la(s) pelo Reembolso Postal.

Assinatura 83

Cr\$ 3.600,00

Remeta nominalmente à
Biblioteca do Exército

NOME

ENDEREÇO

ENDEREÇO PARA REMESSA

CEP

ASSINATURA



— Vale postal — Agência 520641 Correio QG I Ex

— Cheque nominal nº _____ Banco _____

— Ordem de pagamento — Banco do Brasil — Ag. Tiradentes (R)
Conta 396 000



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1983: Cr\$ 2.000,00

- PAGAMENTO:

- Em cheque ☐ Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal ☐ A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL
Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: 283-3030



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.

BOM CRESCER QUANDO MUITOS CRESCEM JUNTO COM A GENTE.

Você acredita na imensa potencialidade do Brasil. Mas sabe que o futuro dele, como o de todos os brasileiros, depende do que cada um for capaz de realizar.

O Sistema Financeiro Haspa é um complexo de 12 empresas que atua de frente, atuando nos mais diversos setores da economia. O resultado deste trabalho colocou a Haspa entre os mais sólidos e bem administrados grupos financeiros do país. E estamos crescendo ainda mais. Gerando novos negócios e, portanto, mais desenvolvimento. É bom saber que, junto conosco, também cresce o bem-estar das comunidades onde estamos presentes. Seja pelo aumento da oferta de empregos ou pela nossa participação no processo social, cultural e econômico de cada região.

É bom saber que o nosso trabalho, representado por todas as empresas do Sistema Financeiro Haspa, também está construindo o futuro melhor de ser vivido.

- HABITAÇÃO SÃO PAULO S.A. DE
CRÉDITO IMOBILIÁRIO
S.A. DE CAPITALIZAÇÃO
S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO
- CORRETORA DE CâMBIO E VALORES S.A.
- DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
- INCORPORAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO
E SISTEMAS S.A.
- CORRETORA E ADMINISTRADORA
DE SEGUROS S/C LTDA.
- CLUBE
- INFORMÁTICA LTDA.
- FUND. DE INVESTIMENTOS HASPA
- FUND. DE INVESTIMENTOS HASPA-167
- COMÉRCIO, INDÚSTRIA E
PARTICIPAÇÕES S.A.

SISTEMA FINANCEIRO HASPA

**LIVROS À VENDA NA SEDE DA REVISTA
"A DEFESA NACIONAL"**

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — Therezinha de Castro

Edição revista e aumentada. Um estudo, do ponto de vista político, econômico e social, dos três períodos que marcam nossa História: o colonial, o monárquico e o republicano. Cr\$ 1.000,00

ATLAS-TEXTO DE GEOPOLÍTICA DO BRASIL — Therezinha de Castro

Uma combinação de texto e mapas ilustrativos repassando, em termos geopolíticos, as diversas variedades estratégicas que nossa História registra. Cr\$ 800,00

A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DO FUTURO — Eurípides Cardoso de Menezes

Uma apresentação do problema da Antártica, com todos os seus desdobramentos e envolvimento. Os direitos do Brasil na repartição futura daquela importante "terra de ninguém". Cr\$ 1.000,00

O DESAFIO DA CRISE ENERGÉTICA — João B. Peixoto

Um panorama do quadro energético mundial, o ciclo do petróleo, a esperança da energia nuclear, a contribuição do carvão e a importância da energia hidrelétrica. Uma síntese da evolução do problema petrolífero no Brasil. Cr\$ 500,00

DISTINTA — MODO DE VIVER — Jandira Delambert Filizzola

Um convite à melhor compreensão da vida e à interpretação dos problemas à luz de mensagens positivas e alegres. Cr\$ 1.000,00

TRABALHEMOS PARA A PAZ EM NOSSO PEQUENO PLANETA — Hermes Guimarães

Reflexões de viagens, sugestões, pesquisas e estudos com a finalidade de reduzir a violência, a guerra e de erradicar a fome e a miséria do mundo. Cr\$ 1.500,00

UNIFORMES MILITARES BRASILEIROS — Calendário 1984

Não se trata de um simples calendário. É uma coleção, de excelente apresentação gráfica, a cores, de uma série de uniformes militares brasileiros. As aquarelas originais, cuja reprodução se presta magnificamente para emolduramento, são de Ivan Rodrigues. Cr\$ 12.000,00

Pedidos à

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias, Térreo, Fone 283-3030

Praça Duque de Caxias, 25

20455 Rio de Janeiro, RJ

ou pelo REEMBOLSO POSTAL à

BIBLIEX — Praça Duque de Caxias, 25

20455 RIO DE JANEIRO — RJ